



Universidade de Brasília

Faculdade de Ciência da Informação

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Doutorado em Ciência da Informação

Mariana Giubertti Guedes Greenhalgh

**DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES ESPECIAIS EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS:
SEU PAPEL NA SALVAGUARDA DA MEMÓRIA REGIONAL**

Brasília

2022

Mariana Giuberti Guedes Greenhalgh

**DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES ESPECIAIS EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS:
SEU PAPEL NA SALVAGUARDA DA MEMÓRIA REGIONAL**

Tese submetida à comissão examinadora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação

Orientadora: Profa. Dra. Lillian Maria Araujo de Rezende Alvares

Brasília

2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

GG813d Greenhalgh, Mariana Giubertti Guedes
Desenvolvimento de coleções especiais em bibliotecas
públicas: seu papel na salvaguarda da memória regional /
Mariana Giubertti Guedes Greenhalgh; orientador Lillian
Maria Araujo de Rezende Alvares. -- Brasília, 2022.
301 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Ciência da Informação) --
Universidade de Brasília, 2022.

1. Biblioteca pública. 2. Coleções especiais. 3. Coleções
de memória. 4. Desenvolvimento de coleções. 5. Memória
regional. I. Alvares, Lillian Maria Araujo de Rezende,
orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “Desenvolvimento de coleções especiais em bibliotecas públicas: seu papel na salvaguarda da memória regional”

Autora: Mariana Giuberti Guedes Greenhalgh

Área de concentração: Gestão da Informação

Linha de pesquisa: Organização da Informação

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **DOUTOR** em Ciência da Informação.

Tese aprovada em: 23 de maio de 2022.

Presidente (UnB/PPGCINF): Lillian Maria Araujo de Rezende Alvares

Membro Interno (UnB/PPGCINF): Rodrigo Rabello da Silva

Membro Externo (UFF): Carlos Henrique Juvêncio da Silva

Membro Externo (FURG): Márcia Carvalho Rodrigues

Suplente (UnB/PPGCINF): Eliane Braga de Oliveira

Em 26/04/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Lillian Maria Araujo de Rezende Alvares, Membro do Colegiado do Curso de Arquivologia da Faculdade de Ciência da Informação**, em 25/05/2022, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Juvencio da Silva, Usuário Externo**, em 26/05/2022, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Rabello da Silva, Membro do Colegiado da Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação**, em 30/05/2022, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Carvalho Rodrigues, Usuário Externo**, em 31/05/2022, às 19:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8024558** e o código CRC **6ABF211F**.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à minha família que sempre me apoiou. Aos meus pais, Antonio Lúcio e Adriana, agradeço todo o apoio e amor. À minha irmã e melhor amiga, Carol, agradeço por estar ao meu lado me dando forças e ânimo.

Dedico ao meu esposo, Raphael, meu grande amor, companheiro e minha grande inspiração! Obrigada por tudo! Ao seu lado a vida é muito melhor! Dedico também à Penny Lane, a minha companheirinha que, com seu amor incondicional, esteve sempre ao meu lado, e ao Toddy que completa nossa família.

Dedico a todos os profissionais que atuam em bibliotecas públicas, que fazem das tripas coração na constante luta pelo funcionamento e pleno desempenho das bibliotecas junto à comunidade, apesar dos percalços de interesses políticos e administrativos.

E por fim, dedico ao meu sobrinho lindo, Ivan, que é muito amado!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família! Meus pais pelo amor e cuidado por toda uma vida. Ao meu pai agradeço tudo o que me proporcionou, por tanto amor e carinho demonstrado a cada dia! Graças a ele, nada faltou em minha vida!! À minha mãe agradeço pelo grande inspiração que foi para mim, dela herdei o amor imenso aos livros, ao trabalho e aos estudos! À minha irmã agradeço por estar ao meu lado em todos os momentos alegres e tristes, por tantas vezes me ouvir e me ajudar a superar tudo. Minha maior alegria é ter uma amiga tão maravilhosa que compartilha tantos gostos e alegrias!

Agradeço ao meu amado esposo, Raphael, por ser um companheiro maravilhoso que me acompanhou nesta etapa de estudo, me ajudando com sugestões e críticas que só melhoraram meu trabalho. Mesmo quando eu não acreditava mais em mim, ele foi minha rocha e não me deixou desanimar ou desistir. Sem sua ajuda constante não conseguiria finalizar essa pesquisa. Te amo demais e sou muito feliz ao seu lado!

Aos meus irmãos Victor e Ricardo, com muita saudade, eu agradeço tantos momentos felizes. Obrigada por toda a força que me deram!

Aos meus avôs e minhas avós Maria (*In Memoriam*), José (*In Memoriam*), Neuza e Dirceu que sempre acreditaram em mim!

Agradeço à minha sogra Adriana (*In Memoriam*) que sempre me deu força e me acolheu com muito amor! Faz muita falta! Agradeço à minha segunda família Dona Maria, Regina, Rejane, Carlos, Fernanda, João Pedro, Zélia (*In Memoriam*), Geovany, Loyanne, João Felipe, Bernardo e tantos mais pelo acolhimento e carinho!

A meu cunhado Renan pelo apoio!

A tantos outros da minha família que fizeram parte da minha vida e da minha história!

Agradeço especialmente minha querida orientadora Profa. Dra. Lillian Maria Araujo de Rezende Alvares que me auxiliou com tudo que precisei e sempre esteve disposta a me ajudar, mesmo mudando tanto o projeto! Obrigada pela paciência constante e pelo companheirismo em todo o processo!

Agradeço aos membros da banca de qualificação, em especial a Profa. Dra. Simone da Rocha Weitzel pelas contribuições que só melhoraram minha pesquisa.

Agradeço aos Professores Dr. Carlos Henrique Juvêncio da Silva e Dra. Márcia Carvalho Rodrigues por aceitarem participar da banca de defesa e pelas contribuições tão pertinentes que enriqueceram imensamente o trabalho! Agradeço também ao Prof. Dr. Rodrigo Rabello da Silva. Obrigada por aceitar fazer parte da banca e por sua análise do meu trabalho, que possibilitou seu maior aperfeiçoamento!

Agradeço todos os funcionários, servidores, gestores e bibliotecários das bibliotecas públicas que se dispuseram a responder o questionário da pesquisa. A contribuição de cada um foi essencial para a realização desta pesquisa! Agradeço aos gestores

das bibliotecas públicas que puderam participar das entrevistas, pelo compartilhamento de suas experiências e opiniões, bem como o apoio à pesquisa de um tema tão relevante!

Agradeço aos queridos Emelly, Illy, Seânio, Laís, Murilo, Natália e Daniel pela força constante! Amigos de momentos muito felizes.

Agradeço às queridas Karen, amiga de tanto tempo que sempre acreditou em mim antes mesmo de eu acreditar; Neilia, que compartilhou a primeira pesquisa comigo sendo o início do nosso amor à profissão; Priscila, muito querida e que sempre admirei como profissional e como pessoa; Angélica, um presente da BCE e Pós-Graduação; Kelly, uma amizade mais que especial do MAPA pra vida e um grande exemplo na profissão; Gabriela, bibliotecária admirável e uma pessoa linda. Agradeço imensamente por me apoiarem sempre e me acompanharem na construção deste trabalho.

Agradeço aos colegas queridos que compartilharam da mesma orientação, Jainne, Ana Cristina, Hélia e João, com quem tive a felicidade de compartilhar tantas ideias da pesquisa.

Agradeço à coordenadora Neuza Arantes, da Biblioteca Nacional de Agricultura, que me apoiou quando iniciei o doutorado e permitiu que realizasse todas as disciplinas obrigatórias. Agradeço também aos colegas do MAPA que tornaram especial a minha entrada no serviço público e me apoiaram no início deste doutorado.

Agradeço a todos da Biblioteca Nacional de Brasília que me apoiaram e me inspiraram durante o doutorado. Mesmo em tão pouco tempo, na BNB, tive a oportunidade de atuar com os projetos mais lindos da área de Biblioteconomia e ao mesmo tempo passar por assédio moral de várias pessoas, que quase me fizeram desistir de tudo! Por isso, agradeço imensamente àqueles que, verdadeiramente, estiveram ao meu lado nestes momentos! Às queridas amigas Andréia e Luísa que iniciaram comigo a jornada no GDF, compartilhando alegrias e tristezas, e me ajudaram na pesquisa em tantos momentos. Agradeço à querida amiga Elisa, uma profissional admirável e uma amiga especial, que me deu total apoio como amiga e como diretora! Também agradeço os queridos Vandliny, Rodrigo e Lilian, que se aventuraram comigo em tantas empreitadas! Por fim, um agradecimento especial à equipe da Gerência de Gestão da Informação, Aparecida, Cristina, Daniel, Deolinda, Ilma, Luís e Renata, além dos já mencionados. Obrigada a todos pelo apoio constante!

Graças ao apoio de todos vocês, consegui chegar até aqui!

À memória que o livro transmite, por
assim dizer, de propósito, acrescenta-
se a memória da qual emana,
enquanto coisa física, o perfume da
história de que ele está impregnado.
(Umberto Eco, 2020)

RESUMO

Essa pesquisa investiga a atuação das bibliotecas públicas brasileiras como espaços de salvaguarda da memória coletiva, analisando a formação e desenvolvimento de coleções especiais. Seu objetivo geral foi identificar e analisar o desenvolvimento de coleções especiais em bibliotecas públicas brasileiras sob a perspectiva da salvaguarda da memória regional, tendo como objetivos específicos: a) identificar os diferentes tipos de acervo bem como a tipologia documental nas coleções especiais no Brasil; b) investigar a formação de acervo nas bibliotecas públicas brasileiras, para identificar as diferentes coleções e tipologias presentes nos acervos; c) analisar as políticas e normativas legais das bibliotecas públicas relacionadas ao desenvolvimento de coleções; d) identificar nas bibliotecas públicas brasileiras a atuação como depositárias locais de acervo bibliográfico; e) analisar a relevância da memória no desenvolvimento de coleções especiais nas bibliotecas públicas brasileiras. A pesquisa tem um caráter descritivo e exploratório, utilizando três metodologias combinadas: questionário enviado às bibliotecas públicas em todo o país, entrevista com gestores de bibliotecas estaduais e distrital, análise documental de legislação sobre depósito local e das políticas relacionadas ao desenvolvimento de coleções nas bibliotecas públicas. Com a representação de 260 bibliotecas em cinco regiões brasileiras, distribuídas em 19 estados mais o Distrito Federal, foram analisados 260 questionários da amostra identificando as coleções, tipologias documentais e motivações na formação dos acervos, 7 entrevistas com gestores de 6 estados mais o Distrito Federal identificando as motivações para o desenvolvimento de coleções de memória, 11 legislações relacionadas à depósitos regionais e 16 políticas utilizadas pelas bibliotecas da amostra na formação e desenvolvimento de seus acervos. As respostas aos questionários foram analisadas por meio da análise de conteúdo e categorização das informações. Para análise qualitativa foi utilizada a análise de conteúdo nas entrevistas, legislações e políticas. Como resultado, a pesquisa conclui que as bibliotecas públicas brasileiras têm um papel na salvaguarda da memória com níveis de atuação a partir do desenvolvimento de coleções especiais.

Palavras-Chave: Bibliotecas Públicas Brasileiras. Formação de Acervos. Políticas de Desenvolvimento de Coleções. Coleções Especiais. Coleções de Memória. Memória Regional. Depósito legal.

ABSTRACT

This research investigates the performance of Brazilian public libraries as spaces for safeguarding collective memory, analyzing the formation and development of special collections. Its general objective was to identify and analyze the development of special collections in Brazilian public libraries from the perspective of safeguarding regional memory, with the following specific objectives: a) identify the different types of collections as well as the documentary typology present in the special collections of libraries in Brazil; b) investigate the formation of collections in Brazilian public libraries, to identify the different collections and typologies present in the collections; c) analyze the policies and legal regulations of public libraries related to the development of collections; d) identify in Brazilian public libraries their role as regional depositories of the local bibliographic collection; and e) analyze the relevance of memory in the development of special collections in Brazilian public libraries. The research has a descriptive character and using combined methodologies, sent to public libraries across the country explores, interview with three managers of state and districtal libraries in the state and analysis of documentary legislation on local deposit and policies related to the development of collections in public libraries. With the representation of 260 libraries in five Brazilian regions, distributed in 19 states plus the Federal District, 260 sample questionnaires were analyzed identifying the collections, documentary typologies and motivations in the formation of collections, 7 interviews with managers from 6 states plus the Federal District identifying the motivations for the development of memory collections, 11 legislation related to regional deposits and 16 policies used by the sample libraries in the formation and development of their collections. The responses to the questionnaires were analyzed through content analysis and information categorization. For qualitative analysis, content analysis was used in interviews, legislation and policies. As a result, the research concludes that Brazilian public libraries have a role in safeguarding memory with levels of performance from the development of special collections.

Keywords: Brazilian Public Libraries. Collection Formation. Collection Development Policies. Special Collections. Memory Collections. Regional Memory. Legal deposit.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das bibliotecas públicas pelo país	42
Figura 2 - Desenvolvimento de coleções, a biblioteca e a comunidade	52
Figura 3 - Principais influências sobre a atividade de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias	53
Figura 4 - Abordagem estruturalista do desenvolvimento de coleção	56
Figura 5 - Processos do Desenvolvimento de Coleção	58
Figura 6 - Definições do desenvolvimento de coleções.....	67
Figura 7 - Contexto da atividade de desenvolvimento de coleção em bibliotecas universitárias	73
Figura 8 - Aspectos operacionais da tomada de decisão na atividade de desenvolvimento de coleções	75
Figura 9 - Gibiteca de Curitiba	110
Figura 10 - Espaço POP.....	111
Figura 11 - Inauguração Espaço Direitos Humanos	112
Figura 12 - Modelo conceitual da formação de coleções especiais.....	113
Figura 13 - Modelo conceitual da pesquisa	117
Figura 14 - Escolhas metodológicas.....	119
Figura 15 - Caminhos da pesquisa.....	121
Figura 16 - Exemplos de emails	123
Figura 17 – Mapa do universo da pesquisa.....	125
Figura 18 – Mapa dos respondentes por estado brasileiro.....	133
Figura 19 - Desafios na gestão de acervos de memória	204

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tamanho do acervo	135
Gráfico 2 - Tipos de materiais nas bibliotecas.....	136
Gráfico 3 - Variedade de materiais nas bibliotecas	138
Gráfico 4 - Mais de uma coleção.....	138
Gráfico 5 - Bibliotecas com obras consideradas Coleções Especiais	144
Gráfico 6 - Bibliotecas com Coleções Especiais	145
Gráfico 7 - Bibliotecas com Multimeios	148
Gráfico 8 - Temática nas coleções	151
Gráfico 9 - Coleções de memória.....	156
Gráfico 10 - Prioridades na seleção	157
Gráfico 11 - Prioridade de obras de autores da cidade	158
Gráfico 12 - Comparação das obras de autores da cidade	159
Gráfico 13 - Prioridade de obras de autores do estado.....	159
Gráfico 14 - Comparação das obras de autores do estado.....	160
Gráfico 15 - Prioridade de obras sobre a cidade	160
Gráfico 16 - Comparação das obras sobre a cidade	161
Gráfico 17 - Prioridade de obras sobre o estado.....	161
Gráfico 18 - Comparação das obras sobre o estado.....	162
Gráfico 19 - Prioridade de obras de publicadas na cidade.....	163
Gráfico 20 - Comparação das obras publicadas na cidade.....	163
Gráfico 21 - Prioridade de obras publicadas no estado.....	164
Gráfico 22 - Comparação das obras publicadas no estado.....	164
Gráfico 23 - Prioridade de obras pertencentes a uma personalidade	166
Gráfico 24 - Comparação das obras pertencentes a uma personalidade	166
Gráfico 25 - Prioridade de obras sobre a biblioteca	167
Gráfico 26 - Comparação das obras sobre a biblioteca	167
Gráfico 27 - Prioridade de obras de profissionais da biblioteca.....	168
Gráfico 28 - Comparação das obras de profissionais da biblioteca.....	168
Gráfico 29 - Prioridade de obras publicadas por órgão superior	169
Gráfico 30 - Comparação das obras publicadas por órgão superior	170

LISTA DE QUADROS E DE TABELAS

Quadro 1 - Comparação entre biblioteca pública tradicional e biblioteca-ação cultural	30
Quadro 2 - Bibliotecas públicas estaduais.....	39
Quadro 3 – As etapas do processo de desenvolvimento de coleções em bibliotecas	45
Quadro 4 - 32 divisões da Conspectus.....	63
Quadro 5 - Níveis de Profundidade	64
Quadro 6 - Matriz de assuntos	65
Quadro 7 – Desenho da pesquisa	121
Quadro 8 - Pré-teste e alterações no questionário	129
Quadro 9 - Motivações	139
Quadro 10 - Critérios para coleções especiais	146
Quadro 11 - Legislações estaduais	211
Quadro 12 - Síntese das questões sobre a legislação de depósito legal regional..	224
Quadro 13 - Análise geral das políticas	226
Tabela 1 - Quantidade de bibliotecas públicas no Brasil	43
Tabela 2 - Universo da pesquisa	124
Tabela 3 - Bibliotecas por região	132
Tabela 4 - Tipo de material no acervo	135
Tabela 5 - Prioridade em multimeios	150

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABRACOR	Acervo da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais
AC	Acre
AL	Alagoas
AM	Amazonas
AP	Amapá
ASAV	Associação Antônio Vieira
BA	Bahia
BBM	Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin
BC-CEOR	Coleções Especiais e Obras Raras
BCCL	Biblioteca Central Cesar Lattes
BCE	Biblioteca Central
BC-UFES	Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo
BNB	Biblioteca Nacional de Brasília
BPCC	Biblioteca Pública Câmara Cascudo
BPE	Biblioteca Pública Estadual
BPM	Biblioteca Pública Municipal
CBU	Controle Bibliográfico Universal
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CE	Ceará
CEAV	Coleção Especial de Audiovisual
CEDOC	Centro de Documentação
CEM	Coleção Especial de Microformas
CEMC	Coleção Especial de Materiais Cartográficos
CEOR	Coleção Especial de Obras Raras
CEPU	Coleção Especial de Publicações da UFSC
CESC	Coleção Especial de Santa Catarina
CETD	Coleção Especial de Teses e Dissertações
CEU	Centro de Educação Unificado
CSMB	Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas

DeCORE	Departamento de Coleções de Obras Raras e Especiais
DF	Distrito Federal
DLLLb	Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas
ES	Espírito Santo
FAC	Fundo de Apoio à Cultura
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FCLAr	Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GO	Goiás
HQs	Histórias em Quadrinhos
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
INL	Instituto Nacional do Livro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISSN	<i>Internacional Standard Serial Number</i>
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero
MA	Maranhão
MAM	Museu de Arte Moderna do Rio
MAR-RJ	Museu de Arte do Rio
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MG	Minas Gerais
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
NEP	Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos
OBIND	Observatório dos Direitos e Políticas Indigenistas
OCLC	<i>Online Computer Library Center</i>
ON	Observatório Nacional
PA	Pará
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PLANOR	Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras
POP	Pesquisa e Oficina Pagu
PR	Paraná

PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
REDAM	Rede de Bibliotecas da Amazônia
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SABEPE	Sociedade Amigos da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
SEBP	Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas
SEDUC	Secretaria da Cultura
SEMA	Secretaria do Estado de Meio Ambiente
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SP	São Paulo
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TO	Tocantins
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	<i>United Nations Organization for Education, Science and Culture</i>
UNESP	Universidade Estadual Paulista
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UNISINOS	Universidade do Vale dos Sinos
USP	Universidade de São Paulo
VCB	Vocabulário Controlado Básico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 Problema de pesquisa	21
1.2 Objetivos	22
1.3 Justificativa	22
2 REVISÃO DE LITERATURA	25
2.1 Bibliotecas públicas	25
2.1.1 História das bibliotecas públicas no Brasil	38
2.2 Desenvolvimento de coleções	48
2.3 Memória	75
2.3.1 Patrimônio bibliográfico.....	82
2.4 Coleções Especiais	90
2.4.1 Coleções especiais nas instituições.....	102
2.5 Referencial teórico da pesquisa	114
3 METODOLOGIA	118
3.1 Estratégia metodológica	119
3.2 Universo e Amostra da pesquisa	122
3.3 Levantamento de dados	125
3.3.1 Levantamento bibliográfico e análise documental	126
3.3.2 Questionário	127
3.3.3 Entrevista semiestruturada	130
4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	132
4.1 Questionário	132
4.2 Entrevistas com os gestores	179
4.3 Análise documental	211
4.3.1 Legislações sobre depósito legal	211
4.3.2 Políticas de Desenvolvimento de Coleções	225
4.4 Apontamentos dos resultados	236
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	244
6 REFERÊNCIAS	247
ANEXO A – Manifesto da IFLA/UNESCO	259
ANEXO B – Decreto do Estado do Paraná	263
ANEXO C – Decreto do Estado da Bahia	265
ANEXO D – Lei do Estado de Santa Catarina	266

ANEXO E – Lei do Estado de Pernambuco	269
ANEXO F – Lei do Estado do Ceará.....	271
ANEXO G – Lei do Estado do Espírito Santo.....	272
ANEXO H – Lei do Distrito Federal	274
ANEXO I – Lei Ordinária do Estado do Piauí	276
ANEXO J – Lei Ordinária do Município de João Pessoa.....	278
ANEXO K – Lei do Estado do Rio Grande do Norte	281
APÊNDICE A – Questionário pré-teste	284
APÊNDICE B – Questionário	287
APÊNDICE C - Roteiro da entrevista	301

1 INTRODUÇÃO

Num primeiro paradigma de atuação, as bibliotecas priorizavam o acúmulo de obras, buscando a preservação da produção e reunião do acervo. No entanto, com o aumento da produção informacional e sobrecarga nos acervos, visto a falta de espaço para tantas obras lançadas, as bibliotecas precisavam “[...] mudar a ênfase de seu trabalho da acumulação pura e simples do material para o acesso ao mesmo” (VERGUEIRO, 1989, p.13). Com esta mudança, as bibliotecas se tornaram mais atuantes com seu público, buscando entender as demandas dos usuários bem como definindo seu papel, missão e objetivo. Desta forma, a formação de seu acervo se adaptaria à essas características.

Neste contexto, temos bibliotecas de vários modelos e com objetivos distintos. Dentre elas, as bibliotecas públicas que atendem a uma comunidade local. Tendo em vista que são bibliotecas com pouco orçamento e estrutura, a formação de seus acervos possui limitações. Com a aquisição baseada em doação pela comunidade e por instituições, a formação desses acervos é determinada pelo que recebem, inclusive sendo foco de recebimento da produção bibliográfica – ou documental – local.

Em razão destas características, muitos esteriótipos envolvem as bibliotecas públicas no Brasil e qual o seu papel na comunidade. Estas concepções acompanham uma visão equivocada de que não uma preocupação no desenvolvimento de suas coleções. Com o recebimento de obras diversas, as bibliotecas públicas têm a missão de definir a melhor forma de organizar seu acervo e definir as coleções adequadas para seu espaço e objetivo institucional, dando importância diferenciada as obras adquiridas.

O desenvolvimento de coleções nas bibliotecas contempla todas as formas de aquisição das obras. Enquanto que no processo de compra as obras são pré-selecionadas a partir da demanda dos usuários, resultando em lista de desiderata baseada no valor orçamentário e nas obras disponíveis no mercado, no processo de doação a biblioteca está propensa a receber materiais diversos, tanto em suporte, quanto em conteúdo. É com o estabelecimento de diretrizes no desenvolvimento de coleções que a biblioteca consegue seguir uma linha decisória em todas as situações, respaldando o que se definiu como coleção. E a importância da política

de desenvolvimento de coleções nesse processo, como normas documentadas, se dá na orientação de cada situação nos processos de compra e doação, como as formas de se estabelecer lista de compras, as regras para doações de livros, os critérios para seleção, os materiais que a biblioteca pode receber e assim por diante.

O desenvolvimento de coleções, neste processo de definição de critérios, permite estabelecer diretrizes para o que cada coleção da biblioteca deve contemplar, indicando as características mínimas que as obras devem ter. Se a biblioteca deseja possuir uma coleção especial, é no desenvolvimento de coleções que todos os critérios e diretrizes são estabelecidos.

Em bibliotecas públicas, o recebimento de doação se dá principalmente pelos membros da comunidade local, possibilitando um recebimento maior de obras de autores locais, editoras locais e obras sobre a localidade. Outra possibilidade em recebimento de doações é de bibliotecas particulares completas, em que membros da comunidade buscam doar acervos formados ao longo da vida, o que possibilita o recebimento de acervos antigos, raros, ou de temáticas especializadas.

Algumas dessas obras que as bibliotecas públicas recebem podem ser incluídas em coleções especiais, pensando não só no espaço denominado “Coleções Especiais”, mas também na representação deste tipo de coleção. Esta estruturação depende da forma com que a biblioteca – e isso independe do tipo de biblioteca - forma e desenvolve suas coleções, considerando seu público, seu espaço e sua missão.

As coleções especiais, em bibliotecas, se estabelecem como coleção diferenciada, separada por motivações variadas podendo salvaguardar obras históricas, obras raras, multimeios, além de acervos temáticos. Com isso, as bibliotecas públicas têm a possibilidade de criar coleções especiais ou suas formas de manifestação a partir de seus acervos.

Com o recebimento de doações, a construção do acervo de bibliotecas ao longo dos anos resultou em verdadeiros acervos de memória. Considerando que existem bibliotecas públicas seculares no Brasil, a criação de coleções especiais é mais do que natural. Neste sentido, a presente pesquisa buscou identificar e analisar a presença de coleções especiais em bibliotecas públicas, estudando o processo de desenvolvimento de coleções, identificando as motivações para preservação de acervos de memória coletiva, em especial, memória local.

1.1 Problema de pesquisa

As bibliotecas públicas possuem acervos variados buscando atender sua comunidade. A falta de investimento e muitas vezes a falta de clareza quanto ao seu objetivo atrapalham no desenvolvimento de coleções dessas bibliotecas, principalmente quanto à definição de seu acervo dentre suas funções na sociedade.

As coleções especiais, muito presentes em bibliotecas universitárias e especializadas, são formadas a partir de diretrizes institucionais, atendendo a públicos específicos, tendo, portanto, um desenvolvimento de coleções mais estruturado. A biblioteca pública possui usuários de vários perfis, idade e educação, desta forma, a própria definição da sua missão é a primeira dificuldade antes de definir suas coleções.

Muito da teorização das coleções especiais refere-se às coleções de memória, como obras raras ou coleções particulares e boa parte desta representação é na perspectiva de bibliotecas universitárias ou especializada. Mas estas coleções vão além destes acervos, pois englobam outros tipos de materiais, como os multimeios, por exemplo. Então, além da identificação das coleções especiais nas bibliotecas públicas, existe a necessidade de delimitar a realidade dessas coleções nas bibliotecas brasileiras.

A presente pesquisa tem como hipótese que: em sua maioria, as coleções especiais em bibliotecas públicas são pautadas nas coleções de memória, tendo em vista a importância identificada na memória local, desta forma, as bibliotecas públicas são guardiãs da memória coletiva representada nas coleções especiais.

A partir dessa hipótese, foi necessário definir a questão central que norteia essa pesquisa: “As bibliotecas públicas brasileiras formam coleções especiais de memória regional?” Para responder a essa questão, foram delineados outros questionamentos colocados aqui como secundários, e que permitiram explorar o universo da investigação a que se pretende nesta tese. São eles: “Qual a definição de coleções especiais?”; “O que caracteriza uma coleção especial nas bibliotecas brasileiras?”; “Qual a realidade dos acervos das bibliotecas públicas brasileiras?”; “Como as bibliotecas públicas realizam o desenvolvimento de coleções?”; “As bibliotecas públicas brasileiras tem papel de depositárias locais?” e; “Quais documentos norteiam a formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas brasileiras?”

Neste sentido, a pesquisa parte do princípio que um dos caminhos para o entendimento das coleções especiais acontece a partir da percepção de como são organizadas nas bibliotecas, principalmente porque a realidade destas coleções aponta motivações, características e estruturação.

1.2 Objetivos

A presente pesquisa tem por **objetivo geral**: identificar e analisar o desenvolvimento de coleções especiais em bibliotecas públicas brasileiras sob a perspectiva da salvaguarda da memória regional.

Dentre os **objetivos específicos**, estão:

- 1) identificar os diferentes tipos de acervos bem como a tipologia documental presente nas coleções especiais de bibliotecas no Brasil;
- 2) investigar a formação de acervo nas bibliotecas públicas brasileiras, para identificar as diferentes coleções e tipologias presentes nos acervos;
- 3) analisar as políticas e normativas legais das bibliotecas públicas relacionadas ao desenvolvimento de coleções;
- 4) identificar nas bibliotecas públicas brasileiras a sua atuação como depositárias regionais de acervo bibliográfico local; e
- 5) analisar a relevância da memória no desenvolvimento de coleções especiais nas bibliotecas públicas brasileiras.

1.3 Justificativa

Uma possível contribuição deste trabalho está no aprofundamento do estudo do desenvolvimento de coleção, atividade básica na Biblioteconomia que determina o escopo do acervo de uma biblioteca, desde os meios de aquisição das obras até os processos de preservação, pois uma política de desenvolvimento de coleções é subsídio para tomadas de decisão nas bibliotecas em que são necessários entendimentos diversos como: estudo de usuários, elaboração de políticas, processos de aquisição, conservação e restauração de documentos, memória documental, digitalização, e se pensar nos formatos digitais, ainda tem a questão dos direitos autorais, preservação digital, descarte, dentre outros.

As atividades do desenvolvimento de coleções sofreram influências ao longo do tempo, sendo mais valorizadas a partir do aumento documental da sociedade, da limitação de recursos e da necessidade de compor um acervo pertinente para uso efetivo. Os estudos dos profissionais sobre a temática foram influenciados pelo tipo de biblioteca, frente a necessidade de adequação quanto ao objetivo da organização. Por isso vários modelos foram elaborados, porém nem todos são adequados para qualquer tipo de biblioteca.

Vergueiro (1993) pontua que nas pesquisas sobre desenvolvimento de coleções fica claro o destaque dado aos acervos em bibliotecas especializadas e universitárias, enquanto a construção de acervos em bibliotecas públicas é pouco explorada. A justificativa pela diferença de atenção dada às bibliotecas universitárias e especializadas se dá pela maior exigência de seus usuários. Para Vergueiro (1993), ao mesmo tempo em que nestas bibliotecas parece existir um esforço em exercer algum tipo de controle sobre os materiais informacionais que têm por objetivo armazenar, nas bibliotecas públicas não se consegue perceber esta mesma preocupação. Desinteresse que é visto inclusive em muitos sistemas de bibliotecas públicas instaurados no país.

É necessário destacar que o estudo do desenvolvimento de coleções no Brasil não foi um movimento encarado com a devida seriedade, segundo Vergueiro (1993), pois a literatura na área focou mais em bibliotecas universitárias e especializadas. Por isso, ter uma pesquisa na perspectiva das bibliotecas públicas é possível que se amplie o entendimento da formação dos acervos destas bibliotecas que atuam em tantas vertentes e para tantos públicos.

As bibliotecas, independentemente de seu perfil, devem ser vistas como organizações sem fins lucrativos que encaram a competitividade e a atuação estratégica como meios de atender seus usuários com produtos e serviços de qualidade. Para isso, seus profissionais, em especial os bibliotecários, devem priorizar por uma atuação mais assertiva, considerando aquilo que aprendeu na sua formação com atualizações necessárias a partir dos desafios apresentados no dia a dia.

Vergueiro (1989) defende que o processo de desenvolvimento de coleções é primeiramente um trabalho de planejamento e de caráter sistêmico que envolve variáveis internas e externas. Portanto, atividades ou subprocessos fazem parte do desenvolvimento de coleções que não podem ser consideradas isoladamente, tais

como: estudo de comunidade, políticas de seleção, aquisição, desbastamento e avaliação. Na perspectiva de Vergueiro (1989), cada uma dessas atividades exige conhecimentos do bibliotecário que vão além daqueles adquiridos na educação formal, pois são atrelados à contextualização da organização (sua visão, sua história), às normas administrativas, às decisões anteriores, bem como, à memória informacional e nacional e aos seus suportes.

Uma segunda contribuição se dá no estudo das coleções especiais. Quando se busca uma conceituação de coleções especiais, muitas vezes, são relacionadas às obras raras, sendo por vezes deixado de lado as coleções de memória local, coleções pessoais, multimeios, dentre outras, como integrantes às coleções especiais. Considerando que a estruturação de uma coleção especial nas instituições precisa refletir o seu papel na sociedade, as

[...] bibliotecas são equipamentos culturais que possuem histórias distintas e colecionam livros e documentos sob motivações diversas. É esta pluralidade que aponta para a necessidade de uma revisão crítica dos instrumentos de trabalho no campo da raridade bibliográfica que são colocados como únicos, tanto do ponto de vista profissional quanto social (ARAÚJO, 2015, p. 22).

O princípio do desenvolvimento de coleções é a biblioteca sair do paradigma de acúmulo de acervos para atendimento otimizado ao usuário, saindo de um paradigma físico, voltado ao documento, e visando o paradigma social, percebendo a informação como um fenômeno social e coletivo, pautado não só num usuário, mas na construção da informação em meio social, tal qual a cronologia de desenvolvimento da Ciência da Informação. Nesse sentido, o estudo das coleções especiais voltado para o paradigma social, permite entender sua relevância na preservação da história de grupos sociais.

“Sua integração às demais áreas de estudos da Biblioteconomia e mesmo da Ciência da Informação é urgente, uma vez que a produção de documentos efêmeros estabelece novas questões e desafios ao campo da raridade bibliográfica” (ARAÚJO, 2015, p. 18).

Por fim, deve-se considerar o estudo da memória coletiva em acervos especiais como uma contribuição ao entendimento da prática de se estruturar coleções que visam preservar a história de um coletivo por parte das bibliotecas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O Capítulo 2 apresenta os temas-chaves para entendimento da pesquisa. Para apresentar as características básicas da instituição que foi base do estudo, a revisão se inicia com o tema **bibliotecas públicas**, onde apresenta suas funções, missão e visão, além da contextualização histórica dessas bibliotecas no Brasil.

O segundo tema tratado foi o **desenvolvimento de coleções**, necessário para o entendimento das variáveis envolvidas na formação dos acervos nas bibliotecas, as metodologias, bem como os processos decisórios envolvidos, sendo apresentado tanto no entendimento de modelo de trabalho, bem como atividade administrativa.

A temática da **memória** e do patrimônio bibliográfico também são apresentados no capítulo a fim de estabelecer os paralelos entre memória coletiva e coleções de memória. A última temática explanada foi **coleções especiais**, apresentada de forma aprofundada, tanto na identificação de uma conceituação quanto na sua aplicação em instituições brasileiras. A partir dos esclarecimentos teóricos e práticos na revisão de literatura, a pesquisa nas bibliotecas públicas foi estruturada.

O capítulo finaliza com o **referencial teórico da pesquisa** consolidando as teorias que serão consideradas na metodologia utilizada. Desta forma será possível considerar na literatura as variáveis relacionadas ao desenvolvimento de coleções especiais, na perspectiva de coleções de memória nas bibliotecas públicas brasileiras.

2.1 Bibliotecas públicas

Existem vários tipos de bibliotecas: nacional, pública, especializada, comunitária, escolar, infantil, especial, universitária, dentre outras. Para que uma biblioteca se enquadre em uma das categorias é necessário entender sua missão, seu público, a instituição ao qual está vinculada e também os serviços que oferece.

A denominação de biblioteca pública não se basta por ser mantida por um órgão do governo, pois, existem bibliotecas vinculadas a administração pública que tem um trabalho voltado para uma comunidade especializada como, por exemplo, a

Biblioteca Nacional de Agricultura, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. É uma biblioteca que permite acesso a comunidade, porém tem o perfil de biblioteca especializada visto que seu acervo e seus serviços são voltados para a área agropecuária.

Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 52), a biblioteca pública é “[...] a que é posta à disposição da coletividade de uma região, município ou estado, e que é financiada principalmente por doações governamentais.” Já segundo publicação da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), é uma “[...] instituição criada, mantida e financiada pela comunidade, seja por meio do governo local, regional ou nacional, seja por meio de outra forma de organização da comunidade.” É uma biblioteca que além de proporcionar a informação, numa variedade de recursos e serviços também dá acesso ao conhecimento, à educação permanente e as “obras da imaginação” (IFLA, 2012, p. 1).

As bibliotecas públicas, além de serem subvencionada, pelo poder público (federal, estadual, municipal, distrital), caracterizam-se por não ter nenhuma restrição quanto ao seu público, aceitando toda a coletividade, “[...] à disposição, independentemente de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, língua, dificuldade física, condição econômica e social e nível de escolaridade” (IFLA, 2012, p. 1). Desta forma, geralmente, possui um acervo mais variado, apresentando uma gama diversa de temas e materiais na busca de atender as variadas demandas, dos muitos perfis de usuários que as frequentam.

Neste sentido, segundo a Biblioteca Nacional (2010), a biblioteca pública, de todas, é a mais democrática, sendo um espaço para o desenvolvimento das práticas leitoras, proporcionando o encontro do leitor com o livro e facilitando a evolução crítica de leitores e, o combate do analfabetismo funcional, bem como o exercício da cidadania.

A informação, desde os primórdios da civilização, é a matéria prima do processo de desenvolvimento do homem e das nações. Hoje, mais do que nunca, a capacidade de obter informação e gerar conhecimento é fator fundamental na sociedade contemporânea, onde informação é poder. No entanto, cada vez mais crescem as diferenças sociais e econômicas entre os que possuem informação e aqueles que estão destituídos do acesso a ela. Dentro deste contexto, cabe à biblioteca pública atuar, como instituição democrática por excelência, e contribuir para que esta situação não se acentue ainda mais e que a oportunidade seja oferecida a todos. Assim, a biblioteca pública deve assumir o papel de centro de

informação e leitura da comunidade com esse objetivo (BIBLIOTECA NACIONAL, 2010, p. 17).

Para seu usuário, que tem característica abrangente e diversificada, a biblioteca pública se torna um espaço democrático também para socialização e segundo IFLA (2012, p. 77) “[...] deve proporcionar igualdade de acesso a uma variedade de recursos que correspondam às necessidades dos clientes e que sirvam para a educação, informação, lazer e desenvolvimento pessoal”.

Na perspectiva da missão, Macedo e Modesto (1999, p. 48) entendem que é dever destas bibliotecas oferecer condições para indivíduos se tornarem cidadãos aptos “[...] a encontrarem a liberdade, prosperidade, desenvolvimento individual e social; ser agente da paz e bem estar [sic.] espiritual; contribuir para integração social, preservação da memória e respeito a ecologia”.

Visto seu papel na sociedade, a IFLA e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) propuseram doze missões da biblioteca pública relacionadas com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura:

1. Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
2. Apoiar a educação individual e de iniciativa própria quanto a educação formal em todos os níveis;
3. Oferecer oportunidades para o desenvolvimento da criatividade individual
4. Estimular a imaginação e a criatividade;
5. Contribuir para o conhecimento do patrimônio cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
6. Possibilitar o acesso às expressões culturais de todas as artes cênicas;
7. Fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural;
8. Apoiar a tradição oral;
9. Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
10. Oferecer serviços de informação adequados às empresas, associações e grupos de interesse locais;
11. Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
12. Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para todos os diferentes grupos etários (IFLA, 2012, p. 138).

O Manifesto IFLA/UNESCO¹ deixa claro o caráter social destas bibliotecas que buscam atender uma comunidade diversificada, destacando a ideia de coletividade, também funcionando como “[...] difusores de cultura e de informações úteis à sociedade [...]” (DIAS, PIRES, 2003, p. 11).

Outro ponto que se destaca é sobre a procedência de recursos. As bibliotecas públicas são um fenômeno mundial e, por isso, existem inúmeros modelos de relação entre as bibliotecas públicas e os governos, bem como as leis que regulam suas atividades e os mecanismos de financiamento (IFLA, 2012). O Manifesto IFLA/UNESCO define que:

Os serviços da biblioteca pública devem, em princípio, ser gratuitos. A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e nacionais. Deve estar baseada em legislação específica e ser financiada pelos governos nacionais e locais. Tem de ser um componente indispensável de qualquer estratégia de longo prazo para cultura, o acesso à informação, a alfabetização e a educação (IFLA, 2012, p. 139).

Em relação ao financiamento das bibliotecas públicas é necessário considerar a manutenção da continuidade de seus serviços, se tornando importante que o investimento nelas seja planejado e executado a longo prazo abarcando sua estrutura física, tecnológica e seu acervo. (IFLA, 2012)

Miranda (1978, p. 69), em sua reflexão quanto ao papel da biblioteca pública brasileira, entende que ela deve ser regida por seis princípios norteadores:

1. Promover o idioma nacional e a indústria editorial;
2. Fornecer publicações oficiais para informar os cidadãos sobre sua participação em políticas públicas;
3. Fornecer livros e outros materiais para o estudante (e o autodidata);
4. Apoiar campanhas de alfabetização e fornecer livros adequados aos neo-alfabetizados;
5. Ser depositária do acervo da inteligência e da história do município ou região;
6. Prestar serviços de informação técnica, comercial e turística às firmas locais e aos cidadãos.

¹ É o esforço em trazer linhas gerais para direcionar a atuação e desenvolvimento das bibliotecas públicas em todo mundo. No Anexo A está o manifesto na íntegra a partir da publicação da IFLA (2012).

O autor defende uma atuação voltada principalmente para a identidade nacional e ao desenvolvimento pessoal da comunidade ao qual atende. Muitas vezes, a biblioteca pública se distancia do usuário, quando não atua efetivamente com a comunidade. Neste sentido, Miranda (1979, p. 231, grifo do autor) aponta as problemáticas encontradas.

Quanto às suas funções na sociedade ela é **passiva** (geralmente é depositária e não promotora do livro e da leitura), **conservadora** (excessivamente presa ao livro, com prejuízo de outros veículos de informação), **elitista** (atende a poucos, quando deveria ser um direito de todos) e raramente está engajada na **educação** contínua limitando-se ao empréstimo de livros de texto e para a realização de trabalhos escolares (funcionando, portanto, mais como biblioteca escolar).

Miranda (1979, p. 231-232) defende que esta é a realidade das bibliotecas públicas brasileiras e que estas características apontadas podem ser “[...] exploradas e redirecionadas em favor de uma missão mais civilizadora e democratizante”. Estes apontamentos, portanto, são um alerta para os gestores redirecionarem a atuação destas bibliotecas.

Flusser (1980) traz a reflexão sobre a visão de público na atuação das bibliotecas públicas de forma verdadeiramente inclusiva. O autor apresenta a relação do homem com a cultura em que no desenvolvimento de uma visão individualista burguesa se cria um “processo de distanciamento entre alguns grupos sociais e a cultura” (FLUSSER, 1980, p. 132). Segundo o autor, esse processo resulta numa divisão “que criará de um lado um público efetivo ou potencial, do fenômeno cultural, e do outro um público deixado de lado”, entendido como não-público (FLUSSER, 1980, p. 132).

Neste sentido, “para que uma biblioteca pública possa vir a ser plenamente pública é necessário que ela se volte para o não-público” (FLUSSER, 1980, p. 132), dando voz a estes grupos. Por isso, sua atuação deve ser mais inclusiva e mediadora, numa relação direta com esse não-público.

Se distanciando do papel de depositária num sentido mais estático, a herança cultural que é disponibilizada nas bibliotecas públicas deve ser mediada. “Uma biblioteca verdadeiramente pública deve desenvolver atividades que possibilitem um acesso crítico à herança cultural” (FLUSSER, 1980, p. 135).

Com essas características, Flusser (1980) sugere duas dimensões fundamentais para uma biblioteca verdadeiramente pública, que denomina também

como biblioteca-ação cultural, sendo elas, o contato com o não-público e a discussão entre criação e mediação cultural.

[...] uma biblioteca verdadeiramente pública que desenvolve com um não-público as dimensões de criação e mediação de forma integrada, não deverá se restringir somente à cultura literária. **Sua vocação é a de vir a ser o centro cultural de sua comunidade e um instrumento de libertação** (FLUSSER, 1990, p. 137, grifo do autor).

No Quadro 1 é possível ver de forma esquemática as diferenças entre uma biblioteca pública tradicional e uma biblioteca verdadeiramente pública, segundo Flusser (1980):

Quadro 1 - Comparação entre biblioteca pública tradicional e biblioteca-ação cultural

	Biblioteca pública tradicional	Biblioteca-ação culutral
I	Tradicionalmente a biblioteca é lugar de livros. Isto é, lugar de informações; arquivo de cultura; museu. Sua função é a de oferecer informações, um acervo cultural, para um grupo de pessoas. A biblioteca é fonte de literatura na qual uma população sedenta de cultura (público efetivo e potencial) vem se desalterar.	A biblioteca-ação cultural também tem livros, também é lugar de informações. Porém a nova biblioteca não oferece esta cultura do passado para uma população, mas em uma ação com esta população analisa criticamente esta herança cultural. Parafraseando Goethe, diríamos que ela conquista o passado cultural, para poder possuí-lo, conquista que se realiza através da relação dialógica entre o aqui-agora da população em questão e a obra do passado.
II	Na biblioteca tradicional todos os livros já estão escritos.	Na biblioteca-ação cultural a dimensão criativa é presente da maneira primordial, e grande parte dos livros ainda não estão escritos, mas o serão pelo não-público que então terá a sua palavra.
III	A biblioteca tradicional é implantada em uma realidade determinada. Ela é algo de fora colocado dentro de um organismo. E, como tudo que é implantado, a biblioteca está sujeita à rejeição (uma biblioteca vazia e sem leitores).	A biblioteca-ação cultural não é implantada, mas surge de um processo de emergência cultural. Vindo de dentro, ela não corre o risco de ser rejeitada pois ela responderá as reais aspirações de sua comunidade. Não será uma biblioteca para a comunidade, mas uma biblioteca da comunidade.
IV	O agente da biblioteca tradicional, o bibliotecário, está à disposição de um grupo de pessoas para ajuda-las e orientá-las no manuseio de livros e outras formas de cultura literária. Embora esta função seja da maior importância, ela não é suficiente em uma biblioteca-ação cultural.	O agente desta nova biblioteca, o animador-bibliotecário, não está à disposição da comunidade, mas faz parte dela. Crescendo juntos, bibliotecário (enquanto profissional) e população, eles criarão a estrutura e as características da nova biblioteca. Ser bibliotecário em uma biblioteca verdadeiramente pública é desenvolver de uma maneira política a sua profissão.

Fonte: Da autora, a partir de Flusser (1980, p. 136-137)

Em 1979, Andrade e Magalhães se preocuparam em analisar os objetivos e as funções da biblioteca pública. O primeiro problema encontrado foi o estabelecimento dos objetivos, visto que, é necessário definir prioridades. O segundo problema se dá pela perspectiva tecnicista da profissão do bibliotecário que muitas vezes é uma barreira para maiores reflexões acerca da biblioteca, principalmente considerando as reais necessidades da sociedade brasileira. Outras questões que influenciam na definição de objetivos são a diversidade de usuários e suas necessidades, bem como o entendimento dos interesses da instituição a qual a biblioteca pertence (ANDRADE; MAGALHÃES, 1979).

Já Silveira e Reis (2011, p. 39) buscaram demonstrar que “as funções sociais das bibliotecas públicas se tornam mais evidentes quando relacionadas à questão da memória, da cultura, da educação e da leitura.” Para os autores, é função de toda biblioteca pública

[...] colaborar para a difusão e visibilidade da ampla gama das manifestações culturais humanas, sem se levar em consideração critérios ligados à etnia, crença religiosa, condição financeira, questões sexuais ou políticas, propiciando a qualquer usuário amplo acesso aos vários signos preservados em seus acervos, tendo-se em vista contribuir para a consolidação e disseminação do conhecimento (SILVEIRA; REIS, 2011, p. 39).

Com relação às funções, Andrade e Magalhães (1979, p. 52) apontam que tradicionalmente as bibliotecas públicas possuem quatro funções: educativa, informativa, cultural e recreativa. Para as autoras, esta categorização é “[...] apenas para efeito didático, uma vez que essas funções não são mutuamente exclusivas e nem é possível desvincular uma das demais”. Dias e Pires (2003), também enxergam estas funções baseadas no papel social da biblioteca pública.

A função social desse modelo de biblioteca é prover acesso às informações, publicadas ou não, inclusive à herança cultural ou à memória social da comunidade. Além disso, esse modelo tem por objetivos a educação formal e contínua, informação *lato senso*, informação utilitária, cultura e lazer, podendo também funcionar como centro de ensino em rede, centro global de informação eletrônica, informação governamental ou oficial, centro para educação continuada, centro de informação à comunidade para resolução de problemas comunitários e centro de desenvolvimento econômico (informações sobre emprego, esclarecimentos para negócios e colaboração com a comunidade local) (DIAS; PIRES, 2003, p. 12).

A função educativa permite a oferta de serviços variados pela biblioteca pública. Para o público infantil pode, por exemplo, ser trabalhado o hábito de leitura, auxiliando no processo de aprendizagem da leitura. Para jovens e adultos é possível também que sejam ofertados cursos complementares para a educação permanente, de modo que a biblioteca disponibilize a estrutura física e tecnológica necessária a realização desses serviços.

A diversidade de recursos e temas neste perfil de biblioteca também é um ponto tratado pela IFLA (2012), porque, desta forma, os usuários podem encontrar materiais de apoio, voltados tanto para a educação formal, quanto para a informal. Neste contexto, a biblioteca deve proporcionar “materiais de apoio à alfabetização e ao desenvolvimento de conhecimentos básicos para a vida” (IFLA, 2012, p. 47). Sendo assim, verifica-se, por exemplo, que uma mudança significativa na atuação das bibliotecas está relacionada à expansão do ensino a distância, pois desta forma elas podem desempenhar um papel auxiliar nesta modalidade, proporcionando espaço e tecnologia para acesso a materiais e ambientes virtuais.

Desta forma, a biblioteca pública se mostra relevante na assistência à educação ao longo da trajetória de seus usuários, que poderão necessitar adquirir novas habilidades nas diferentes etapas da vida. Inclusive, segundo a IFLA (2012, p. 3), “em alguns países, a necessidade de promover o avanço da educação é vista como sendo da máxima importância e, por isso, a função principal da biblioteca pública está no apoio à educação formal”.

Pela falta de bibliotecas escolares suficientes para apoio ao currículo básico escolar, muitos estudantes se tornam usuários unicamente das bibliotecas públicas, como aponta Almeida Júnior (2013). A educação não-formal e informal não são sinônimos. Para Andrade e Magalhães (1979, p. 52), a não-formal “[...] é entendida como educação desvinculada do sistema regular” e a informal é relacionada à “[...] aprendizagem não sistemática, através de instituições socio-culturais e dos meios de comunicação de massa”.

Miranda (1978), Andrade e Magalhães (1979) e Almeida Júnior (2013) discorrem sobre a problemática quanto ao papel educativo das bibliotecas públicas e apontam a questão da falta de qualidade educacional no Brasil, que tem como resultado uma população analfabeta ou semianalfabeta e sem interesse pelo aprendizado e pela leitura. Esta função educativa torna-se um desafio para os

bibliotecários, principalmente pela falta de preparo pedagógico para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem por estes profissionais.

Neste contexto educacional, Andrade e Magalhães (1979) afirmam que há despreparo dos bibliotecários para lidar com tal função, pois não possuem conhecimentos quanto ao material, atividades, serviços ou parceiros adequados, para sua realização plena. Inclusive, as atividades voltadas para a educação não formal e informal confundem-se muitas vezes com as atividades informativas e culturais. Para as autoras, “é preciso considerar que a educação é processo global e permanente e a função educativa inerente a todas as atividades desempenhadas pelas bibliotecas” (ANDRADE; MAGALHÃES, 1979, p. 53).

Segundo Almeida Júnior (2013), as funções cultural e recreativa surgiram no início do século XX se juntando à função educativa. O autor entende que as duas foram ligadas pelo material em maior abundância nas bibliotecas públicas: os livros. A primeira função se deu pelo entendimento de cultura como sinônimo de erudição; a segunda pelo fomento à leitura. O vínculo institucional natural da biblioteca pública é o órgão governamental ligado à área da cultura.

Para Andrade e Magalhães (1979, p. 55), a função cultural, dentre várias facetas, “[...] está a captação, preservação e divulgação dos bens culturais da comunidade, incluindo quaisquer formas de manifestação cultural, e não somente aquelas consideradas eruditas”. Esta função se mistura com outros tipos de instituições, como museus e galerias de arte, o que remete a uma atuação mais elitista.

Considerando a cultura popular, a biblioteca pública atua promovendo a melhor integração da comunidade com a biblioteca, não só como centro de informação, mas como centro cultural, tendo como responsabilidade a salvaguarda da documentação representativa dos valores culturais que expressam as raízes de sua comunidade, bem como na disseminação desses conteúdos. Esta atuação em bibliotecas públicas permite a preservação da identidade de diferentes povos. Neste sentido, a biblioteca deve ser uma instituição indispensável para a comunidade local. Por isso, a biblioteca pública deverá estimular sua continuidade, “[...] ao proporcionar um ponto central para o desenvolvimento cultural e artístico da comunidade, bem como ajudar a formar e manter sua identidade cultural” (IFLA, 2012, p.10).

Segundo Milanesi (2003, p. 28), “[...] as tradições locais moldam os centros de cultura, e quanto mais forte forem, mais os seus traços serão visíveis nas suas

atividades”. Por isso, não se pode ignorar a tradição oral por ser um método de comunicação importante. A biblioteca dá o suporte e o espaço para divulgação, registro e preservação de todo tipo de manifestação da comunidade. Inclusive, “[...] deve oferecer materiais nas línguas faladas e lidas na comunidade, e dar suporte as tradições culturais” (IFLA, 2012, p. 10).

Barros (2015) defende a ação cultural na biblioteca, pois possibilita a diminuição de preconceitos e discriminações que podem ocorrer em ambientes de informação e cultura. Percebe na ação cultural um processo pedagógico informacional “[...] que pode ser impregnado de elementos lúdicos, o que pode ser muito produtivo considerando-se a diversidade de públicos e a flexibilidade e adaptabilidade necessária aos centros de informação, especializados ou não” (BARROS, 2015, p. 79).

Para Milanesi (2003), no entanto, a base de toda atividade cultural é a disponibilidade da própria informação, bem como torná-la acessível a todos. Em princípio, o trabalho cultural cria uma nova expressão a partir do conhecimento do que já foi criado. E não é uma ação que se encerra, ela é contínua, pois, além de trabalhar com a informação, cria novos conhecimentos. A cultura envolve-se com o intelecto e com as emoções, e tais questões direcionam na liberdade das escolhas. “A cultura é a possibilidade mais poderosa pra oferecer informações e criar condições para repensá-las, desvelando as aparências, revendo o passado e inventando o futuro” (MILANESI, 2003, p. 127).

Silveira e Reis (2011) fizeram um mapeamento das relações entre as bibliotecas públicas e algumas práticas culturais humanas ligadas a utilização de livros. Para os autores, no início da existência das bibliotecas, seu perfil era depositário com relação ao seu acervo, mas a partir das revoluções em torno do livro criou-se um perfil social. Na modernidade, além das atividades tradicionais relacionadas ao livro, as bibliotecas devem participar ativamente do processo de construção social e histórica da cultura, proporcionando visibilidade frente a comunidade. É um espaço de diálogo com o passado, bem como de criação e inovação.

A função recreativa, por sua vez, é aquela que oferece ao usuário o entretenimento por meio da leitura e outras atividades. Para Andrade e Magalhães (1979) é uma função que está perdendo espaço por conta dos meios de comunicação, e da percepção de que a biblioteca deve oferecer mais informação do

que lazer. Neste sentido, Andrade e Magalhães (1979, p. 56) defendem o livro como um objeto de lazer e pontuam que, apesar de não ser utilizado dessa forma tanto quanto outros objetos desta natureza, “[...] é preciso lembrar que, em algumas circunstâncias, o oferecimento da leitura recreativa atende a uma importante necessidade social”.

Por isso, o bibliotecário de biblioteca pública deve se atentar para sua atuação em duas frentes: com a seleção de livros e o atendimento ao usuário, pois auxiliar o usuário na utilização da leitura como entretenimento é um trabalho gradual, devendo ser considerado sempre o perfil do leitor.

O fomento à leitura, principalmente com crianças, é um trabalho integrado com a família e a escola. Nem sempre é efetivo, já que com acesso facilitado a outros meios de entretenimento, nestes ambientes nem sempre professores e familiares consideram o livro como objeto de lazer. Contudo, o bibliotecário deve considerar e buscar conscientizar estes outros agentes, que “o acesso às obras da imaginação e do saber é uma contribuição importante à educação pessoal e uma atividade relevante para o lazer” (IFLA, 2012, p. 7).

Uma ferramenta, por exemplo, que pode auxiliar os bibliotecários no entendimento dos comportamentos relacionados à leitura do brasileiro é a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (FAILLA, 2021, p. 158); é uma pesquisa nacional que tem como principal objetivo “conhecer o perfil do leitor e do não leitor e o comportamento leitor, medindo intensidade, forma, limitações, motivação, representações e condições de leitura e de acesso ao livro – impresso e digital – pela população brasileira”. Em 2019, foi realizada a última versão da pesquisa e, dentre as questões apontadas, foram apresentadas considerações sobre acesso, uso e avaliação das bibliotecas públicas e comunitárias pelos leitores e não-leitores brasileiros.

Ao considerar a identificação das bibliotecas pela comunidade, no estudo de 2019, 47% dos brasileiros a partir de 5 anos identificam uma biblioteca pública em seu bairro ou cidade. Esta quantidade em 2015 foi de 55% dos entrevistados (FAILLA, 2021). No estudo atual mostra que menos da metade da população não conhece as bibliotecas de sua cidade ou região. Dos entrevistados que frequentam bibliotecas, somente 4% responderam que frequentam sempre a biblioteca e 13% responderam que frequentam às vezes, destas bibliotecas, as “escolares ou universitárias (53%) e as públicas (54%) são as mais frequentadas” (FAILLA, 2021,

p. 33). Porém essa frequência vem diminuindo gradualmente no uso das bibliotecas escolares e universitárias, por exemplo, visto que, em 2011, 64% dos entrevistados indicaram a frequência.

A baixa frequência a bibliotecas pode estar associada à percepção que os brasileiros têm desses espaços. Para 56% deles, as bibliotecas são percebidas como um lugar para estudar (71% em 2015). Além disso, 16% consideram que a biblioteca é um lugar para estudantes e 10% para emprestar livros para atividades escolares. Somente 16% percebem a biblioteca como um local para toda a população, 22% a consideram um local para acessar ou emprestar livros e outros materiais e apenas 3% a veem como um local para participar de atividades ou eventos culturais. (FAILLA, 2021, p. 33)

Pela pesquisa Retratos da leitura do Brasil, portanto, é possível identificar que o uso das bibliotecas, em sua maioria, se dá para estudo e pesquisa. A função recreativa da biblioteca pública ainda não é bem reconhecida ou aproveitada. Esta realidade, inclusive, pode estar relacionada às políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas públicas, uma vez que a última consideração da pesquisa é sobre a percepção negativa dos usuários em relação aos acervos destas instituições. Na questão sobre o que faria os respondentes frequentar mais esses espaços, as principais respostas foram (FAILLA, 2021):

- 26% = ter mais títulos novos
- 20% = ter títulos mais interessantes
- 19% = ser mais próxima
- 17% = ter atividades culturais

E apesar de indicar a formação do acervo como motivo que desmotiva a frequência em bibliotecas, os principais motivos apontados para não frequentar bibliotecas foram: falta de tempo (34%), não gostar de ler (20%) e não ter biblioteca próxima (13%) (FAILLA, 2021).

A percepção dos entrevistados quanto aos serviços da biblioteca mostra que, de modo geral, avaliam positivamente o atendimento, porém ao tratar do acervo, vê-se que os frequentadores encontram mais dificuldade em achar obras de interesse. “57% [dos entrevistados] dizem que encontram na biblioteca todos os livros que procuram. Entre os frequentadores, 51% dizem que buscam livros para estudar ou pesquisar e 33% buscam livros para ler por prazer” (FAILLA, 2021, p. 33).

Essa percepção da biblioteca revela que é preciso investir em um novo modelo ou na abertura de programas de atividades como rodas de leitura, conversas com autores, clubes de leitura para atrair a comunidade do entorno. Revela também que pode ser mobilizador

chamar a comunidade para participar da escolha dos acervos. Uma biblioteca “viva” deve ter ambientes mais acolhedores e multilinguagens, profissionais habilitados, mediadores e bibliotecários, acessibilidade, ser atualizada quanto a tecnologia, ter acervos atualizados e que atendam aos interesses dos usuários e materiais impressos ou digitais, programação de eventos e atividades culturais e estar aberta em dias e horários que possibilitem a frequência de toda a comunidade (FAILLA, 2021, p. 33).

A biblioteca no final da década de 1960 para 1970 acrescenta à sua função informativa a necessidade de proporcionar informações de vários modos e não mais só por meio dos livros. Resultado de um movimento das bibliotecas americanas que ao perder prestígio e conseqüentemente orçamento como espaço cultural buscou agregar outras funcionalidades para a sociedade, copiando um serviço oferecido na Inglaterra de atendimento a pessoas com problemas surgidos no pós-guerra (ALMEIDA JÚNIOR, 2013).

Pela função informativa, Andrade e Magalhães (1979, p. 53) defendem que “[...] a biblioteca deve prover informações confiáveis, rápida e eficiente” e é exercida em três áreas: apoio a educação formal; serviço de informação a comunidade e serviço de informação para a indústria. A primeira área tem uma proximidade com a função educacional, mas busca dar suporte à busca por informações voltadas a educação. Pois, considerando que os estudantes, em diversos níveis de escolarização, são grandes frequentadores de bibliotecas públicas, boa parte dos seus serviços se volta para este público.

A segunda área refere-se ao movimento apontado por Almeida Júnior (2013) de ações da biblioteca frente a comunidade, buscando proporcionar informações utilitárias e muitas vezes pontuais. Andrade e Magalhães (1979) destacam esta atuação como um centro referencial que auxilia na busca por soluções de problemas da vida cotidiana. Já a terceira área auxilia, por sua vez, empresas de pequeno e médio porte que não possuem seus próprios centros de informação. As autoras questionam, entretanto, esta área de atuação para bibliotecas públicas brasileiras, que não possuem muitos recursos para investir em acervo e serviço, para um segmento tão pequeno frente a outros mais necessitados de informação.

A IFLA (2012, p. 5) entende que é um direito humano fundamental poder ter acesso a informações. E não só acessar, mas também compreendê-las. O século XXI é o momento histórico em que as informações estão mais disponíveis. Desta forma, a biblioteca deve disponibilizar coleções da história e da literatura mundial.

Mas sua atuação pode ser mais pontual na curadoria de informações, pois a biblioteca pública tem a responsabilidade de selecionar e disponibilizar rapidamente informações da localidade onde atua, conforme aponta a missão número 9 (nove) do Manifesto. Ela também funciona como ponto de memória do passado “ao reunir, conservar e dar acesso a materiais relativos à história da comunidade e de seus membros” (IFLA, 2012, p. 5). Proporcionar acesso a literatura criada pela própria comunidade é uma função das bibliotecas públicas.

Os serviços oferecidos pelas bibliotecas públicas têm o intuito de atender seus usuários, e, de preferência, devem ser planejados entendendo seu público. Inclusive com estudo de usuários. Os serviços são o que aproximam o usuário da biblioteca. O de referência, por exemplo, é a vitrine, que proporciona o contato direto na busca da informação.

2.1.1 História das bibliotecas públicas no Brasil

Considerando agora a história das bibliotecas públicas no Brasil, a primeira biblioteca com característica de pública foi a Biblioteca Pública da Bahia, fundada em 4 (quatro) de agosto de 1811. Esta biblioteca surgiu pela iniciativa dos cidadãos e não por plano governamental. Segundo Suaiden (1980, p. 5), em 5 (cinco) de fevereiro de 1811, o coronel e intelectual baiano Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco encaminhou um projeto “[...] ao Conde dos Arcos, governador da Capitania da Bahia, solicitando a aprovação do plano para a fundação da biblioteca”.

Com relação ao efetivo funcionamento das bibliotecas públicas, a ideia da Biblioteca Pública da Bahia era de ser mantida pela cooperação de todos os cidadãos que quisessem fazer parte dela. Desde o começo, considerando o desenvolvimento de coleções, as doações são parte importante da construção de acervos em bibliotecas públicas, sendo uma cultura que dificulta na objetividade na eficiência de suas coleções.

A ideia de Castello Branco era começar com subscritores de um plano coletivo de assinaturas de revistas e, com as sobras financeiras, adquirir livros para formar uma biblioteca. Castello Branco propôs, ainda, que, “para que destes elementos se possa formar com mais brevidade uma biblioteca ampla e capaz de preencher os fins de uma geral instrução, serão convidados os subscritores a entrarem para este estabelecimento com suas livrarias particulares ou com aquelas obras que podem dispensar do seu uso ordinário, as quais serão encaminhadas por doação ou por

empréstimo, de que se lhe dará um a clareza, e far-se-ão os assentos necessários [...] (SUAIDEN, 1980, p. 6).

Com o tempo, cada estado providenciou a criação de uma biblioteca pública. O Quadro 2 apresenta cronologicamente a criação de bibliotecas públicas estaduais, por iniciativa do governo. Os dados foram atualizados a partir de pesquisa feita por Suaiden (1980) das bibliotecas mencionadas.

Quadro 2 - Bibliotecas públicas estaduais²

Nome original	UF	Ano de criação	Nome atual
Biblioteca Pública da Bahia	BA	1811	Biblioteca Pública da Bahia
Biblioteca Pública do Estado do Maranhão	MA	1829	Biblioteca Pública Benedito Leite
Biblioteca Pública do Estado de Sergipe	SE	1848	Biblioteca Pública Epiphânio Dória
Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	PE	1852	Biblioteca Pública Presidente Castello Branco
Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina	SC	1855	Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina
Biblioteca Pública do Espírito Santo	ES	1855	Biblioteca Pública Estadual Levy Cúrcio da Rocha
Biblioteca Pública do Estado da Paraíba	PB	1857	Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista
Biblioteca Pública do Paraná	PR	1857	Biblioteca Pública do Paraná
Biblioteca Pública do Estado de Alagoas	AL	1865	Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos
Biblioteca Pública do Estado do Ceará	CE	1867	Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel
Biblioteca Pública do Estado do Amazonas	AM	1870	Biblioteca Pública do Estado do Amazonas
Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul	RS	1871	Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul
Biblioteca e Arquivo Público do Pará	PA	1871	Biblioteca Pública Arthur Vianna
Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro	RJ	1873	Biblioteca Parque Estadual
Biblioteca Estadual do Piauí	PI	1883	Biblioteca Estadual Desembargador Cromwell Carvalho
Biblioteca Pública Estadual do Mato Grosso	MT	1912	Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça
Biblioteca Pública do Amapá	AP	1945	Biblioteca Pública Elcy Lacerda
Biblioteca Pública do Acre	AC	1948	Biblioteca Pública Estadual de Rio Branco
Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais	MG	1954	Centro de Educação Permanente Prof. Luís de Bessa
Biblioteca Pública Câmara Cascudo	RN	1963	Biblioteca Pública Câmara Cascudo
Biblioteca Pública Estadual de Goiás	GO	1967	Biblioteca Estadual Escritor Pío Vargas
Biblioteca Pública Dr. José Pontes	RO	1969	Biblioteca Pública Estadual Doutor José

² Criadas por iniciativa governamental.

Pinto		Pontes Pinto
-------	--	--------------

Fonte: Da autora, a partir de Suaiden (1980, p. 7-8)

No entanto, mesmo com a criação de novas bibliotecas, frequentemente elas não eram alocadas em edifícios ou espaços geográficos pensados especificamente para o pleno acondicionamento e funcionamento de seus acervos e serviços. Aos poucos a criação das bibliotecas começou a ser pensada juntamente com projetos arquitetônicos de locais próprios e convenientes a elas, trazendo a atuação de profissionais qualificados e a criação de políticas adequadas ao seu funcionamento.

Para orientação em relação às questões de estímulo à criação de bibliotecas públicas e suas cooperações, em 22 de agosto de 1961, publicou-se o Decreto nº 51.223 que criou o Serviço Nacional de Bibliotecas no Ministério da Educação e Cultura, buscando fortalecer as bibliotecas com um órgão que as pensaria como uma rede cooperativa. No artigo 1º, o decreto apresenta suas finalidades:

- a) Incentivar as diferentes formas de intercâmbio bibliográficos entre as bibliotecas do País;
- b) Estimular a criação de bibliotecas públicas e, especialmente de sistemas regionais e bibliotecas;
- c) Colaborar na manutenção dos sistemas regionais de bibliotecas;
- d) Promover o estabelecimento de uma rede [sic.] de informações bibliográficas que sirva a todo o Territorial Nacional.

Conforme atesta Suaiden (1980), diante da ineficiência do Sistema Nacional de Bibliotecas, a partir do Decreto nº 62.239 de 8 de fevereiro de 1968, ele foi incorporado ao Instituto Nacional do Livro (INL) que passou “a coordenar a política nacional de bibliotecas, tendo como meta prioritária a biblioteca pública” (SUAIDEN, 1980, p. 11).

Segundo Suaiden (1980), o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) teve sua implantação iniciada em 1977 pelo INL, desde o começo tendo grande importância no desenvolvimento nacional das bibliotecas públicas, com ações também voltadas ao fortalecimento das bibliotecas públicas estaduais. Somente no Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992, o SNBP foi instituído legalmente, sendo um órgão subordinado diretamente à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), instituição atualmente vinculada à Secretaria Especial de Cultura, do Ministério do Turismo. Em 2014, foi modificada sua subordinação, deixando de estar vinculada à FBN e passando a ser subordinada diretamente com o Ministério da Cultura, aumentando seu poder institucional. Em 2022 está subordinada ao Departamento do Livro,

Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB), na Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural da Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo.

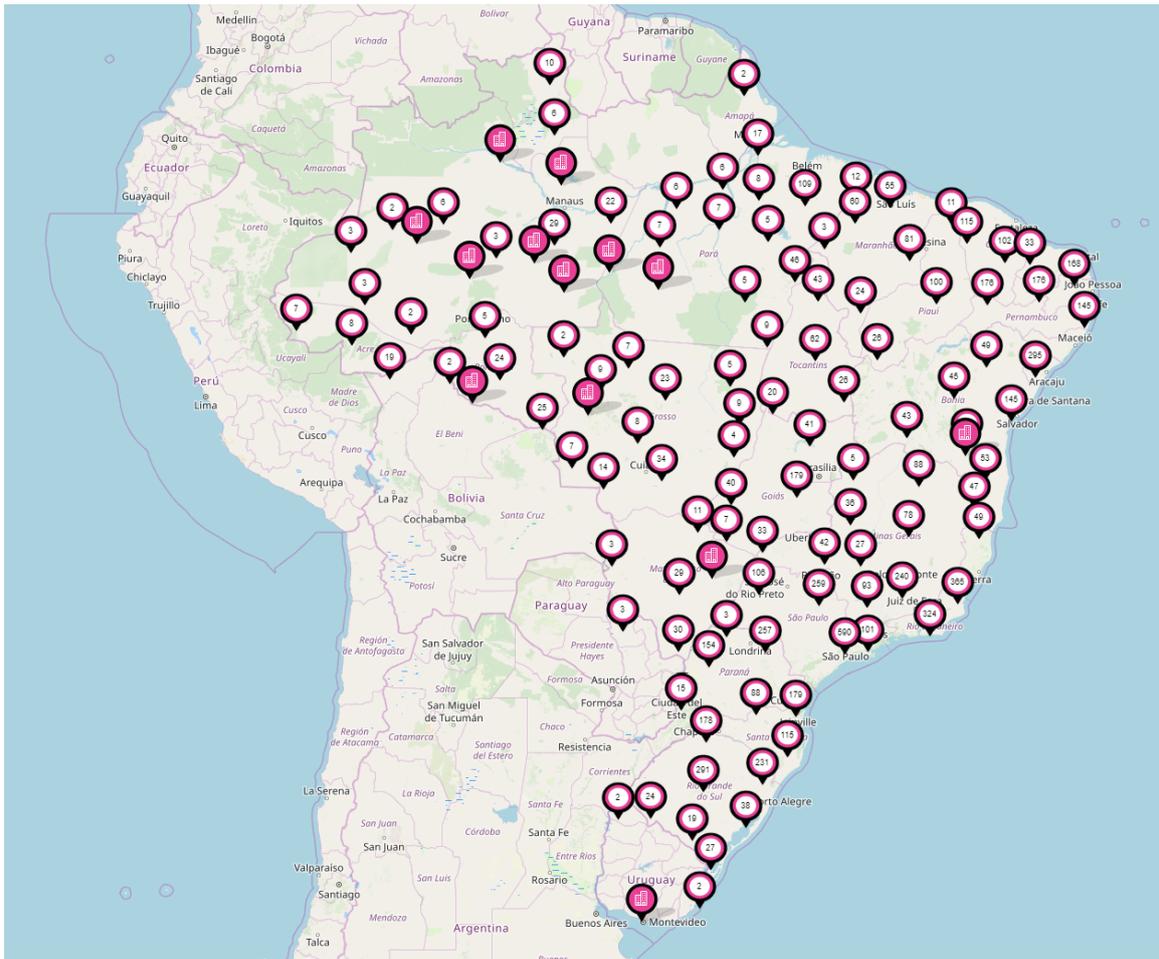
Quanto aos seus objetivos, o artigo 2º do Decreto define que o SNBP deve:

- I - incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo o território nacional;
- II - promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes;
- III - desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas brasileiras;
- IV - manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas brasileiras;
- V - incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de bibliotecas públicas;
- VI - proporcionar, obedecida a legislação vigente, a criação e atualização de acervos, mediante repasse de recursos financeiros aos sistemas estaduais e municipais;
- VII - favorecer a ação dos coordenadores dos sistemas estaduais e municipais, para que atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura no País;
- VIII - assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais, bem assim fornecer material informativo e orientador de suas atividades;
- IX - firmar convênios com entidades culturais, visando à promoção de livros e de bibliotecas.

Atualmente, “o SNBP atua em articulação e parceria com 27 Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (SEBPs) a fim de fortalecer as ações de estímulo ao livro, à leitura e às bibliotecas.” (BRASIL, 2022, *online*)

Na Figura 1 é possível ver a distribuição de bibliotecas públicas no território brasileiro. Os ícones com numeração indicam a quantidade de bibliotecas naquela localidade.

Figura 1 – Mapa das bibliotecas públicas pelo país



Fonte: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (2020, *online*)

O primeiro censo nacional de bibliotecas públicas municipais, realizado em 2009 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), demonstra a realidade dessas bibliotecas no Brasil. Diferente das bibliotecas públicas estaduais, as bibliotecas municipais são mais numerosas no território brasileiro, caracterizadas como bibliotecas menores que atendem a um público mais reduzido.

Foram pesquisados todos os 5.565 municípios. Em 4.905 municípios foram realizadas visitas *in loco* para a investigação sobre a existência e condições de funcionamento das bibliotecas públicas municipais. Os 660 municípios restantes, identificados sem bibliotecas em 2007 e 2008 pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e atendidos pelo Programa Mais Cultura com a instalação de BPM, foram pesquisadas por meio de contato telefônico. (CENSO, 2010, p. [4])

Proporcionalmente, os resultados em 2009 foram:

- 79% dos municípios possuem bibliotecas públicas municipais em funcionamento

- 8% dos municípios não possuem bibliotecas públicas municipais
- 1% dos municípios está em fase de reabertura das bibliotecas públicas municipais
- 12% dos municípios estão em processo de implantação das bibliotecas públicas municipais pelo extinto Ministério da Cultura.

A partir do levantamento realizado em 2015, o SNBP contabilizou 6057 bibliotecas públicas no Brasil entre municipais, distritais, estaduais e federais, nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Na Tabela 1, os dados quantitativos³ das bibliotecas públicas brasileiras estão discriminados por região:

Tabela 1 - Quantidade de bibliotecas públicas no Brasil

Região	Municipais	Estaduais	Federais	Distritais	Total
Norte	443	19			462
Nordeste	1826	17		1	1844
Centro-oeste	467	3	1	30	501
Sudeste	1948	7	2		1957
Sul	1289	4			1293
Total	5973	50	3	31	6057

Fonte: Da autora, a partir dos dados de Brasil (2015)

O auxílio do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas é caracterizado pelos eixos de atuação: assistência técnica, instalação e modernização, formação de pessoal, qualificação de acervos, fomento à pesquisa e gestão da informação. Quanto ao desenvolvimento de coleções é possível perceber a atuação do SNBP em diferentes eixos, que pode auxiliar as bibliotecas a partir de consultoria a distância ou por subsídio por meio de editais.

No censo de 2009 consta que as bibliotecas públicas municipais possuem seus acervos nas seguintes proporções:

- 13% das bibliotecas possuem até 2.000 volumes
- 35% das bibliotecas possuem de 2.001 a 5.000 volumes
- 26% das bibliotecas possuem de 5.001 a 10.000 volumes
- 25% das bibliotecas possuem mais de 10.000 volumes

Os resultados acima demonstram que mais da metade das bibliotecas públicas municipais brasileiras possuem mais de 5.001 volumes, com um quarto

³ <http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/>

delas mantendo mais de 10.000 itens. Na questão relacionada à aquisição de acervo nestas bibliotecas, o censo mostra que 83% são por meio de doações e 17% por meio de compras.

O acervo das bibliotecas públicas, segundo Dias e Pires (2003, p. 12), é de “materiais de caráter educacional, cultural e recreativo, assuntos do momento, materiais populares, produzidos ou não pela indústria editorial, obras de referência, periódicos, histórias em quadrinhos, literatura”, entre outros. É possível ter coleções especiais como produção histórica e cultural local ou coleções para minorias.

A gestão da biblioteca está intimamente ligada ao ambiente interno e externo em que está inserida, sua missão, seus objetivos, seus usuários e suas funções, que são relacionadas às atividades de organização, classificação e disseminação de seus conteúdos, no sentido de transformar o acervo em conhecimento. Existem vários tipos de bibliotecas e cada uma delas trazem características específicas que norteiam os seus desenvolvimentos de coleções.

Evans (1979), Vergueiro (1989; 1993) e Curley e Broderick (1985) apresentam em seus estudos o desenvolvimento de coleção em biblioteca pública, biblioteca escolar, biblioteca universitária e biblioteca especializada. Dias e Pires (2003), ao traçarem este estudo, acrescentaram biblioteca técnica, centro de informação, centro de documentação, arquivos, centro de informação referencial, biblioteca de multimídia ou midiateca e biblioteca digital.

Quanto ao perfil de cada biblioteca e o desenvolvimento de coleção, Weitzel (2013) sistematizou as definições apresentadas por Vergueiro (1989) sobre as etapas do processo de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas: pública, infantil, escolar, universitária e especializada (Quadro 3).

Quando se trata do perfil de cada biblioteca para o desenvolvimento de coleções, Dias e Pires (2003) entendem que a ênfase deve ser feita na análise da comunidade, seleção de materiais, aquisição, avaliação, desbaste, conservação e restauração.

Quadro 3 – As etapas do processo de desenvolvimento de coleções em bibliotecas

Tipo de biblioteca	Objetivos	Tipos de coleções	Ênfase no processo de desenvolvimento de coleções
Pública	Democratizar a informação para a comunidade local	Obras de referência, ficção, não ficção, biografias, jornais e revistas	Estudo da comunidade, Avaliação, Desbastamento
Infantil	Estimular a leitura/formar o leitor	Livros infanto-juvenis, de pano, HQs, brinquedos, etc.	Seleção, Desbastamento
Escolar	Apoiar os programas de ensino oficial	Obras de referência, livros paradidáticos, literatura e não ficção	Seleção, Desbastamento
Universitária	Apoiar os programas de ensino, pesquisa e extensão	Livros e periódicos técnico-científicos	Avaliação, Desbastamento
Especializada	Objetivos e metas da instituição mantenedora	Normalmente material especial	Seleção, Aquisição e Desbastamento

Fonte: Weitzel (2013, p. 24), adaptado de Vergueiro (1989)

Weitzel (2013) destaca que as coleções das bibliotecas públicas são orientadas para as questões da atualidade, desta forma o estudo contínuo do público-alvo é necessário para que a biblioteca pública cumpra a sua missão, por meio do estudo da comunidade que também orienta a avaliação de coleções. A partir do resultado destes processos é que se torna possível definir a permanência, remanejamento ou descarte dos documentos.

Ao estruturarem as coleções de bibliotecas públicas, os gestores devem considerar que as coleções estão intimamente ligadas aos seus serviços, orientados para a comunidade que atende, não devendo, por isso, ignorar a finalidade de preservação e conservação de coleções para as futuras gerações. O tamanho do acervo não define sua qualidade, devendo também atualmente considerar o mundo digital. De modo que, a importância do acervo seja medida a partir da relação com as necessidades da comunidade que atende.

O tamanho do acervo é determinado por muitos fatores, que incluem espaços, recursos financeiros, população da área da atuação da biblioteca, proximidade de outras bibliotecas, função regional das coleções, acesso a recursos eletrônicos, avaliação das necessidades locais, taxas de aquisição e descarte, e política de intercâmbio de acervo com outras bibliotecas (IFLA; KOONTZ; GUBBIN, 2012, p. 83)

Mas o ideal da biblioteca pública contrasta com a sua história e seu propósito inicial, pelo menos no Brasil. Pela forma como surgiu, segundo Almeida Júnior (2004, p. 12) “[...] a biblioteca pública sempre esteve a serviço dos interesses da elite, dos dominadores” ainda destaca que a história das bibliotecas está relacionada com a história dos vencedores. As bibliotecas têm como responsabilidade a preservação do conhecimento humano, porém o conhecimento preservado é daqueles que contam a história, “[...] dos que determinam a forma como lemos a história, dos que traçam os destinos da humanidade” (ALMEIDA JÚNIOR, 2004, p. 12).

Milanesi (2003, p. 117-118), por sua vez, relembra que foi no Estado Novo que nasceu o primeiro programa brasileiro de incentivo às bibliotecas públicas. O programa objetivava principalmente na doação de livros para os acervos das bibliotecas, criando bibliotecas ou ampliando acervos.

A doação caracterizava-se como atividade central, e, por vezes, a única. Escolher livros, empacota-los e fazer a remessa para milhares de bibliotecas demonstrava, na prática, o caráter autoritário dessa ação, uma vez que as cidades ou os grupos sociais não podiam de forma alguma participar do processo, pois recebiam o saber selecionado e fechado de acordo com a visão daqueles que ditavam as normas e procedimentos da política de incentivo às bibliotecas. As obras escolhidas por certo passavam pelo crivo das autoridades culturais, estando, pois, perfiladas às expectativas do poder político da época. E isso da forma mais incisiva, uma vez que os livros destinavam-se à leitura pública promovida por órgãos oficiais na maioria dos casos (MILANESI, 2003, p. 118).

Neste esquema de montagem de acervo adicionado à falta de interesse em contratar bibliotecários capacitados para a gestão dos espaços resultou, segundo Milanesi (2003), no quadro atual das bibliotecas públicas, sendo milhares de bibliotecas públicas com a utilidade limitada, com papel reduzido, servindo a um público restrito, não assumindo uma das atividades fundamentais que é informar.

O entendimento de biblioteca como sinônimo de espaço com acervo vem de sua história, pois o que definia a biblioteca era sua coleção. Mesmo incluindo a biblioteca na política cultural que começa a se desenvolver a partir da década de 1940, ela se enontra numa categoria à parte. Como aponta Milanesi (2003, p. 121), “o seu papel tornou-se perfeitamente claro, ainda que o desempenho ficasse aquém do desejável: deveria atender a quem desejasse livros, por qualquer motivo que fosse. Daí a questão derivar para o acervo”.

Neste sentido, Almeida Júnior (2013), ao discorrer sobre a avaliação de serviços em bibliotecas públicas, aponta uma questão relevante quanto ao acervo: as bibliotecas públicas, bem como outras bibliotecas de variados tipos, priorizaram o processo de guardar, manter, armazenar e, contudo, preservar suas coleções sem dar a devida importância quanto a disseminação e uso dos acervos.

Em contrapartida com as primeiras bibliotecas públicas do Brasil que existiam pelos esforços dos cidadãos que as frequentavam, as mais atuais evoluíram numa indiferença quanto ao seu público. Neste sentido, Almeida Júnior (2013, p. 69) pontua:

A passividade; o isolamento; a falta de interesse em promover mudanças; o apego incondicional ao tecnicismo; a defesa de uma pretensa neutralidade e imparcialidade; o enfoque prioritário e exclusivo no livro e na leitura; a ideia de que os problemas são resolvidos dentro apenas de seu pequeno espaço; o discurso que advoga a democratização da informação, mas inteiramente dissociado de uma prática voltada para o atendimento de uma ínfima parcela da população; a falta de uma participação efetiva na vida do país; todos esses pontos resultaram numa biblioteca pública com um perfil tradicional. Caracterizada dessa forma, a biblioteca pública parece existir por si só, independente da comunidade a quem deve servir.

Para o autor, a biblioteca pública deve resgatar suas grandes funções: educacional, cultural, de lazer ou recreacional e informacional. O acervo deve refletir estas funções, bem como a atuação dos profissionais, principalmente os bibliotecários.

A definição de critérios para seleção do acervo na biblioteca pública, segundo Biblioteca Nacional (2010, p. 69), “deve levar em consideração aspectos relativos a cada biblioteca e a cada comunidade em particular”. Alguns critérios, no entanto, são entendidos como básicos nas bibliotecas públicas, sendo eles: atualização, reposição, demanda, qualidade e pluralidade.

Primeiro, a biblioteca precisa conhecer a comunidade local para poder atender a todas as suas necessidades de informação, ou, o máximo que conseguir. Segundo não se deve excluir obras sobre assuntos atuais como drogas, pandemia, ecologia, medicina natural, auto-ajuda, computação, dentre outros. E, por fim, formar coleções de obras relativas à história, geografia, folclore, literatura sobre a região ou escritas por autores locais. Este esforço busca contar as histórias locais, incluir informações pertinentes para o usuário e a gama de demandas.

Outra orientação que é passada pela publicação da Biblioteca Nacional (2010) é relacionada a identificação das obras raras. Dentre os acervos das bibliotecas públicas é possível encontrar raridades documentárias. Neste sentido, a orientação aponta qualificações traduzidas em critérios de seleção, segundo a Divisão de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional: primeiras impressões e impressões até 1720; edições de tiragens reduzidas; edições especiais; edições clandestinas; obras esgotadas; exemplares de coleções especiais; exemplares com anotações manuscritas de importância documental, incluindo dedicatórias; obras científicas de assuntos tratados à luz da época em que foram produzidas datadas do período inicial da ascensão de determinada ciência; publicações impressas em circunstâncias especiais (períodos de guerra, por exemplo); livros anteriores a 1900; e livros de 1900 a 1950, devendo-se conservar um exemplar como obra rara.

Para IFLA (2012, p. 13), o desenvolvimento de coleções deve basear-se no princípio do acesso universal e incluir a disponibilidade de formatos adequados para certos grupos de usuários, como, por exemplo, livros em Braille e audiolivros para pessoas com deficiência visual.

2.2 Desenvolvimento de coleções

A última das cinco leis de Ranganathan⁴ (2009) diz que “a biblioteca é um organismo em crescimento”. Por isso, a biblioteca está sempre num processo de adequação quanto aos seus objetivos e quanto às necessidades de seus usuários. É uma instituição que não se ocupa somente com processos técnicos e atendimento, pois é orientada por um processo administrativo que determina a forma com que as atividades serão realizadas. Como defendem Maciel e Mendonça (2006, p. 7), “as bibliotecas devem ser vistas como organização [...] com resultados programados e avaliados constantemente”.

Um dos serviços essenciais da biblioteca e que auxilia na criação de um acervo coerente quanto a seus objetivos e seus usuários é o desenvolvimento de coleções que, segundo Vergueiro (1989), é uma área que se consolidou a partir de

⁴ Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972), matemático e bibliotecário, formulou cinco leis da biblioteconomia a partir da observação direta do mundo dos livros e das bibliotecas: Os livros são para serem usados, A cada leitor o seu livro, Para cada livro o seu leitor, Poupe o tempo do leitor e A biblioteca é um organismo em crescimento. Contribuiu com a área de tal forma que foi considerado o pai da biblioteconomia indiana. Sempre com uma abordagem clara apresentava boas práticas da Biblioteconomia. Contribuiu, inclusive, com uma teoria de classificação bibliográfica.

um movimento internacional da Biblioteconomia que surgiu no final da década de 1960 e início da década de 1970.

Um dos problemas mais sérios que existe hoje na biblioteca é o desenvolvimento de coleções. Durante as últimas décadas, enquanto o dinheiro estava disponível relativamente, os bibliotecários concentraram-se na construção de instalações maiores, na aquisição de materiais a uma taxa exponencial e na ampliação de equipes para controlar a explosão de informações. Os anos 60 são um testemunho dessa abordagem. Durante esse período, o slogan predominante "quanto maior, melhor" levou a acreditar que a excelência está diretamente relacionada à quantidade de volumes que uma biblioteca possui. Ironicamente, esse slogan forjou a ação do bibliotecário na administração de materiais, em vez do desenvolvimento significativo da coleção - a razão de ser da biblioteca (BAUGHMAN, 1977, p. 241, tradução nossa).

Vergueiro (1993) destaca que antes do período do movimento pelo desenvolvimento de coleção, os bibliotecários já tinham a preocupação com o acervo das bibliotecas, principalmente aqueles que trabalhavam em bibliotecas universitárias. A aquisição, por exemplo, sempre foi uma atividade do bibliotecário. Weitzel (2012, p. 180) destaca que "o processo de formar e desenvolver coleções sempre esteve presente ao longo da história do livro e das bibliotecas".

Da Antiguidade até o meio da Idade Moderna, a valorização da coleção era de acordo com a quantidade, o que era possível devido à estrutura da produção editorial e das tecnologias para reprodução de documentos da época. A ideia principal era a de acumulação e armazenamento de coleções, viável naquele contexto. Porém, com a invenção da imprensa e o aumento de produção científica, não era mais possível a construção de coleções por esta perspectiva, surgindo, portanto, a necessidade de restringir o escopo.

A origem da explosão bibliográfica está relacionada com a invenção da imprensa de Gutenberg, em 1448, período marcado pelo florescimento do conhecimento técnico-científico livre dos auspícios da Igreja Católica. Através desse instrumento surgiu a possibilidade de reprodução em série do conhecimento registrado, o que desencadeou, ao longo de seis séculos, o aumento exponencial do volume de publicações editadas no mundo (WEITZEL, 2002, p. 62).

É relevante destacar que a invenção da imprensa trouxe inúmeras vantagens, porém também sofreu com efeitos colaterais, como apresenta Burke (2002). Entre eles está o alastramento da informação, o qual os estudiosos não tinham capacidade de acompanhar, além do problema com a preservação, de toda esta informação. Também surgem os problemas da seleção e da crítica de livros e

autores. A própria Biblioteconomia teve um grande avanço por conta das problemáticas que surgiram com a invenção da imprensa, pois tiveram que repensar sua atuação e utilizar novos métodos de gerenciamento de informação (BURKE, 2002).

Weitzel (2012, p. 181) relata que na primeira metade do século XVII, “os modelos que apoiavam a formação de coleções consideravam aspectos religiosos ou relativos à raridade e luxo das obras, sem considerar o valor de seu conteúdo”. As obras eram selecionadas geralmente por interesse da obra como objeto, ou pela temática religiosa.

Naudé (1627 apud WEITZEL, 2002, p. 181), no entanto, trouxe inovações relacionadas ao processo de seleção nas bibliotecas. O autor defendia que as coleções deveriam ser úteis e que as bibliotecas deveriam ter uma integração para formar um “conjunto integral e altamente seletivo, representando todas as coleções de todas as bibliotecas, o que preconizava a ideia contemporânea de bibliotecas em redes”.

Os processos para descobrir como avaliar as obras sofreram adaptações ao longo do tempo, apesar de que os profissionais sempre buscaram referências para os guiarem às escolhas. Por exemplo, no século XIX, as bibliotecas usaram muito as obras dos bibliófilos como documentos norteadores para identificação das obras relevantes no processo de seleção, “[...] tanto do ponto de vista técnico quanto prático, uma vez que os títulos recomendados para fazer parte do acervo estavam listados com as apreciações do bibliófilo” (WEITZEL, 2012, p. 180).

Neste contexto, o desenvolvimento de coleções se consolida como área de estudo e atuação pela necessidade de definir o que uma biblioteca tem a missão e a capacidade de salvaguarda. Fica claro com o tempo que nenhuma biblioteca é autossuficiente, não tendo a capacidade de satisfazer a todas as necessidades informacionais de seus usuários. A realidade da escassez de recursos econômicos e de espaço físico, fica cada vez mais evidente nas bibliotecas, levando a repensar a construção do acervo e as formas de acesso.

As bibliotecas da era pré-Gutenberg, se caracterizam por coleções infinitamente menores em volume, se comparadas com os padrões atuais. Certamente que, essa prática hoje torna-se inatingível e contraproducente. Por isso, essa temática se consolidou somente no século XX. Assim, as atividades de desenvolvimento de coleções constituem a resposta a essa impossibilidade contemporânea devido

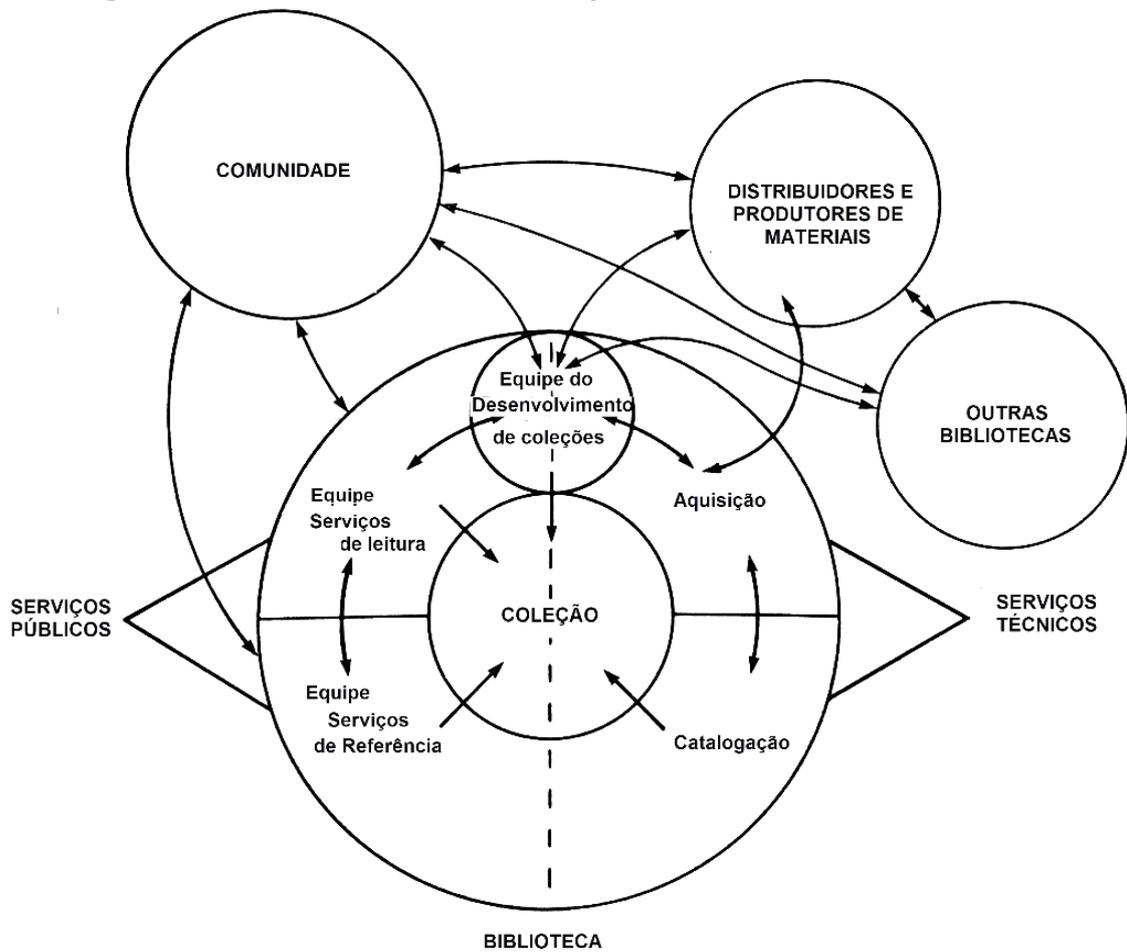
ao crescente aumento de publicações, o qual culminou com a explosão bibliográfica. (WEITZEL, 2002, p. 62).

A nova abordagem iniciada em 1960 valorizou o acesso, orientada pela missão institucional, pelo perfil e pelas necessidades dos usuários. A partir deste marco, a literatura especializada validou o termo desenvolvimento de coleções como “os processos e as políticas que envolvem ações em relação às coleções” (WEITZEL, 2012, p. 181). O foco começa a ser no usuário e no uso em vez de somente na preservação da produção documental. Novos métodos e modelos teóricos sugeriram então, pela mudança de mentalidade,

[...] ou seja, o abandono de práticas e/ou visões de mundo tradicionalmente assimiladas, mas raras as vezes questionadas. Trata-se do abandono de uma postura tradicional, enfim, que não conseguia ver, no desenvolvimento de coleções, nada mais que a pura ou simples aquisição de materiais informacionais. É que, também, mostrou-se, muitas vezes, pouco permeável a novas atribuições, principalmente aquelas relacionadas com o planejamento do acervo (VERGUEIRO, 1993, p. 15).

Evans (1979, p. 23, tradução nossa) tem sua versão sistêmica do desenvolvimento de coleções. O autor o percebe como um “processo complexo que envolve vários fatores tanto dentro quanto fora da biblioteca em questão”. O fluxo e as interações que o autor percebe neste sentido podem ser vistos na Figura 2.

Figura 2 - Desenvolvimento de coleções, a biblioteca e a comunidade



Fonte: Evans (1979, p. 23, tradução nossa)

Para o autor, a biblioteca possui atividades relacionadas aos materiais geralmente técnicos, e também relacionadas ao público. O desenvolvimento de coleções, por sua vez, transita entre as atividades técnicas ao público, sofrendo influência também da comunidade, dos produtores e distribuidores de materiais (livros ou não) e de outras bibliotecas.

Com a comunidade, a relação com o desenvolvimento de coleções é clara. Já com outras bibliotecas a cooperação é essencial para um fortalecimento das coleções em conjunto, possibilitando atender os usuários da melhor maneira, sem precisar desperdiçar recursos e duplicar acervos de forma desnecessária.

Os produtores e distribuidores sempre tiveram grande influência nas coleções das bibliotecas, principalmente no que diz respeito a quais materiais são disponibilizados e de que forma é realizada a aquisição. O marketing que eles fazem

diretamente com a comunidade influencia também na forma de demanda do usuário. (EVANS, 1979)

Figura 3 - Principais influências sobre a atividade de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias



Fonte: Klaes (1991, p. 185)

Klaes (1991), ao pesquisar sobre desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias, identifica influências diretas e indiretas, como demonstra a Figura 3. A estrutura da autora apresenta três principais fatores externos que o administrador da biblioteca não tem controle e que influenciam o desenvolvimento de coleções: produção bibliográfica, custos e disponibilidade de recursos. O volume da produção bibliográfica, por exemplo, condiz com o avanço do conhecimento, bem como com o mercado editorial, enquanto que o custo dos materiais bibliográficos tem relação com a situação econômica vigente e os custos de produção.

Dentro do ambiente organizacional, a função e os objetivos da universidade, por exemplo, vão ao encontro com a função e os objetivos da biblioteca, que se refletem na sua coleção. A biblioteca está inserida num contexto acadêmico como uma extensão no processo de ensino-aprendizagem, desta forma, sua estruturação deve ser de acordo com o propósito e com as atividades de sua instituição mantenedora.

O desenvolvimento de coleções também sofreu mudanças depois de consolidada com a popularização da tecnologia.

Quase cinco décadas após o ápice da explosão bibliográfica, o novo modelo de biblioteca baseado no acesso encontra sua legitimação no advento da Internet, especificamente através do documento eletrônico. A adoção das tecnologias da informação em bibliotecas, certamente revolucionou todos os processos e atividades bibliotecárias, sedimentando a hegemonia desse novo modelo. No entanto, é o documento eletrônico que proporciona sua consagração, possibilitando oportunidade favorável para a consolidação da área de desenvolvimento de coleções (WEITZEL, 2002, p. 64).

A tecnologia como parte influente no desenvolvimento de coleções, segundo Weitzel (2002, p. 66), foi positiva no sentido de “estimular a aplicação de políticas voltadas para a qualidade e pertinência das áreas”. Aflorou também questionamentos relacionados a direitos autorais, acessibilidade e preservação.

Independente da coleção que se propõe a construir, o profissional não pode deixar de “[...] se deparar com questões próprias da natureza do processo, tais como o que se vai colecionar, por quê, para quê e para quem colecionar” (WEITZEL, 2002, p. 61). Weitzel (2013, p. 10) ainda defende que “as coleções devem estar orientadas para indivíduos, grupos sociais, instituições e sociedade de um modo geral, considerando, ainda, o tipo de biblioteca”. Neste sentido, é relevante traçar o contexto em que se administra a coleção.

Ao buscar os modelos propostos por vários estudiosos é perceptível a predominância da seleção e da aquisição no processo de desenvolvimento de coleções. “Tradicionalmente, os trabalhos sobre desenvolvimento de coleções têm analisado de forma separada as atividades que o constituem, enfatizando, em especial, as atividades de seleção e aquisição” (KLAES, 1991, p. 32).

Não há modelo sem a inclusão dos dois, que são as partes mais relacionadas diretamente com a tomada de decisão e sua execução. As duas atividades já foram consideradas independentes, mas o ideal é que sejam consideradas complementares. Para Weitzel (2013, p. 10), a formação e desenvolvimento de coleções “trata-se de um princípio que prescinde não somente da seleção e aquisição, mas também das demais etapas do processo de desenvolvimento de coleções para cumprir sua missão”, como avaliação e desbaste.

Em seu estudo, Hendrick Edelman (apud VERGUEIRO, 1993) percebe três níveis de hierarquia no processo de desenvolvimento de coleções, sendo Gestão da seleção, Seleção e Aquisição. No primeiro nível está a função de planejamento que

leva em consideração “aspectos do meio ambiente, como a demanda do usuário, sua necessidade e expectativa, o mundo da informação, os planos fiscais e a história das coleções” (VERGUEIRO, 1993, p. 15). No segundo nível, por sua vez, encontra-se a tomada de decisão e no terceiro nível acontece a implementação das decisões de seleção. Segundo Vergueiro (1993), apesar de ser estruturado os níveis como uma hierarquia, Edelman defende que eles estão em constante interação e sobreposição. Percebe-se que no primeiro nível está o processo de verificação das demandas da biblioteca, no segundo nível busca-se identificar, localizar e definir as obras desejadas. Já no terceiro nível o processo efetivo de adquirir as obras selecionadas é realizado.

Vergueiro (1993), Ryland (1982 apud VERGUEIRO, 1993), Magrill e Hickey (1984 apud VERGUEIRO, 1993) também entendem o desenvolvimento de coleções como uma atividade complexa que abrange várias tarefas, que têm como base um processo de planejamento e tomada de decisão. A partir da percepção de que os recursos das bibliotecas deveriam ser aplicados na qualidade de suas coleções, os bibliotecários mudaram sua atuação, se adequando a uma nova abordagem quanto às coleções.

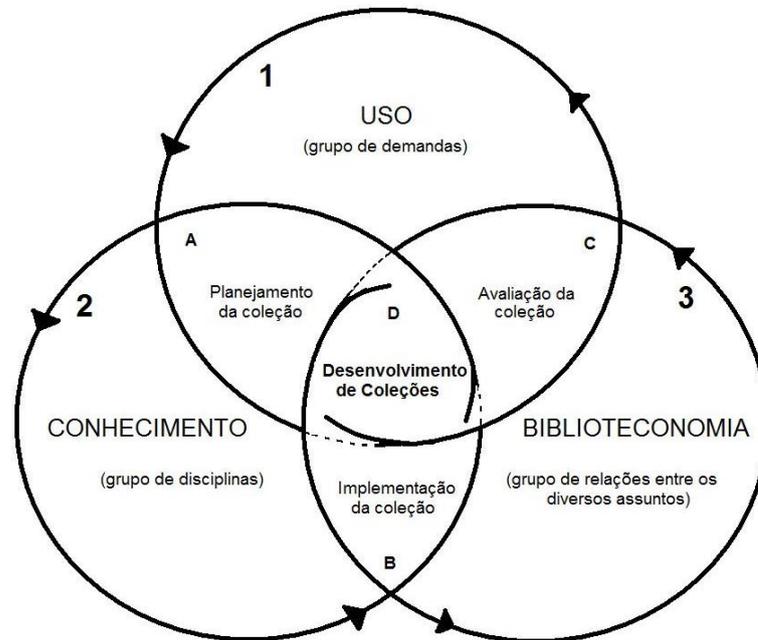
A qualidade da coleção, segundo Baughman (1977), é um conceito relativo que liga a informação aos usuários. Nessa condição, para o autor, a principal pergunta que os bibliotecários devem fazer é: as informações podem ser adquiridas efetivamente em termos de conhecimento e uso?

Na década de 1980, a metodologia relacionada ao desenvolvimento de coleção incluía a abordagem estruturalista, que “procura encontrar um padrão de relacionamento, uma vez que se presume que a coleção efetiva se baseia na identificação de uma estrutura” (BAUGHMAN, 1977, p. 242, tradução nossa). Ou seja, a partir desta estrutura que o plano de desenvolvimento de coleções deve ser determinado.

Baughman (1977, p. 242) considera três componentes básicos para a construção do desenvolvimento de coleções: **uso** (grupos de demandas); **conhecimento** (grupos de disciplinas, assuntos, tópicos e áreas de estudo); e **Biblioteconomia** (grupo de relações entre as literaturas de diversos assuntos). Ele apresenta esta relação em forma de conjuntos (Figura 4), tendo o desenvolvimento de coleções como a interseção do planejamento, implementação e avaliação da

coleção, ou seja, o desenvolvimento de coleções é a relação efetiva de alguns componentes.

Figura 4 - Abordagem estruturalista do desenvolvimento de coleção



Fonte: Baughman (1977, p. 243), tradução nossa

Segundo o autor:

- Planejamento de coleção: é um projeto para acumular documentos fins, conforme determinado pelas necessidades, metas, objetivos e prioridades da biblioteca.
- Implementação da coleção: refere-se ao processo de tornar os documentos acessíveis para uso.
- Avaliação da coleção: envolve examinar e julgar com relação a metas e objetivos estipulados.

Verifica-se que na reflexão sobre o desenvolvimento de coleções é importante entender as questões ligadas à demanda, à necessidade e ao uso da informação pelos usuários. Desta forma, “o estudo de usuário é valioso como uma técnica para determinar os padrões de uso e deve ser empregado como base para a tomada de decisões na área de ‘uso’ do desenvolvimento de coleções” (BAUGHMAN, 1977, p. 242, tradução nossa).

Uma das problemáticas que Baughman (1977) percebe ao considerar a demanda e o uso para elaborar uma política de desenvolvimento de coleção é a

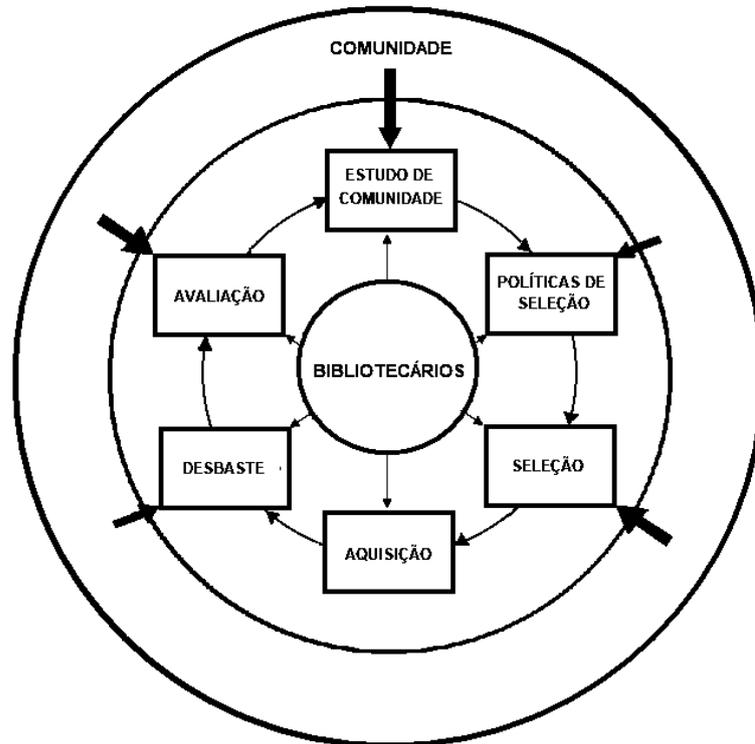
dificuldade em se considerar a informação apresentada como relevante para o usuário, antes de sua manifestação, tendo uma percepção tardia deste desejo. Sendo assim, para o desenvolvimento efetivo da coleção é necessária a análise do bibliotecário quanto à adequação na relação entre o conjunto de demandas e o conjunto de disciplinas dentro da estrutura de desenvolvimento de coleção.

Quando a política de coleção de bibliotecas é formulada com um olho na estrutura das literaturas dos sujeitos, o bibliotecário pode estar em melhor posição para lidar com a volumosa produção de registros de conhecimento dos quais ele deve isolar e proteger os documentos que têm potencial de uso. O bibliotecário tem a responsabilidade de criar coleções que incluam itens com valor inerente, representando uma necessidade potencial para os usuários da biblioteca. Aqui o fluxo é da base de conhecimento para o usuário [...] (BAUGHMAN, 1977, p. 243, tradução nossa).

A tomada de decisão dos bibliotecários quanto às coleções se constrói a partir da investigação da literatura dos conhecimentos desejados, visto que é a representação concreta dos assuntos. Segundo Baughman (1977, 244, tradução nossa) “a abordagem estrutural das literaturas dos sujeitos envolve o estudo do comportamento e das propriedades de uma literatura de assunto”.

Evans (1979), por sua vez, entende o desenvolvimento de coleções no ponto de vista sistêmico, como um processo de identificação dos pontos fortes e fracos de uma coleção. O modelo proposto (Figura 5) pelo autor traz seis etapas que sistematizam o desenvolvimento de coleções: “estudo da comunidade, política de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação” que se relacionam em mesmo nível, tendo o profissional bibliotecário e equipe responsável por todos esses processos. O autor ainda frisa a influência da comunidade durante as etapas, com exceção da aquisição – visto que é uma etapa administrativa – deixando claro também a forma cíclica do processo.

Figura 5 - Processos do Desenvolvimento de Coleção



Fonte: Evans (1979, p. 20), traduzido por Vergueiro (1989)

Na estrutura de Evans (1979) a primeira etapa é realizada a partir da análise sistemática das necessidades da comunidade que atende, usando todas as ferramentas possíveis, incluindo questionários e entrevistas. O autor defende que as pessoas da comunidade são um grande recurso para a biblioteca, tendo quatro funções: publicidade, expressão direta das necessidades, ajuda voluntária e envolvimento de cidadãos em assuntos de biblioteca.

Para Evans (1979, p. 100, tradução nossa), o estudo de comunidade deve responder aos seguintes questionamentos:

1. Quem deve coletar as informações?
2. Qual informação você deseja?
3. Quais métodos serão utilizados para coletar os dados?
4. Aonde os dados podem ser encontrados?
5. Como os dados serão interpretados?

A análise tem maior efetividade se seu processo for consistente e tiver o apoio de toda a equipe da biblioteca. Dentre o que se busca descobrir no estudo de comunidade, Evans (1979) destaca que nos estudos da comunidade, as bibliotecas devem considerar os dados históricos, geográficos, políticos, legais, econômicos,

dentre outros, que estruturam esta população. Assim como observar o funcionamento e a estruturação das organizações sociais e educacionais presentes naquela região, em conjunto com a identificação dos usos e modos de sistemas de comunicação presentes na comunidade, podem trazer e fornecer um conjunto de dados que refletem as relações entre a sociedade local e a ordenação formal e informal em que está inserida

Evans (1979, p. 117, tradução nossa) finaliza que “[...] as bibliotecas têm a responsabilidade democrática de utilizar a participação dos cidadãos para fornecer melhores serviços bibliotecários”. O estudo de comunidade combinado com a participação ativa dos cidadãos resulta efetivamente nas pessoas como um recurso essencial para o funcionamento e estruturação da biblioteca.

Evans (1979) diz que uma política de seleção ou de aquisição traz informações relevantes, porém pontuais, e por isso reforça a relevância da política de desenvolvimento de coleções no processo como um todo, que agrega mais processos e etapas que apenas seleção e aquisição. O autor entende que a criação de uma política de desenvolvimento de coleção é um processo onde se percebe as fraquezas e as forças de uma coleção, de modo a direcionar as futuras ações para a correção das fraquezas e manutenção das forças.

A política de desenvolvimento de coleções deve também conter uma visão geral da biblioteca e de seu público, a delimitação das áreas de conteúdo e dos formatos que compõem a coleção, além de questões diversas ligadas a doações, desbaste e descarte, substituições e duplicatas, denúncias e censura e avaliação.

Por ser um documento norteador, ele necessita de validação por parte da equipe que trabalha com desenvolvimento de coleções. Evans (1979, p. 134-135, tradução nossa) elenca os passos básicos para o processo de desenvolvimento de uma política ideal:

1. O profissional bibliotecário gestor, que está à frente no processo de desenvolvimento de coleções, deve definir a equipe que se reunirá para fazer o esboço da política, que primeiramente deve encaminhar de volta para conhecimento;
2. O bibliotecário gestor, após a revisão, deve passar a política para toda a equipe da biblioteca para devidos comentários e sugestões;

3. A equipe que realizou o esboço original incorpora os comentários e as sugestões em uma última revisão. Pode acontecer de alguma questão ter que ser discutida novamente antes da versão final do documento;
4. A versão final da minuta é encaminhada ao conselho diretor para análise, podendo ter outra revisão, e eventualmente aprovar;
5. Outro passo pode ocorrer entre a análise do conselho diretor e a aprovação final;
6. O passo final é fazer diversas cópias da versão final para funcionários da biblioteca e para pessoas da comunidade que deseja possuir. Uma forma de construir uma boa relação com a comunidade é elaborar uma versão resumida para distribuir aos novos usuários.

Para Evans (1979) uma das questões centrais da seleção é sobre a dualidade entre escolher pela qualidade ou unicamente pelo uso. Outra questão é sobre a seleção ser um processo subjetivo e o bibliotecário além de lidar com a perspectiva pessoal ainda é influenciado pelo tipo de biblioteca, a sua política e a comunidade a quem serve.

Desta forma, a seleção é uma etapa que precisa de fontes de informações para identificar títulos pertinentes, como por exemplo, catálogos, panfletos, anúncios, bibliografias entre outras.

A seleção e a aquisição são etapas diferentes, apesar de alguns profissionais considerarem o mesmo processo. Para Evans (1979) são departamentos distintos e a aquisição tem quatro metas primárias: adquirir os materiais o mais rápido possível, manter o maior nível de precisão do trabalho produzido, manter os processos de trabalho simples de modo a atingir o menor custo unitário possível e desenvolver uma proximidade de trabalho amigável entre outras bibliotecas e fornecedores.

A solicitação dos materiais é feita com uma documentação formal, após aprovação da equipe de seleção, e necessita das informações básicas dos documentos como autor, título, editor, data de publicação, edição, preço, número de exemplar e o nome do solicitante. Pode ter outras informações complementares como: série, fornecedor, fundo a ser cobrado e assinatura de aprovação. As informações básicas podem mudar dependendo do tipo de material. Os periódicos, por exemplo, apresentam o número ISSN (EVANS, 1979).

O processo de aquisição deve ser bem controlado, afinal, pode ocorrer problemas quanto a compra, podendo receber títulos de outra edição, não receber os itens solicitados, quantidade incorreta ou edições imperfeitas. Mas não é só de compra que se adquire materiais. Há processos de doações e permutas também, utilizando as boas relações com outras instituições. (EVANS, 1979)

Segundo Evans (1979, p. 216, tradução nossa), algumas pessoas gostam de pensar no desbaste como a seleção ao contrário. Nem sempre é uma atividade realizada, mas é necessária em todo o processo de desenvolvimento de coleção. O autor define o desbaste como a “prática de descartar ou transferir para o depósito excesso de cópias, livros pouco usados ou não utilizados”.

Existem critérios que podem ser utilizados para o descarte, para McGraw (apud Evans, 1979) são eles: duplicatas; doações que não foram solicitadas ou desejadas; livros obsoletos, principalmente científicos; edições substituídas; livros que estão contaminados, sujos, gastos, desgastado, entre outros; livros com pequenas impressões, papel frágil e páginas faltando; não utilizados, volumes sem necessidade; e periódicos sem índices.

A última etapa do modelo de Evans (1979) é a avaliação, que fecha o ciclo com métodos escolhidos para analisar o processo a nível qualitativo e quantitativo. O autor inclusive recomenda passos para uma avaliação completa: desenvolver seu próprio critério para valor de qualidade; desenhar uma amostra aleatória da coleção e examinar o uso dos itens; coletar dados sobre os títulos demandados, porém que não estão acessíveis; manter registros detalhados dos títulos deixados na mesa ou nas pilhas; manter registros detalhados dos empréstimos entre bibliotecas; descobrir quantos materiais obsoletos estão na coleção; se houver alguma lista de controle que tem relevância para a biblioteca, conferir a lista e o uso; e relatar os resultados com as metas e objetivos locais da biblioteca.

A avaliação deve sempre levar em conta o conhecimento sobre os pontos fortes e fracos da instituição, pois é um subsídio para planejamentos futuros. Sendo o desenvolvimento de coleção um processo cíclico, a avaliação deve ser feita periodicamente.

Outro modelo desenvolvido nos Estados Unidos na década de 1980 é a metodologia *Conspectus*. “Essa metodologia é utilizada para o desenvolvimento de coleções, para a avaliação qualitativa de coleções e como instrumento para o gerenciamento de coleções em diversas bibliotecas no mundo.” (CARIBÉ, 2014, p.

39). No Brasil, a Biblioteca da Câmara dos Deputados utiliza a metodologia Conspectus, que “propõe uma forma equilibrada de aquisição e avaliação do material informacional considerando-se os objetivos institucionais” (BRASIL, 2014, p. 19).

A metodologia do Conspectus utiliza uma visão geral da coleção e sua organização por assunto a partir de um sistema de classificação ou pela combinação de ambos. Sua aplicação aproveita códigos padronizados para definir níveis das coleções (CARIBÉ, 2014).

O Conspectus compreende um conjunto de divisões, categorias e descritores de assunto organizados hierarquicamente. São 24 divisões (grandes áreas temáticas), que foram transformadas em 32 pela OCLC [...], que são subdivididas em categorias (sub-áreas temáticas) em torno de 500 [...], que por sua vez também são subdivididas em descritores, hoje aproximadamente 7000 (CARIBÉ, 2014, p. 45).

Esta divisão de assuntos auxilia a biblioteca identificar as áreas de conhecimento que podem fazer parte do acervo. A estruturação da tabela de referência na metodologia Conspectus pode ter como parâmetro número de classificação ou por divisão/categoria. As 32 divisões temáticas do Conspectus definidas pela Online Computer Library Center (OCLC) e traduzidas por Caribé (2014) estão representadas no Quadro 4.

Quadro 4 - 32 divisões da Conspectus

Divisão	Prefixo LC	Prefixo Dewey
AGRICULTURA	AGR	AGD
ANTROPOLOGIA	ANT	AND
ARTE E ARQUITETURA	ART	ARD
ARTES CÊNICAS	PER	PED
BIBLIOTECONOMIA (LIBRARY SCIENCE), GENERALIDADES E REFERÊNCIA	LIS	DLS
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	BIO	BID
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	COM	CSD
CIÊNCIAS FÍSICAS	PHY	PUD
CIÊNCIAS PRÉ-CLÍNICAS		
CIÊNCIAS POLÍTICAS	POL	POD
COMÉRCIO E ECONOMIA	ECO	BUD
DIREITO (LEGISLAÇÃO)	LAW	DLA
DOCUMENTOS DO GOVERNO		
DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS E MISCELÂNEAS		
EDUCAÇÃO	EDU	EDD
EDUCAÇÃO FÍSICA E RECREAÇÃO	PHR	DPH
ENGENHARIA E TECNOLOGIA	TEC	END
FILOSOFIA E RELIGIÃO	PAR	PHD
GEOGRAFIA E CIÊNCIAS DA TERRA	GEO	GED
HISTÓRIA E CIÊNCIAS AUXILIARES	HIS	HID
INSTALAÇÕES DE SAÚDE, ENFERMAGEM E HISTÓRIA		
LÍNGUA, LINGUÍSTICA E LITERATURA	LLL	LAD
MATEMÁTICA	MAT	MAD
MEDICINA	MED	DME
MEDICINA POR SISTEMA DO CORPO HUMANO		
MEDICINA POR DISCIPLINA		
MÚSICA	MUS	MUD
PSICOLOGIA	PSY	PSD
QUÍMICA	CHE	CHD
SAÚDE OCUPACIONAL E SAÚDE PÚBLICA		
SOCIOLOGIA	SOC	SOD
CLASSIFICAÇÕES DESCONHECIDAS		

Fonte: Caribé (2014, p. 58)

Apesar dessas classificações de referência, cada biblioteca pode estabelecer os assuntos a partir da sua atuação, na Câmara dos Deputados, por exemplo, os assuntos utilizados foram os termos autorizados descritos no Vocabulário Controlado Básico (VCB), que é a linguagem documentária utilizada pelo serviço de indexação da biblioteca (BRASIL, 2014).

A partir dessas divisões, categorias e assuntos, a biblioteca define níveis de profundidade e abrangência. No caso da profundidade a avaliação vai do nível mínimo até o nível abrangente da informação, já no caso da abrangência é avaliado obras de diversos países e culturas, incluindo o idioma. Para exemplificar o que seriam os níveis de profundidade de seleção na metodologia Conspectus, a Biblioteca da Câmara dos Deputados estabeleceu e definiu os níveis, indicando o

nome do nível, as características das obras, a forma de avaliação e idiomas que podem ser selecionados (Quadro 5).

Quadro 5 - Níveis de Profundidade

NÍVEL	NOME	CARACTERÍSTICAS	AVALIAÇÃO	LÍNGUA
0	Fora da coleção	Não se adquirem materiais informacionais sobre o assunto		
1	Nível mínimo	Obras gerais e de referência ou que visem a suprir uma demanda específica e momentânea	Para comprovar sua atualidade	Exclusivamente em português
2	Nível básico	Obras básicas e de caráter introdutório que definam e conceituem o assunto. É passível de constituição uma coleção dos periódicos que sejam oriundos de instituições constituídas e referência no assunto	Para comprovar sua atualidade e verificar a possibilidade de conservar os materiais clássicos ou retrospectivos	Preferencialmente em português
3	Apoio institucional	Obras básicas e de caráter introdutório que definam o assunto e atendam as necessidades da área meio da Casa. É passível de constituição uma coleção de periódicos que sejam referência para o assunto	Para comprovar sua atualidade, evitar falhas e verificar a possibilidade de conservar os materiais clássicos e retrospectivos	Preferencialmente em português
4	Nível de investigação	Obras com maior nível de especificidade em relação às áreas das comissões permanentes da Câmara dos Deputados e voltadas para o processo legislativo. É necessária a constituição de uma coleção significativa de periódicos e de material eletrônico	Para comprovar sua atualidade e constituir um fundo de pesquisa histórica	Português, espanhol ou inglês e, em casos específicos, a critério da Comissão de Seleção, em outras línguas
5	Nível completo de informação	Adquirem-se de forma exaustiva as obras sobre o assunto. É necessária a constituição de uma extensa coleção de periódicos e de material eletrônico	Não é passível de revisão	Obras em qualquer idioma

Fonte: Brasil (2014, p. 55)

Pela política de desenvolvimento de coleções da Biblioteca da Câmara dos Deputados, “o processo consiste no estabelecimento de uma lista de assuntos de interesse específicos da biblioteca e de uma escala de pontos – os níveis de profundidade – que combinados constituem uma matriz de assuntos” (BRASIL, 2014, p. 19). Pela Matriz de assuntos (Quadro 6), é possível entender a forma que relaciona os assuntos com os níveis identificados, para orientar no processo

decisório, pois “constitui o critério principal de seleção que, combinado aos critérios específicos relativos a cada coleção, gera uma ação de seleção” (BRASIL, 2014, p. 21).

Quadro 6 - Matriz de assuntos

ASSUNTO	NÍVEL	ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS
Generalidades		
Metodologia científica	3	Obras sobre metodologia científica específicas em ciências sociais e humanidades para atender prioritariamente cursos de pós-graduação do Cefor.
Normalização	3	ABNT, ISO
Política científica	4	Desenvolvimento tecnológico como política pública
Comunicação científica	4	Política de divulgação científica
Gestão da informação	4	Aspectos práticos e teóricos
Tecnologia da informação	4	Aspectos econômicos, políticos, sociais e teóricos. Demanda do Centro de Informática
Comunicação de dados	4	Política de segurança de dados
Política cultural	4	Aspectos econômicos e sociais
Ciência da Informação	3	
Imprensa	4	Liberdade de imprensa, imprensa e o Poder Legislativo. Aspectos históricos e sociais
Filosofia. Psicologia		
Filosofia geral	2	Bases filosóficas clássicas e modernas
Metafísica	1	
Filosofia da natureza	1	
Filosofia da mente e do espírito	1	
Doutrina filosófica	2	Escolas e correntes filosóficas
Psicologia	2	Psicologia social e organizacional
Lógica	1	
Moral. Ética	2	Aspectos econômicos, políticos e sociais
Religião. Teologia		
Religião	2	Aspectos históricos, políticos e sociológicos. A biblioteca mantém também uma coleção básica dos livros sagrados e conceitos básicos das diversas religiões, além das encíclicas católicas.

Fonte: BRASIL (2014, p. 56)

Caribé (2014, p. 54) conclui que “as possibilidades de aplicação do método Conspectus para auxiliar no desenvolvimento e gerenciamento de coleções de bibliotecas de qualquer tamanho e tipo são consideráveis”.

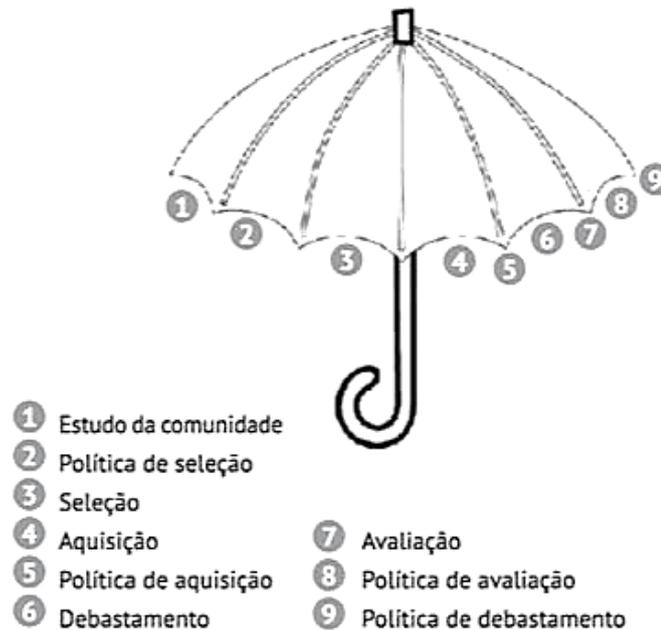
Osborn (1981 apud VERGUEIRO, 1993) percebe o desenvolvimento de coleções com características sistêmicas, sendo um serviço ao público que é efetuado a partir da tomada de decisões que determina atividades de aquisição e de

retenção de material. Já Bryant (1987 apud VERGUEIRO, 1993) teve a percepção deste processo a partir de estruturas organizacionais utilizadas para exercer tal atividade. Ela identificou três posturas: de aquisição, de seleção e de administração e desenvolvimento de coleções. A primeira se caracteriza pela confiança na seleção, a segunda se caracteriza pela responsabilidade do bibliotecário e a terceira pela distribuição de tarefas e responsabilidades.

Na mesma época, Cogswell (1987) realiza estudos sobre organização de funções de gerenciamento de coleções. Ele reconhece a variedade de atividades de desenvolvimento de coleções, focando o estudo nas bibliotecas acadêmicas e de pesquisa, apontando ao menos oito funções possíveis na gestão de coleções: planejamento e elaboração de políticas; análise de coleções; seleção de materiais; manutenção da coleção; administração fiscal; contato com o usuário; compartilhamento de recursos; e, avaliação do programa.

Dias e Pires (2003) desenvolvem um documento norteador para o trabalho com o desenvolvimento de coleções. As autoras focam em sistemas de informação detalhando as etapas pertinentes ao processo. Elas incorporam a ideia central do modelo de Evans (1979) e acrescenta questões pertinentes para o acervo como uso compartilhado de recursos de informação, fontes de financiamento e preservação e conservação de materiais.

Weitzel (2013), a partir da fundamentação de Evans (1979) e Vergueiro (2013), apresenta o desenvolvimento de coleções com uma analogia de guarda-chuva, onde apresenta sua composição com as etapas já apresentadas: estudo da comunidade; política de seleção; seleção; aquisição; desbastamento; avaliação da coleção e incluindo ainda política de aquisição; política de desbastamento e política de avaliação.

Figura 6 - Definições do desenvolvimento de coleções

Fonte: Weitzel (2013, p. 21)

Para a autora, esta analogia, que é apresentada na Figura 6, pode auxiliar na conceituação da relação entre o processo e a política de desenvolvimento de coleções com suas respectivas etapas, apresentando também a relação de interdependência entre elas. “Cada etapa é formada por seu respectivo processo e política, e juntas, formam o conceito de ‘Desenvolvimento de Coleções’” (Weitzel, 2013, p. 20-21).

A inclusão destas três políticas (5, 8 e 9) no modelo de desenvolvimento de coleções de Weitzel (2013) deixa claro que não é só a seleção que necessita de um documento norteador, mas todo o processo deve ser direcionado com orientações previamente definidas, segundo missão e objetivo, considerando, inclusive, os orçamentos disponíveis para a instituição.

A política de aquisição apresenta as questões relacionadas aos procedimentos de aquisição, aos recursos utilizados, distribuidores, prioridades de aquisição dentre outras. A política de avaliação, por sua vez, “deve considerar no mínimo três elementos principais: quem será o responsável pelo processo, definição de padrões e critérios e metodologias e métodos a serem empregados” (WEITZEL, 2013, p. 61).

Já a política de desbastamento, segundo Weitzel (2013), deve conter pelo menos os seguintes elementos: responsabilidade pelo processo, critérios, métodos e

aspectos legais e administrativos. Considerando que livros adquiridos por meio de compra podem ser descartados é necessário ter uma documentação que respalde tal decisão. Desta forma, a política de desbastamento tem um papel essencial para os processos de desenvolvimento de coleções, resguardando e orientando a equipe para eventuais questionamentos.

“O objetivo da tomada de decisão é, portanto, a seleção de um curso-padrão de ação que aproxime a organização de seus objetivos, mas que também a ajude a se adaptar ao ambiente mutável registrado na atividade de criação de significado” (CHOO, 2003, p. 54).

Para Maciel e Mendonça (2006, p. 14), tomada de decisão é “o processo de identificação de um problema específico e a seleção de uma linha de ação para resolvê-lo ou para aproveitar uma oportunidade” sendo que “o termo **decisão** designa o momento de opção, de escolha de seleção de uma alternativa”.

Ao abordar a gestão nas bibliotecas, Maciel e Mendonça (2006) pontuam as funções de gestão na fase de formação, desenvolvimento e organização de coleções.

O processo de formação, desenvolvimento e organização de coleções, de um modo geral, deve ser encarado e equacionado como uma atividade de planejamento, onde o reconhecimento da comunidade a ser servida e suas características culturais e informacionais, oferecerá a base necessária e coerente para o estabelecimento de políticas de seleção, para as decisões relativas ao processamento técnico dos documentos e ao seu adequado armazenamento (MACIEL; MENDONÇA, 2006, p. 16).

Segundo as autoras - a partir de outras fontes como Evans (1979) e Vergueiro (1989) -, o trabalho gerencial do bibliotecário com desenvolvimento de coleções está associado às fases de planejamento e elaboração de políticas, seleção, aquisição, avaliação de coleções e desbastamento e descarte de coleções. Por meio do resultado do estudo da comunidade é elaborado um diagnóstico que se torna a base para todo o planejamento.

A partir desse ponto, Maciel e Mendonça (2006) defendem que a **elaboração da política** já necessita de várias tomadas de decisão. A primeira seria com relação à responsabilidade referente ao desenvolvimento de coleções, definindo um bibliotecário ou uma comissão com vários profissionais e podendo ter até representação de usuário. Esta decisão depende do tamanho da biblioteca bem como o quantitativo de profissionais atuantes e disponíveis na instituição.

Dentre as decisões a serem tomadas em relação ao desenvolvimento de coleções, segundo Maciel e Mendonça (2006), estão aquelas relacionadas às características do acervo: tipo de materiais, suportes físicos e assuntos tratados. Também é necessário definir o quantitativo de exemplares por título, considerando a circulação de materiais. O estabelecimento de diretrizes para preservação e conservação é essencial, principalmente quando se considera a falta de recursos e o aproveitamento máximo do acervo adquirido de acordo com seu perfil físico. Pela mesma razão, é necessária a indicação de alternativas para obtenção e alocação de recursos na política.

O estabelecimento de critérios e prioridades norteia as decisões de seleção, aquisição por compra, doação e permuta, bem como o desbastamento. As diretrizes para avaliação das coleções são necessárias, incluindo a periodicidade. E a indicação de prazos para revisão das políticas, resultando num documento sempre atual e confiável.

A **seleção** é a atividade mais associada com tomada de decisão, pois cumpre o que está formalizado na política, definindo a entrada de todo e qualquer material. Segundo Maciel e Mendonça (2006), a seleção bem-feita terá reflexos positivos em todos os serviços subsequentes, inclusive resultando um bom índice de relevância na recuperação e utilização dos documentos. Uma seleção malfeita desencadeará reflexos negativos, congestionando serviços, com um acervo sem utilidade e com usuários insatisfeitos.

É na atividade de seleção que o bibliotecário deve buscar mais informações possíveis e variadas, devendo acompanhar e interpretar a movimentação do mercado editorial, principalmente nas áreas de interesse da biblioteca em que atua. Também é preciso estar atento às sugestões de compra dos usuários, às mudanças sofridas pela instituição mantenedora da biblioteca e pela comunidade em que está inserida, bem como à produção de conhecimento das áreas de interesse. É necessário deixar sempre atualizada toda fonte de informação para seleção.

A tomada de decisão referente a seleção está diretamente ligada ao acervo. Maciel e Mendonça (2006, p. 19-20) listam algumas decisões possíveis nesta atividade: escolha de instrumentos adequados para a seleção das diferentes coleções e bases que compõem o acervo; estabelecimento de prioridades para aquisição das diferentes coleções; escolha de critérios para cobertura de assuntos

de maior demanda; indicação do número de exemplares necessários; e, incorporação de documentos doados.

A **aquisição** implementa o que foi decidido na seleção e sua função tem perfil administrativo. Maciel e Mendonça (2006, p. 20) defendem que “para seu cumprimento eficaz é importante que o profissional encarregado participe dos estudos que envolvem o estabelecimento e a adoção de critérios de seleção”. Pela relação direta entre aquisição e seleção, muitas bibliotecas possuem estas duas atividades desempenhadas por um mesmo setor. A complexidade desta atividade pressupõe uma preparação maior pelo profissional, que envolve:

[...] o conhecimento detalhado dos trâmites burocráticos implícitos a cada instituição mantenedora, o acompanhamento direto e constante dos processos, o conhecimento das dotações orçamentárias e de outras possíveis fontes de investimento, mesmo fora da instituição, é fator decisivo para o desempenho eficaz desta função. O cumprimento de prazos, a supervisão e o controle de gastos para futura prestação de contas são condutas indispensáveis ao profissional responsável (MACIEL; MENDONÇA, 2006, p. 21).

Dentre as decisões que o bibliotecário que atua com aquisição deve tomar estão: escolha de fornecedor, processo de aquisição, adoção de recursos para controle da aquisição, participação em planos ou programas de aquisição cooperativa (MACIEL; MENDONÇA, 2006).

A **avaliação** de coleções é parte essencial no processo administrativo do desenvolvimento de coleções em bibliotecas, pois é por meio deste processo que é possível corrigir ou manter estratégias com a finalidade de atingir objetivos pré-estabelecidos no desenvolvimento de coleções. Maciel e Mendonça (2006 p. 23) defendem que a avaliação deve ser incorporada na rotina das bibliotecas, destacando sua importância nas atividades do desenvolvimento de coleções por fazer parte de um processo integrado.

A avaliação pode ser feita com caráter qualitativo ou quantitativo e para isso usa-se metodologias diferentes. A metodologia qualitativa preocupa-se com a qualidade do acervo e pode ser realizada por meio de análises de especialistas, comparação com bibliografias publicadas ou por meio de dados sobre uso real da coleção. A metodologia quantitativa baseia-se em dados estatísticos de variadas naturezas, como tamanho da coleção, assunto e idade das obras, entre outros.

O tipo de metodologia usada deve estar adequado com o que se pretende avaliar, desta forma, este processo também envolve a tomada de decisões por parte

do bibliotecário. De acordo com Maciel e Mendonça (2006), alguns exemplos de questões para ponderação sobre o processo de avaliação são: definição dos objetivos da avaliação, escolha da metodologia adequada, critérios a serem considerados para cada coleção e suas especificidades e definição de periodicidade de execução.

Com a avaliação da coleção é possível identificar a necessidade de **desbaste e descarte** de materiais. Também chamado de seleção negativa, o descarte “consiste em selecionar aqueles documentos que, através da função de avaliação, foram considerados desnecessários ou defasados em relação às expectativas dos usuários” resultando na retirada definitiva do acervo da biblioteca e eventual baixa no sistema. Já o desbaste é o processo de “retirada de documentos pouco utilizados pelos usuários, de uma coleção de uso frequente para outros locais”. (MACIEL; MENDONÇA, 2006, p. 25).

Dentre as tomadas de decisão necessárias neste processo, para Maciel e Mendonça (2006, p. 26-27), estão: indicação de prazo médio para desatualização e desativação de determinados materiais, definição do período de permanência de determinado documento e definição de normas e procedimentos para utilização dos documentos armazenados nos depósitos.

Alguns termos que se relacionam com o processo de descarte de obras são *core collection* e *noncore collection* que denominam respectivamente os livros que circulam e tem um histórico de empréstimos e são demandados e aqueles parados na estante sem nenhum empréstimo em seu histórico. Um dos critérios de descarte em bibliotecas é justamente a falta de circulação.

Weitzel e Santos (2018) questionam a consequência do descarte baseado na visão de demanda, que pode levar à perda das últimas cópias do século XX, que corresponde aos livros que geralmente não se enquadram nos critérios de raridade aplicados pela maioria das bibliotecas, devido ao seu período de produção, e que estando no acervo geral são consideradas desatualizadas ficando numa situação vulnerável.

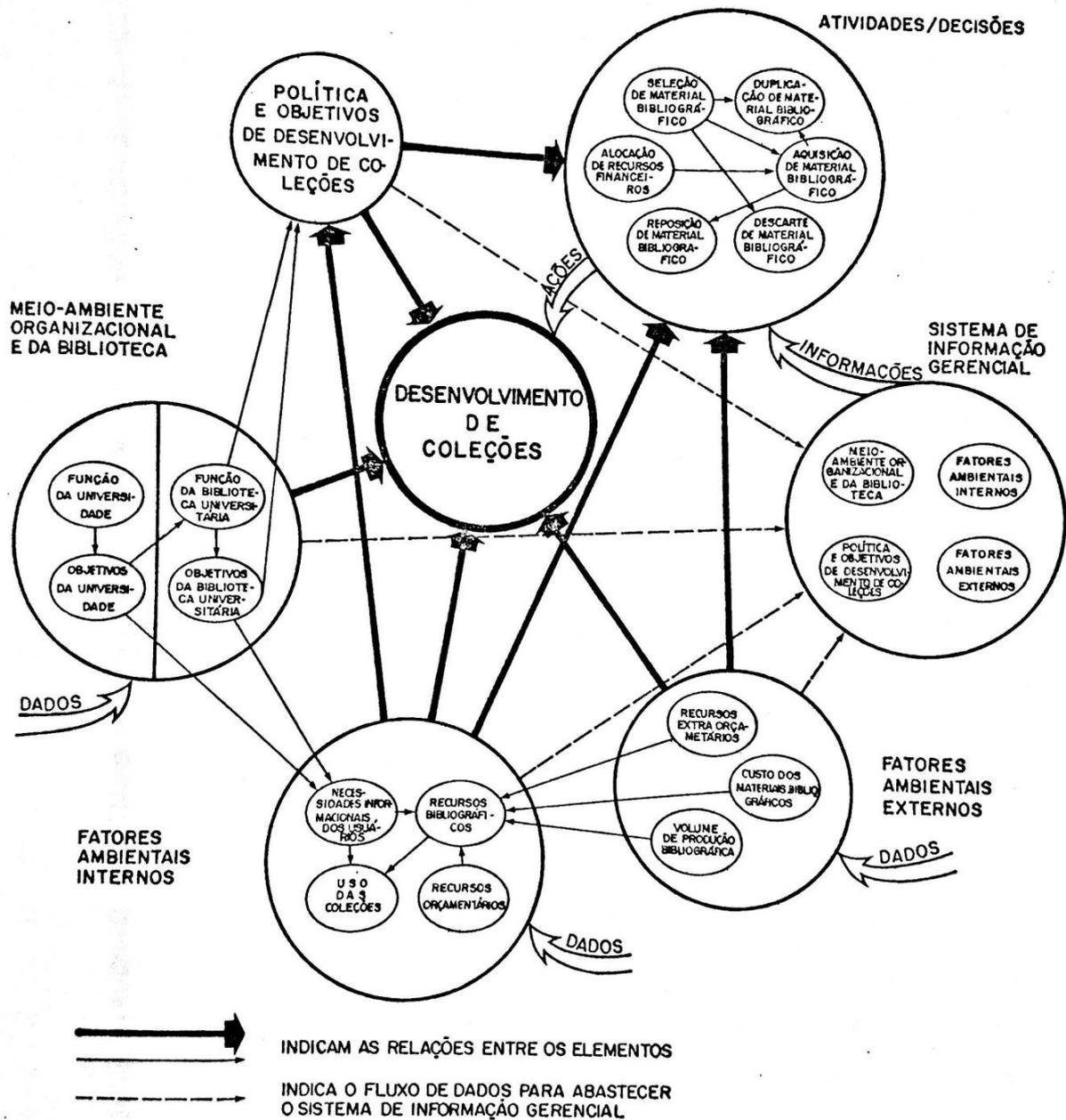
A sugestão de Weitzel e Santos (2018) para resolução deste problema, é a formação de coleções especiais que privilegiem as obras do século XX, no intuito de preservar estes materiais para as gerações futuras. Esta preservação pode ser colaborativa, considerando a falta de espaço das bibliotecas. Cada biblioteca de uma comunidade pode salvaguardar parte dessa produção do século XX, retendo

pouco espaço de cada uma. Considerando a biblioteca pública, IFLA, Koontz e Gubbin (2012) orientam que o descarte talvez não seja relevante em todo o acervo, pois há coleções especiais onde prevaleçam circunstâncias específicas. Nestes casos a política de acervo deve refletir as necessidades especiais.

Com todas estas questões a serem consideradas na gestão de desenvolvimento de coleções fica claro que as tomadas de decisão para a melhor execução desta função estão inseridas num processo sistêmico. Neste contexto, Klaes (1991, p. 39) pontua que o desenvolvimento de coleções nas bibliotecas sofre a influência de fatores ambientais de natureza interna e externa, “os quais devem ser considerados ao serem elaborados objetivos e políticas relativos à formação, manutenção e desenvolvimento de acervos”. A autora, no contexto da biblioteca universitária, percebe o desenvolvimento de coleções de forma sistêmica e a partir desta ideia elaborou um diagrama (Figura 9) com todos os elementos que articulam a atividade de desenvolvimento de coleções.

A sistemática percebida por Klaes (1991) demonstra o fluxo de dados e informações e sua importância na tomada de decisão. Os dados são detectados tanto no meio ambiente organizacional e da própria biblioteca, como os fatores ambientais internos e externos a instituição. Estes dados são tratados e contextualizados, tornando informações em um sistema gerencial. Os dados e as informações junto à política de desenvolvimento de coleções auxiliam na tomada de decisão resultando em ações para o desenvolvimento de coleções.

Figura 7 - Contexto da atividade de desenvolvimento de coleção em bibliotecas universitárias



Fonte: Klaes (1991, p. 89)

Na Figura 7, Klaes (1991), ao definir as decisões relacionadas ao desenvolvimento de coleções, demonstrou que não são questões isoladas e sim relacionadas entre si. O processo de tomada de decisão no desenvolvimento de coleções deve ser coerente e consciente em todo o processo, pois afeta toda uma cadeia. Desta forma, a quantidade de dados e consequentemente informações de qualidade e a interpretação adequada por parte dos bibliotecários interferem diretamente nas coleções.

As ações implementadas em função das decisões tomadas com relação às atividades de seleção de material bibliográfico, alocação de recursos financeiros, aquisição, duplicação, reposição e descarte de material bibliográfico, levando em consideração os objetivos e a política adotados pela biblioteca e as principais influências do contexto, viabilizam a atividade de desenvolvimento de coleções. Entretanto, se o gerente da biblioteca universitária não dispuser de dados relevantes para fundamentar suas decisões, todo o processo de desenvolvimento de coleções pode ser prejudicado, comprometendo também a função da biblioteca universitária (KLAES, 1991, p. 188).

Vale ressaltar que para a escolha de inclusão de documentos digitais, que é uma nova demanda nas bibliotecas brasileiras e conseqüentemente no desenvolvimento de coleções, há a necessidade de um investimento continuado para a manutenção das tecnologias necessárias para aquisição, acesso e disponibilização deste tipo de material. Circunstâncias essas que têm influencia direta na inclusão destes materiais na coleção de uma biblioteca.

Os bibliotecários têm diante de si difíceis dilemas para solucionar quando, por exemplo, precisam decidir entre coleções impressas ou digitais, entre fontes de acesso pago ou livre, e sobre os desígnios das coleções das coleções retrospectivas impressas frente às pressões por mais espaço e menos custos de armazenamento e manutenção desse tipo de material (WEITZEL, 2013, p. 11).

Klaes (1991), de forma pontual, representa na Figura 8 as atividades que operacionalizam a tomada de decisão no contexto do desenvolvimento de coleções, destacando a influência de uma política bem definida neste processo, pois toda e qualquer decisão deve ir de acordo com as normativas estabelecidas.

Figura 8 - Aspectos operacionais da tomada de decisão na atividade de desenvolvimento de coleções



Fonte: Klaes (1991, p. 187)

O bibliotecário que atua com desenvolvimento de coleções precisa tomar decisões relacionadas com questões variadas. Pelo caráter sistêmico, o desenvolvimento de coleção está relacionado com fatores tanto internos quanto externos à instituição. Klaes (1991) entende que a tomada de decisão deve ser baseada em dados e informações.

2.3 Memória

A memória, segundo Chaui (2005, p. 138), “é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total” e pode ser valorizada e desvalorizada em nossa sociedade. É valorizada, por exemplo, na “multiplicação dos meios de registro e gravação dos fatos, acontecimentos e pessoas [...] e das instituições que os preservam”, ao mesmo tempo em que é desvalorizada ao incentivar bens descartáveis (CHAUI, 2005, p. 140).

No âmbito individual, as lembranças podem evocar uma memória. A lembrança é possível a partir de uma pessoa e de seu ponto de vista e a partir de uma sociedade por imagens parciais. O indivíduo, por sua vez, participaria de dois tipos de memória. A primeira no contexto da sua personalidade ou de sua vida

pessoal e a segunda como membro de um grupo que contribui para evocar e manter lembranças impessoais (HALBWACHS, 2015, p. 71).

“É bem verdade que em cada consciência individual as imagens e os pensamentos que resultam dos diversos ambientes que atravessamos se sucedem segundo uma ordem nova e que, neste sentido, cada um de nós tem uma história” (HALBWACHS, 2015, p. 57).

Enquanto a lembrança é algo intrínseco ao indivíduo, pela sua vivência e introspecção, a memória não está necessariamente vinculada a uma experiência pessoal, podendo ser algo que o indivíduo se identifique pela coletividade, ou seja, pelo compartilhamento de um grupo da qual o indivíduo faça parte. “A memória é este trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os ‘quadros sociais’ nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articular-se entre si” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 289).

Para Halbwachs (2015, p. 53) são as percepções que nos remetem às lembranças: “a condição necessária para voltarmos a pensar em algo aparentemente é uma sequência de percepções pelas quais só podemos passar de novo refazendo o mesmo caminho”. O indivíduo é um ser inserido numa coletividade que influencia na sua percepção, sendo uma referência. E esse grupo de referência é aquele do qual o indivíduo faz parte e que tem uma identidade. Por isso, para o autor, a memória é construída na coletividade, porém trabalhada pelo indivíduo.

Poder resgatar algo do próprio passado é o que sustenta a identidade. Tanto a memória quanto a identidade no nível individual não é algo material, elas são coisas presentes no pensamento, e existem em conformidade com as relações pessoais, com a política e com a sociedade, além de se relacionar com a história individual.

É difícil encontrar lembranças que nos levam a um momento em que nossas sensações eram apenas reflexos dos objetos exteriores, em que não misturássemos nenhuma das imagens, nenhum dos pensamentos que nos ligam a outras pessoas e aos grupos que nos rodeavam. Não nos lembramos da nossa primeira infância porque nossas impressões não se ligam a nenhuma base enquanto ainda não nos tornamos um ser social (HALBWACHS, 2015, p. 43).

Segundo o autor, mesmo a lembrança mais pessoal “sempre se explica pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos ambientes coletivos” (HALBWACHS, 2015, p. 69). Outra questão referente ao desenvolvimento das lembranças no indivíduo é o elemento afetivo. “A permanência do apego afetivo

a uma comunidade dá consistência às lembranças [...] No desapego não há reconhecimento, não há lembrança” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 289).

São os indivíduos que se lembram como integrantes do coletivo, em que as memórias individuais têm pontos de vista diferenciados sobre a memória coletiva, pois cada um tem a perspectiva num local, por exemplo, construindo em conjunto, se apoiando uma nas outras. “Quando tentamos explicar essa diversidade, sempre voltamos a uma combinação de influências que são todas de natureza social” (HALBWACHS, 2015, p. 69).

Porém, a memória não é nutrida só com o compartilhamento de lembranças individuais, pois existem os interesses também políticos e jogos de poder na construção de uma memória, a partir de uma influência na construção de identidades de grupos. A memória é considerada na construção e reconstrução histórica, entendida como um objeto da história, por representar o passado. A história, no entanto, utiliza uma metodologia na construção crítica com respaldo teórico, sendo menos vulnerável aos interesses diversos do que a memória. A história é também fruto de um social, e, portanto, suscetível de manipulações e fabricações, contudo, a memória é mais maleável, a mercê de mudanças culturais e políticas do presente, onde as disputas políticas de poder acontecem.

Na distinção entre memória histórica e memória coletiva, Halbwachs (2015) diz que os conceitos não devem ser confundidos, pois “a sequência de eventos cuja lembrança a história conserva, não será ela, não serão seus contextos que representam o essencial disso que chamamos de memória coletiva.” (HALBWACHS, 2015, p. 99). Para o autor, o termo memória histórica é conflituoso, visto que a história traz a compilação de fatos registrados.

“Em geral a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto subsiste uma lembrança, é inútil fixá-la por escrito ou pura e simples fixá-la”. (HALBWACHS, 2015, p. 100-101). “Na realidade existem muitas memórias coletivas. Esta é a segunda característica pela qual elas se distinguem da história. A história é uma e se pode dizer que só existe uma história” (HALBWACHS, 2015, p. 105). A história age no macro, conformando narrativas e escrevendo o oficial. A memória age no micro, nas disputas por essas narrativas com escritas diversas e conflituosas, mesmo na esfera pessoal.

Segundo Nora (1993, p. 17), o uso da memória como objeto da história “obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo”.

A memória coletiva é formada pelas memórias individuais, mas, segundo Halbwachs (2015), não se confunde com elas, visto que no momento que as lembranças individuais se sobressaem “estas mudam de aparência a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal” (HALBWACHS, 2015, p. 72).

Por outro lado, Candau (2021, 22-23) entende que, na perspectiva da antropologia da memória, existem diferentes tipos de memória, considerando as memórias individuais:

- Protomemória: é uma memória de baixo nível, que seria uma memória repetitiva ou uma memória de hábito. Uma memória que ocorre sem ter consciência, pois é uma experiência incorporada.
- Memória: é aquela das recordações, recorrendo a lembranças autobiográficas. Seria uma memória de alto nível.
- Metamemória: uma representação que o indivíduo faz de sua própria memória, como uma memória reivindicada.

Ao tratar das memórias de grupos, Candau (2021) afirma que essa taxonomia não é aplicada, visto que, a protomemória e memória de alto nível estão atreladas ao indivíduo. No entanto, ao tratar da metamemória como evocação de uma memória, o autor faz um paralelo com a “memória coletiva”, a definindo como uma “representação, uma forma de metamemória, [...] um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” (CANDAU, 2021, p. 24).

Esta metamemória, porém, não seria a mesma aplicada à memória individual, não sendo um estado, uma faculdade atestada, mas sim um registro com a intenção de valorizar uma identidade. (CANDAU, 2021)

[...] é provável que os membros de uma mesma sociedade compartilhem as mesmas maneiras de estar no mundo (gestualidade, maneiras de dizer, maneiras de fazer etc.), adquiridas quando de sua socialização primeira, maneiras de estar no mundo que contribuem a defini-los e que memorizaram sem ter consciência, o que é o princípio mesmo de sua eficácia. Desse ponto de vista, seria preciso atribuir nuances às concepções situacionais de identidade sem, no entanto, rejeitá-las, afirmando que pode existir um núcleo memorial, um fundo ou um substrato cultural, ou ainda o

que Ernest Gellner chama de “capital cognitivo fixo”, compartilhando por uma maioria dos membros de um grupo e que confere a este uma identidade dotada de uma certa essência (CANDAU, 2021, p. 26).

Ao refutar a manifestação de uma memória coletiva, Candau (2021, p. 35) entende que a realidade desta memória pode ser considerada a partir de atos como “comemorações, construções de museus, mitos, narrativas, passeios dominicais em um cemitério”, dentre outros, porém na sua percepção “não é o suficiente para atestar a realidade de uma memória coletiva”. O termo memória coletiva é controverso na academia, tendo aqueles que preferem memória compartilhada, visto que não remete a ideia de que o coletivo sobressai o individual.

A memória social ou histórica, segundo Chauí (2005), é aquela fixada por uma sociedade a partir de registros, resultados de uma vida coletiva. É objetiva, pois existe fora do ser humano, conservada em objetos. Para Halbwachs (2015), no entanto, ela não está representada somente em livros e gravuras que o passado deixou como vestígios na sociedade, pois “também [a] percebemos na expressão das imagens, no aspecto dos lugares e até nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas e em tais ambientes” (HALBWACHS, 2015, p. 87).

“No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos” (HALBWACHS, 2015, p. 51). A memória não se consolida na história apreendida e sim na história vivida, por isso há uma distinção com a história escrita. Segundo Halbwachs (2015, p. 90), “ela tem tudo o que é necessário para constituir um panorama vivo e natural sobre o qual se possa basear um pensamento para conservar e reencontrar a imagem de seu passado”.

Admitamos que a história nacional seja um resumo fiel dos acontecimentos mais importantes que modificaram a vida de uma nação, que se distingue das histórias locais, provinciais, urbanas pelo fato de reter apenas os fatos que interessam ao conjunto de cidadãos – ou melhor, dos cidadãos, enquanto membros da nação. Para que a história assim entendida, mesmo sendo muito detalhada, nos ajude a conservar e reencontrar a lembrança de um destino individual, é preciso que o indivíduo considerado tenha sido ele mesmo um personagem histórico. Claro, há momentos em que todos os homens de um país esquecem seus interesses, sua família, os grupos restritos em cujos limites normalmente seu horizonte se detém. Existem acontecimentos nacionais que modificam ao mesmo

tempo todas as existências. São raros. Não obstante, eles podem oferecer a todos os indivíduos de um país alguns pontos de referência no tempo. Em geral a nação está distanciada demais do indivíduo para que este considere a história de seu país algo diferente de um contexto muito amplo, com o qual sua história pessoal tem pouquíssimos pontos de contato (HALBWACHS, 2015, p. 99).

Segundo Halbwachs (2015), a necessidade de escrever a história, inclusive de uma sociedade, surge na percepção de que se passou muito tempo do acontecido, precisando aproveitar testemunhas que conservem as lembranças. A partir do momento que não há um suporte do grupo no resgate da memória, a única forma de se preservar as lembranças é “fixá-las por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e os pensamentos morrem” (HALBWACHS, 2015, p. 101).

Na construção da história não há como resgatar uma memória universal do ser humano, pois toda memória coletiva é limitada pelo tempo e espaço do seu grupo. E esse aproveitamento da memória para estruturar as narrativas históricas não se dá de forma natural, sendo necessário identificá-lo no contexto dos acontecimentos que podem ser externos ao grupo e definir suas semelhanças na comparação das memórias, que possuem traços comuns, mas também possuem variações. Sendo assim, a história apresenta uma visão abreviada do que se passou, simbolizando pontualmente processos de mudanças que ocorreram com povos ou indivíduos em situações lentas de evoluções comunitárias (HALBWACHS, 2015).

Halbwachs (2015) destaca, no entanto, que a múltipla memória coletiva não se detém apenas no que se assemelham, pois a memória precisa ser diferenciada em certa medida, considerando que cada um do grupo possui uma história de vida. Mas o que se destaca ao resgatar a memória é aquilo que se parece, fortalecendo a ideia de identidade. A memória coletiva representa o grupo, apontando “um quadro de si mesma que certamente se desenrola no tempo, já que se trata do seu passado, mas de tal maneira que ele sempre se reconheça nessas imagens sucessivas” (HALBWACHS, 2015, p. 109).

Ao tratar do espaço, Halbwachs (2015, p. 143) pontua que “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”, apesar da coletividade não estar associada somente ao espaço em que o grupo ocupa, pois existem formações coletivas com qualidade de outra ordem.

Le Goff (2013, p. 390), ao tratar do esquecimento, entende que a memória coletiva foi utilizada na “luta de forças sociais pelo poder”, já que no momento em que se destaca a memória de determinados grupos, pode resultar no esquecimento de outros.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2013, p. 390).

No resgate dessas memórias coletivas, Le Goff (2015, p. 394) aponta a distinção do uso ou não da escrita nas sociedades. Naquelas sociedades ágrafas, a memória coletiva parece se arranjar em três grandes interesses: a idade coletiva do grupo, o prestígio das famílias dominantes e o saber técnico. No entanto, o aparecimento da escrita permitiu o progresso e a transformação no trato da memória coletiva. Um exemplo é na celebração por um monumento ou inscrições comemorativas. Outro exemplo se dá no documento escrito em suporte adequado, que permite armazenar informações e processo de registro.

É nessa ferramenta de registro da memória que as bibliotecas podem atuar, no armazenamento da memória documental produzida pela sociedade. “Assim, é por meio do tratamento e armazenamento das informações produzidas em uma determinada época que essas memórias poderão ser recuperadas e utilizadas pelas gerações futuras” (SANTA ANNA *et al.*, 2014, p. 48). E sobre os acervos históricos, Campello (2006, p. 8) pontua que “a noção de identidade coletiva e o desejo de dar continuidade a essa identidade parecem ser os principais pontos em que se apoia o conceito de preservação da memória”.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO, 1972 a diversidade de documentos gerados por uma nação advindos das atividades e interações sociais é fruto das diversas linguagens, pessoas e culturas. O espelho do mundo é sua memória, contudo, devido à fragilidade dessa memória, muitos registros que compõem essa imensa memória desaparecem, não sendo mais possível a sua recuperação (SANTA ANNA *et al.*, 2014, p. 49-50).

Neste sentido, o processo e o documento referente ao desenvolvimento de coleções, assim como, a criação e manutenção de coleções especiais nas bibliotecas, se relacionam intimamente com a preservação da memória. Uma vez que determinam, por meio de seleção de obras, quais os interlocutores serão

disponibilizados aos seus usuários, do mesmo modo que, são estipulados critérios que apontam quais períodos históricos locais, regionais e/ou nacionais, ou mesmo de produção da informação, são relevantes para guarda permanente e para quais grupos interessam. Por isso que Araújo (2015, p. 24) alerta que “ao passar por sua possível monumentalidade, coleções raras e especiais correm o risco de atenderem desejos pessoais ou institucionais não associados ao caráter público, social e material da informação”.

2.3.1 Patrimônio bibliográfico

No âmbito da memória, pela busca de um sentimento coletivo de pertencimento, o patrimônio se torna uma forma de manifestação que permite criar lugares de memória. Segundo Silva Júnior e Tavares (2018, p. 4), o patrimônio, na sua relação inerente com a memória, além de permitir recordar o passado é, também, “responsável pelo processo de reconstrução dos fatos e períodos passados”. Porém, um patrimônio pode conter percepções diferenciadas dependendo do grupo que o determina.

Não se entendia, até o século XVIII, a percepção do patrimônio como algo coletivo, mas sim um bem privado. No entanto, com a Revolução Francesa e as transições para um novo governo, na França viu-se a necessidade de fortalecer a identidade do país, buscando salvar a memória da nação, percebendo os bens também como objetos coletivos (SOUZA; CRIPPA, 2009).

Historicamente, a base dos estudos sobre patrimônio na era contemporânea envolve um olhar para transformações culturais e acontecimentos que ameaçaram, de certa forma, algum tipo de memória da sociedade, como é o caso da Revolução Francesa, cujos inventários de bens considerados monumentos do país (e da humanidade), fossem prédios ou coleções de bibliotecas, passaram a ser objeto de preservação patrimonial (GAUZ, 2015, p. 72).

Com a percepção de identidade de uma nação, é possível ver nos microespaços a manifestação desta memória também, como no caso das cidades. A própria cidade pode ser entendida como símbolo da existência humana, possuindo lugares de memória, “desde o seu traçado até a sua nomenclatura” (ARARIPE, 2004, p. 115). Neste sentido, toda produção de textos sobre a cidade revela seu

patrimônio, podendo abordar questões arquitetônicas e urbanísticas, bem como sua cultura, por meio das manifestações artísticas e literárias, entre outros aspectos.

Segundo Araripe (2004, p. 116), “procurar um espaço da cidade a visibilidade da sua história é buscar a memória” e a memória está presente desde as paisagens naturais até os conjuntos culturais “que possa[m] falar e construir a história dessa cidade”, sendo ela um espaço de produção de sentidos, na relação do ser humano com este lugar.

No Brasil, com o movimento modernista, iniciou-se uma busca de representações do patrimônio cultural do país e de parte de sua memória social (SOUZA; CRIPPA, 2009, p. 208). O patrimônio cultural, segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 277), é um "conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer pelo seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico".

No art. 216 da Constituição Federal de 1988 estão registradas questões sobre patrimônio cultural brasileiro, definindo como: “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Nesta definição é incluída:

- formas de expressão;
- modos de criar, fazer e viver;
- criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e
- conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O patrimônio cultural, em sua manifestação, permite o reconhecimento de um contexto vivido por determinado grupo, podendo estabelecer uma conexão histórica. “Neste panorama que versa em valores, identidades e preservação, torna-se possível extrair o conceito de patrimônio cultural, [...] atribuído a uma esfera coletiva, haja vista a relação que será tratada com memória e identidade coletiva” (SILVA JÚNIOR; TAVARES, 2018, p. 4).

O desenvolvimento de uma identidade compreende a combinação de “objetos e sujeitos que identificam um coletivo, por sua relevância na origem e desenvolvimento de movimentos culturais de todos os tipos” (CASTAÑO MUÑOZ; RESTREPO, 2016, tradução nossa).

Faz-se necessário que os bens patrimoniais sejam identificados por meio das coisas que falem das memórias do seu povo, da sua vida. Nessa perspectiva, há que se pensar num patrimônio que se faz na memória – individual e coletiva – que possa representar o passado, a tradição e a história de um país, estado, cidade ou comunidade. É na memória acumulada que os indivíduos se reconhecem como ser social e sujeitos partícipes na construção de uma identidade local, que apresente passado e presente numa sucessão de interligações. Sem memória é impossível ao homem situar-se no tempo da história e, portanto, sentirem-se sujeitos dessa história (ARARIPE, 2004, p. 121).

Neste contexto, a modalidade patrimônio bibliográfico se manifesta na produção textual e informacional, Faria e Pericão (2008, p. 565) o definem como “conjunto das espécies bibliográficas, seja qual for o seu tipo de suporte, acumuladas ao longo dos séculos e que veiculam a herança cultural de um povo”. Para Araújo (2020, p. 91) “o patrimônio bibliográfico representa a identidade de um determinado coletivo, composto por documentos impressos e manuscritos, manifestados em livros, folhetos, folhas soltas, panfletos, revistas e outros”.

Santos e Reis (2018, p. 225) entendem que não há no Brasil um conceito aceito e difundido para patrimônio bibliográfico, sendo esta categoria pouco discutida no país, visto que a produção bibliográfica nacional passou a se consolidar apenas a partir do século XIX. Elas definiram, portanto, o patrimônio bibliográfico como:

[...] o conjunto de bens culturais de natureza bibliográfica (manuscritos, incunábulo, livros, periódicos, mapas, folhetos e obras de referência), cuja raridade a eles atribuída reconhece o seu valor para a história e à memória deste País ao longo dos séculos, os quais foram elaborados, publicados e utilizados por seus cidadãos dentro do próprio território (SANTOS; REIS, 2018, p. 229).

As autoras também consideram as criações de autores estrangeiros ou publicações exteriores que tratem do Brasil, além de acervos das primeiras bibliotecas do país. Na pesquisa sobre essa modalidade de patrimônio na perspectiva da trajetória de leis, políticas e instrumentos de proteção legal, Santos e Reis (2018) identificam que os estudos realizados sobre a temática no Brasil são basicamente sobre segurança de acervos raros, intercâmbio de registros bibliográficos e tratamento técnico das coleções.

Gauz (2015) defende a necessidade de discutir mais em torno do patrimônio bibliográfico, visto a importância da preservação desse patrimônio que permite, inclusive, o entendimento da própria cultura bibliográfica nacional. Santos e Reis (2018) entendem que o menosprezo por tal modalidade em estudos mais aprofundados resulta na ausência de inventários de coleções públicas custodiadas em bibliotecas, que permitem, por exemplo, identificar e dar visibilidade às obras que compõem o patrimônio bibliográfico nacional.

Na França, por exemplo, buscou-se uma patrimonialização dos acervos das bibliotecas como meio de formar uma nacionalidade, “eternizando sua própria história nos lugares de memória”. (GAUZ, 2015, p. 84). Esse é um caminho que poderia ser seguido no Brasil, mas que não encontra aparatos neste sentido, como apontam Santos e Reis (2018).

Para Castaño Muñoz e Restrepo (2016, p. 59, tradução nossa):

O patrimônio bibliográfico oferece às comunidades uma âncora com sua identidade, origem e pode ser o testemunho de práticas culturais individuais e coletivas que estimulam a participação cidadã e preservam as tradições do lugar e de seus habitantes. Esta é a razão pela qual o patrimônio bibliográfico deve ser objeto de aquisição, conservação, organização e divulgação, isso representa um caminho para a construção da memória local.

Como ainda aponta Castaño Muñoz e Restrepo (2016), a obra bibliográfica, muitas vezes relacionada ao suporte livro, é um dos meios mais utilizados na transmissão de conhecimento, que permitem ao ser humano se expressar.

A formação individual de uma pessoa perpassa as suas relações com uma sociedade ou grupo humano, tornando esta interação parte intrínseca da sua expressão. Neste sentido, “pelo seu valor social, cultural e educativo, o documento bibliográfico é naturalmente dotado de valor patrimonial para a comunidade a que pertence” (CASTAÑO MUÑOZ; RESTREPO, 2016, p. 59, tradução nossa).

A escrita é uma das formas de registro de informações que permite o entendimento das formas com que uma sociedade se desenvolveu, representando parte de todo esse processo histórico, bem como de suas influências. Neste sentido, coleções de livros impressos, manuscritos, folhetos e demais documentos resultantes da cultura escrita e em formato físico, podem se manifestar como patrimônio bibliográfico a partir do registro de vivências (ARAUJO, 2020).

Gauz (2015), ao refletir sobre obras consideradas patrimônio bibliográfico, destaca que o valor histórico dos livros raros e antigos no Brasil “está associado às

questões do passado [...], à importância da preservação de sua forma física original e, em especial, ao contexto no qual se situa (além de seu conteúdo)”. No entanto, pelas dimensões continentais do Brasil, a sua história enquanto nação, assim como acontece com a sua história tipográfica, por exemplo, é bastante heterogênea. Por isso, a dificuldade no estabelecimento do que se considera patrimônio bibliográfico tendo em vista o intervalo histórico das produções impresas.

Na reflexão trazida por Araripe (2004), no que diz respeito ao patrimônio de uma cidade, o conjunto patrimonial do Brasil se encontra em microrregiões e macroregiões, podendo ser levado em consideração na discussão e identificação do patrimônio bibliográfico regional como memória coletiva.

Considerando, primeiramente, livros raros e antigos como patrimônio bibliográfico, Gauz (2015, p. 84) inclui também nesta categoria as “coleções especiais, impressas, manuscritas ou digitais, além de gravuras, partituras e material sonoro, pois todos ocupam o mesmo universo em uma biblioteca”. Esta classificação em bibliotecas é definida por profissionais que se tornam responsáveis pela identificação, seleção, guarda e preservação de acervos patrimoniais.

Das tábuas com escritas cuneiformes das bibliotecas da Assíria, no terceiro milênio antes de Cristo (onde eram armazenadas as memórias de saberes, econômicos, políticos, técnicos, científicos e também as esotéricas, formadas e acessadas pela elite, e preservadas para os seus descendentes); passando pelas bibliotecas públicas da Grécia do quarto século da nossa era (cujos acervos mantiveram e privilegiaram a memória dos filósofos e o conhecimento estético); lembrando a importância do latim, que assegura a unidade de textos na Idade Média de várias memórias coletivas, até chegar à Renascença, à uma memória de colecionadores que se torna, eventualmente, memória do patrimônio nacional (pois até o século XIX as bibliotecas de reis, mecenas e príncipes, assim como os catálogos de colecionadores, escrevem a história da posse de livros raros), são os guardiões desses templos de saber (os bibliotecários) que atuam como formadores de memórias e mediadores da informação para o leitor” (GAUZ, 2015, p. 81-82).

Em muitos países, a busca pela preservação de seu patrimônio bibliográfico se dá em forma de sistemas de reunião e registro da produção bibliográfica nacional. Entre os exemplos de proteção do patrimônio bibliográfico do Brasil dados por Santos e Reis (2018, p. 249) está o Depósito Legal que, segundo as autoras, “decorre da existência de norma específica sobre a matéria e da missão institucional da Biblioteca Nacional do Brasil – o registro e a guarda da produção intelectual nacional”.

Atualmente, no Brasil, o depósito legal exige entregar à Biblioteca Nacional do Brasil um ou mais exemplares de toda publicação editada no país em papel ou em qualquer suporte físico, destinada à venda ou à distribuição gratuita. Segundo Rodrigues (2017, p. 182):

[...] a existência de uma lei nacional que regulamenta o sistema de depósito legal de um país sugere a relevância dispensada por este mesmo país ao seu patrimônio bibliográfico. Da mesma forma, o tratamento dado a este material, pós depósito, demonstra, também, o reconhecimento de sua importância para a cultura da nação. O Brasil, nesse quesito, demonstra o reconhecimento ao seu patrimônio, buscando proporcionar condições aos cidadãos de ter acesso a essas fontes de informação, contribuindo para a formação de sua consciência histórica e reconhecimento identitário. Convém apenas rever as práticas estabelecidas, coadunando os objetivos do depósito legal, explicitados na lei, com a realidade da instituição depositária, a qual vem buscando, desde o princípio, atender às demandas impostas, muitas vezes carecendo de recursos (financeiros, humanos, físicos) para cumprir tanto a missão de biblioteca da nação quanto às determinações de uma agência bibliográfica nacional.

Campello (2006) define o depósito legal como a exigência por lei de que se entregue os exemplares publicados em um país a um órgão público visando captar esse material para a elaboração de uma bibliografia nacional e formar coleção que visa preservar a herança cultural do país. Já Rodrigues (2017, p. 167) aponta que pelas “diferentes leis sobre depósito legal, observa-se que apresentam como característica comum sua intenção de preservar e tornar acessível à coletividade a herança bibliográfica nacional”.

Para Rodrigues (2016, p. 97), em âmbito nacional, pode-se destacar quatro finalidades do depósito legal:

- 1) finalidade cultural, ao buscar a preservação do patrimônio bibliográfico com a criação de uma coleção de memória nacional através dos exemplares compulsoriamente encaminhados à instituição;
- 2) finalidade social, ao buscar alternativas para proporcionar acesso à coleção de memória bibliográfica nacional;
- 3) finalidade política, ao servir de instrumento de controle das publicações de um país, possibilitando a elaboração da bibliografia nacional e;
- 4) finalidade legal, ao assegurar os direitos de propriedade intelectual e os direitos do autor, tornando obrigatório, por força de lei, o envio de um ou mais exemplares à instituição competente para fins de registro e tombamento.

No Brasil, a Biblioteca Nacional do país, localizada na cidade do Rio de Janeiro, faz o recebimento das publicações nacionais com orientação da Lei Nº

10.994, de 14 de dezembro de 2004. Nos estados brasileiros é possível identificar também algumas normativas a nível estadual, caracterizadas como depósito legal, geralmente exigindo o envio de exemplares de livros para as bibliotecas públicas estaduais. Suaiden, em 1980, pontuava a dificuldade na salvaguarda da produção nacional, entendendo que “é de suma importância que as bibliotecas públicas estaduais instituem o Depósito Legal das publicações editadas nos respectivos Estados”, acrescentando que seria destinado aos usuários e também funcionaria como controle bibliográfico (SUAIDEN, 1980, p. 46).

Alguns estados brasileiros, na busca pela preservação de sua produção bibliográfica local, criaram dispositivos legais regionais, sendo elas:

- Bahia - Decreto nº 25.713, de 01 de julho de 1977
- Brasília - Lei nº 3.828, de 03 de março de 2006
- Ceará - Lei nº 13.399, de 17 de novembro de 2003
- Espírito Santo - Lei nº 8.091, de 05 de setembro de 2005
- Paraíba - Lei nº 11.898, de 11 de fevereiro de 2010
- Paraná - Decreto Estadual nº 15.645, de 07 de agosto de 1964
- Pernambuco - Lei nº 12.435, de 6 de outubro de 2003
- Piauí - Lei Ordinária nº 5.554 de 20 de abril de 2006
- Rio Grande do Norte - Lei nº 10.265, de 10 de novembro de 2017
- Santa Catarina - Lei nº 11.074, de 11 de janeiro de 1999

Essa defesa das bibliotecas depositárias regionais foi registrada em 1967, em artigo publicado nos anais do V Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, pela bibliotecária Sully Brodbeck (1967). A autora traz essa defesa a partir de exemplos encontrados em outros países, em que é possível ver várias bibliotecas depositárias em nível regional.

A sábia providência de estender o depósito legal - voluntário ou obrigatório; total ou selecionado, - a mais de uma biblioteca é perfeitamente justificado além de assegurar a conservação, divulga o patrimônio cultural, colocando-o à disposição do leitor em várias regiões do país (BRODBECK, 1967, p. 2).

Em 1977, Kohler defende o controle bibliográfico realizado também por bibliotecas públicas para contribuir no registro de obras regionais ou locais. A justificativa da autora se dá no levantamento realizado no Paraná que não vê o

depósito legal sendo devidamente efetuado para a Biblioteca Nacional, tendo 15 obras de 1838 registradas nacionalmente.

Mas, nota-se uma inquietação pela situação oficial da produção bibliográfica em diversos pontos do país, inquietação no sentido de recolher criteriosamente a documentação local. A cidade de São Paulo e o Estado do Rio Grande do Sul têm as suas experiências na área do depósito local. A Rede de Bibliotecas da Amazônia (REBAM), órgão da SUDAM, estuda uma fórmula para implantá-lo na sua jurisdição. A Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro recolhe subsídios para o estudo do assunto. No Paraná o assunto já esteve em pauta, como o documenta um projeto de lei engavetado (KOHLENER, 1977, p. 74).

Neste período, a legislação vigente para o depósito legal nacional era o Decreto Nº 1.825 de dezembro de 1907, estando desatualizada para a realidade nacional. Alves e Managaz (1987) apresentam a dificuldade na atualização da lei e no cumprimento da remessa e da captação de obras.

Dentre os depósitos regionais vigentes no Brasil, Andrade (2014) apresenta a motivação da criação do depósito legal no Piauí. A primeira inquietação surgiu pelos discentes da segunda turma do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). A disciplina “Controle de registros de conhecimento” estimulava os alunos a fazerem pesquisas sobre o estado do Piauí, buscando identificar controles de registros de informações produzidos pelo estado. Nisso, constataram que não havia “mecanismos de coleta e preservação da memória intelectual no estado” (ANDRADE, 2014, p. 54).

Ao tentar mudar esta realidade, a professora da disciplina e os alunos elaboraram bases da lei para o estado, tendo como modelo a legislação de depósito legal do estado de Pernambuco de 2003.

Desse modo, os estudantes responsáveis pela elaboração da lei contaram com o apoio de um conhecido deputado estadual para esse fim, que teve como simples mérito apenas o de levar o projeto de lei para debate na Assembleia Legislativa. A lei foi aprovada sob a numeração de 5.554, de 20 de abril de 2006, e logo depois divulgada em uma grande feira reconhecida e valorizada em âmbito regional que é o Salão do Livro do Piauí (SALIPI) (ANDRADE, 2014, p. 54).

Para Andrade (2014, p. 55), a importância social desta lei “é entendida [...] como um direito individual e coletivo às informações [sobre o estado] asseguradas. A questão social contribui para o exercício da cidadania”. O autor pontua também que ter a guarda da memória, por meio da lei, é uma questão estratégica “e do valor agregado às informações preservadas”, tendo em vista que o esquecimento é uma

forma de manipulação de classes dominantes. A memória é uma herança, um testemunho que é passado de gerações a gerações. Tal preservação “influencia o presente e projeta para o futuro referências que jamais poderão ser vividas, criando-se uma consciência de coletividade, identidade e história” (ANDRADE, 2014, p. 48).

2.4 Coleções Especiais

Nas bibliotecas, em meio a organização do acervo, podem existir coleções separadas do acervo circulante. Na literatura da Biblioteconomia, dentre os tipos de acervo que costumam ficar à parte, estão as obras raras, coleções particulares, multimeios e coleções temáticas. Também são frequentes as coleções sobre a história do local onde a biblioteca está inserida, que devem ser adquiridas sistematicamente, conservadas e colocadas à disposição da comunidade, e, por seu caráter de coleção de memória, também costumam ficar separadas do acervo corrente. (BIBLIOTECA NACIONAL, 2010).

As diversas coleções de uma biblioteca podem ser definidas como: “parte do acervo [...] que é mantida em separado, em razão de seu formato físico, assunto, data de publicação ou outra característica” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 91). Dentre as coleções existentes e possíveis em bibliotecas, há a coleção especial ou coleções especiais, que são temáticas e quando fazem parte do acervo de uma biblioteca não sendo a coleção como um todo, geralmente é restrita à uma área. (CURLEY; BRODERICK, 1985). Neste sentido, observa-se que, possivelmente, o desenvolvimento dessas coleções pode destoar um pouco de coleções gerais, devido a especificidade dos temas e das obras que compõem as coleções especiais.

No Brasil, as coleções especiais passam por um processo de consolidação. Inúmeras instituições possuem esse tipo de acervo, embora os espaços físicos designados para o depósito não sejam os mais adequados. Essas instituições públicas ou privadas, guardiãs de bibliotecas, abrigam uma variedade de objetos, além de livros e periódicos. Faltam, no entanto, a muitas dessas instituições, estudos, publicações e critérios práticos para o recebimento consciente de coleções especiais, motivo pelo qual poucas coleções estão reunidas sob a ótica das suas especificidades, nem apresentam critérios claros para o seu estabelecimento (CÓSCIA, 2015, p. 74).

Segundo a *Association of Research Libraries* (2003), as coleções podem ser consideradas especiais pela sua raridade, pelo seu valor ou pela sua relação com

personalidades ou instituições que são agregados ao valor histórico, cultural, político, científico ou artístico.

University of Glasgow ([2019], *online*, tradução nossa), no entanto, traz a conceituação das coleções especiais como “coleções de livros ou arquivos considerados importantes (ou “especiais”) o suficiente para serem preservadas para futuras gerações [...] [pois] geralmente, eles têm significante valor de pesquisa e/ou cultura”, visto que, são compostas por obras, “em sua maioria [...] mais antigas, raras ou únicas, ou frágeis”. Neste sentido, as duas definições aproximam as coleções especiais à atribuição de raridade aos itens que abrigam, diante de um ressaltado valor cultural.

Para Cósia (2015, p. 71), no Brasil, as coleções especiais passaram a ter maior reconhecimento recentemente, pois se criou um entendimento de que é um material bibliográfico diferenciado e que, por isso, necessita de tratamento técnico específico nas bibliotecas. Segundo a autora, estas coleções “resgatam a memória intelectual da sociedade, perpetuando o saber por meio do registro e disponibilização das criações humanas”.

As coleções especiais, segundo Cósia (2015), mantêm documentos não só em formatos relacionados ao papel, também podendo incluir canecas, troféus, latas de cerveja, entre outros itens colecionáveis. O caráter especial destes documentos se dá também por não ser itens bibliográficos, que numa biblioteca é mais comum.

Doyle e Luce (2010) definem coleções especiais de forma mais abrangente, acrescentando o valor monetário como uma das características que pode fazer com que uma obra integre esse tipo de coleção.

Definimos coleções especiais como materiais de biblioteca e arquivo em qualquer formato (por exemplo, livros raros, manuscritos, fotografias, arquivos institucionais) que geralmente são caracterizados por seu valor como artefato ou monetário, formato físico, singularidade ou raridade e/ou compromisso institucional de preservação e acesso a longo prazo (DOOLEY; LUCE, 2010, p. 16, tradução nossa).

Devido aos valores de artefato, histórico, cultural e mesmo monetário dos itens presente em coleções especiais, como apresentado nas definições até aqui, tais coleções, geralmente, são instaladas como unidades independentes, separadas do acervo geral, submetidas a serviços de segurança especializados e a normas que restringem a circulação de seus itens (DOOLEY; LUCE, 2010). No entanto, os

autores excluem da definição de coleções especiais os multimeios e as obras temáticas.

No Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, por Cunha e Cavalcanti (2008, p. 92), por sua vez, apresenta coleção especial⁵ como “acervo ou setor que geralmente fica separado do acervo geral devido ao assunto ou formato dos documentos. As obras raras e os multimeios se enquadram nesta categoria.” Ao contrário de Dooley e Luce (2010), aqui, os autores acrescentam os multimeios como itens integrantes das coleções especiais. Segundo eles, os multimeios correspondem a aqueles materiais informacionais que não se apresentam na forma impressa convencional, como os documentos audiovisuais, visuais, auditivos, legíveis por máquinas, microformas, realia, entre outros.

Os multimeios podem ser entendidos como documentos não textuais, em que sua estrutura é decorrente de sua natureza, de seu objetivo e de seu conteúdo, conforme dizem Guinchat e Menou (1994). Destaca-se que os documentos não-textuais podem ter parte textual, mas sua essência não é baseada neste tipo de informação. Estes documentos devem ser vistos, ouvidos ou manipulados.

Os principais documentos não-textuais são: iconográficos, sonoros, audiovisuais que combinam som e imagem, de natureza material, os compostos, os magnéticos e os eletrônicos utilizados em informática.

- os documentos iconográficos ou gráficos: imagens, mapas, plantas, gráficos, tabelas, cartazes, quadros, fotografias em papel e slides;
- os documentos sonoros: discos e fitas magnéticas;
- os documentos audiovisuais que combinam som e imagem: filmes, audiovisuais, fitas e videodiscos;
- os documentos de natureza material: objetos, amostras, maquetes, monumentos, documentos em braile e jogos pedagógicos;
- os documentos compostos, que reúnem documentos textuais e não-textuais sobre um mesmo assunto, como os livros acompanhados de discos;
- os documentos magnéticos utilizados em informática, isto é, os programas que permitem efetuar cálculos, fazer gestão de arquivos e simulações;
- os documentos eletrônicos utilizados em informática. Veiculam texto, imagem e som. São os documentos do futuro (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 42).

Carvalho e Almeida (2019, p. 184), assim como Cunha e Cavalcanti (2008), também consideram multimeios como parte possível das coleções especiais,

⁵ No dicionário a definição está associada ao verbete **special collection**.

conceituando-os como todo material que não é textual. Para os autores, “devido à variedade de forma e conteúdo, ou à multiplicidade dos modos de se expressar determinado conteúdo, os multimeios apresentam desafios quanto ao seu tratamento e organização para as unidades de informação” (CARVALHO; ALMEIDA, 2019, p. 184).

Já a coleção de obras raras, também como possível caracterização como item de coleções especiais, não se restringe a um conjunto de livros, mas inclui também, segundo Sant’Ana (2001), periódicos, mapas, folhas volantes, cartões-postais e outros materiais impressos. Em relação ao potencial como fontes de pesquisa por parte dos acervos raros, Rodrigues (2006, p. 116) pondera que as “informações antigas, transportadas para uma nova geração e inseridas no cotidiano de uma realidade existente no presente, servem de base para a criação de informações futuras”.

Além do sentido de raridade ser relacionado à escassez de uma obra, que conseqüentemente se traduz em uma dificuldade de se encontrar este item, ele também se relaciona com o sentido de valioso ou precioso, sendo, portanto, uma publicação incomum com um valor maior do que os livros disponíveis no mercado (SANT’ANA, 2001).

Assim como, por vezes, os conceitos de coleções especiais tendem a se associar mais intimamente com o de obras raras, também é comum verificar que algumas bibliotecas nomeiam suas coleções especiais como obras raras. Berger (2014) ressalta que essa designação transmite a ideia de preciosidade, que destaca a necessidade de proteção e dá a ideia do que se pode encontrar nestas coleções. De modo que algumas instituições escolhem designar suas coleções especiais como um Setor de Obras Raras ou Livros Raros.

Por outro lado, Berger (2014) destaca que as obras que compõem as coleções especiais não possuem raridades em termos monetários. Sua distinção da coleção geral, muitas vezes, se faz por se tratar de um conjunto de materiais de tipos ou temáticas semelhantes.

Em certo sentido, as “coleções especiais” são valiosas simplesmente por causa da coesão e extensão dos itens sobre um tópico em particular, em um gênero em particular ou por um autor em particular. Portanto, pode haver uma coleção especial de orquídeas ou tabaco, romances ou ficção científica, [sobre] James Joyce ou John Steinbeck, estantes de livros ou fichários, etiquetas ou cartões

comerciais, ou qualquer outra área ou gênero de coleta (BERGER, 2014, p. 2, tradução nossa).

Berger (2014) percebe as duas coleções, especiais e de obras raras, com distinções e semelhanças. As similaridades estão principalmente no tratamento em que estas coleções devem ter, tanto de salvaguarda quanto de processamento técnico. As questões de segurança e acondicionamento requerem maior atenção do que o acervo circulante. A catalogação também deve ser mais extensiva e requer treinamento especial dos bibliotecários. Para a *Association of College and Research Libraries* (2009), por exemplo, o entendimento sobre uma coleção especial também pode estar relacionado ao de um acervo mais reservado, que necessita de maior segurança.

Por esta razão, muitas bibliotecas incluem a coleção de obras raras no setor das coleções especiais, que agrega mais uma coleção. Também é possível encontrar bibliotecas que dispõem conjuntos individuais de materiais que podem ser enquadrados como coleções especiais no setor de obras raras (BERGER, 2014, p. 2) Nesta forma de organização, a conceituação pode, muitas vezes, não ser compreendida, resultando em definições que tratam os dois termos como sinônimos.

O tipo de biblioteca influencia diretamente no tipo de coleção especial que é formado. Por exemplo, em uma biblioteca pública, a formação da coleção possivelmente dependerá da localidade, onde a biblioteca está inserida, da missão institucional, assim como das dimensões prediais e das áreas de guarda dos serviços ofertados por esta biblioteca. Sendo assim, as bibliotecas grandes, por exemplo, podem manter e aprimorar várias coleções especiais, em razão do espaço que possuem, enquanto as bibliotecas pequenas, no entanto, podem ter que focar em uma coleção específica, como uma que trate sobre a história local (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2018).

Visto sua relevância histórico-cultural, as coleções especiais necessitam de políticas que possibilitem sua preservação para acesso futuro. Por isso são gerenciadas e armazenadas separadamente da coleção geral e circulante. O espaço reservado para estas obras deve possuir, preferencialmente, controle e monitoramento de fatores ambientais como temperatura, umidade e luminosidade. O acesso do usuário também deve ser monitorado em sala adequada para que se mantenham as obras seguras e protegidas. Tudo isso deve estar contemplado nas políticas institucionais (UNIVERSITY OF GLASGOW, [2019]).

Pela especificidade das obras que compõem uma coleção especial, é possível que determinada biblioteca não possua infraestrutura adequada para sua preservação, sendo necessário o repasse dela para uma biblioteca que tenha condições mínimas para essa guarda. Também pode ser o caso de que esta transferência ou intercâmbio entre as instituições de acervos especiais possa estar relacionado ao acesso dos itens, ou mesmo de uma maior relevância deles para determinada comunidade, por trazer conteúdo relacionado à história local, por exemplo. Neste sentido, é necessário que os profissionais bibliotecários tenham em mente que as “bibliotecas públicas podem servir melhor sua comunidade concentrando ou adquirindo os manuscritos de autores locais” (WYNNE, 1965, p. 8, tradução nossa). Aquisição esta, que pode ser feita a partir das transferências de acervo privados.

A formação das coleções especiais em uma biblioteca pode ocorrer de várias maneiras, assim como os itens que as compõem podem ter diversas origens. Uma coleção especial pode surgir a partir da ressignificação da importância de uma coleção já existente, ou ser criada por meio de doações ou até pode ser adquirida por compras, pela própria biblioteca, dependendo, para sua formação, de vários fatores que envolvem a biblioteca, sua história, sua missão e seus recursos. De modo que, a forma de recebimento de itens pode influenciar o tipo de coleção que se forma, pois, as obras raras podem ser adquiridas de modo diferente da coleção de multimeios, por exemplo.

Pinheiro (2015) destaca que uma coleção pode não ter uma razão lógica de ser desde seu início. Pode ter sido reunida ao longo da história da instituição, entendendo-a como um conjunto homogêneo com um mesmo significado. Desta forma, é possível, por exemplo, que uma coleção cresça inicialmente com livros que a biblioteca já possui e posteriormente inclua mais livros oriundos de coleções particulares de bibliófilos. Em consequência, a formação e o desenvolvimento dessas coleções perdem coerência na sua formação pelo propósito geral, em que a salvaguarda sobrepõe outro objetivo para a reunião dos itens.

Na formação das coleções também é necessário considerar que algumas bibliotecas podem ter o papel de depositária local, criando uma coleção de recursos para seu estado, distrito ou comunidade, podendo servir de repositório para obras publicadas em sua localidade (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2018).

Com frequência, as bibliotecas pessoais ou arquivos pessoais são recebidas por bibliotecas institucionais, estimulando, a partir delas, a criação de coleções especiais. Nestes casos, muitas bibliotecas podem decidir nomear a coleção adquirida com a identificação de seu proprietário original, buscando refletir os interesses destas personalidades. Outra forma de reunião das obras que podem compor uma coleção presente nas coleções especiais pode se dar a partir da coleta de obras individuais existentes no próprio acervo da biblioteca, que juntas se transformam em fonte primária de determinados temas, pelos usuários desta instituição. Por isso, tais coleções estão mais presentes em bibliotecas universitárias. Neste caso, o valor da coleção não vem de obras individuais, mas de um contexto constituído na coletividade de sua reunião.

Na perspectiva das coleções de livros, Cósia (2015, p. 72) entende que se constituem de

[...] obras de grande valor literário ou artístico, com riqueza de detalhes ilustrativos e pictóricos. Podem também se tornar especiais pelo fato de terem pertencido ou sido manuseadas por algum personagem ilustre, ou ainda por possuir uma dedicatória ou autógrafa deste. Em contrapartida, as coleções especiais podem resultar, mais abrangentemente, de uma gama de formas e suportes, tornando-as um misto de registros de informação.

Wynne (1965, p. 4) afirma que no acervo das coleções especiais, “além das obras raras ou impressos importantes [...] podem incluir manuscritos, arquivos, partituras, registros sonoros, tábuas de cuneiformes, moedas, impressões, jornais, mapas e até microfilmes e microfichas” (WYNNE, 1965, p. 4). Outros itens que também podem fazer parte da formação das coleções especiais são os periódicos e os multimeios, que foram excluídos por alguns teóricos.

Os objetos podem mudar de status e de valor social, patrimonial, histórico, memorial no curso de sua vida. Em diversas etapas de seus ciclos de uso, os livros podem também adquirir ou perder valores sociais simbólicos independentemente de sua datação, temática ou características materiais.

Os valores que uma obra pode agregar surgem, por vezes, com sua idade, podendo vir também a partir da reputação dos autores, da popularidade do assunto, do ilustrador do livro, da qualidade na editoração ou por muitos outros motivos. Desta forma, livros que foram adquiridos inicialmente para compor a coleção circulante podem ser transferidos para coleções especiais ao longo do tempo (BERGER, 2014).

Leipnitz (2017) fez um levantamento de bibliotecas particulares em bibliotecas universitárias e, segundo ele, incorporar bibliotecas particulares em bibliotecas institucionais é um processo natural se for observada a história das bibliotecas nacionais que geralmente fizeram a guarda de acervos importantes que precisaram de espaços de preservação. Neste sentido, verifica-se a manutenção de coleções particulares, muitas vezes incólume, em coleções especiais.

Muitas coleções de obras raras e coleções particulares são formadas graças aos bibliófilos. Nas coleções especiais as coleções particulares são aquelas que têm um valor pelo conjunto, geralmente associado à importância de seu proprietário original, ou do tema comum que perpassa a maioria de suas obras. Segundo Moraes (2005, p. 18) “seria um não acabar mais o querer mostrar que, graças a colecionadores particulares, muito tesouro é salvo”.

Muitas das melhores coleções temáticas de nossas bibliotecas de livros raros começaram como coleções particulares, geralmente as paixões de pessoas sem (ou pouco) treinamento acadêmico. George Arents (1875-1960) reuniu uma ampla coleção de materiais sobre o tabaco. Em 1942, ele depositou essa coleção na Biblioteca Pública de Nova York, onde hoje é chamada The George Arents Collection on Tobacco. A coleção de papéis decorados de Rosamond B. Loring, agora na Biblioteca Houghton em Harvard, é outro acúmulo reunido por uma coleção particular e depois entregue a um departamento de coleções especiais. Essas são apenas duas de milhares de coleções especiais em bibliotecas de livros raros, iniciadas fora de uma biblioteca. (BERGER, 2014, p. 15-16, tradução nossa)

Moraes (2005, p. 27) destaca que “para se formar numa coleção homogênea sobre um assunto ou um autor é preciso ciência, conhecer a vida do autor, saber quando, onde publicou seus livros.” Por isso o colecionador se torna especialista, porque ele adquire conhecimento aprofundado de seu interesse. Na erudição do assunto, surge o bibliófilo e não um comprador de livros, pois sua aquisição é pesquisada e ponderada.

As pessoas se relacionam com os objetos e as coisas de formas diferentes. Num primeiro nível de forma direta, fazendo prevalecer o valor utilitário desses objetos. Num segundo nível, quando alguns objetos são feitos para agirem produzindo ou modificando outros objetos - como é o caso dos instrumentos e das ferramentas. Um terceiro nível é possível quando vínculos com objetos são estabelecidos por caminhos indiretos, por mediações simbólicas, seja pela linguagem ou por imagens. E, por último, num quarto nível, o caso da acumulação, ou seja, o ato de colecionar objetos com a finalidade de sua simples posse ou exibição (MURGUIA, 2009, p. 89-90).

O último aspecto, apresentado por Murguia (2009), é o do colecionismo, que resulta na acumulação de objetos. O ato de colecionar é bastante particular, pois surge a partir de uma motivação pessoal do que é interessante ou importante para o colecionador. Nesse sentido, “o colecionismo ligou-se, desde o início, à idéia [sic.] de posse que, por sua vez, gerou o conceito de propriedade. Possuir objetos tornou-se manifestação de poder. Assim, a coleção foi ultrapassando sua funcionalidade e tornando mais evidente seu lado simbólico” (GRECCO, 2003).

Este arranjo está para o ordenamento e a esquematização comum das coisas mais ou menos como a ordem num dicionário está para uma ordem natural. Basta que nos lembremos quão importante é para cada colecionador não só o seu objeto, mas também todo o passado deste, tanto aquele que faz parte de sua gênese e qualificação objetiva, quanto os detalhes de sua história aparentemente exterior: proprietários anteriores, preço de aquisição, valor etc. Tudo isso, os dados “objetivos”, assim como os outros, forma para o autêntico colecionador em relação a cada uma de suas possessões uma completa enciclopédia mágica, uma ordem do mundo, cujo esboço é o destino de seu objeto (BENJAMIN, 2009, p. 241).

Agregar valor ao passado de um livro diz respeito à sua proveniência. Para identificação dos proprietários ou caminhos de apropriação de um exemplar, por vezes, é necessário um exame físico detalhado da obra, em busca de sinais que identifiquem proveniência. As evidências mais comuns são as assinaturas, os ex-líbris ou os carimbos dos proprietários, que são de interesse, tanto dos colecionadores, quanto das bibliotecas. Por vezes, as assinaturas manuscritas são acompanhadas com informações adicionais como data e local (GALBRAITH; SMITH, 2012, p. 44).

Como já relatado, os acervos de obras raras comumente estão associados às coleções especiais. Alguns procedimentos e recursos para a gestão adequada de coleções de livros raros foram indicados por Pinheiro (2015), que apresenta um panorama do que é necessário para que estas coleções cumpram sua missão de difusão do conhecimento que suas obras mantêm o registro:

- prioridades de processamento (definição da obra que será preservada imediatamente e do exemplar precioso que será objeto dessa preservação);
- condições de reprodução (por demanda, por iniciativa do bibliotecário, para acesso remoto);

- recursos que complementem o restauro, a digitalização e a microfilmagem (descrições bibliográficas exaustivas, com informações detalhadas sobre o item);
- soluções para situações de perda (vandalismo, furto e roubo);
- ações preventivas ou curativas para situações de risco (sinistros);
- definições sobre questões de posse e propriedade (coleções doadas, vendidas ou guardadas por tempo determinado ou não);
- condições de acesso às coleções (definição de áreas de guarda, sinalização, normas de trânsito e perfil de usuário);
- critérios de armazenamento (normas de guarda, padrões de mobiliário, monitoramento ambiental);
- padrões de acondicionamento (embalagens);
- métodos de seleção de obras/exemplares para guarda em cofres (definição de cimélios, isto é, os itens mais raros entre os raros);
- normas de uso (critérios, treinamento, técnicas de manuseio);
- procedimentos técnicos sistêmicos e continuados (inventário, catalogação, higienização); e
- serviços e produtos; entre outros procedimentos.

A instituição que tem uma coleção de natureza especial deve se preocupar inicialmente com as instalações deste acervo, considerando sua segurança e sua integridade física. Uma etapa importante para gerenciamento de uma coleção de obras raras, por exemplo, é o estabelecimento de critérios de seleção, tema abordado por Sant'Ana (2001), Silva (2011), Rodrigues (2006) e Pinheiro (2009), onde verifica-se a complexidade desse processo, pois tais critérios são definidos por fatores subjetivos.

Galbraith e Smith (2012, p. 103) entendem que o desenvolvimento de coleções é uma das ações mais importantes em uma biblioteca, devendo também contemplar questões que tangem os acervos raros. No geral, a constituição de coleções das obras raras se dá a partir das diretrizes estabelecidas no desenvolvimento de coleções, sendo nesta atividade que se justifica a importância e necessidade desta coleção na biblioteca.

Para as coleções especiais, a política de desenvolvimento de coleções é uma documentação norteadora que traz metas e estratégias de coleta e aquisição de

exemplares para a biblioteca. A partir dela é possível entender como foi originada a coleção ou como se pretende que ela cresça e o que ela represente ou dê suporte.

Neste sentido, sendo os critérios de seleção de obras raras um elemento importante e integrante das etapas de desenvolvimento de coleções que envolvem as coleções especiais, o Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR) da BN disponibiliza diretrizes gerais que podem ser usadas ou adaptadas por outras bibliotecas, sugerindo os seguintes critérios de raridade:

- Primeiras impressões (séc. XV – XVI)
- Impressões dos séculos XVII e XVIII
- Brasil – séc. XIX
- Edições clandestinas
- Edições de tiragens reduzidas
- Edições especiais (de luxo para bibliófilos)
- Exemplares de coleções especiais (regra geral com belas encadernações e ex-libris⁶)
- Exemplares com anotações manuscritas de importância (incluindo dedicatórias)
- Obras esgotadas (BIBLIOTECA NACIONAL, [2000])

No entanto, destaca-se que as diretrizes não trazem os critérios de forma sacramentada, sendo uma orientação que pode ser adequada a partir das características, missão e funcionamento específico de cada instituição.

A boa gestão de coleções especiais depende do conhecimento o valor de suas peças individualmente e delas em conjunto. A falta de conhecimento sobre a formação das coleções pode levar a decisões precipitadas. Por isso, o descarte das coleções especiais deve proceder a partir de um estudo adequado, indicando as bases argumentativas deste processo, que de preferência seja executado por uma comissão. Neste sentido, o processo de descarte deve ser bastante cuidadoso, mesmo em outros acervos de uma biblioteca, que considera a desatualização de obras como critério de descarte, visto que, obras do acervo circulante desatualizadas podem apresentar um valor histórico, social ou monetário, que pode passar despercebido em caso de um processo de descarte inadequado.

⁶ Significado literal: “dos livros de”. Serve para designar posse de um livro (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 321).

Outros processos imprescindíveis ao desenvolvimento de coleções em coleções especiais para além dos processos de seleção e aquisição, estão a catalogação dos itens e a disponibilização das obras para acesso e pesquisa, mesmo a partir de tecnologias que permitem que estas atividades possam ser realizadas de modo remoto a catalogação dessas obras deve abranger todas as informações relevantes aos usuário da biblioteca, não estando restrita apenas ao conteúdo textual dos itens, mas buscando abranger também as características relacionadas à estrutura física de um exemplar, tanto de natureza intrínseca à sua produção, quanto extrínsecas, adquiridas ao longo de sua existência, considerando: encadernação, gravuras, ex-líbris, entre outros, que por meio de uma análise bibliológica⁷, ou bibliografia material, ajudam a individualizar uma obra do restante de sua tiragem e edição.

O advento da tecnologia em sistemas bibliotecários incluiu outro fator a ser considerado com a gestão de coleções de obras raras: a digitalização. Neste contexto, Greenhalgh (2011) explica que a digitalização é uma forma de preservar o documento original contra o contato humano, quando o interesse da consulta é o texto, que pode ser disponibilizado remotamente, ampliando o alcance pelo acesso digital em rede. Esse serviço diminuiria o acesso presencial, acontecendo somente quando o interesse da consulta é pelo objeto físico e suas características, processo este que também necessita do cuidado do profissional em relação ao manuseio e à preservação das obras.

As bibliotecas, independente da sua tipologia, podem ter “áreas especiais” para armazenar determinadas coleções. As políticas e documentos relacionados à gestão de coleções especiais devem traduzir o propósito da coleção, trazendo orientações para o processo de seleção, mas também para acesso, segurança e preservação (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2018).

E por esta diferenciação na organização e no acesso, as coleções especiais apresentam métricas diferenciadas do acervo circulante. Neste sentido, Dupont e Yakel (2013) apontam a dificuldade em valorar o impacto das coleções especiais

⁷ A análise bibliológica consiste num exame minucioso que é feito em cada página do livro e que tem como objetivo, servir como um recurso de preservação e salvaguarda. Trata-se de descrever todos os atributos pertencentes a um determinado item e todos os demais atributos que o caracterizam e o diferenciam de outros exemplares da mesma obra, expressão e/ou manifestação, tornando-se necessária a realização de uma análise exaustiva, da capa à contracapa. (MACHADO; HELDE; COUTO, 2007, p.103)

nas instituições, pois, enquanto as coleções circulantes possuem uma frequência no empréstimo, as obras das coleções especiais, com acesso restrito, são menos consultadas quantitativamente, porém com maior dedicação aos itens pesquisados.

Existe o esforço crescente nas instituições de pesquisa em dar destaque às coleções especiais, trabalhando com exposições ou com atividades voltadas aos usuários, para que seu uso seja mais frequente. Porém, mesmo com tal esforço, não existe comparação possível com outros acervos, no que diz respeito a medidas de desempenho e métricas de uso adequadas para avaliar seu valor e sua contribuição na instituição. Desta forma, a métrica utilizada para o acesso e o uso das coleções especiais deve ser adaptada e padronizada, tendo em vista as características das coleções especiais, bem como a forma de identificar seu papel na pesquisa e no aprendizado (DUPONT; YAKEL, 2013).

Para Cósia (2015, p. 74-75), existem outras problemáticas quanto a especificidade das coleções especiais como: “a falta de infraestrutura [que] faz com que as coleções [...] sofram em razão da existência de alguns equívocos durante a sua organização”, quais sejam, armazenamento indevido, falta de acessibilidade, condições físicas inadequadas, ausência de política de segurança ou de conservação, falta de mobiliário adequado e programa de educação do usuário para preservação do acervo.

2.4.1 Coleções especiais nas instituições

As bibliotecas universitárias e especializadas são as tipologias de bibliotecas que mais mantêm coleções especiais, sendo encontradas nelas, principalmente, as coleções particulares, obras raras e coleções temáticas. Dentre as instituições apresentadas neste tópico, que mantêm coleções especiais que exemplificam as diversas características deste tipo de acervo, não serão mostradas as coleções especiais em bibliotecas públicas, por ser o foco principal desta pesquisa, sendo contempladas nos capítulos que tratam sobre levantamento e análise dos dados.

Santa Anna *et al.* (2014) apresentam estudo sobre a composição do acervo da Seção de Coleções Especiais da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (BC-UFES) que, segundo os autores, se destaca “pela importância histórica que lhe é atribuída pela sociedade [...] tanto por suas peculiaridades, quanto por sua natureza histórica, devido à capacidade que tem em fornecer dados

referentes à identidade coletiva do Estado onde a biblioteca está situada” (SANTA ANNA *et al.*, 2014, p. 49).

Ao apresentar as coleções da BC-UFES, Santa Anna *et al.* (2014) conceituam coleções especiais a partir de suas obras raras, apesar da sua coleção conter também materiais com origem em coleções particulares e abrigar itens referentes às temáticas sobre o estado onde esta biblioteca se encontra. Este tipo de conceituação é comum nas instituições, que enxergam a raridade como qualificador das obras, desconsiderando, por vezes, outras características especiais dos itens ou coleção. Nas coleções especiais desta instituição é possível encontrar “alguns materiais bibliográficos (livros) nos quais estão registrados a história, o crescimento e o desenvolvimento do Espírito Santo e da capital, Vitória.” (SANTA ANNA *et al.*, 2014, p. 57).

Contendo 8.264 títulos, o acervo da Seção Coleções Especiais da BC-UFES contém tanto obras doadas, quanto compradas pela Universidade, com a formação tipológica do acervo composta por acervo textual e iconográfico. Os itens textuais abarcam livros, periódicos, folhetos, incluindo obras esgotadas e exemplares com anotações manuscritas importantes para o pesquisador, enquanto o acervo iconográfico possui fotografias e desenhos (SANTA ANNA *et al.*, 2014, p. 58-59).

Nesta Seção de Coleções Especiais encontram-se algumas coleções particulares: Coleção Aloyr de Queiroz Araujo, Coleção Ceciliano Abel de Almeida, Coleção Heráclito Amâncio Pereira, Coleção Guilherme Santos Neves, Coleção Mário Aristides Freire, Coleção Mário Ribeiro Cantarino Filho e Coleção Nelson Abel de Almeida. As coleções particulares advêm de personalidades capixabas, com exceção de Mário Ribeiro (que é carioca), pela relação de seus antigos proprietários com a Universidade Federal do Espírito Santo, como ex-professores e ex-reitores. Além dessas, possuem duas coleções com função de manutenção de parte da memória local e nacional: Coleção do Espírito Santo (ou Coleção Capixaba), Coleção Portuguesa e Coleção Brasileira (SANTA ANNA *et al.*, 2014). Também se encontra nesta biblioteca uma coleção de multimeios, tipologia documental que por vezes é desconsiderada na conceituação de coleções especiais pelos teóricos do tema, mas observada igualmente em outras instituições, como nas Bibliotecas Centrais da Universidade Brasília e Universidade Federal de Santa Catarina, por exemplo.

Já a Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) possui um Serviço de Coleções Especiais, que reúne 7 (sete) coleções diferentes, sendo elas: CETD: coleção especial de teses e dissertações; CEOR: coleção especial de obras raras; CEM: coleção especial de microformas; CEMC: coleção especial de materiais cartográficos; CEAV: coleção especial de audiovisual; CEPU: coleção especial de publicações da UFSC; e, CESC: coleção especial de Santa Catarina. Sua coleção busca resgatar a memória institucional, local e nacional, além da manutenção de multimeios (SILVA, CONCEIÇÃO, BRAGA, 2005).

Alves (2015), ao apresentar as Coleções Especiais da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara (FCLAr), defende que uma das funções da biblioteca universitária é trabalhar com a história, memória e cultura.

As bibliotecas universitárias devem fornecer o arcabouço bibliográfico, documental e multimeios que sustentam a academia através dos tempos. Este sustentáculo, para a tríade acadêmica, se faz por meio do seu acervo e de suas ações, que devem mesclar sua história, seu papel educativo-social e o desenvolvimento de produtos e serviços informacionais” (ALVES, 2015, p. 45).

A Biblioteca da FCLAr possui seis coleções de acervos pessoais, duas coleções temáticas e uma coleção de obras raras. Dos acervos pessoais tem os que pertenceram aos Octavio Ianni, Jorge de Sena, Gilda Maria Reale Starzynski, Sônia Sterman Ferraz e José Bento Faria Ferraz, Yedda e Augusto Frederico Schmidt e Heleieth Saffioti. Já os acervos temáticos estão representados na Sala de Cultura Africana: África-Afrobrasilidades-Diáspora Negra e a Sala de Estudos Pedagógicos. Para as Coleções de Obras Raras e Reservadas, a biblioteca atualmente segue as diretrizes do PLANOR. (ALVES, 2015)

Segundo Alves (2015, p. 53) “as coleções especiais pessoais foram formadas com o principal objetivo de preservá-las para que cumpram o seu papel na construção do conhecimento”. A partir destas coleções é possível verificar que as coleções temáticas foram organizadas a partir da seleção e manifestação de áreas de pesquisa e ensino da instituição, pois elas “foram organizadas como forma de facilitar o acesso, a produção de atividades de pesquisa, ensino e extensão e a instituição de um espaço diferenciado, para duas áreas de crescente produção e importância dentro da unidade”, conforme mostra Alves (2015, p. 61). A autora se refere às coleções temáticas destacando o suporte que estas dão tanto à história

das populações, grupos, expressões e manifestações culturais africanas e de seus descendentes no Brasil quanto à história da educação.

A Biblioteca Comunitária da UFSCar possui o Departamento de Coleções de Obras Raras e Especiais (DeCORE) que além de acervo raro, mantém em suas coleções o perfil de coleção particular e de algumas coleções temáticas. Nesta instituição, a seleção de Obras Raras também seguiu os parâmetros do PLANOR.

O DeCORE possui dez coleções especiais, formadas a partir de compra ou doação de bibliotecas particulares de personalidades famosas. Algumas obras foram transferidas do acervo geral para as coleções especiais. A primeira coleção adquirida foi por meio de compra, em 1995, e pertencia ao escritor e jornalista Luís Martins. “Famoso radialista, Luís Martins foi um dos maridos da pintora brasileira Tarsila do Amaral. Este acervo é composto por muitas obras de arte, entre elas um álbum de ilustrações com dedicatória de Tarsila” (CÓSCIA, 2015, p. 76).

Entre as medidas adotadas para a formação das coleções especiais, promoveu-se a junção de bibliotecas de autores famosos, a fim de proporcionar aos usuários o acesso às obras clássicas da literatura mundial e às obras autografadas por autores e pessoas famosas. Além disso, a reunião de obras sobre um tema específico teve o intuito de socializar e desmistificar o jargão da inacessibilidade à obra especial e rara. Nessa perspectiva, foram reunidas nesse espaço físico, coleções temáticas que estavam dispersas no acervo geral, como a coleção Brasileira e a Rui Barbosa (CÓSCIA, 2015, p. 76).

Segundo Cósicia (2015), a coleção particular do sociólogo, deputado federal, professor e doutor Florestan Fernandes, foi adquirida em 1996. Além do acervo de sua biblioteca, a família também cedeu o seu arquivo pessoal, objetos museológicos e pessoais que faziam parte de seu pequeno museu⁸. Este exemplo demonstra o quanto as coleções especiais podem possuir documentos de variadas tipologias que têm coerência e valor enquanto um conjunto. A autora destaca o questionamento feito quanto a localidade desta coleção em São Carlos, já que a atuação de Florestan foi em São Paulo.

Inevitavelmente alguns questionamentos rondam o imaginário daqueles que visitam ou escutam falar do Fundo Florestan Fernandes: Por que a Biblioteca do Prof. Florestan se encontra em São Carlos, tendo em vista que ele nasceu em São Paulo, foi professor na USP - São Paulo, Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e morreu na mesma cidade? Porém, não há mistério. Florestan foi um dos fundadores do Partido dos

⁸ Estes arquivos e objetos compõem o Fundo Florestan Fernandes (disponível em <http://www.bco.ufscar/fundoflorestanfernandes>)

Trabalhadores, o PT, vindo a se candidatar e se eleger por dois mandatos (1986 e 1990). A UFSCar deveria homenageá-lo com o título *Honoris causa*, na gestão do Reitor Prof. Dr. Newton Lima Netto, mas Florestan faleceu em agosto de 1995, não havendo tempo hábil para tal. Logo, a UFSCar homenageou Florestan dando seu nome ao Teatro anexo à Biblioteca. (CÓSCIA, 2015, p. 76-77)

Apesar da explicação apresentada por Cósicia (2015) traçar uma ligação entre o sociólogo com a UFSCar, mesmo com sua atuação profissional estar mais vinculada a outra localidade, também é possível que algumas coleções pessoais estejam em instituições que o seu proprietário original não matinha vínculos locais. Um exemplo desta perspectiva é a coleção do político e jornalista Carlos Lacerda, que apesar do seu proprietário ter sido governador da Guanabara e mantido negócios na cidade do Rio de Janeiro, como a editora Nova Fronteira e o jornal *Tribuna da Imprensa*, sua biblioteca particular e seu fundo arquivístico compõem atualmente o acervo da Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília (UnB). Neste sentido, verifica-se que, por vezes, as relações que se estabelecem entre as coleções e as instituições guardiãs acontecem a *posteriori*, considerando principalmente as funções e serviços destas instituições. No caso da coleção do Carlos Lacerda, por exemplo, foi adquirida para dar lastro à coleção de uma biblioteca de uma instituição de ensino superior recém-criada⁹, sendo considerada uma das coleções fundadoras da BCE, com sua documentação recebida em parte também com o propósito de auxiliar a formação de futuros arquivistas.

A Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM), por sua vez, criada em 2005, abriga a coleção brasileira reunida ao longo de 80 anos pelo bibliófilo José Mindlin e sua esposa Guita Mindlin. Formada com livros, folhetos e documentos, impressos e manuscritos, que totalizam cerca de 32.200 títulos reunidos e 60 mil volumes, que foi doada à Universidade de São Paulo por seus ex-proprietários. Este quantitativo, no entanto, não condiz com todo o acervo do casal Mindlin (ANTUNES, 2015). Verifica-se, neste caso, uma situação bastante particular, da criação de toda uma biblioteca baseada, inicialmente e principalmente, em uma única coleção pessoal temática.

A biblioteca formada por José Mindlin ao longo de sua vida estava organizada em quatro principais vertentes temáticas: assuntos brasileiros, literatura em geral, livros de arte, e livros como objeto de arte em virtude de seus traços tipográficos, de sua diagramação,

⁹ A Universidade de Brasília e a Biblioteca Central foram criadas em 1962 e a coleção do Carlos Lacerda (biblioteca e fundo arquivístico) foi adquirido em 1979.

ilustração, encadernação etc. O acervo doado à USP em 2006 reúne material sobre o Brasil ou que, tendo sido escrito e/ou publicado por brasileiros, sejam importantes para a compreensão da história e cultura do país. O conjunto é constituído por obras de literatura, história, relatos de viajantes, manuscritos históricos e literários, periódicos, mapas, livros científicos e didáticos, iconografia e livros de artistas. A Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin tem o objetivo de expandir seu acervo - torná-la uma biblioteca viva, conforme os ideais de José Mindlin -, adquirindo novos títulos e coleções que dialoguem com as vertentes iniciais do acervo (BIBLIOTECA BRASILIANA..., 2020, *online*).

Parte do acervo de Mindlin continha também a coleção de Rubem Borba de Moraes, bibliófilo e amigo de José Mindlin, que deixou sua biblioteca de 2.300 obras ao casal Mindlin após seu falecimento, em 1986. “José Mindlin reconhecia [em Rubem Borba de Moraes] ‘uma espécie de irmão mais velho’, dono de ‘um amor aos livros e à leitura muito parecido com o meu’” (BIBLIOTECA BRASILIANA..., 2020, *online*).

A maioria dos volumes da biblioteca se trata de itens raros e especiais, sendo por este motivo, um acervo não circulante. Contudo, é possível consultar na biblioteca, mediante o preenchimento de Formulário de Requisição de Consulta às Obras do Acervo, disponível no site da biblioteca. A consulta é realizada sempre com um membro da equipe acompanhando o pesquisador (BIBLIOTECA BRASILIANA..., 2020).

Segundo Antunes (2015, p. 111), “uma biblioteca de obras raras e especiais dentro da universidade não tem a mesma missão que uma biblioteca universitária, embora também deva prover informação e acesso ao conhecimento”. O acervo especial exige um tratamento diferente das coleções gerais, visto que, se tratam de obras que, no geral, não podem ser adquiridas facilmente, de modo que, a biblioteca precisa considerar questões que permitam o atendimento das demandas informacionais dos usuários ao mesmo tempo em que atua na preservação dos exemplares.

Na Biblioteca Henrique Morize, do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), verifica-se entre outras categorias de acervo, coleções formadas por livros pertencentes a séries/coleções formadas por editoras, como a Documentos Brasileiros, editada entre 1936 e 1989, pela Livraria José Olympio Editora e a Brasileira, publicada entre 1931 e 1993 pela Companhia Editora Nacional. Estas coleções se enquadram naquelas que têm por objetivo a reunião de documentos e a

preservação da memória nacional, devido a reedição de títulos clássicos e raros sobre a história do Brasil, assim como de obras inéditas que apresentam uma perspectiva histórica do país na época de publicação, na busca de estabelecer também diretrizes para uma identidade nacional. Outras bibliotecas fazem a guarda destas séries como coleções especiais, como é o caso da BCE da UnB e da Biblioteca Nacional de Brasília (BNB).

Segundo Felipe e Pinho (2018), a memória das instituições está ligada à memória social, pois, ao guardar informações e conhecimentos gerados pelas próprias instituições ou pessoas que as compõem, elas preservam sua trajetória, apresentando seu desenvolvimento à sociedade. Desta forma, “a memória institucional proporciona a percepção da instituição no todo e compreende a sua identidade” (FELIPE; PINHO, 2018, p. 94). A formação de acervos de memória institucional pode ser composta pelos mais diversos tipos de documentos, pois não inclui só produções bibliográficas, podendo incluir também documentos audiovisuais, iconográficos, museológicos, dentre outros. Neste sentido, “os documentos carregam as informações necessárias para o reconhecimento da memória e se tornam instrumentos nessa construção” (FELIPE; PINHO, 2018, p. 95).

Na pesquisa realizada por Prado, Souza e Costa (2019), eles identificaram em bibliotecas universitárias tipologias documentais variadas como parte da memória institucional, dentre elas: textual, museológica, iconográfica, bibliográfica, científica, cartográfica, audiovisual, arquitetônica, artística e cultural. Nas universidades, por exemplo, a manutenção e a preservação de coleções de memória institucional possibilitam, entre outras coisas, que estas instituições “[...] realize[m] avaliações, diagnósticos e implementações, tendo em vista a consolidação de seus objetivos, de suas atividades institucionais, seus setores e serviços”. Desta forma estas coleções auxiliam a instituição a se manter “mais dinâmica e viva, além de orientar a continuidade de suas funções e objetivos” (PRADO; SOUZA; COSTA, 2019, p. 412).

Dantas (2018) ainda apresenta coleções de livros de artista como integrantes em coleções especiais no Brasil, tendo este tipo de acervo, por exemplo, a: Biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a do Museu de Arte do Rio (MAR-RJ) e coleção de obras de arte do Itaú Cultural. Este perfil de coleção se aproxima muito dos livros raros, pois possui várias características consideradas para

atribuição de raridade como tiragem reduzida, ilustração original, encadernação especial entre outras.

A UFMG foi a pioneira na criação deste tipo de acervo, com a Coleção Especial de Livros de Artista iniciada em 2009 a partir da doação de Alex Flemming, Guto Lacaz, Marilá Dardot e Paulo Bruscky, contendo mais de 700 livros catalogados, se tornando, atualmente, o maior acervo com estas características no Brasil (LIVRO..., 2018 apud DANTAS, 2018).

Já a coleção de livros de artista do Museu de Arte do Rio (MAR-RJ), nomeada Paulo Herkenhoff, recebe esta nomenclatura em homenagem a seu doador e ex-diretor do Museu de Arte Moderna do Rio (MAM). Ela possui aproximadamente 1200 itens, contendo também livros que tratam da história do livro de artista, tanto clássicos quanto não tão conhecidos, nacionais e internacionais (BARBOZA, 2016 apud DANTAS, 2018).

Outro acervo cada vez mais em destaque nas bibliotecas é o de Histórias em Quadrinhos (HQs) ou *Graphic Novels*. Algumas bibliotecas já consideram este tipo de documentos como parte das coleções especiais, dando um tratamento diferenciado de acesso, preservação e descrição (VERGUEIRO, 2005).

Bibliotecas públicas especialmente dedicadas à coleta, armazenamento e disseminação de histórias em quadrinhos são instituições genuinamente brasileiras, existindo desde o início da década de 1980, quando uma instituição pública na capital do Estado do Paraná decidiu fundar a primeira unidade desse tipo, que batizou com o nome de gibiteca, um neologismo que mescla a forma como as revistas de histórias em quadrinhos são tradicional e carinhosamente referidas no país – gibis –, com as unidades de informação - bibliotecas [VERGUEIRO, 1994]. Com o surgimento da Gibiteca de Curitiba, cunhava-se o termo genérico para denominar qualquer biblioteca que colocasse as histórias em quadrinhos como o centro de sua prática de serviço de informação e que seria então utilizado em todo o país (VERGUEIRO, 2005, *online*).

A Gibiteca de Curitiba, apresentada na Figura 9, é um dos espaços culturais da Fundação Cultural de Curitiba. Criada em 1982, o espaço possui uma coleção de quadrinhos que inclui exemplares raros como “as primeiras edições de “Tico-tico” e “O Globo Juvenil” (os mais antigos são datados de 1942), as primeiras edições nacionais de Batman e Capitão América, da década de 1950, além de uma coleção completa do Pasquim” (FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, 2020, *online*).

Figura 9 - Gibiteca de Curitiba



Fonte: Cândido (2016, *online*)¹⁰

Sendo a primeira no país, a iniciativa da Gibiteca, no momento de sua criação, se deu de forma isolada no contexto nacional, sendo fruto de interesse de alguns entusiastas deste tipo de coleção. Mesmo não sendo tratada por profissionais da informação, se tornou “ponto central de uma intensa atividade relacionada às histórias em quadrinhos, indo muito além de uma coleção especializada” (VERGUEIRO, 2005, *online*).

As bibliotecas universitárias também identificaram a importância de coleções de quadrinhos e se tornaram disseminadora deste tipo de acervo, além de oferecer espaços de interação para seus usuários. A Biblioteca Central da UnB, por exemplo, criou o Espaço de Pesquisa e Oficina Pagu¹¹, Espaço POP (Figura 10), que surgiu em 2016, contando com um acervo especializado em revistas em quadrinhos, formado principalmente, a partir de doações, apresentando também como acervo, jogos de tabuleiros para serem usados no local (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2018). Também a BNB mantém um acervo similar, com quadrinhos e jogos de tabuleiro no Espaço Geek.

¹⁰ CÂNDIDO. A primeira Gibiteca pública do mundo. 2016. Disponível em: <https://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Pagina/Capa-primeira-Gibiteca-publica-do-mundo>. Acesso em: 20 jul. 2020.

¹¹ “Seu nome foi escolhido a fim de homenagear a brasileira escritora, cartunista, poeta, diretora de teatro, tradutora, jornalista e desenhista Patrícia Rehder Galvão, conhecida pelo pseudônimo de Pagu.” (<https://bce.unb.br/espacopop/sobre-o-espaco-pop/>)

Figura 10 - Espaço POP

Fonte: Correio Braziliense, (2019, *online*)¹²

Outra tipologia de coleção presente em coleções especiais são aquelas que têm relação com a divulgação e ampliação da visualização de uma ação afirmativa, que se relaciona com a missão e os posicionamentos sociais e políticos institucionais. Destaca-se, neste contexto, a criação do Espaço de Direitos Humanos pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília (Figura 11), que é constituído por:

livros, teses, dissertações, história em quadrinhos, periódicos e demais materiais bibliográficos, nacionais e estrangeiros, sobre as temáticas compreendidas no tópico de direitos humanos, tais como questão racial; questão de gênero; questão social; feminismos; questão LGBT e diversidade; direitos da criança e do adolescente; minorias; garantias jurídicas; dentre outras (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2022, *online*).

A iniciativa surgiu após ataques ao acervo da BCE¹³ em 2018, onde diversos livros com a temática de direitos humanos apareceram rasgados.

¹² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2019/03/14/ensino_ensinosuperior_interna,742977/biblioteca-da-unb-passara-a-funcionar-24-horas.shtml

¹³ <https://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/livros-de-direitos-humanos-sao-rasgados-na-biblioteca-da-unb>

Figura 11 - Inauguração Espaço Direitos Humanos



Fonte: Secom UnB¹⁴ (2018, *online*)

Verifica-se que a iniciativa da BCE da UnB com a coleção sobre Direitos Humanos¹⁵ conflui com outras iniciativas desta universidade e sua missão institucional, visto que, além do Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos (NEP), do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, e a existência de grupos de pesquisa como o Observatório dos Direitos e Políticas Indigenistas (OBIND) e o Laboratório de Estudos Interdisciplinares Sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas, do Departamento de Estudos Latino-Americanos, como exemplo de ações para o estudo e promoção dos Direitos Humanos (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2022, *online*), também nos artigos 3º e 4º do Estatuto desta instituição, vários princípios concernentes ao tema são explicitados, como:

o compromisso com a democracia social, cultural, política e econômica; a liberdade do ensino, pesquisa e extensão e de difusão e socialização do saber, sem discriminação de qualquer natureza; compromisso com a paz, com a defesa dos direitos humanos e com a preservação do meio ambiente (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2022, *online*).

Diante das diversas motivações para criação de uma coleção especial, além das diversas tipologias documentais e temáticas que se relacionam com as

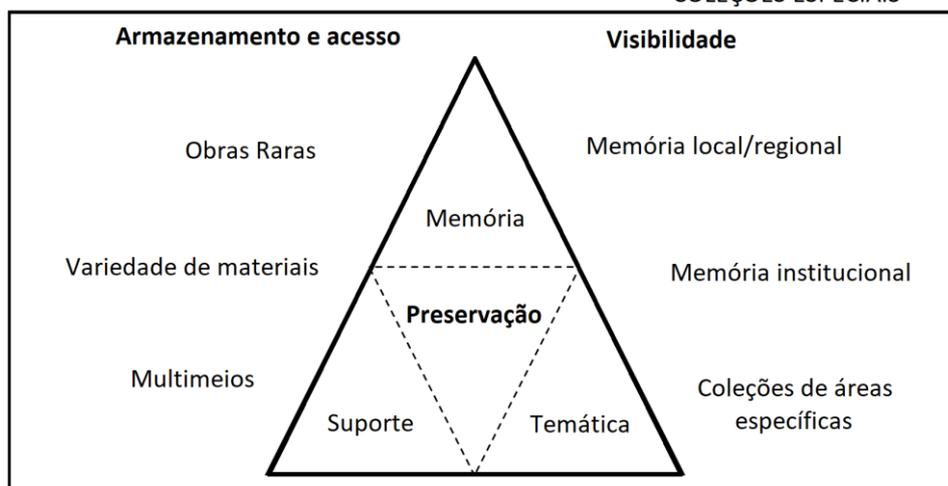
¹⁴ <http://164.41.102.70/112-extensao-e-comunidade/2633-bce-inaugura-espaco-dedicado-aos-direitos-humanos>

¹⁵ Os direitos humanos são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos. Os direitos humanos regem o modo como os seres humanos individualmente vivem em sociedade e entre si, bem como sua relação com o Estado e as obrigações que o Estado tem em relação a eles.

Coleções Especiais, Greenhalgh e Greenhalgh (2021) analisaram a formação e documentação presentes nas coleções especiais em 27 bibliotecas brasileiras diversas. Os autores identificaram as seguintes categorias de acervos integrantes das coleções especiais na realidade brasileira: obras raras, coleções particulares, memória institucional, memória local/regional, coleções temáticas e multimeios. Todas essas categorias podem ser relacionadas a três grandes áreas: memória, suporte ou temática.

Neste estudo, Greenhalgh e Greenhalgh (2022) identificaram duas motivações para que as bibliotecas criassem coleções especiais. A primeira é relacionada à visibilidade do acervo, “visibilidade essa que está associada diretamente à função da biblioteca, vinculada à sua missão e da instituição à qual está subordinada, de modo que as temáticas das coleções se relacionam à área e nível de atuação da biblioteca” (GREENHALGH, GREENHALGH, 2021, p. 49). A segunda motivação se dá pelo armazenamento e acesso aos itens, considerando as características dos materiais, como suportes diferenciados ou valor histórico, que podem exigir acesso específico ou reforço na segurança da coleção. A partir dessa análise, os autores apresentam um modelo conceitual (Figura 12) sobre a formação de coleções especiais em bibliotecas brasileiras por meio da prática:

Figura 12 - Modelo conceitual da formação de coleções especiais



Fonte: Greenhalgh; Greenhalgh (2021, p. 49)

Pelo modelo conceitual é possível perceber a preservação como ponto central destas coleções, se relacionando com os três eixos para a formação de coleções

especiais: de memória, por suporte e temática. A partir do levantamento que fizeram, os autores definem as coleções especiais como:

um conjunto de acervos separados dos acervos gerais ou circulantes, devido à necessidade especial de preservação dos seus itens, seja por precisarem de armazenamento e acesso diferenciados e/ou por se proporem ao aumento da visibilidade de uma coleção, a partir de características intrínsecas e extrínsecas aos exemplares, que se relacionam ao valor de memória, ao tema ou ao suporte deles. Neste sentido, as coleções especiais podem incluir obras raras, coleções particulares, multimeios, coleções temáticas e de memória institucional ou local/regional (GREENHALGH, GREENHALGH, 2021, p. 50).

2.5 Referencial teórico da pesquisa

A partir das múltiplas abordagens apresentadas na Revisão de Literatura, aqui estão os conceitos selecionados e aplicados na pesquisa. Começando com as bibliotecas públicas, entende-se que é uma instituição que têm um histórico de descaso por parte do governo, principalmente por estar em uma sociedade que, segundo Failla (2021), não tem o hábito da leitura e que tem problemas de alfabetização, resultando na falta de valorização de espaços democráticos de informação e leitura. A pesquisa Retratos da leitura no Brasil de 2019 (FAILLA, 2021), inclusive, aponta que as bibliotecas mais utilizadas pelo brasileiro que lê são as escolares e universitárias, sendo que, dois terços da população brasileira não frequentam bibliotecas. Para Andrade e Magalhães (1979), o papel da biblioteca pública é múltiplo, desde apoio educacional e informacional, como também espaço cultural e lazer. A presente pesquisa parte da ideia de que a biblioteca pública se estabelece na sociedade brasileira pela atuação de quatro funções: cultural, educativa, recreativa e informativa, conforme proposto por Andrade e Magalhães (1979) e Almeida Júnior (2004).

Por esta instituição não receber muitos recursos, como apontam Andrade e Magalhães (1979), acabam sobrevivendo de doações, sendo um grande desafio para o bibliotecário que atua com o desenvolvimento de coleção, necessitando adequar seu acervo com a demanda de seus usuários, sem desprezar seus quatro papéis frente a sociedade. Diferente das bibliotecas universitárias ou especializadas, que possuem um escopo informacional mais definido, as coleções de bibliotecas públicas são mais gerais e conseqüentemente mais difíceis de definir sua delimitação.

O desenvolvimento de coleções, nesta pesquisa, é considerado um processo sistêmico que necessita de políticas e tomadas de decisões para a atuação com as coleções nas bibliotecas, por isto é a atividade definida para basear os estudos da pesquisa. É um processo que sofre influências internas e externas como bem apontaram Evans (1979), Baughman (1977) e Klaes (1991).

No processo de desenvolvimento de coleção alguns pontos trazidos por Vergueiro (1989; 1993; 2007) e Weitzel (2002; 2012; 2014) devem ser considerados para uma atuação efetiva: entendimento das necessidades dos usuários, entendimento dos objetivos e metas da biblioteca em conformidade com a da instituição mantenedora; definição de políticas de desenvolvimento de coleção, seleção de materiais, tipos de materiais e suas peculiaridades, formas de aquisição, mercado editorial, recursos orçamentários, manutenção das coleções (preservação e usabilidade), formas de desbaste e descarte possíveis para o contexto da instituição, avaliação constante dos processos de desenvolvimento de coleção e das coleções. Sendo assim, nesta pesquisa, estes pontos serão a base inicial para entender o processo de criação de coleções especiais nas bibliotecas.

A conceituação da memória apresentada na revisão de literatura, teve a apresentação da memória individual e coletiva, bem como a construção da história, e na presente pesquisa os apontamentos de Halbwachs (2015) e Le Goff (2013) são considerados ao se relacionar com a construção de uma memória coletiva a partir da memória individual e sua relação com o grupo, bem como o registro de memória serem considerados como objeto na construção da história de um grupo. A noção de patrimônio perpassando o caráter cultural e bibliográfico, para a pesquisa o patrimônio é a manifestação da memória de um povo e nas bibliotecas o valor de memória deve ser considerado para preservação da história de uma nação e de seus estados, assim como, para a formação do seu acervo e de suas coleções especiais.

Por fim, as coleções especiais são identificadas não só pelo nome da coleção, mas por sua manifestação nas bibliotecas. O que caracteriza uma coleção especial é a intenção de visibilidade ou de armazenamento e acesso de uma tipologia de acervo, somada a característica das obras que a compõe, conforme apresenta Greenhalgh e Greenhalgh (2021). Neste sentido, as bibliotecas brasileiras estruturam as coleções especiais com uma diversidade de materiais contando com obras de memória, que representam determinada temática ou que apresenta

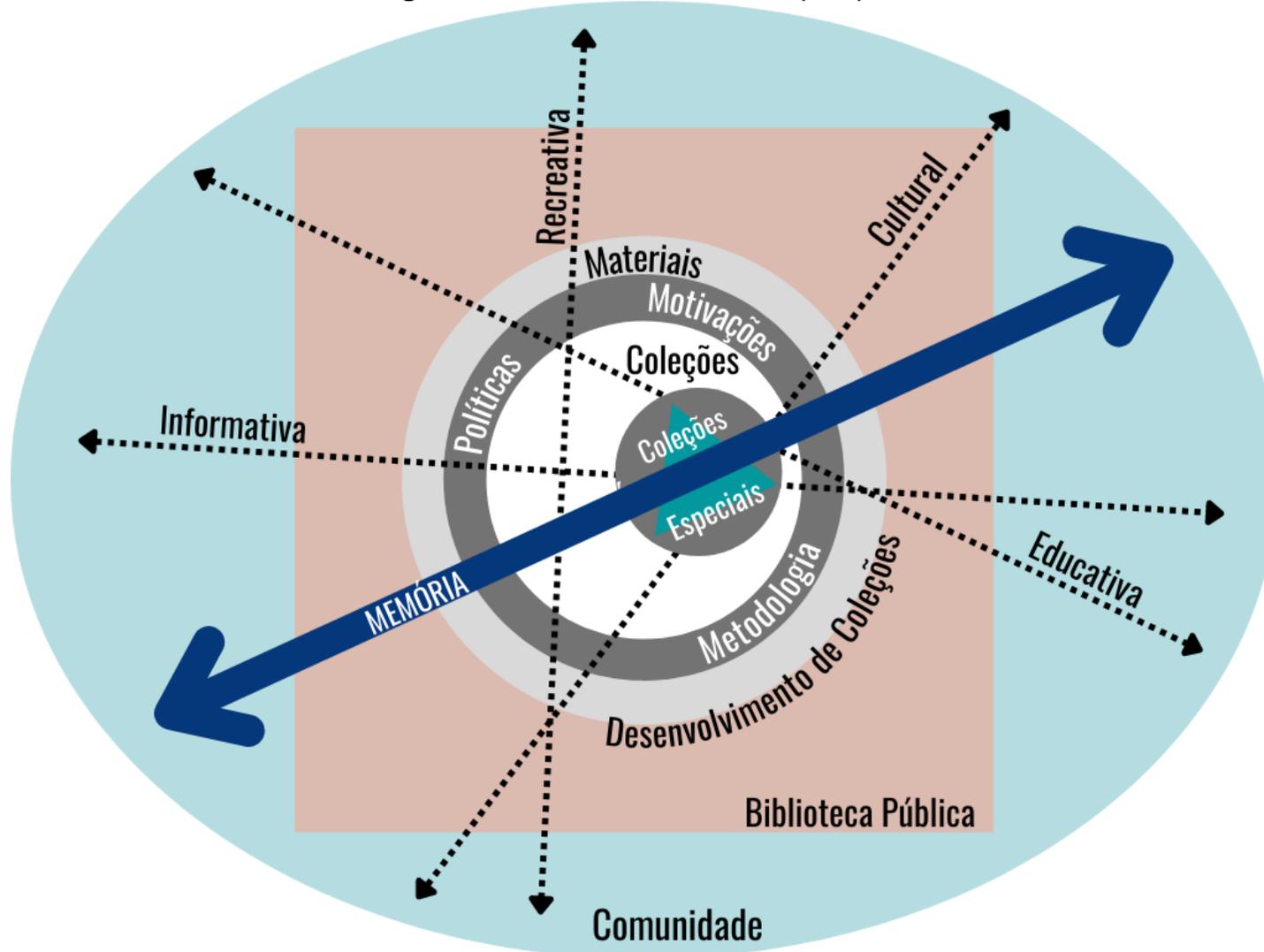
suportes variados, que necessitem de acesso ou preservação diferenciados. Por isso, considera-se também que as coleções especiais são mais relacionadas aos acervos de memória, tanto que, por vezes, os conceitos de obras raras e coleções especiais em algumas bibliotecas e trazidas por alguns teóricos, se confundem. Para a presente pesquisa, as obras raras são consideradas tipologias que devem ou podem compor uma coleção especial.

Considerando os pontos apresentados no referencial teórico, foi elaborado um modelo conceitual da pesquisa representado na Figura 13. Neste modelo conceitual a biblioteca pública é representada como parte integrante da comunidade, não podendo existir fora deste contexto, pois influencia e é influenciada diretamente por ela. As funções informativa, educativa, recreativa e cultural são parte integrante nas atividades da biblioteca, definindo inclusive o desenvolvimento de coleções. Neste sentido, os materiais recebidos pela biblioteca passam por uma análise baseada em motivações, metodologias e políticas que resultam nas coleções existentes nas bibliotecas. Dentre as coleções, se encontra as coleções especiais que seguem os moldes de Greenhalgh e Greenhalgh (2021), representadas pelo triângulo, associando ao modelo da formação de coleções especiais¹⁶.

As funções, representadas pelas setas pontilhadas, demonstram que podem se relacionar umas com as outras, não existindo uma função independente. Desta mesma forma, a memória, na perspectiva principalmente da coletividade, possui características que se relacionam com outras funções. Ao mesmo tempo, tem características próprias e relevantes que influenciam a atuação das bibliotecas públicas, perpassando por todas essas funções, bem como motivando atividades, serviços, produtos e o próprio acervo da biblioteca. Neste sentido, a memória pode ser considerada como mais uma função da biblioteca pública.

¹⁶ Figura 12, página 113.

Figura 13 - Modelo conceitual da pesquisa



Fonte: Da autora

3 METODOLOGIA

A pesquisa está fundamentada na corrente filosófica do construtivismo, a partir de Piaget, que defende o papel do sujeito na criação e modificação de suas representações do objeto do conhecimento, sendo construídos a partir de suas interações sociais. Nesta corrente, “a geração básica de significado é sempre social, ocorrendo a partir da interação com a comunidade humana. O processo de pesquisa qualitativa é bastante indutivo” (CROTTY, 1998 apud CRESWELL, 2007, p.27).

Esta vertente permite pesquisas qualitativas que buscam entender a realidade a partir dos “produtos sociais de atores, de interações e de instituições”, coerente com a pesquisa por se tratar de um fenômeno social, no caso, a atuação das bibliotecas públicas na preservação da memória local a partir da formação de coleções especiais (FLICK, 2009, p. 80).

A pesquisa está alinhada ao método indutivo, pois se preocupa com o contexto em que esse fenômeno ocorre, usando uma variedade de métodos para coletar dados a fim de estabelecer diferentes visões dos fenômenos (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2019). “Neste método, parte-se da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer [...], procura-se compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles” (GIL, 2008, p. 10-11).

Do ponto de vista da forma de abordagem ao problema, é uma pesquisa de método misto, quali-quantitativa, pois a:

[...] técnica de métodos mistos [...] emprega estratégias de investigação que envolvem coleta de dados simultânea ou seqüencial para melhor entender os problemas de pesquisa. A coleta de dados também envolve a obtenção tanto de informações numéricas (por exemplo, em instrumentos) como de informações de texto (por exemplo, em entrevistas), de forma que o banco de dados final represente tanto informações quantitativas como qualitativas (CRESWELL, 2007, p. 35).

O presente estudo começa com um levantamento amplo para generalizar os resultados das bibliotecas públicas e depois se concentra em entrevistas qualitativas semi-estruturadas visando coletar visões detalhadas dos gestores. Desta forma, o método se caracteriza misto.

Do ponto de vista dos objetivos, é uma pesquisa descritiva e exploratória, pois contempla um determinado grupo definido para estudo, mas com variáveis

determinantes e até então não identificadas do fenômeno. Segundo Richardson (2017, p. 6), a pesquisa descritiva “procura descrever sistematicamente uma situação, problema, fenômeno ou programa para revelar da estrutura o comportamento de um fenômeno”. Segundo Gil (2008, p. 28), a pesquisa descritiva “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Já “as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27).

Da perspectiva temporal é longitudinal e do ponto de vista dos procedimentos técnicos é uma pesquisa que utiliza o questionário, a entrevista e o levantamento documental. Seguindo o modelo de camadas de escolhas metodológicas de Saunders, Lewis e Thornhill (2019), a pesquisa está representada na Figura 14.

Figura 14 - Escolhas metodológicas



Fonte: Da autora, adaptado de Saunders; Lewis; Thornhill (2019)

3.1 Estratégia metodológica

A estratégia metodológica foi dividida em etapas para chegar ao entendimento do desenvolvimento de coleções especiais em bibliotecas públicas e analisar a salvaguarda das coleções de memória.

A primeira etapa foi no entendimento das coleções especiais por meio da literatura científica, bem como nos casos registrados de coleções existentes em

instituições brasileiras para determinar suas características, tipologias e motivações. Esta etapa foi embasada pelo levantamento bibliográfico, por meio de bases de dados de literatura científica.

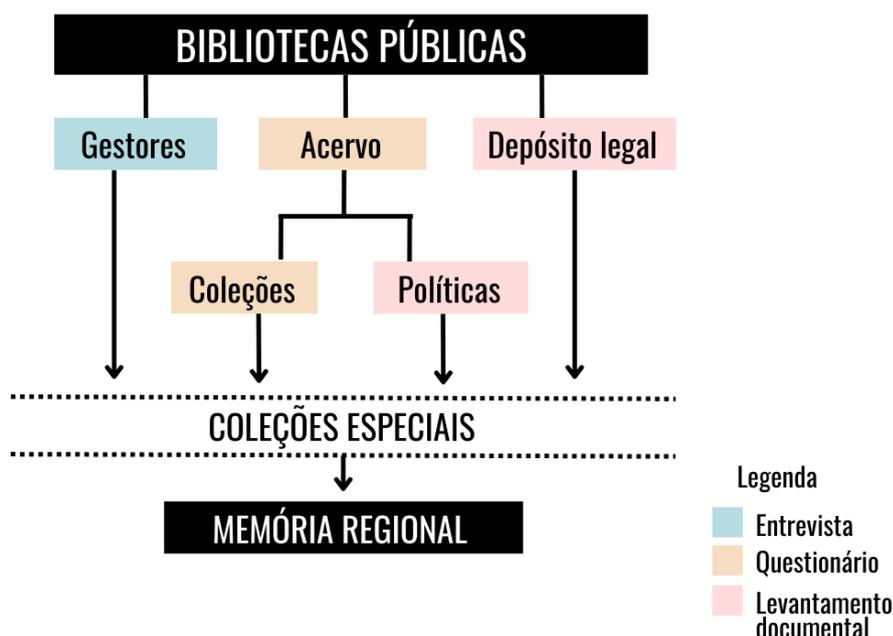
A segunda etapa foi feita por levantamento, através de questionário, realizado com bibliotecas públicas estaduais, distritais e municipais em todo o território brasileiro, para compreender a constituição dos acervos destas bibliotecas. A partir dos dados obtidos pelo questionário foi possível perceber as coleções existentes nas bibliotecas, as tipologias documentais que aparecem nos acervos e as motivações na criação de coleções. Além dessas questões foi possível identificar coleções especiais presentes nas bibliotecas públicas, suas tipologias e motivações. Também por meio do questionário foi possível identificar as normativas utilizadas no desenvolvimento de coleções.

A terceira etapa se deu na realização de entrevistas com gestores de bibliotecas estaduais e uma distrital, que possuem a característica de bibliotecas representativas no Estado ou Distrito Federal. A partir das entrevistas foi possível identificar a realidade das bibliotecas estaduais no que diz respeito a gestão de acervos especiais, a salvaguarda da memória estadual, o depósito legal, a relação das coleções de memória com as atividades das bibliotecas, e a relação dessas bibliotecas com o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas.

A quarta etapa se deu na análise das legislações de depósito legal regional e das políticas relacionadas ao desenvolvimento de coleções nas bibliotecas públicas pesquisadas. Nesta etapa foi possível identificar as características do depósito legal regional brasileiro, comparando entre si as normativas legais. Também foi possível verificar as orientações estabelecidas em políticas no que diz respeito à seleção, aquisição, avaliação e descarte de obras, em bibliotecas públicas brasileiras. Tendo em vista que as políticas são os documentos básicos para a formação e desenvolvimento dos acervos, sendo reflexo do trabalho realizado em cada biblioteca.

A etapa final se deu na análise de todos os dados obtidos, em atenção às coleções especiais de memória local identificadas nas bibliotecas, alinhando os temas tratados em todas as técnicas metodológicas utilizadas. A Figura 15 esclarece os caminhos da pesquisa:

Figura 15 - Caminhos da pesquisa



Fonte: Da autora

Todas estas etapas estão alinhadas aos objetivos específicos apontados na pesquisa. O desenho da pesquisa foi estruturado no Quadro 6 e apresenta a relação dos objetivos específicos ao método de investigação bem como o tipo de análise utilizado.

Quadro 7 – Desenho da pesquisa

Objetivos específicos	Método de investigação	Tipo de análise
OE1 - identificar os diferentes tipos de acervos bem como a tipologia documental nas coleções especiais no Brasil	Levantamento bibliográfico; Análise documental	Análise de conteúdo
OE2 - mapear e analisar a formação de acervo nas bibliotecas públicas brasileiras	Questionário; Entrevista semi-estruturada	Quali-quantitativa Análise de conteúdo
OE3 - analisar as políticas e normativas legais das bibliotecas públicas relacionadas ao desenvolvimento de coleções	Levantamento bibliográfico; Análise documental; Questionário	Análise de conteúdo
OE4 - identificar nas bibliotecas públicas brasileiras a atuação como depositárias regionais de acervo bibliográfico	Análise documental; Questionário; Entrevista semi-estruturada	Análise de conteúdo Quali-quantitativa
OE5 - analisar a relevância da memória, em todos os seus níveis, no desenvolvimento de coleções especiais nas bibliotecas públicas brasileiras	Questionário; Entrevista semi-estruturada; Análise documental	Quali-quantitativa Análise de conteúdo

Fonte: Autoria própria

A base da análise dos dados foi pela análise de conteúdo e análise quali-quantitativa. No questionário a base de análise foi a quantitativa e qualitativa, sendo utilizada a análise de conteúdo nas questões abertas que necessitavam de uma categorização para uma interpretação.

Além da utilização na análise dos documentos, a análise de conteúdo também foi utilizada na análise das entrevistas, visto que é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2006, p. 33). As diferentes fases da análise de conteúdo compreendem a pré-análise, onde se organiza a informação, seguindo pela exploração do material na busca por codificar ou categorizar aquele conteúdo, finalizando com o tratamento dos resultados, a interferência e a interpretação.

Estas foram as estratégias metodológicas utilizadas para o alcance dos objetivos da pesquisa, permitindo técnicas diversificadas na obtenção e análise dos dados. Os métodos de investigação são apresentados detalhadamente no Capítulo 3.3 sobre Levantamento de dados.

3.2 Universo e Amostra da pesquisa

No Brasil, a organização que trabalha à frente das bibliotecas públicas é o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) que atua em articulação e parceria com 27 Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (SEBP), que por sua vez, representam cada um dos estados brasileiros e o Distrito Federal, buscando fortalecer as ações de estímulo ao livro, à leitura e às bibliotecas. A partir do levantamento realizado em 2015, o SNBP contabilizou 6057 bibliotecas públicas no Brasil entre municipais, distritais, estaduais e federais, nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal¹⁷.

Apesar desse conjunto total representado, não é possível defini-lo como universo de pesquisa, visto que são milhares de bibliotecas a serem pesquisadas e a pesquisa dependia de contato eletrônico para o envio do questionário. Para definir o universo de pesquisa, decidiu-se considerar as bibliotecas públicas brasileiras com

¹⁷ Quantitativo representado na Tabela 1 - Quantidade de bibliotecas públicas no Brasil, na página 43.

e-mails válidos, ou seja, com contato atual e possível de ser realizado. O contato por telefone era inviável considerando a quantidade de horas e orçamento disponível para a pesquisa.

Figura 16 - Exemplos de emails

MUNICÍPIO	NOME DA BIBLIOTECA	VÍNCULO	ENDEREÇO	BAIRRO	TELEFONE	E-MAIL
Manduri	Biblioteca Pública Municipal Domitildes F. Lovatto	Municipal	Avenida Brasil, s/n	Centro	(14) 3356-2419	evesflorucl@hotmail.com
Marabá Paulista	Biblioteca Pública Municipal Morada Paulista	Municipal	Avenida Senhor Álvaro Coelho, s/n	Centro	(13) 3996-1121	
Maracá	Biblioteca Pública Municipal de Maracá	Municipal	Rua General Ataliba Leonel, 860	centro	(18) 3371-9200	
Marapoama	Biblioteca Pública Municipal Clemente Caretta	Municipal	Avenida Consolação, 20	Centro	(17) 3548-1110	cultura_mar@yahoo.com.br
Mariópolis	Biblioteca Pública Municipal de Mariópolis	Municipal	Avenida Prefeito Joaquim Coats e Silva, 374	Centro	(18) 3586-1343	
Marília	Biblioteca Pública Municipal João Mesquita Valença	Municipal	Avenida Sampaio Vidal, 245	Centro	(14) 3454-7434	
Marinópolis	Biblioteca Pública Municipal Thiago Lopes de Souza	Municipal	Rua Espírito Santo, s/n		(17) 3695-1101	
	Biblioteca Pública Municipal José de Alencar	Municipal	Rua Tenente Cassimiro Dias, 834	Centro	(18) 3275-3423	cultura@martinopolis.sp.gov.br
Martinópolis	Biblioteca Pública Municipal de Martinópolis	Municipal	Rua Carolina de Freitas, Martins, 145	Centro	(18) 3275-3423	biblioteca@martinopolis.sp.gov.br

Fonte: Brasil (2015), adaptado

A Figura 16 representa parte da planilha disponibilizada pelo SNBP. Pela imagem é possível verificar que existem bibliotecas sem e-mails cadastrados, e-mails inválidos e registro de e-mails pessoais. Sendo assim, para chegar ao número do universo da pesquisa, foi preciso passar por algumas etapas:

- 1) Recuperação na planilha disponibilizada pelo SNBP de bibliotecas com e-mail cadastrado;
- 2) Seleção de bibliotecas que possuem somente e-mails institucionais, visto que a pesquisa é de caráter institucional e o envio a e-mails pessoais não seria coerente, mesmo sendo o e-mail registrado. Como a tabela utilizada foi a de 2015, muitos profissionais que disponibilizaram seu e-mail para contato da biblioteca podem ter saído da instituição; e
- 3) Envio de mensagens para os e-mails recuperados, verificando se o contato ainda é válido, visto que algumas bibliotecas foram fechadas neste período.

Outra questão relacionada com e-mail que inviabilizou o contato com algumas bibliotecas, foi o registro de e-mail com grafia igual entre instituições, como, por

exemplo, “bibliotecamunicipal@gmail.com”, que foi indicado da mesma forma, por três bibliotecas públicas de estados diferentes.

Depois dessas etapas, chegou-se ao número de 1371 bibliotecas públicas com e-mail válido, sendo considerado este o universo da pesquisa. Neste sentido, a pesquisa de mostrou censitária, visto que foi feito contato com todas as bibliotecas do universo de pesquisa. O retorno ao questionário foi de 260 bibliotecas, totalizando 18,9% de respondentes em relação ao universo da pesquisa.

Tabela 2 - Universo da pesquisa

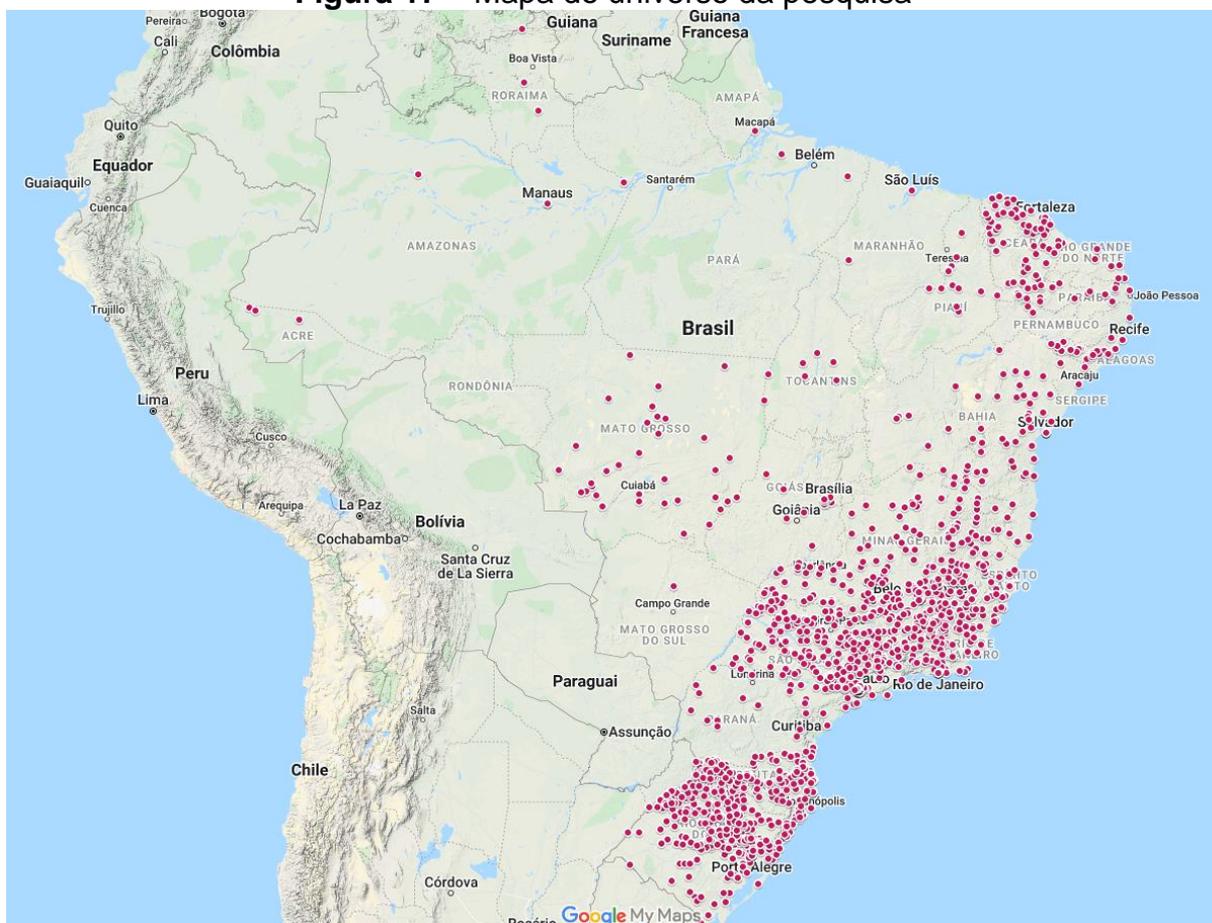
UF	Total registrado SNBP	Com e-mail	E-mail institucional	Inválidos	Válidos	Respondido
Acre (AC)	26	19	5	2	3	0
Alagoas (AL)	106	101	47	24	23	1
Amapá (AP)	18	1	1	0	1	1
Amazonas (AM)	59	9	6	1	5	1
Bahia (BA)	439	127	127	67	60	6
Ceará (CE)	201	196	137	60	77	4
Distrito Federal (DF)	34	22	13	0	13	7
Espírito Santo (ES)	80	58	50	21	29	7
Goiás (GO)	252	7	6	1	5	4
Maranhão (MA)	221	7	5	3	2	1
Mato Grosso (MT)	138	125	74	39	35	3
Mato Grosso do Sul (MS)	80	0	2	1	1	1
Minas Gerais (MG)	886	651	651	324	327	53
Pará (PA)	190	6	2	0	2	0
Paraíba (PB)	212	34	18	7	11	3
Paraná (PR)	472	42	34	17	17	1
Pernambuco (PE)	194	7	5	3	2	1
Piauí (PI)	219	31	23	10	13	0
Rio de Janeiro (RJ)	145	130	81	42	39	7
Rio Grande do Norte (RN)	164	16	11	5	6	0
Rio Grande do Sul (RS)	521	430	410	123	287	52
Rondônia (RO)	53	0	0	0	0	0
Roraima (RR)	16	13	9	6	3	0
Santa Catarina (SC)	295	291	225	82	143	35
São Paulo (SP)	824	458	423	162	261	71
Sergipe (SE)	79	3	2	1	1	1
Tocantins (TO)	133	14	11	6	5	0
TOTAL	6057	2798	2378	1007	1371	260

Fonte: Da autora, a partir dos dados do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (2015)

O primeiro questionário foi enviado no dia 26 de março de 2021. A listagem inicial com e-mails institucionais das bibliotecas públicas brasileiras possuía 2378, porém ao enviar, constatou-se que 1007 voltaram o e-mail com informação automática de e-mail inválido ou mensagem institucional informando que a biblioteca procurada não estava mais em funcionamento, estando desativada. Sendo assim os e-mails válidos totalizaram a quantia de 1371.

Para ilustrar as bibliotecas do universo da pesquisa, a Figura 17 apresenta no mapa todas aquelas que tinham e-mails válidos.

Figura 17 – Mapa do universo da pesquisa¹⁸



Fonte: Da autora

O período de recebimento de respostas foi de 27/03/2021 a 20/08/2021, sendo que foram enviados e-mails para as instituições em três ocasiões (nos meses de março, maio e julho).

3.3 Levantamento de dados

Os procedimentos adotados para o levantamento de dados na pesquisa buscaram contemplar todos os objetivos específicos. Cada método de investigação e tipo de análise se adequa com o tipo de dado de interesse. Para o levantamento

¹⁸ O mapa é interativo e contém a listagem das cidades em que as bibliotecas estão localizadas. Link: https://www.google.com/maps/d/u/6/viewer?mid=1jCUBfLSxwCTG_us7cBVp6WbpZLCj7maR&ll=-14.775652643510234%2C-56.41544721874999&z=5

dos dados foram utilizados os seguintes recursos de pesquisa: levantamento documental, questionário e entrevista semiestruturada.

3.3.1 Levantamento bibliográfico e análise documental

O levantamento bibliográfico foi a base para a identificação dos conceitos utilizados no andamento da pesquisa. A temática das coleções especiais, sem consenso nas bibliotecas, precisava de uma análise bibliográfica extensiva. O levantamento bibliográfico e documental auxiliou no cumprimento de objetivos específicos da pesquisa como na identificação das normativas legais relacionadas às bibliotecas.

Esta etapa foi realizada a partir de pesquisa em bases de dados como Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Brapci, Portal da Capes, buscadores gerais de conteúdo online, nas referências bibliográficas dos textos analisados e nos catálogos de bibliotecas de grande porte, como a BCE/UnB.

O levantamento nas bases de dados foi realizado primeiro de maneira ampla com os termos “Coleção especial”, “Coleções Especiais”, “Special Collections”, “colección especial”, “colecciones especiales”. O critério inicial para seleção dos documentos foi a disponibilidade de acesso e o oferecimento ou não de textos completos dos artigos, capítulos de livros ou dos trabalhos acadêmicos. Após a coleta nas bases de dados foi realizada a seleção dos materiais para serem lidos e analisados posteriormente.

Entre os critérios de seleção dos documentos que formarão o corpus documental estão:

- análise do título, palavra-chave e leitura do resumo para verificar a pertinência;
- temática do documento com o objeto de pesquisa;
- completude da informação do documento;
- acessibilidade do idioma;
- retirada de documentos com temáticas repetidas, principalmente no que diz respeito às coleções especiais existentes nas instituições brasileiras, que não apresentam o aprofundamento necessário na explicação das coleções.

No geral, a análise documental, segundo Richardson (2017, p. 247), “consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com os quais podem ser relacionados”. Na presente pesquisa, as operações realizadas na análise documental foram de codificação da informação e categorização que se baseia num tratamento de mensagens semelhante a certos tipos de análise de conteúdo, como colocado por Richardson (2017).

A análise documental foi utilizada para o cumprimento de alguns objetivos específicos, visto que dentre estes objetivos estavam a análise da documentação voltada ao direcionamento das atividades de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas, como as políticas e normativas institucionais, bem como a legislação relacionada ao depósito legal nas bibliotecas públicas.

Para esta legislação relacionada ao depósito legal, a análise documental foi baseada em parâmetros usados por Rodrigues (2017) e Larivière (2000).

3.3.2 Questionário

Os questionários foram respondidos por funcionários das bibliotecas públicas espalhadas pelo país e consideradas no universo desta pesquisa. O intuito do questionário foi o de obter dados e informações sobre o desenvolvimento de coleções em relação às coleções especiais, verificando as motivações para a criação destas coleções e as políticas institucionais sobre elas.

O questionário, estruturado no formato online, permite alcançar um maior número de bibliotecas públicas, e, por isso, foi escolhido como ferramenta metodológica para obtenção de dados gerais sobre: a formação de acervos nas bibliotecas, utilização de políticas, normativas, ou outras documentações que orientam as atividades, e motivações para a criação de coleções especiais, que auxiliam no alcance dos objetivos específicos.

Pré-teste¹⁹

O questionário foi estruturado para identificar as diversas coleções presentes nas bibliotecas públicas brasileiras e as formas de tratamento dispensadas a elas. Por isso o questionário foi dividido em seis partes:

- I. **Identificação:** tem como objetivo identificar a biblioteca, seu tipo, seu local e sobre o respondente. (Questões 1-5)
- II. **Coleções especiais:** tem como objetivo identificar os tipos de coleções existentes na biblioteca e a existência de Coleções Especiais. (Questões 6-12)
- III. **Multimeios:** tem como objetivo identificar a existência e tratamento dos multimeios nas bibliotecas públicas. (Questões 13-16)
- IV. **Coleções temáticas:** tem como objetivo a identificação dessas coleções e a motivação de criação. (Questões 17-20)
- V. **Coleção de memória:** tem como objetivo identificação dessas coleções e a motivação de criação e a prioridade de aquisição. (Questões 21-40)
- VI. **Considerações adicionais:** Tem como objetivo trazer informações adicionais que não foram contempladas em outras questões. (Questões 41-42)

O questionário foi enviado para os profissionais bibliotecários de três instituições de características variadas, em termos de tamanho de acervo, esfera de atuação, estadual e municipal, e quantidade de coleções, dentro do universo da pesquisa para identificação da eficácia das questões aos diversos cenários possíveis de se encontrar nas bibliotecas públicas, verificando se seriam necessárias adequações às perguntas, de modo a contemplar todas as realidades.

A bibliotecária de uma biblioteca pública de pequeno porte que respondeu ao pré-teste sugeriu a explicação de alguns termos técnicos, alegando que nem todas as bibliotecas pequenas possuem profissionais da área de Biblioteconomia. Ela sugeriu também a inclusão de uma questão relacionada ao orçamento para essas coleções, de modo a verificar o interesse da instituição por meio do planejamento institucional na formação desses acervos. Estas sugestões foram

¹⁹ O questionário estruturado está no **Apêndice A**.

acatadas e alteradas na versão final do questionário. Outras alterações no questionário foram realizadas ao verificar que as respostas dadas pelos respondentes do pré-teste divergiam do objetivo esperado com determinada questão.

A partir das considerações na fase de pré-teste, o questionário final sofreu as seguintes alterações:

Quadro 8 - Pré-teste e alterações no questionário

Questão no pré-teste	Considerações	Alteração	Questão final
2. Cidade/Estado da Biblioteca	Para organizar os dados, o estado poderia ser em questão separada	Incluir questão de múltipla escolha com a lista de todos os estados brasileiros e o Distrito Federal	2. Cidade da Biblioteca 3. Estado da Biblioteca
7. Quais são os materiais que compõe o acervo da biblioteca?	Algumas opções precisavam de revisão	Inclusão e adequação de alguns materiais de bibliotecas	8. Quais são os materiais que compõem o acervo da biblioteca?
23. Qual a prioridade na seleção de obras de autores da cidade em que a biblioteca se encontra?	As questões estavam deixando o questionário extenso podendo ser organizado de forma mais direta	Adequar todas as questões para uma questão só	24. Considerando o acervo da biblioteca como um todo, informe a prioridade na seleção das obras abaixo. Considere a escala de 0 a 4, em que 0 é prioridade nenhuma e 4 é prioridade alta.

Fonte: Da autora

Por fim, as questões, na versão final, ficaram estruturadas da seguinte forma:

- I. **Identificação:** Questões 1-6
- II. **Coleções especiais:** Questões 7-13
- III. **Multimeios:** Questões 14-17
- IV. **Coleções temáticas:** Questões 18-21
- V. **Coleção de memória:** Questões 22-32
- VI. **Considerações adicionais:** Questões 33-35

A plataforma utilizada para construção do questionário foi o *Google Forms*²⁰, permitindo o envio por e-mail do *link* para o questionário a todas as bibliotecas do universo da pesquisa.

3.3.3 Entrevista semiestruturada

As entrevistas foram realizadas com gestores de bibliotecas públicas estaduais, bem como da biblioteca distrital representativa na capital, visando entender os processos decisórios relacionados às coleções de memória local, bem como entender a percepção quanto a gestão dessas coleções. Das 260 bibliotecas respondentes, 12 bibliotecas representaram o universo desejado para a realização da entrevista, no entanto, foram entrevistados 7 gestores do total, pois 5 gestores não tiveram disponibilidade em suas agendas.

No modelo de entrevistas semiestruturadas, foram definidas questões mínimas para discussão, permitindo a discussão e inclusão de outros questionamentos pertinentes para esclarecimento das situações nas bibliotecas identificadas no momento da entrevista.

As perguntas listadas para a realização da entrevista foram:

1. Como gestor, quais motivações você vê para que as bibliotecas públicas formem coleções de memória?
2. Como você analisa o depósito de produção local em bibliotecas públicas municipais e estaduais?
3. As obras locais têm relevância diferenciada na formação dos acervos das bibliotecas públicas?
4. Caso sua biblioteca receba depósito legal da produção local, a doação dessas obras é uniforme por todo o estado?
5. Você avalia que as obras das coleções de memória têm sido consultadas ou emprestadas? São fontes de pesquisa e de novos conhecimentos para os usuários?
6. Como as coleções de memória contribuem na interação das atividades da biblioteca com a comunidade?
7. Quais são os principais desafios na gestão de acervos de memória para a biblioteca pública?

²⁰ Modelo completo do formulário está no **Apêndice B**.

8. Em sua opinião, você acha que as bibliotecas públicas têm, dentre suas ações, a função de reunir e preservar a memória local? Por quê?

No final, em todas as entrevistas, foi separado um momento para que o gestor pudesse acrescentar alguma consideração que achasse necessária e que não estivesse contemplada nas perguntas anteriores.

As entrevistas foram realizadas de forma *online*, gravadas, tendo vídeo e áudio registrados.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

O resultado da pesquisa e a análise dos dados são apresentados em três partes: Questionário, Entrevistas com os gestores e Análise Documental. Na descrição das respostas decidiu-se omitir cidades, municípios e estados, além de os nomes das bibliotecas que foram mencionados, tendo em vista a preservação da identidade dos respondentes. O recurso utilizado para omitir as informações foi o uso de colchetes identificando a natureza da informação omitida ou incluindo reticência, preservando a coerência das frases, por exemplo, a frase “Em **Belém**, a Biblioteca Pública **Arthur Vianna** atende...” ficaria “[**Na cidade**], a Biblioteca Pública [...] atende...”.

4.1 Questionário

As questões relacionadas à identificação permitiram contextualizar as bibliotecas respondentes pelo nome, estado, cidade e características básicas relacionadas ao acervo. As regiões dos respondentes correspondem a:

Tabela 3 - Bibliotecas por região

Estado	Válidos	Repondidos	Porcentagem
Acre (AC)	3	0	0%
Alagoas (AL)	23	1	0,40%
Amapá (AP)	1	1	0,40%
Amazonas (AM)	5	1	0,40%
Bahia (BA)	60	6	2,30%
Ceará (CE)	77	4	1,50%
Distrito Federal (DF)	13	7	2,70%
Espírito Santo (ES)	29	7	2,70%
Goiás (GO)	5	4	1,50%
Maranhão (MA)	2	1	0,40%
Mato Grosso (MT)	35	3	1,10%
Mato Grosso do Sul (MS)	1	1	0,40%
Minas Gerais (MG)	327	53	20,40%
Pará (PA)	2	0	0%
Paraíba (PB)	11	3	1,10%
Paraná (PR)	17	1	0,40%
Pernambuco (PE)	2	1	0,40%
Piauí (PI)	13	0	0%
Rio de Janeiro (RJ)	39	7	2,70%
Rio Grande do Norte (RN)	6	0	0%

Rio Grande do Sul (RS)	287	52	20%
Rondônia (RO)	0	0	0%
Roraima (RR)	3	0	0%
Santa Catarina (SC)	143	35	13,50%
São Paulo (SP)	261	71	27,30%
Sergipe (SE)	1	1	0,40%
Tocantins (TO)	5	0	0%
TOTAL	1371	260	100,0%

Fonte: Da autora

No mapa a seguir (Figura 18) é possível identificar a localidade das bibliotecas respondentes ao questionário pela sinalização verde, enquanto a sinalização roxa apresenta as bibliotecas que participaram das entrevistas.

Figura 18 – Mapa dos respondentes por estado brasileiro²¹



Fonte: Da autora

²¹ O mapa é interativo e contém a listagem das cidades em que as bibliotecas estão localizadas. Link: <https://www.google.com/maps/d/u/2/viewer?mid=1BnDH9oMJBqqZwO3hj15EwwBoNxHc144t&ll=-17.470569438195596%2C-52.10467377500001&z=4>

Comparando com a Figura 17 (universo) é possível verificar que as respostas seguiram a tendência da quantidade enviada por estado, sendo a maioria das respondentes das regiões Sudeste e Sul correspondente 81,2% do total.

Quanto à tipologia das bibliotecas respondentes, percebe-se que a grande maioria corresponde às bibliotecas públicas municipais com 235 (90,38%) respostas, 15 (5,77%) eram bibliotecas estaduais, 6 (2,31%) bibliotecas distritais e 2 (0,77%) bibliotecas comunitárias. Além de 2 (0,77%) bibliotecas públicas com outra denominação, sem ser aquelas apresentadas no questionário.

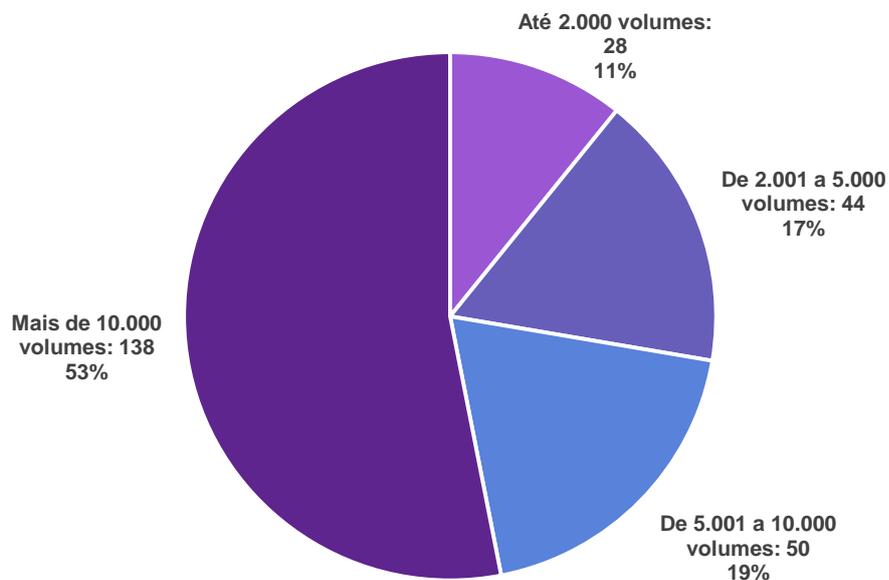
Percebe-se que o perfil das bibliotecas é variado, tanto pela sua atuação com a comunidade, quanto seu papel. Por exemplo, uma das bibliotecas respondentes é denominada estadual, porém sua atuação é percebida como biblioteca especializada visto que seu acervo foi montado com obras que pertenciam a uma personalidade local.

O papel de uma biblioteca é influenciado inicialmente pela organização a qual está vinculada. A Biblioteca 135, por exemplo, apresenta sua especificidade de atuação:

A nossa função é diferenciada, nós somos responsáveis para levar o livro e a leitura as comunidades que não tem acesso a uma biblioteca, nós somos responsáveis também por montar e requalificar acervos em unidades prisionais, instituições de amparo à criança e ao adolescente em vulnerabilidade social, damos assistência a creches orfanatos as escolas públicas estaduais e municipais de todo o estado, fazemos atividades de incentivo ao livro e a leitura nas comunidades periféricas, participamos de festas e feiras literárias pelo interior [do estado] e também damos suporte a Bibliotecas Comunitárias (Biblioteca 135).

Segundo o 1º Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, divulgado em 2010, 35% das bibliotecas públicas brasileiras possuem acervo de 2.001 a 5.000 volumes, dado este que não teve correlação com o levantamento aqui realizado. Visto que, em relação ao tamanho do acervo das bibliotecas mais da metade, 53%, indicaram possuir mais de 10.000 volumes, enquanto a faixa percentual daquelas que alegaram ter entre 2.001 a 5.000 volumes, ficou em 17%, conforme apresenta o Gráfico 1.

Esta discrepância entre as duas pesquisas pode ser justificada pela quantidade de bibliotecas respondentes por região, visto que, como já informado, aqui teve uma quantidade maior de respondentes das regiões Sudeste e Sul do país.

Gráfico 1 - Tamanho do acervo

Fonte: Da autora

Na questão 7 foi perguntado sobre os tipos de materiais presentes nos acervos das bibliotecas, numa questão de múltipla escolha as bibliotecas selecionaram os seguintes materiais:

Tabela 4 - Tipo de material no acervo

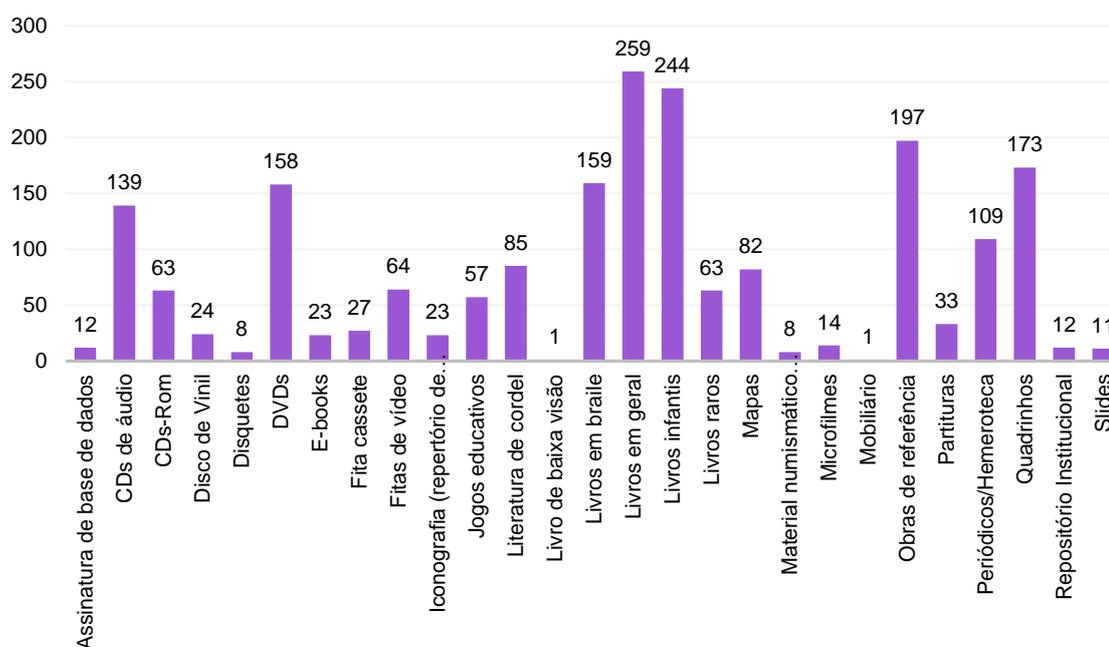
Materiais	Quantidade de bibliotecas
Assinatura de base de dados	12
CDs de áudio	139
CDs-Rom	63
Disco de Vinil	24
Disquetes	8
DVDs	158
E-books	23
Fita cassete	27
Fitas de vídeo	64
Iconografia (repertório de imagens)	23
Jogos educativos	57
Literatura de cordel	85
Livro de baixa visão	1
Livros em braile	159
Livros em geral	259
Livros infantis	244
Livros raros	63

Mapas	82
Material numismático (cédulas, moedas, selos)	8
Microfilmes	14
Mobiliário	1
Obras de referência	197
Partituras	33
Periódicos/Hemeroteca	109
Quadrinhos	173
Repositório Institucional	12
Slides	11

Fonte: Da autora

Os materiais mais expressivos nas bibliotecas são os livros, com destaque aos livros infantis, presentes em 244 bibliotecas, após os livros em geral, material presente em 259 bibliotecas. Aquela que não apresenta livros em geral, se trata de uma biblioteca especializada em literatura infantil. Quadrinhos também estão presentes em 173 bibliotecas das 260. Os livros em braile também aparecem em mais da metade das bibliotecas, em 159 no total, demonstrando a preocupação com acessibilidade nas instituições respondentes.

Gráfico 2 - Tipos de materiais nas bibliotecas

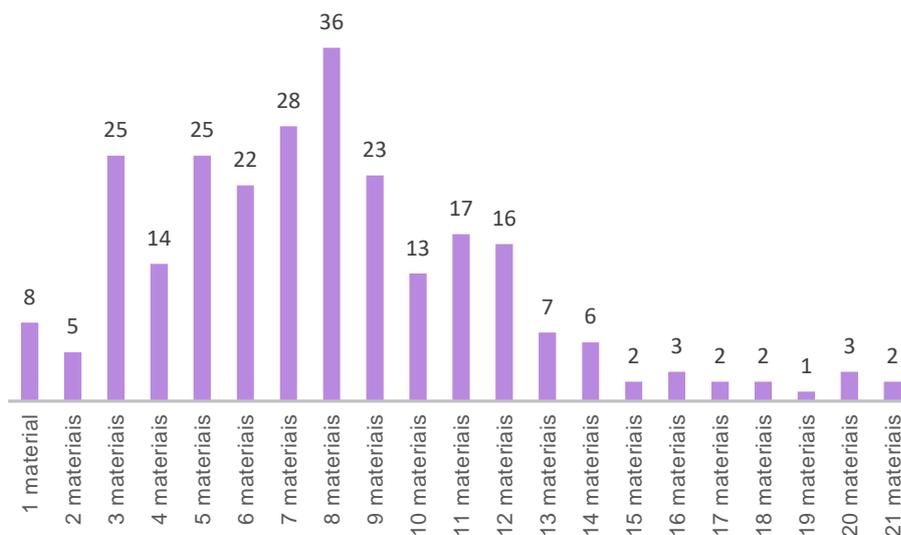


Fonte: Da autora

No Censo (2010) houve questão similar, onde os tipos de materiais questionados foram: livros, revistas, mapas, globos e outros materiais cartográficos, fitas de vídeos, Jornais, CD-Rom, acervo antigo (anterior ao século XX), fotografias, gravação de som, jogos, medalhas e artefatos tridimensionais, discos, partituras e manuscritos. Essa categorização não foi utilizada nesta pesquisa, devido a necessidade em aprofundar na identificação das tipologias documentais presentes nas bibliotecas públicas, visto o interesse em levantar dados sobre as coleções especiais. No resultado do Censo (2010) os materiais mais frequentes foram os livros e as revistas, com 100% e 84%, respectivamente. Em terceiro lugar estão os mapas, globos e materiais cartográficos, o que destoa dos dados recebidos na pesquisa, em que as bibliotecas respondentes possuem mais CDs e DVDs do que periódicos, por exemplo.

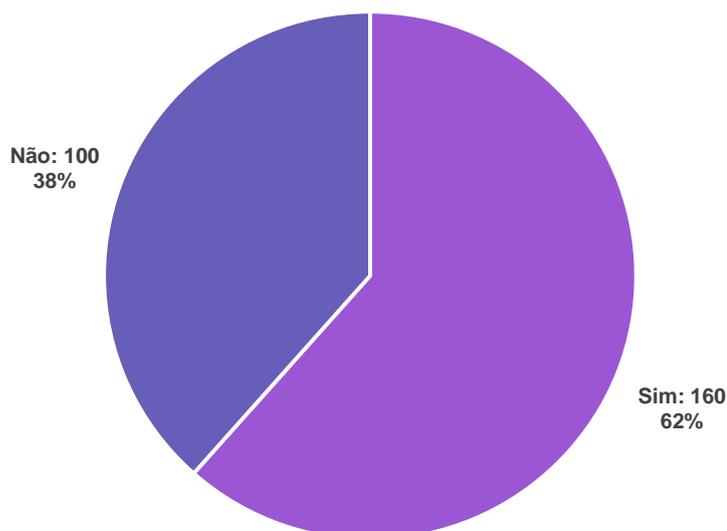
Destaca-se também que a maioria das bibliotecas possui além de livros em geral, presentes em praticamente todas as bibliotecas, contam em sua maioria com os CDs de áudio, DVDs, livros em braile, livros infantis, obras de referência e quadrinhos. Ou seja, a maior parte delas, possuem acervos que podem ser caracterizados como multimeios e temáticos.

O que se destaca nos dados recebidos na pesquisa é a variedade de materiais que as bibliotecas públicas possuem. O mais frequente é que as bibliotecas tenham cerca de 8 materiais diferentes, quantidade que representa a maioria das respostas, com 36 bibliotecas tendo essa quantidade de material. Verifica-se, a partir dos dados levantados, que 133 bibliotecas possuem oito materiais diferentes ou mais, mostrando que na maioria das instituições pesquisadas há uma grande variedade de recursos informacionais, que permite a criação de coleções diversas, fator determinante para que sejam pensadas as coleções especiais.

Gráfico 3 - Variedade de materiais nas bibliotecas

Fonte: Da autora

Na questão 8, sobre a organização do acervo na formação de coleções, 160 bibliotecas afirmaram ter mais de uma coleção, correspondendo a 62% do total de respondentes, fator que reforça as considerações anteriores, em relação aos dados levantados na questão 7.

Gráfico 4 - Mais de uma coleção

Fonte: Da autora

A questão 10 se trata de uma questão aberta, em que os respondentes informavam o motivo de ter mais de uma coleção. Dos que responderam ter mais de uma coleção, alguns não apresentaram um motivo para a presença de mais coleções. Contudo, 160 (62%) instituições responderam à questão, permitindo a partir da análise dos dados, chegar a 8 categorias principais para criação de coleções, sendo elas: pelo tipo de material, como é caso de multimeios ou de obras com suportes frágeis ou que exigem acesso específico; pelo público, que atende demandas específicas de um grupo representativo de usuários; pelo destaque, dado a uma coleção que é separada do restante do acervo; pela memória, para reunião de itens sobre memória em diversos níveis, como nacional, regional, local e institucional; para preservação, devido ao valor histórico-cultural das obras e da fragilidade de determinados suportes, que podem exigir acondicionamento diferenciado; tipo de acesso, devido a necessidade de equipamentos específicos para sua consulta, ou mesmo exigência de níveis maiores de segurança em razão do valor venal das obras, ou ainda pela escassez de exemplares, necessitando uma reserva técnica; organização física, pois alguns suportes demanda um acondicionamento diferenciado em relação as coleções principais da biblioteca, que geralmente são de livros, ou mesmo pelas limitações físicas do edifício que abriga a biblioteca; e pela temática, no caso de coleções sobre determinado assunto, ou que precise de sua reunião, visto que seus itens se mostram mais coerentes junto a outros de mesma natureza.

No Quadro 9 é possível ver os motivos relacionados a cada biblioteca respondente. Esta apresentação dos dados se justifica no entendimento de que as bibliotecas podem ter mais de uma motivação para criar coleções diversas.

No quadro abaixo, a legenda é: A = Tipo de material; B = Público; C = Destaque; D = Memória; E = Preservação; F = Tipo de acesso; G = Organização física; H = Temática; e I = Sem informação.

Quadro 9 - Motivações

Biblioteca	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1			X	X	X			X	
2	X								
3	X								
4				X	X				
5			X		X	X			
7				X	X	X			

8		X		X				X	
9								X	
10		X							
11	X								
14	X					X		X	
15				X				X	
18					X				
19	X								
20			X	X	X				
22				X	X				
23	X				X	X		X	
24						X			
27						X			
28	X								
31	X	X				X		X	
32				X	X				
33	X								
34	X	X							
35							X		
36	X	X						X	
37			X	X	X				
38				X	X	X			
39						X	X		
40	X				X				
42	X								
44		X							
45							X	X	
46							X		
47				X	X				
48	X				X	X		X	
49	X								
52							X		
53	X							X	
54				X	X	X			
55		X			X				
56			X			X		X	
57	X	X	X	X					
58				X	X				
59	X	X							
61		X	X	X	X			X	
62						X		X	
63		X							
66								X	
70	X								
71	X	X							
72			X	X	X				
74		X						X	
75				X	X				
77	X			X	X				
78				X	X				

79	X								
81	X	X		X	X	X		X	
82								X	
84		X							
85	X								
88		X							
90		X							
91	X					X		X	
92	X				X			X	
93	X	X		X					
94	X				X	X		X	
101		X					X		
102								X	
104	X								
105					X				
107									X
108	X				X				
111						X		X	
112					X	X			
115					X				
117	X								
118	X								
122				X	X				
126	X				X			X	
129								X	
130								X	
131									X
132	X								
133	X				X			X	
136								X	
137	X								
139		X						X	
140	X	X							
143	X								
146	X				X			X	
150				X	X	X			
153	X								
154	X							X	
161					X	X		X	
162				X		X			
163									X
164					X	X			
166			X					X	
169	X							X	
170	X								
171	X							X	
173	X	X							
174					X			X	
175				X	X	X			
176					X			X	

177	X								
178				X	X	X			
179									X
181					X				
183	X	X							
185	X								
186		X							
188	X		X	X			X		
190	X	X							
191		X							
192	X								
194			X					X	
196			X	X	X				
197									X
199				X	X	X		X	
200									X
201								X	
202			X	X	X				
203	X				X	X		X	
208	X							X	
209					X	X			
210								X	
212	X								
213						X		X	
215	X							X	
216								X	
219								X	
222	X								
223	X								
224		X	X	X	X				
228									X
230								X	
231			X			X			
234				X	X	X			
235	X							X	
236	X								
237		X							
238	X					X			
240								X	
241									X
242	X	X							
243	X							X	
244				X	X				
246			X						
247							X	X	
248			X					X	
249	X								
250						X		X	
251	X								
253	X								

255					X	X		X	
257	X								
258							X		
260	X	X							
Total	67	30	17	33	50	33	9	55	8

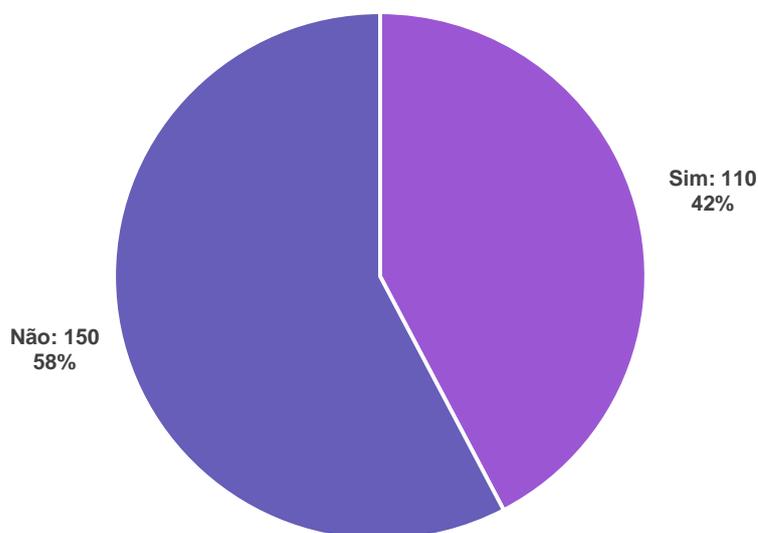
Fonte: Da autora

Questões relacionadas ao tipo de material são o principal motivo utilizado pelas bibliotecas ao criar coleções diferenciadas do acervo de uso corrente ou geral, seguido pelas questões relacionadas à temática e à preservação. Desta forma, podemos identificar que as bibliotecas públicas, ao organizarem o acervo, consideram questões diferentes como característica do material, atendimento ao público, preservação do material, destaque de determinados materiais, inclusive pela temática. Visto que, em 101 (63,12%) de 160 que possuem mais de uma coleção, são apresentadas duas ou mais motivações para a criação destas coleções.

Nas questões (6 a 12) que tratam especificamente sobre coleções especiais, no questionário foi apresentada ao respondente a seguinte definição sobre estas coleções:

“Segundo Dooley e Luce (2010), ‘coleções especiais são materiais de biblioteca e arquivo em qualquer formato (por exemplo, livros raros, manuscritos, fotografias, arquivos institucionais) que geralmente são caracterizados por seu valor artefato ou monetário, formato físico, singularidade ou raridade e/ou compromisso institucional de preservação e acesso a longo prazo’. A partir desta definição, o presente estudo considera Coleções Especiais: multimeios, coleções temáticas e coleções de memória.”

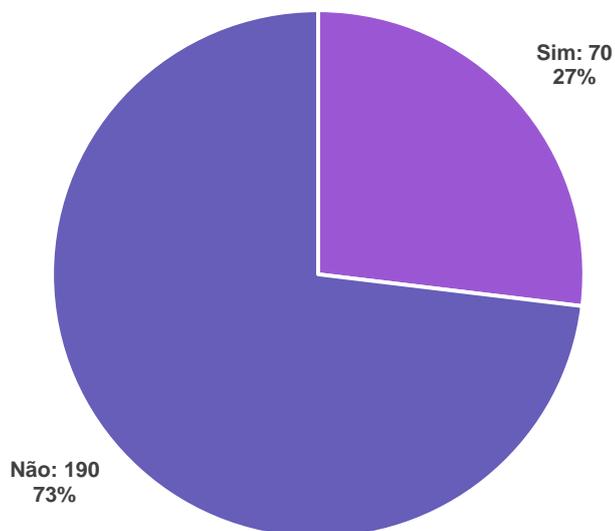
Das respondentes, 150 bibliotecas afirmaram não possuir materiais que se enquadrem na definição proposta, correspondendo a 58% do total. Já 110 (42%) bibliotecas reconheceram em seus acervos materiais que se enquadrem na definição proposta.

Gráfico 5 - Bibliotecas com obras consideradas Coleções Especiais

Fonte: Da autora

Mesmo 110 bibliotecas considerando ter acervos de coleções especiais, somente 70 possuem uma coleção nominada especial, totalizando 26,9% das 260 respondentes. Ou seja, 40 (36,3%) bibliotecas das 110 que afirmam possuir documentos que se enquadram na definição de coleções especiais apresentada na questão, não mantêm uma coleção com esta denominação, apesar dos itens que guarda.

Contudo, nas questões seguintes, verifica-se que mesmo algumas daquelas instituições que disseram não possuir documentos que se enquadram na definição de coleções especiais, identificaram em algum momento ter uma coleção de multimeios, temática ou de memória. Desta forma, verifica-se que, por vezes, falta ao gestor ou profissional das bibliotecas públicas brasileiras, o conhecimento específico sobre as funções e materiais que perpassam pela criação de uma coleção especial. Um exemplo de materiais muito presentes nestas bibliotecas, mas que comumente não são vistos como pertencentes a uma coleção especial por elas, são os livros infantis. Neste caso, estas obras podem estar vinculadas a uma coleção especial tanto pela temática, quanto pelo formato físico.

Gráfico 6 - Bibliotecas com Coleções Especiais

Fonte: Da autora

Estas respostas, relacionadas às coleções especiais, apresentam principalmente a percepção dos respondentes deste tipo de coleção na biblioteca. A partir das respostas pontuais sobre cada tipo de coleção que se seguiu foi possível identificar a manifestação das coleções especiais em cada biblioteca.

A denominação de coleção especial não segue necessariamente um consenso nas bibliotecas, e, por isso, foi questionado quais eram os critérios para que um acervo faça parte desta coleção. Esta questão também foi discursiva, de modo que sua análise também foi realizada com a categorização das respostas em relação as características necessárias para um acervo seja considerado como pertencente à coleção especial: memória como um todo, raridade, memória local, memória institucional, coleções particulares, temática, características da obra e multimeios.

No quadro abaixo, a legenda é: A = Memória como um todo; B = Raridade; C = Memória local; D = Memória Institucional; E = Coleções particulares; F = Temática; G = Características da obra; H = Multimeios; e I = Não especificado.

230	X						X		
234		X			X				
235									X
236		X							
241				X					
242								X	
244		X	X	X					
245									X
246	X								
250		X					X		
251							X		
253		X							
255	X					X			
258		X	X						
Total	13	23	17	4	4	22	12	11	8

Fonte: Da autora

Ao tentar identificar quais critérios que os respondentes definiram, a partir das respostas abertas, para a denominação de um acervo como pertencente às coleções especiais entendeu-se que a memória é parte mais representativa como critério, em especial a raridade bibliográfica. A temática das coleções também teve representação dominante representando 23 e 22 respostas, respectivamente, que consideram essas duas categorias entre as 70 bibliotecas que possuem coleções especiais. A memória local foi indicada como um critério por 17 respondentes o que mostra a preocupação na coleta e reunião de materiais publicados na localidade destas bibliotecas, ou que tenham como tema questões relacionadas a esta localidade, ou mesmo escritas por moradores locais.

Três bibliotecas, as respondentes 92, 166 e 188, que responderam não ter coleções especiais, informaram que estavam em processo de implementação ou com intenção de implementar uma coleção especial.

Após o projeto Memórias [da rede] estamos em fase de formação de uma coleção sobre a história do território [da rede]. Inicialmente, já resgatamos algumas fotos, que constarão na nossa Galeria/exposição (em planejamento). Os demais materiais bibliográficos estão separados do acervo porque seus autores são/eram moradores do território, em local ainda a ser melhor direcionado (em andamento) (Biblioteca 188, Q.13).

A Biblioteca 91 esclarece que possui materiais em braile e audiolivros como materiais compatíveis com a denominação apresentada para coleções especiais, mas que eles não foram caracterizados como tal nesta biblioteca.

Outras quatro bibliotecas responderam não ter coleções especiais, mas indicaram critérios para que pudessem incluir acervos neste tipo de coleção.

A relação dos livros com a história [da cidade]. E no caso das HQs a raridade do lançamento e importância do autor e/ou ilustrador (Biblioteca 7, Q.13).

Escritores locais (Biblioteca 174, Q.13).

Livros de Carlos Drummond de Andrade e de outros autores que escreveram sobre ele (Biblioteca 222, Q.13).

Temática, origem, especialidade (Biblioteca 179, Q.13).

Ao iniciar a parte de multimeios do questionário (questões 13 a 16), foi apresentada uma explicação para os respondentes:

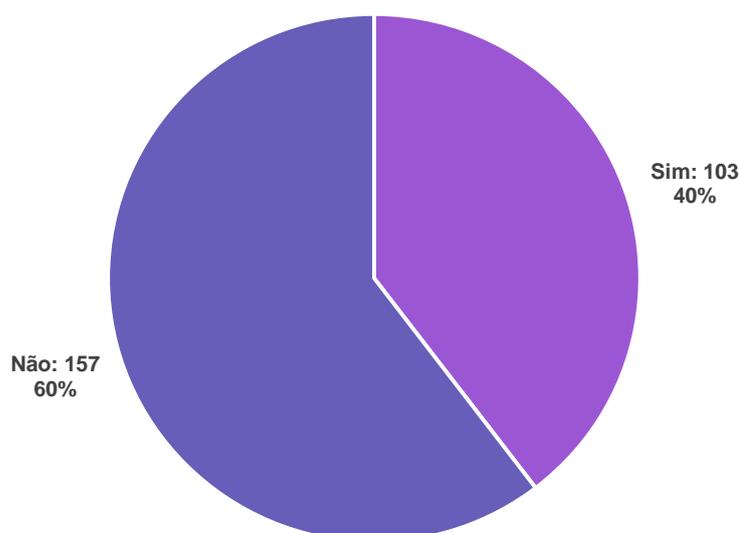
Contempla arquivos de computador, artefatos tridimensionais e realia, filmes cartográficos e gravações de vídeos, gravações de som, materiais cartográficos, materiais iconográficos, microformas ou música impressa.

Os artefatos tridimensionais são objetos fabricados a mão ou industrialmente pelo homem, tais como: jogos, modelos, esculturas, objetos para exposições, máquinas, medalhas, moedas e armas. Já realia são objetos que se encontram na natureza, objetos reais e autênticos, como por exemplo, espécimes botânicas ou zoológicas.

Nos multimeios também encontramos os materiais numismáticos com selos, moedas, medalhas e cédulas.

No que diz respeito aos multimeios, 159 bibliotecas públicas afirmaram não possuir coleções de multimeios, enquanto em 103 foi possível verificar a existência desse tipo de coleção.

Gráfico 7 - Bibliotecas com Multimeios



Fonte: Da autora

Os resultados mostram, portanto, que nem sempre a presença de determinados materiais no acervo da biblioteca significa a criação de uma coleção específica para o agrupamento destes itens. Um respondente da questão 15 informa a dificuldade da organização e inserção de materiais de multimeios no sistema de gerenciamento de acervo, o que exige capacitação específica dos profissionais para o tratamento de materiais com características diferentes das dos livros em geral:

Vários DVDs foram enviados a nós por compra, mas a esmagadora maioria não está no [sistema], então continua aguardando nos armários, longe do público, infelizmente (Biblioteca 185, Q.15).

A coleção foi formada ao longo dos anos, sem muito critério e no momento não está exposta no acervo (Biblioteca 37, Q.15).

No caso das bibliotecas que possuem multimeios, foi questionado (questão 14) os elementos que influenciam diretamente na seleção desses materiais, apresentado como resultado:

- Autoria: 33 bibliotecas
- Conteúdo: 86 bibliotecas
- Data: 25 bibliotecas
- Local de publicação: 18 bibliotecas

Das 103 instituições que possuem multimeios, apenas em nove das quatro características acima são fatores determinantes no processo de seleção destes materiais. O principal fator para a seleção de um item que venha a compor a coleção de multimeios nestas bibliotecas foi aquele que se relaciona a importância de seu conteúdo. Além dessas quatro opções, foi permitida a adição de outras características que as bibliotecas consideram na seleção destes documentos. Assim 4 bibliotecas informaram que só existe o recebimento destes materiais por parte da biblioteca, oriundos em sua maioria por meio de doação, não havendo uma seleção do que é recebido. Ou seja, nestes casos, as simples características físicas do suporte determinam sua entrada na coleção de multimeios destas bibliotecas. Apenas duas bibliotecas apontaram o interesse do público como critério utilizado para a seleção deste tipo de material.

Na questão seguinte foi perguntado sobre a organização dos multimeios nos acervos das bibliotecas, se eles se encontram separados do acervo circulante, obtendo como resposta, que em 73 (70,87%) bibliotecas os multimeios são mantidos

em um espaço separado, enquanto em 28 (27,18%) não, sendo que duas (1,94%) bibliotecas não responderam a questão. Neste sentido, verifica-se que a grande maioria das instituições separam os multimeios do restante do acervo, possivelmente pelas especificidades para sua consulta, que pode exigir neste processo o uso de equipamentos adequados para a leitura dos materiais, além de outros elementos associados as características físicas do material, que podem requerer a guarda e acesso diferenciados do acervo de consulta corrente.

No questionamento sobre a prioridade de inclusão de multimeios na biblioteca, na questão 17, foi dada a opção em escala de importância, sendo 0 a opção “nenhuma” e 4 a opção “alta”. As bibliotecas deram as seguintes respostas:

Tabela 5 - Prioridade em multimeios

Prioridade de inclusão de multimeios	Bibliotecas	%
0 - Nenhuma	56	21,53
1 – Pouca	47	18,07
2 – Média	71	27,30
3 - Média alta	42	16,15
4 – Alta	44	16,92

Fonte: Da autora

Os dados sobre a prioridade da inclusão de multimeios, permitem entender a importância deste tipo de coleção para as bibliotecas respondentes, mostrando neste caso, que as bibliotecas geralmente se importam com a incorporação de multimeios em seus acervos, visto que, em 60,37% das bibliotecas públicas pesquisadas, a prioridade é de média a alta. Com isso, verifica-se que nas bibliotecas públicas brasileiras, apesar do predomínio do livro como fonte principal de informação, também há a preocupação destas instituições em disponibilizar outros meios de acesso à cultura e ao conhecimento.

A coleção temática foi apresentada no questionário como: “Coleção com obras de uma mesma temática. Pode ser considerada coleção temática: Coleção Infantil, Coleção de Artes, Coleção de História, e assim por diante”.

Pelas respostas, 187 (71,92%) bibliotecas, das 260 respondentes, afirmaram possuir esse tipo de coleção, enquanto 73 (28,08%) afirmaram não ter. Das bibliotecas com coleção temática, 133 afirmaram que ela é uma coleção separada do restante do acervo, enquanto 52 afirmaram que ela não está separada e duas não responderam. A pergunta sobre a separação destas coleções é relevante para

identificar a forma como essas coleções são apresentadas ao usuário e se há uma preocupação no destaque delas, já que separadas, podem ser apresentadas ao usuário de forma diversa ao restante do acervo, ou ainda um cuidado em relação à preservação dos itens.

Na questão 20, a pergunta sobre qual seria a temática da coleção, obteve respostas variadas conforme o Gráfico 8.



Fonte: Da autora

Verificou-se que as coleções que mantêm livros infantis e/ou infanto-juvenis como uma coleção temática estão presentes na grande maioria das 187 respondentes, encontradas em 130 (69,52%) destas bibliotecas. Observa-se também que em 39 (30%) instituições o acervo deste tipo de obra corresponde a única coleção temática da biblioteca. Ainda 14 bibliotecas não responderam a questão.

Sobre o motivo de se criar uma coleção temática, as bibliotecas responderam em questão aberta que ele se relaciona com:

- Acervo: 22 bibliotecas
- Usuário: 96 bibliotecas
- Localização: 12 bibliotecas

- Organização: 43 bibliotecas
- Perfil da biblioteca: 8 bibliotecas

21 Bibliotecas não responderam à questão.

Nos casos da separação de obras em coleções temáticas devido às características do **acervo**, obteve-se como resposta, por exemplo:

Por ter sido reconhecido como patrimônio cultural imaterial do Brasil (Biblioteca 243, Q.21).

[...] Sala de Artes [...]: Coleção especializada em Artes com um acervo de livros e revistas, cartazes diversos e catálogos de exposição. [...] Mapoteca: Formada por uma coleção especial com cerca de seis mil cartas geográficas e mapas políticos, históricos, físicos e geológicos e ainda por cerca de 4.300 volumes de atlas históricos e geográficos. Obras Raras e Especiais: A coleção de obras raras conta com mais de 40 mil volumes de livros, 20 mil volumes de periódicos e 10 mil outros documentos, incluindo manuscritos, álbuns de fotografias originais, gravuras, desenhos, cartões-postais e moedas (Biblioteca 81, Q.21).

Ao ser considerada a organização de coleções temáticas em razão do **usuário**, verifica-se, por exemplo, que muitas das coleções surgiram para suprir a necessidade de atendimento ao público infantil, considerando o perfil de consulta e comportamento destes usuários na criação dos espaços que abrigam estas coleções, obtendo com exemplo de respostas:

A característica dos usuários da coleção infanto-juvenil desta biblioteca é diferente das demais, e foi necessária a criação de um espaço de convivência e permanência de grupos de alunos e usuários acompanhados de responsáveis (Biblioteca 57, Q.21).

No caso das Literaturas infantil e juvenil para que o espaço ficasse mais atrativo para esses novos leitores. Nos outros casos para maiores cuidados e preservação (Biblioteca 18, Q.21).

No caso, o acervo infantil está separado de demais, no piso inferior, para que assim as crianças possam ficar à vontade, não precisando ficar em silêncio. Não sei se é considerado coleção dessa forma (Biblioteca 116, Q.21).

O Acervo de Literatura Infantojuvenil foi idealizado antes da inauguração da Biblioteca, que foi em 1936. O Acervo Monteiro Lobato por ter o escritor como patrono. O Acervo Memória pela importância e envolvimento da Biblioteca com o público infantil. O

Acervo Histórico do Livro Escolar pela importância da história do ensino no Brasil (Biblioteca 61, Q.21).

O acervo/coleção infantil está separado do acervo geral para facilitar e oferecer um espaço diferenciado e acolhedor para os leitores infantis (Biblioteca 74, Q.21).

Temos um setor infantil, com tapete, pufes, almofadas, banner com desenho colorido e estantes menores para facilitar o acesso ao acervo infantil além de criar um ambiente mais atrativo aos pequenos leitores (Biblioteca 43, Q.21).

Temos um espaço infantil que possibilita fazer programação com as crianças nesse ambiente. Além de facilitar a busca dos títulos (Biblioteca 5, Q.21).

Sobretudo pela caracterização dos materiais que compõem o acervo, ou pelo público a eles destinados, no caso da Biblioteca [...] e da sala infantojuvenil (Biblioteca 71, Q.21).

Tem acervos que foram criados a partir de questões relacionadas à peculiaridade da **localidade** da biblioteca, seja pela cidade onde se encontra, ou mesmo pelas características locais do bairro ou comunidade onde está inserida, entre outros aspectos, possíveis de ver nos exemplos de respostas abaixo. Neste caso, as questões determinantes para a criação de coleções temáticas em razão da localidade de uma biblioteca podem também se relacionar com as necessidades dos usuários, como no caso de cidades conhecidas pelo recebimento de imigrantes:

Coleção [da cidade]: Criada em 2010, conta com mais de 2 mil obras em seu acervo, com ênfase em história da cidade [...] (logradouros, edifícios relevantes, instituições culturais e educacionais), arquitetura, urbanismo e bairros (Biblioteca 81, Q.21).

Acervo Oriental – [A cidade] faz parte de uma cidade irmã, no Japão, que nos fez a doação do acervo. [...] Acervo Autores [da cidade] - os autores doam suas obras para a biblioteca (Biblioteca 171, Q.21).

Sua vocação. Ela está localizada no bairro [da cidade] e [do estado]. [A cidade] destaca-se pela grande quantidade de moradores, visitantes e transeuntes provenientes de estados do nordeste. Como houve uma grande demanda de artistas e usuários por um espaço que acolhesse manifestações de cultura popular como forró, cordel, repente, embolada, maracatu e outras manifestações da cultura afrobrasileira e indígena, a biblioteca acolheu essas manifestações e organizou um acervo específico com esses temas e temas correlatos, fundando o Núcleo de Cultura popular em 2005. Em 2007, foi inaugurada a Sala Temática em Cultura popular. Nela estão o acervo sobre o tema e uma decoração que remete à cultura nordestina, à Cultura indígena, à culinária brasileira, aos mitos e

lendas, às manifestações populares na música e na religiosidade, dentre outros. Vale a pena conhecer. No blog [...] é possível conhecer mais sobre o espaço e suas atividades (Biblioteca 36, Q.21).

Também se verificou a criação de coleções temáticas pela doação recebida e pela **organização** da biblioteca, como é o caso dos exemplos vistos nas respostas abaixo:

Acervo Braille - Recebemos a doação da Bíblia completa em braille e também outros livros e áudio livros da Fundação Dorina Nowill (Biblioteca 171, Q.21).

Por ser uma grande doação da família Monteiro Lobato (Biblioteca 242, Q.21).

Por ter recebido a doação de muitos, variados e bons volumes relacionados ao Teatro, pertencentes a uma atriz que atuava no Centro Cultural onde a biblioteca está inserida (Biblioteca 179, Q.21).

Por muitos anos a Biblioteca possuiu o acervo de certa forma 'misturado'. Houve a necessidade de organização de toda a coleção para a melhor distribuição dos materiais em cada setor e a praticidade para a busca dos mesmos pelos leitores e funcionários (Biblioteca 146, Q.21).

Para caracterização de espaços físicos na Biblioteca, tornando o espaço visivelmente mais atrativo (Biblioteca 175, Q.21).

Pela praticidade e busca dos documentos, além da Biblioteca ter várias salas (Biblioteca 46, Q.21).

Também se verificou a criação de coleções temáticas a partir do **perfil da biblioteca**, como é o caso dos exemplos vistos nas respostas abaixo:

Porque o município recebeu o selo do Estado de Município verde-azul que cuida do meio ambiente em toda sua extensão como rede de esgoto, água tratada, preservação do verde (Biblioteca 15, Q.21).

Por ser uma biblioteca especializada em literatura infantil e juvenil (Biblioteca 159, Q.21).

Por ser uma Biblioteca Estadual, temos uma Divisão de Documentação [do Estado] (Biblioteca 184, Q.21).

Diante dos dados apresentados, verifica-se que são muito diversificadas as motivações para a criação de uma coleção temática nas bibliotecas públicas brasileiras. Tais motivações geralmente se relacionam a cinco eixos, em razão das

próprias características do acervo já existente, que ganha ressignificação externa à instituição, a partir de uma maior valoração social a determinado tema ou tipologias de documentos, ou mesmo interna, onde devido à quantidade significativa de obras sobre determinado tema, ou com características físicas similares, torna-se mais coerente organizar estas obras sob o mesmo conjunto uniforme de regras.

Os demais eixos norteadores motivacionais para a criação de coleções temáticas estão pautados nas necessidades informacionais, ou mesmo características comportamentais dos usuários, assim como, é um destes pilares também a localização geográfica da biblioteca, como no caso de cidades ribeirinhas, ou que ficam em local onde se predomina o extrativismo mineral, entre outras peculiaridades. Também sendo motivos de influência para a criação e coleções temáticas as necessidades organizacionais e os perfis destas bibliotecas, onde no primeiro caso, estas coleções se formam em razão de doações, por exemplo, obrigando que a biblioteca mantenham juntos os itens de determinada coleção pessoal, ou ainda, no segundo caso, podendo ser o caso da criação de uma coleção que atenda a uma biblioteca especializada.

Já na apresentação das questões em relação às coleções de memória, foi incluída a seguinte definição no questionário:

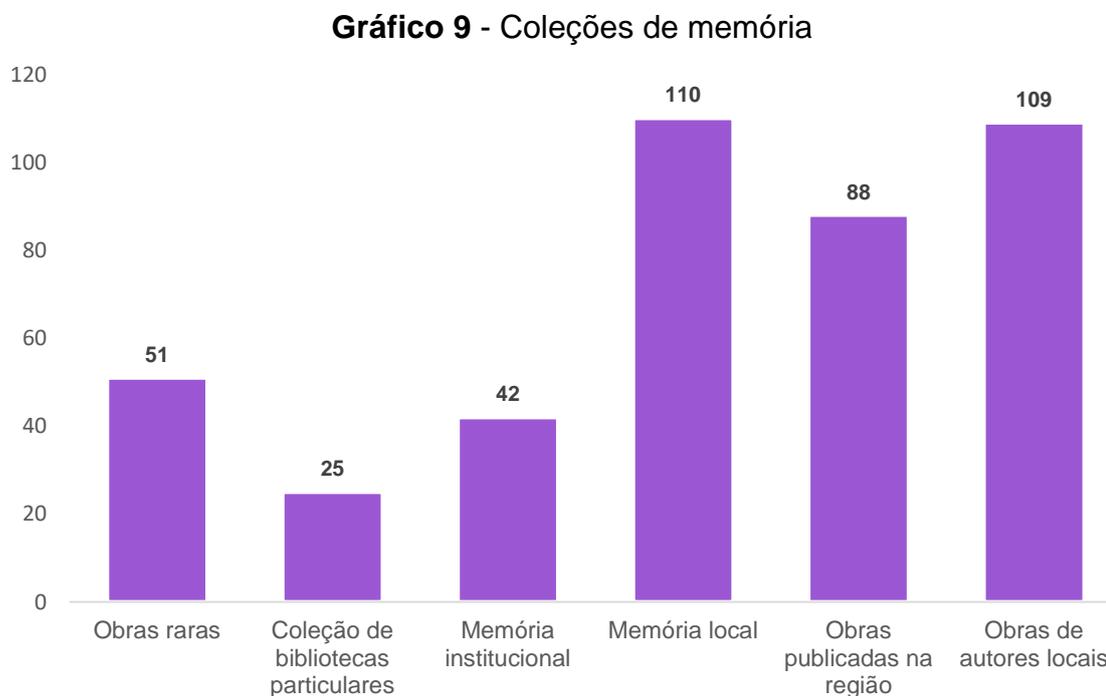
Toda coleção que busca a preservação da memória histórica, cultural e bibliográfica. Incluem obras raras, coleções a partir de bibliotecas particulares de personalidades consagradas, memória institucional, memória local e produção local.

A memória local diz respeito aos livros que tem como conteúdo a localidade sendo cidade ou Estado, sua história e cultura. A produção local diz respeito às obras publicadas na região, bem como as obras de autores locais.

Sobre as coleções de memória, 153 (58,84%) bibliotecas afirmaram possuir este tipo de acervo, enquanto 107 (41,15%) não possuem. Em alguns estados ou cidades existem bibliotecas ou centros específicos para a guarda de acervos de memória, centralizando acervos da história do estado ou cidade em uma única biblioteca, por exemplo. Diante dos dados apresentados, observa-se que a preservação da memória é preocupação da maioria das instituições respondentes.

A questão 23 apresentou os seis tipos de coleções de memória para que as bibliotecas identificassem quais possuem, tendo também uma opção de incluir outras tipologias que não estavam previamente estipuladas na questão. A

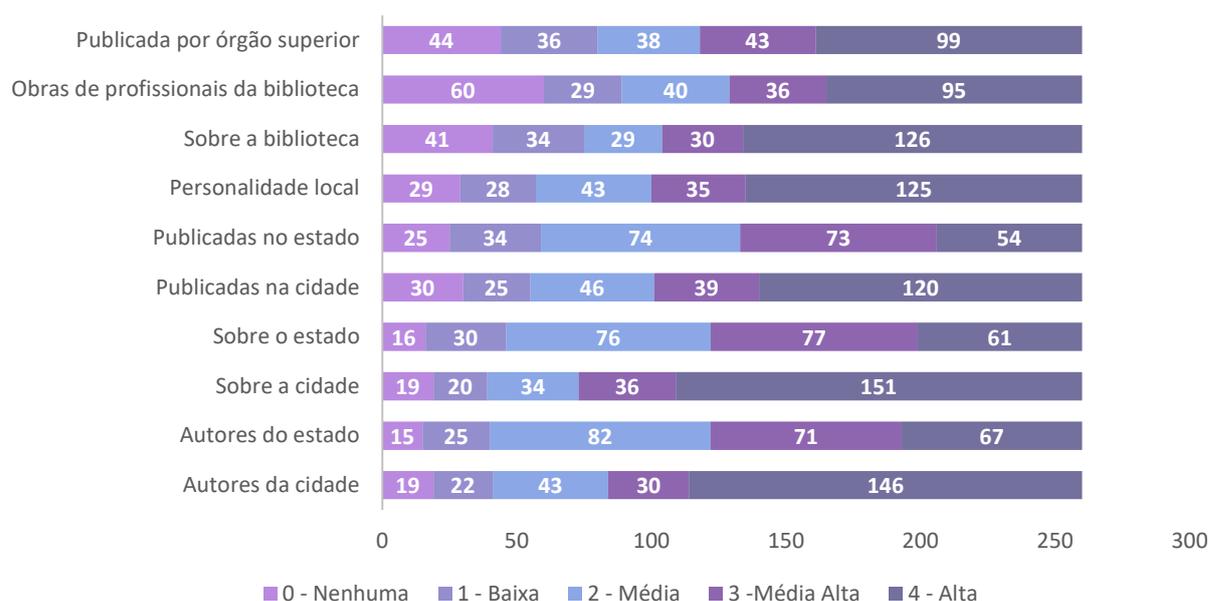
quantidade de bibliotecas que responderam assinalando pelas opções apresentadas foi:



Fonte: Da autora

Verifica-se, portanto, que apenas as coleções de bibliotecas particulares e de memória institucional não estão presentes em ao menos um terço das instituições que possuem coleções de memória. As coleções de memória local, de obras publicadas na região, ou de autores locais estão presentes na ampla maioria das bibliotecas com coleções de memória. Contudo, nota-se que nem sempre as bibliotecas estão preocupadas na preservação da própria memória ou da instituição a que está vinculada, já que apenas 42 bibliotecas responderam ter esse tipo coleção de memória institucional, correspondendo a 16,15% de todas as 260 bibliotecas respondentes.

Referente às prioridades de seleção das obras no acervo, na perspectiva das coleções de memória, as bibliotecas puderam escolher entre uma graduação de 0 e 4, correspondendo o “0” a “nenhuma” prioridade e o “4” a uma prioridade “alta”. O Gráfico abaixo mostra a dispersão das prioridades pela quantidade de bibliotecas:

Gráfico 10 - Prioridades na seleção

Fonte: Da autora

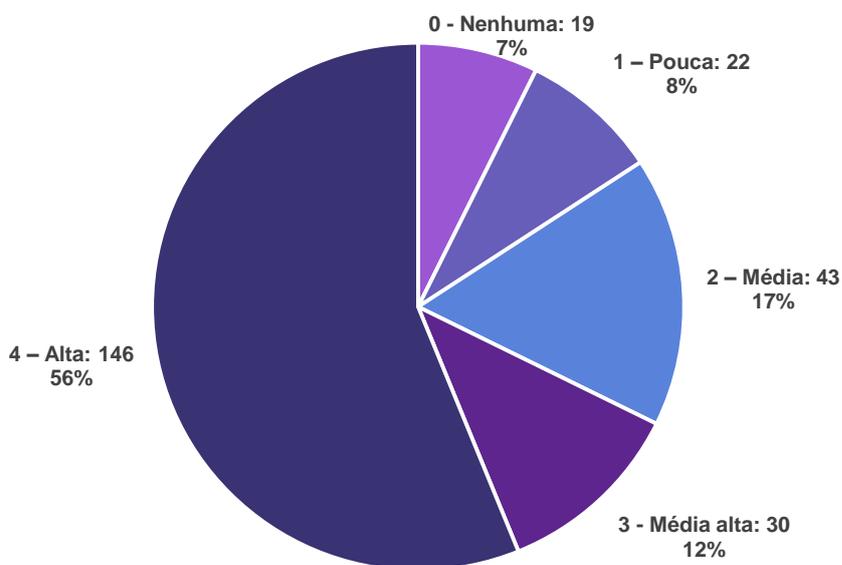
A partir dos dados apresentados, observa-se que eles vão ao encontro da constatação de que parte significativa das bibliotecas não valorizam a guarda e preservação da memória institucional. Pois, as obras publicadas por órgão superior ao qual a biblioteca está vinculada, ou produzida pelos profissionais da biblioteca, ou mesmo que tenham como temática a própria história, características ou serviços da biblioteca, são as que apresentam os maiores índices de bibliotecas que dão “nenhuma” importância para estes itens, na seleção dos mesmos para a composição de coleções de memória.

Da mesma forma, verifica-se que as obras com maior prioridade, “alta”, na maior quantidade de bibliotecas, são aquelas que se relacionam com a memória local em nível municipal, visto que as obras sobre a cidade ou de autores da cidade onde a biblioteca se encontra são as mais consideradas durante a seleção pela ampla maioria das instituições, com 151 (58,08%) e 146 (56,15%) bibliotecas dando prioridade “alta” a este tipo de obra, respectivamente.

Além de identificar as prioridades em um campo mais geral, é relevante considerar as prioridades pelo tipo de biblioteca, visto que uma biblioteca pública estadual pode ter prioridades voltadas para o estado e não só da cidade, o que pode não acontecer nas bibliotecas públicas municipais.

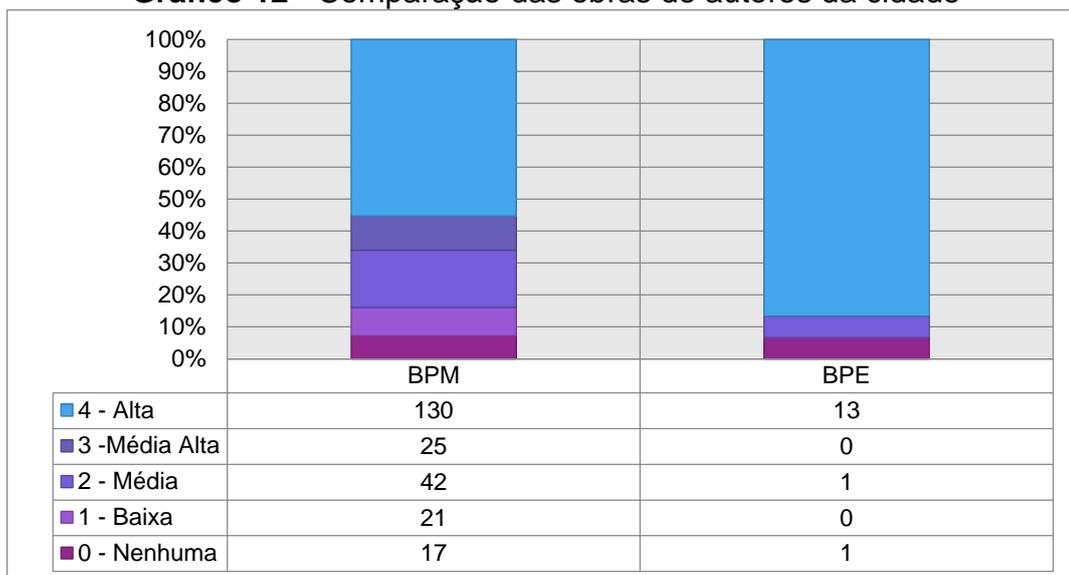
Nos gráficos a seguir (11 a 30), são apresentados os níveis de prioridade na seleção por tipo de biblioteca. Nos assuntos relacionados ao estado é possível perceber que as bibliotecas municipais dão uma prioridade média, enquanto em assuntos relacionados à cidade que fazem parte, prevalece a prioridade alta, demonstrando o papel dessas bibliotecas na salvaguarda a nível local.

Gráfico 11 - Prioridade de obras de autores da cidade



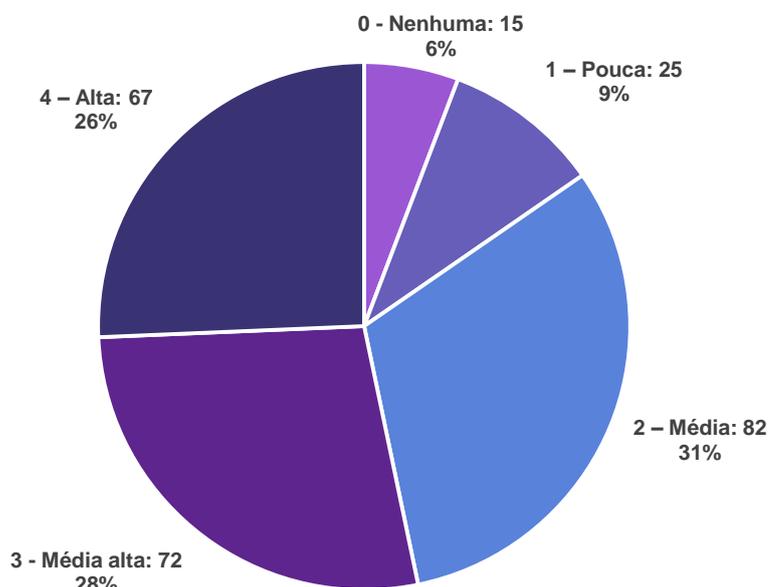
Fonte: Da autora

No que diz respeito a prioridade de obras de autores da cidade, a comparação entre bibliotecas municipais e bibliotecas estaduais, representada no Gráfico 12, demonstra que nas duas prevalecem a prioridade alta na seleção dessas obras, pela quantidade das bibliotecas municipais a porcentagem fica um pouco maior que a metade, 55%, enquanto nas bibliotecas estaduais são 87%.

Gráfico 12 - Comparação das obras de autores da cidade

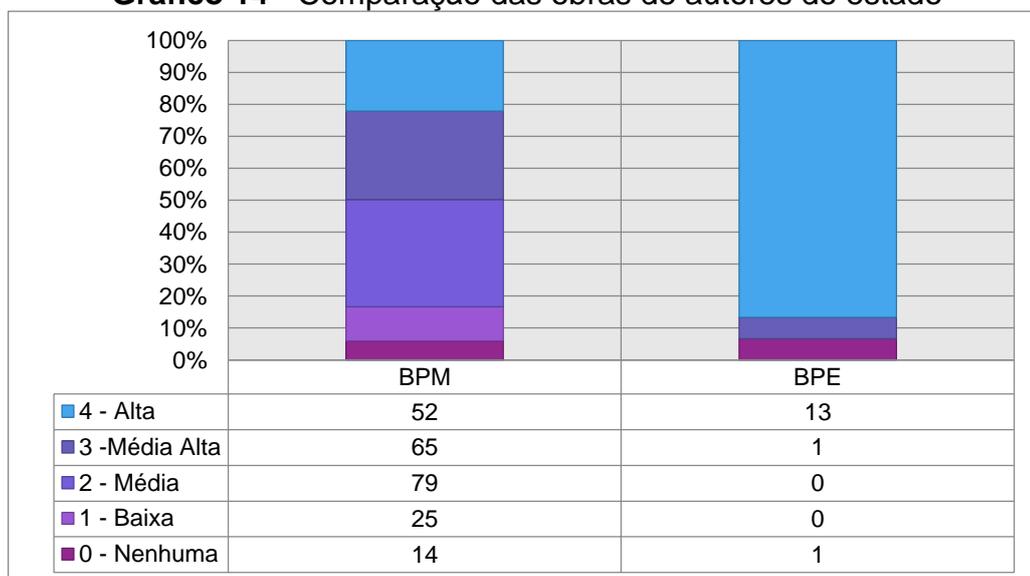
Fonte: Da autora

A prioridade de obras de autores do estado, numa visão geral, não chega a ser considerada de alta prioridade para a maioria das respondentes.

Gráfico 13 - Prioridade de obras de autores do estado

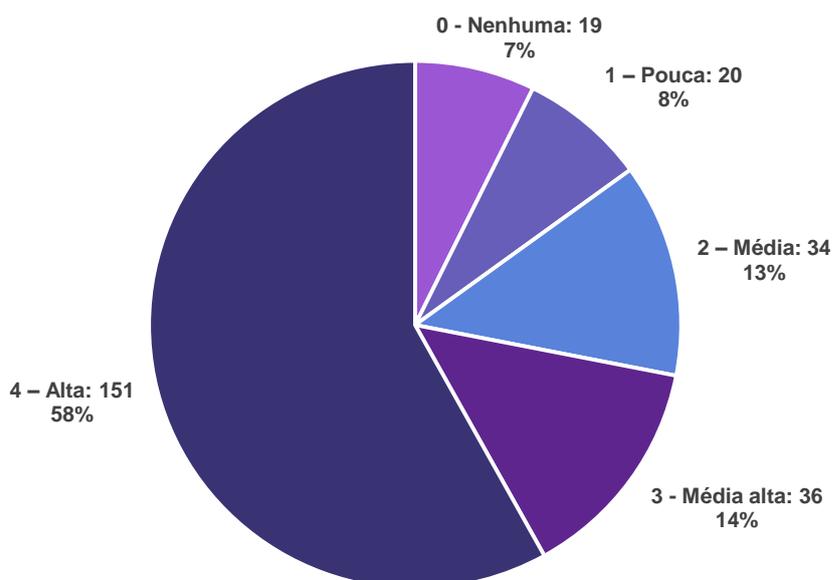
Fonte: Da autora

No Gráfico 14, ao comparar os dois tipos de bibliotecas públicas, municipal e estadual, é possível verificar que a biblioteca estadual apresenta alta prioridade em obras do estado, enquanto as municipais têm a prevalência de uma prioridade média.

Gráfico 14 - Comparação das obras de autores do estado

Fonte: Da autora

Ao considerar a prioridade por obras sobre a cidade e obras sobre o estado, é possível perceber que ao considerar todas as bibliotecas respondentes, para a cidade a prioridade é prioritariamente “média alta” e “alta”, conforme aponta o Gráfico 15.

Gráfico 15 - Prioridade de obras sobre a cidade

Fonte: Da autora

Essa tendência do Gráfico 15 se confirma também no Gráfico 16, ao comparar as bibliotecas públicas municipais e estaduais.

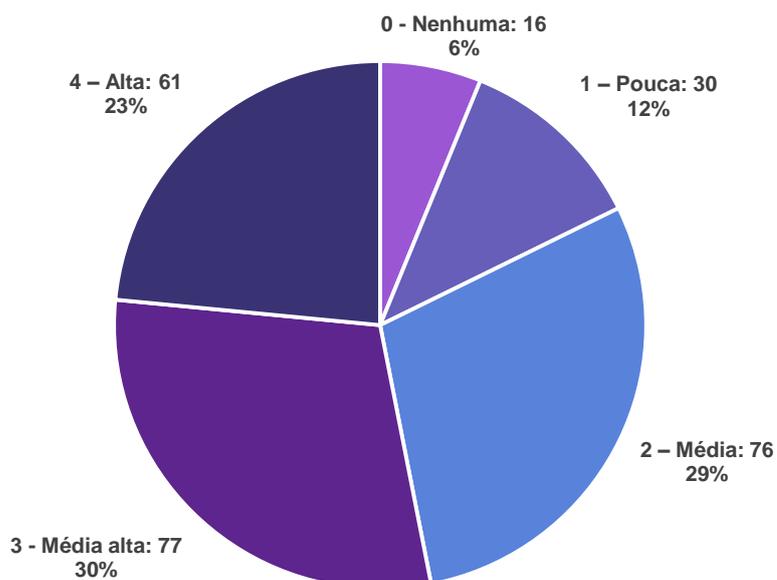
Gráfico 16 - Comparação das obras sobre a cidade



Fonte: Da autora

Já a prioridade por obras sobre o estado, diferente das obras sobre a cidade, se estabelece mais em níveis médios ao tratar de todas as bibliotecas. No entanto, é possível perceber que a prioritariamente “alta” se estabelece mais em bibliotecas estaduais, conforme aponta o Gráfico 18, provavelmente pelo perfil da biblioteca.

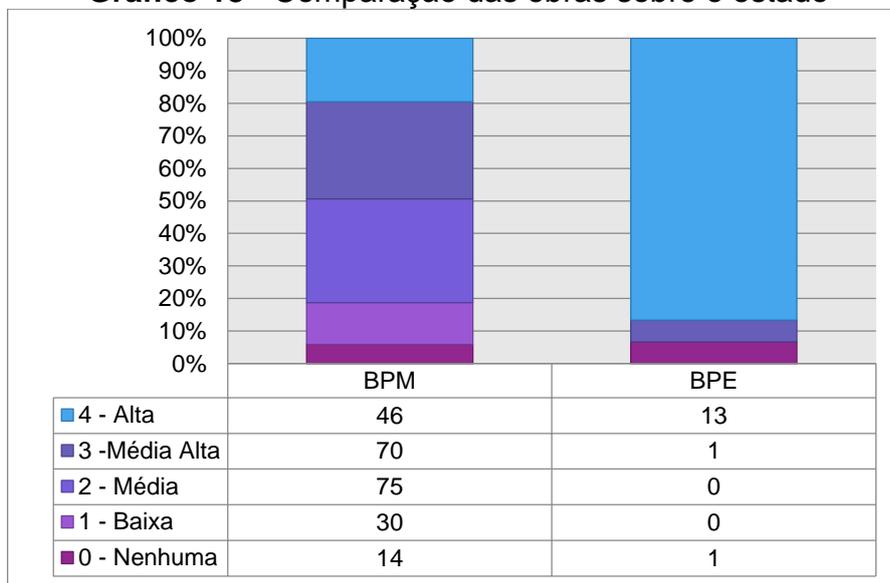
Gráfico 17 - Prioridade de obras sobre o estado



Fonte: Da autora

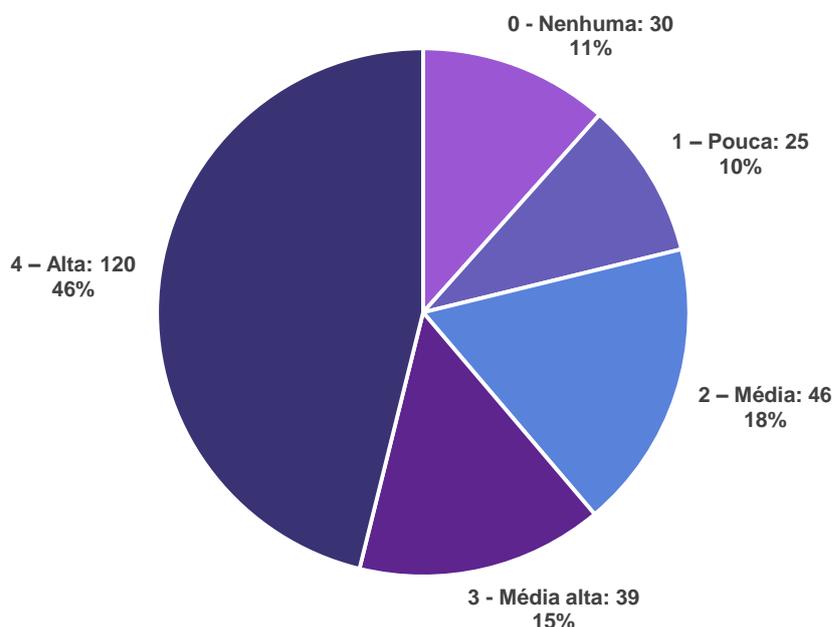
Em nível geral, as bibliotecas municipais valorizam mais as obras da cidade (Gráfico 16) do que do estado (Gráfico 18) enquanto as bibliotecas estaduais valorizam os dois níveis.

Gráfico 18 - Comparação das obras sobre o estado



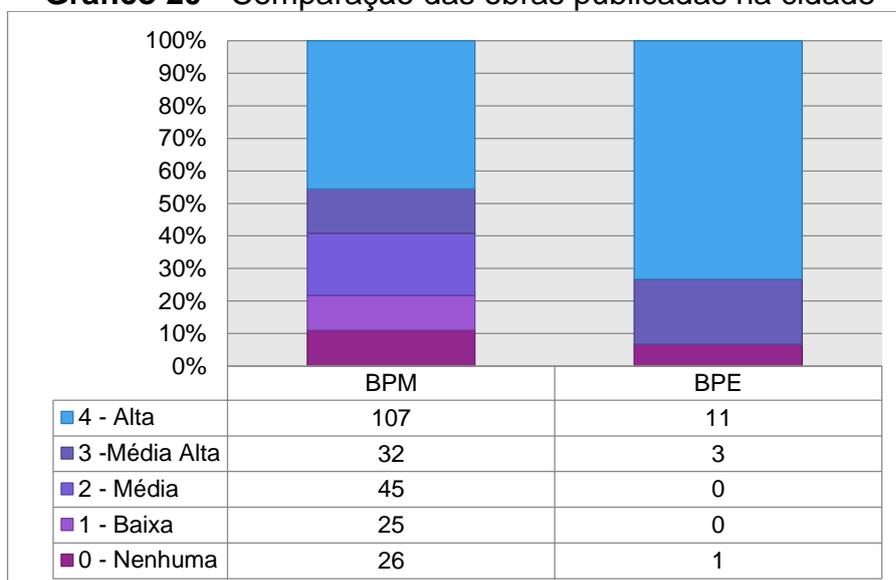
Fonte: Da autora

Ao tratar da priorização de obras publicadas na cidade (Gráfico 19), a resposta geral apresentou um menor número das bibliotecas que consideram alta prioridade das questões anteriores, mas ainda mais expressivo do que as outras prioridades.

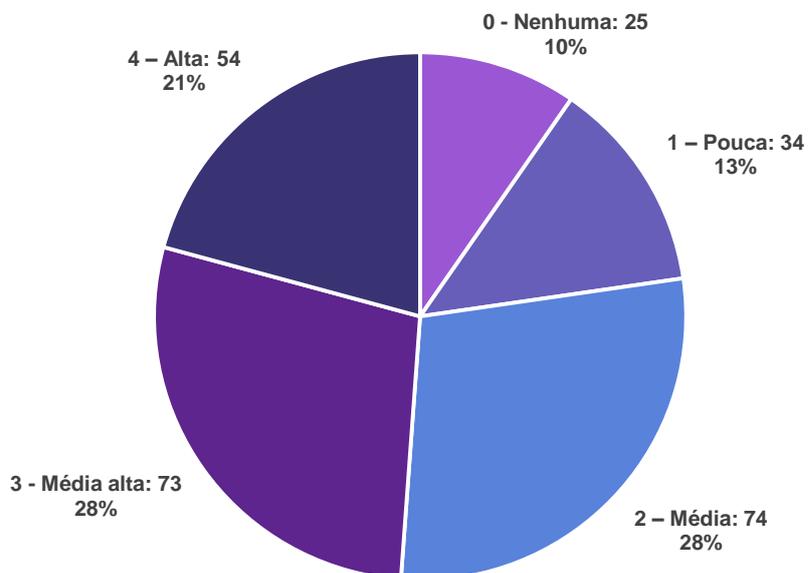
Gráfico 19 - Prioridade de obras de publicadas na cidade

Fonte: Da autora

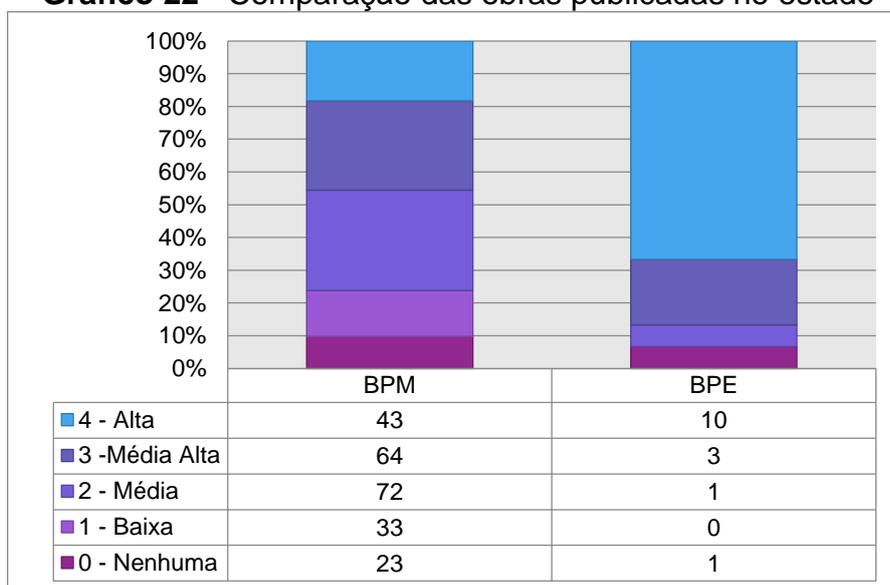
Na comparação entre bibliotecas municipais e estaduais, conforme Gráfico 20, as publicações nas cidades têm alta prioridade prevalecendo nos dois tipos de biblioteca, municipal e estadual, porém com menor expressividade. que pode ser justificado na variedade de conteúdo que esta produção pode ter, e tais assuntos tratados podem não ser interessante para o acervo, inclusive com uma especialidade que a biblioteca não seleciona.

Gráfico 20 - Comparação das obras publicadas na cidade

Fonte: Da autora

Gráfico 21 - Prioridade de obras publicadas no estado

Fonte: Da autora

Gráfico 22 - Comparação das obras publicadas no estado

Fonte: Da autora

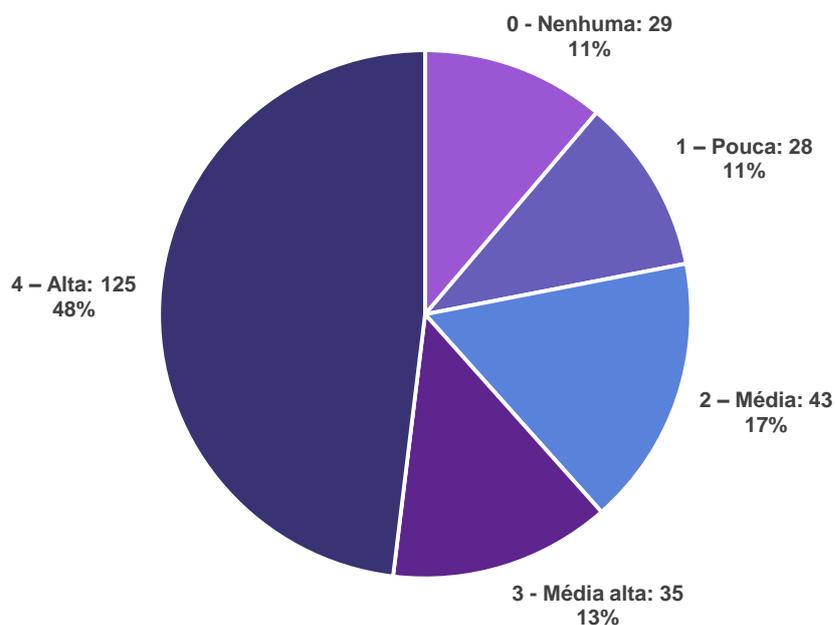
Diante dos múltiplos dados que tratam sobre a prioridade das bibliotecas na seleção de materiais que se relacionam de alguma forma com a cidade ou estado a qual pertencem, verifica-se uma clara divisão na salvaguarda da memória local e regional entre as bibliotecas municipais e estaduais. As bibliotecas municipais entendem normalmente como prioridade alta para compor os seus acervos, as obras que tratam sobre a própria cidade, sendo visto assim em menor grau, para as obras

que se relacionam com a memória do estado. Enquanto as bibliotecas estaduais frequentemente enquadram como prioridade alta, tanto as obras que tratam da memória estadual, quanto as que tratam sobre a memória da cidade em que se encontram. Neste sentido, mesmo ambas as tipologias de bibliotecas se preocupando na guarda da memória municipal e estadual, as bibliotecas municipais se preocupam ainda mais com a guarda de obras sobre a memória da sua cidade e as estaduais sobre as obras que trazem a memória de seu estado. Também se destaca que estes dois tipos de bibliotecas se preocupam em maior grau com as obras que trazem em seu conteúdo algo que trata sobre a cidade ou estado, ou que tenham sido produzidas por autores locais, em nível municipal e estadual, em relação às obras que tenham apenas sido publicadas nestes espaços.

Mesmo com essa divisão clara na prioridade de guarda em relação a memória municipal ou estadual, também é possível observar que majoritariamente todas as tipologias de bibliotecas públicas brasileiras tendem a se preocupar com a preservação da memória local e regional. É grande a porcentagem das bibliotecas que consideram de prioridade média a alta o fato de as obras serem de autores locais, sobre a região, ou publicadas tanto na cidade, quanto no estado a que pertencem, apresentando percentual de 77,4% a 85% para todas estas categorias.

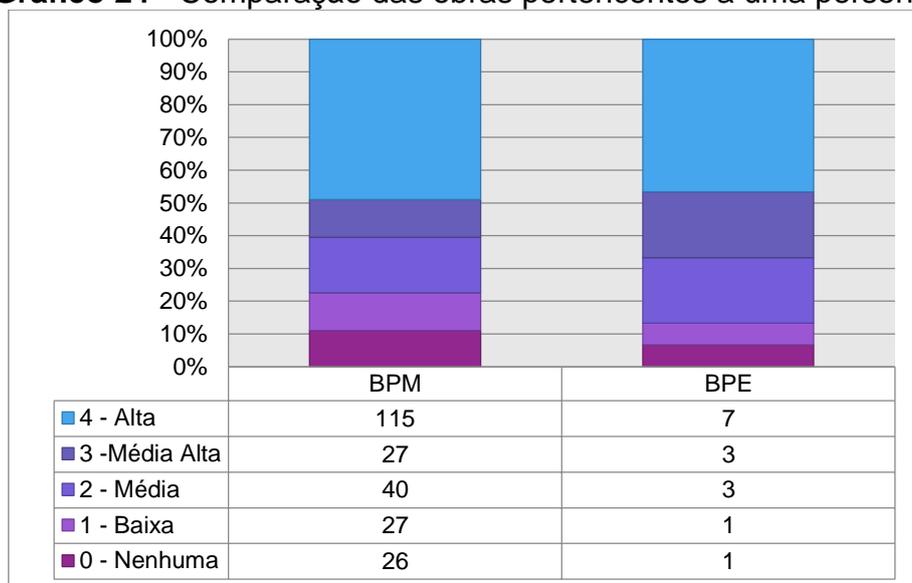
A origem das obras em bibliotecas pode estar vinculada às bibliotecas particulares. Como já foi apontada na bibliografia sobre o assunto, a reunião de obras por parte de uma personalidade pode compor uma coleção temática ou histórica relevante para as bibliotecas públicas, inclusive com essa valorização dos seus itens a partir do ex-proprietário, diante de uma possível consagração nacional desta pessoa. Neste sentido foi questionada às bibliotecas a prioridade que elas dão em receber obras oriundas de coleções particulares.

No geral, nas respostas das bibliotecas (Gráfico 23), prevalece a prioridade alta para a seleção de obras que pertenceram a uma personalidade local, não significando este dado, que as bibliotecas formam coleções separadas em seus acervos, para estas coleções, mas que aproveitam a doação vindas destas personalidades para compor o acervo da biblioteca pública.

Gráfico 23 - Prioridade de obras pertencentes a uma personalidade

Fonte: Da autora

Na comparação entre as bibliotecas municipais e estaduais (Gráfico 24), os níveis de prioridade para esta questão seguem a mesma tendência da prioridade dada às obras publicadas na cidade.

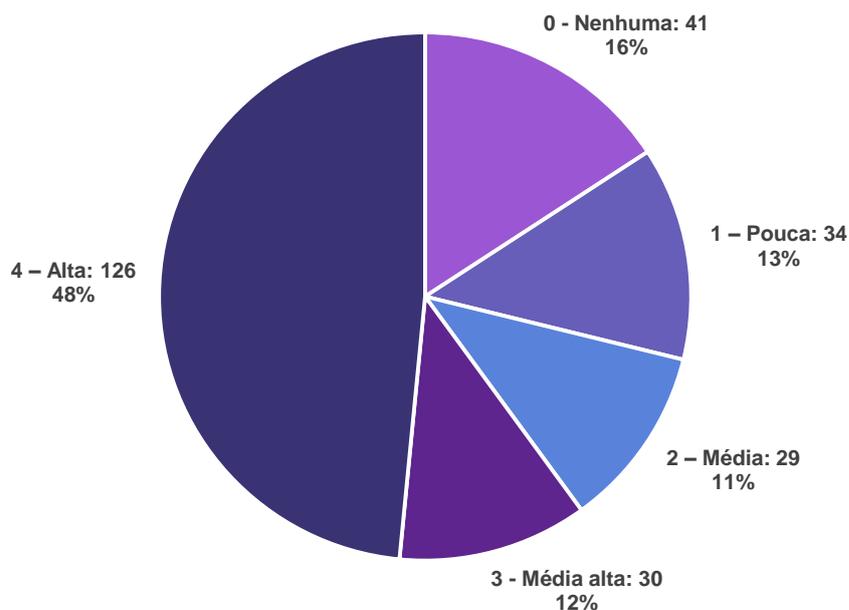
Gráfico 24 - Comparação das obras pertencentes a uma personalidade

Fonte: Da autora

Na questão da prioridade na seleção de obras sobre a biblioteca (Gráfico 25 e 26), considerando a preservação da memória institucional, as bibliotecas seguem a mesma tendência da prioridade de obras pertencentes a uma personalidade,

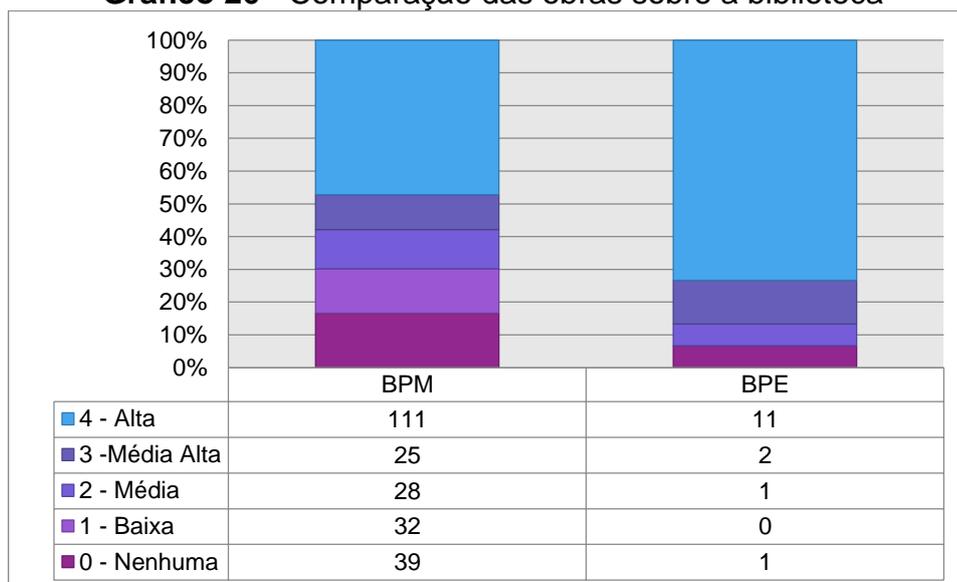
prevalecendo a alta prioridade nas opções, mas não sendo uma maioria expressiva entre as respondentes, trazendo um entendimento de que apesar deste conteúdo será considerado no desenvolvimento das coleções, ele não é entendido como conteúdo prioritário ao usuário.

Gráfico 25 - Prioridade de obras sobre a biblioteca



Fonte: Da autora

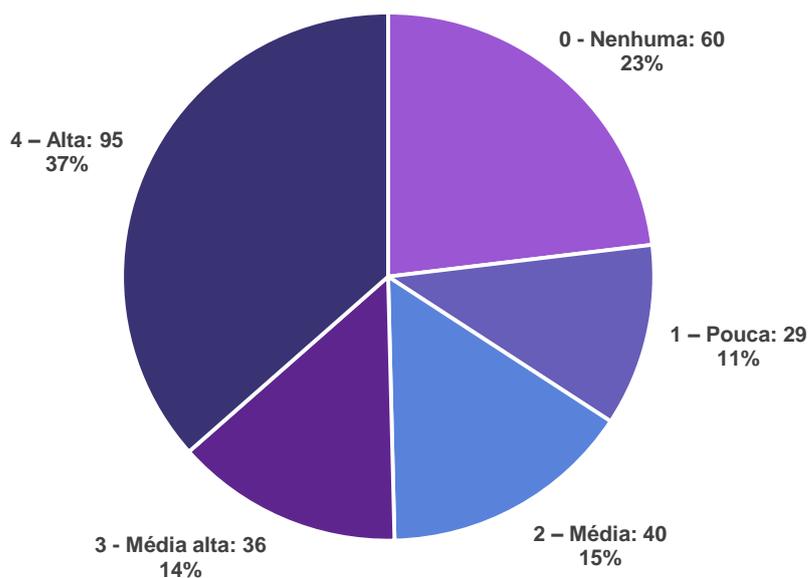
Gráfico 26 - Comparação das obras sobre a biblioteca



Fonte: Da autora

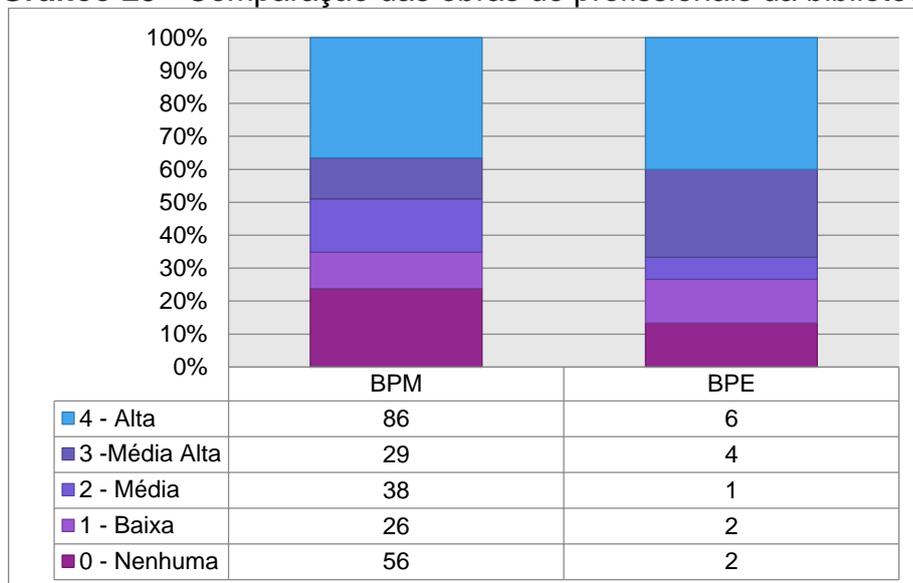
Na seleção de obras escritas por profissionais da biblioteca (Gráfico 27 e 28), as respostas apresentaram um equilíbrio entre as opções de prioridade, mas com maior percentual na alta prioridade.

Gráfico 27 - Prioridade de obras de profissionais da biblioteca



Fonte: Da autora

Gráfico 28 - Comparação das obras de profissionais da biblioteca



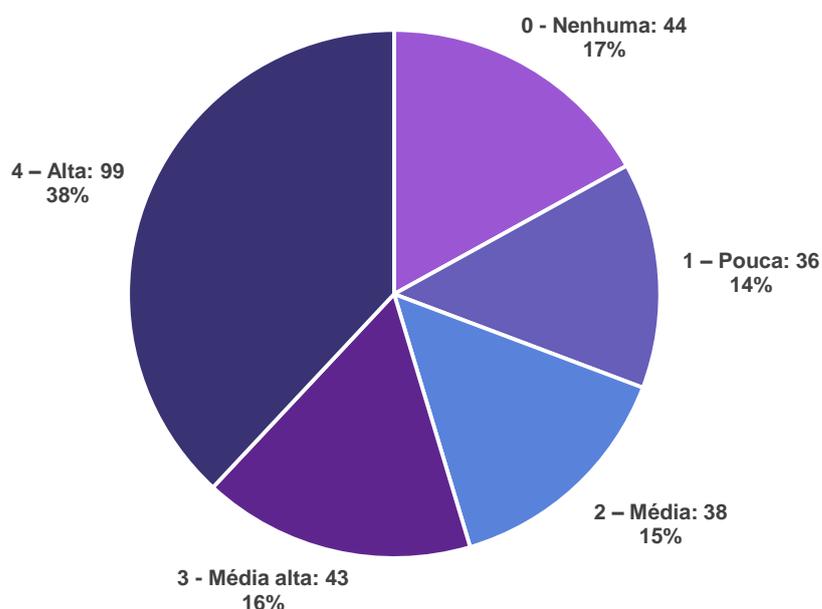
Fonte: Da autora

As bibliotecas públicas podem ser vinculadas a outras instituições governamentais. No caso das bibliotecas estaduais é possível verificar, por exemplo, uma subordinação frequente às secretarias de cultura do estado, enquanto nas

bibliotecas municipais, o vínculo hierárquico pode ser com a secretaria de educação ou de cultura do município, ou a fundações públicas, dentre outras opções. Neste sentido, receber, guardar e disponibilizar para acesso às obras dos órgãos superiores pode auxiliar na disseminação de informação e preservação de uma memória institucional.

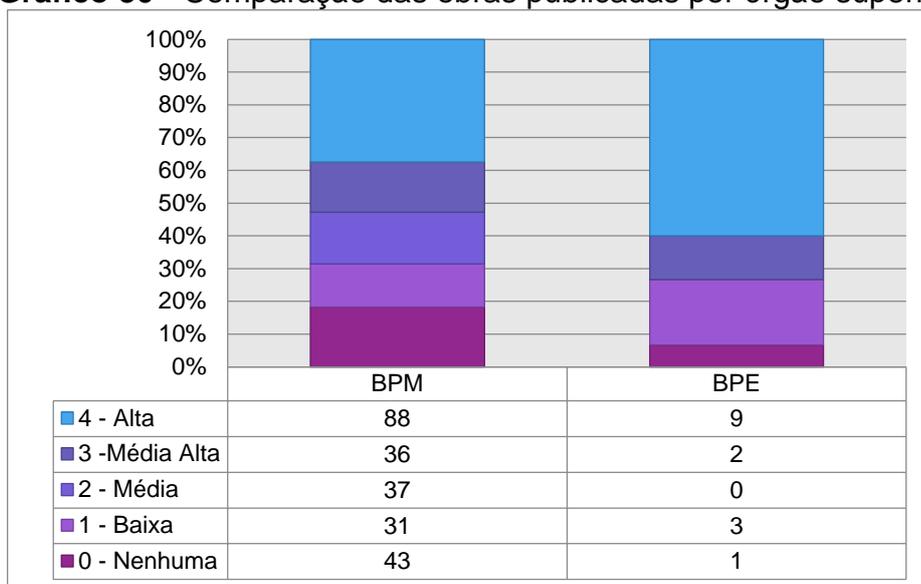
Sendo assim, foi questionada às bibliotecas a prioridade na seleção de obras publicadas pelos órgãos superiores à instituição (Gráfico 29). As respostas apresentaram que a maior porcentagem foi de uma alta prioridade, mas com um equilíbrio entre os níveis de prioridade.

Gráfico 29 - Prioridade de obras publicadas por órgão superior



Fonte: Da autora

Na comparação entre bibliotecas municipais e estaduais (Gráfico 30), as bibliotecas estaduais apresentaram maior propensão à seleção deste tipo de obra em relação às municipais, visto que 60% destas instituições atribuem prioridade alta para esta tipologia documental.

Gráfico 30 - Comparação das obras publicadas por órgão superior

Fonte: Da autora

Sobre a biblioteca possuir obras que fizeram parte de uma biblioteca particular, 122 bibliotecas responderam que sim, que têm este tipo de item em seu acervo, e 138 responderam que não. Os que responderam positivamente, 39 bibliotecas reuniram a coleção particular a parte do acervo pré-existente na biblioteca, enquanto 82 bibliotecas fizeram essa separação e 1 biblioteca não respondeu à questão. Destas 39 bibliotecas, 25 informaram os nomes dos antigos proprietários, onde é possível observar, que estas coleções vieram de destacados professores, líderes religiosos, bibliófilos, escritores de renome, entre outros, conforme a lista abaixo:

Adriano Alves - Ala Hélio Alves de Oliveira (Biblioteca 236, Q.27).

Antônio Branco - Acervo Antônio Branco (Biblioteca 182, Q.27).

Antônio Roque Gobbo - Gibiteca Gobbo (Biblioteca 159, Q.27).

Antonio Temporão, Coleção de Ex-Libris de Ely de Azambuja Geramp (Biblioteca 184, Q.27).

Arthur Azevedo, Humberto de Campos, são alguns exemplos (Biblioteca 258, Q.27).

[...] Flávio Azevedo (Biblioteca 212, Q.27).

Bibliotecas Particulares de vários escritores brasileiros: Orígenes Lessa, Antônio Houaiss, Paulo Ronai, Ivan Lessa, Antônio Olinto, Carlos Drummond de Andrade, Edla Van Steen, Francisco de Assis Barbosa entre outros (Biblioteca 202, Q.27).

Carlos Moliterno. Coleção Carlos Moliterno (Biblioteca 253, Q.27).

Coleção de José Deomar Hartmann (in memoriam) (Biblioteca 41, Q.27).

Coleção Silvio Romero, Coleção Gumercindo Bessa e Coleção Ilma Fontes (Biblioteca 161, Q.27).

Coleção Vivaldi Wenceslau Moreira / Coleção Hélio Lopes (Biblioteca 234, Q.27).

Érika farias / Acervo Érika Farias (Biblioteca 154, Q.27).

Frei Rovílio Costa - Acervo Etnias (Biblioteca 37, Q.27).

Ieda Pessoa, Jofek Blonsky, Lourival de Freitas Souza (Biblioteca 164, Q.27).

José Alcino Bicalho, coleção do mesmo nome do diplomata e político mineiro. Coleção Rita Adelaide, coleção do jurista e bibliófilo Tancredo Martins. Coleção Biblioteca do Governo (livros que faziam parte da biblioteca da residência oficial dos governadores [do estado]), José Aparecido de Oliveira (parte dos livros desta personalidade [do estado]) (Biblioteca 20, Q.27).

Lauro Junkes (Biblioteca 145, Q.27).

Maestro Tranquilino Bastos (partituras), Waldeloir Rego, Ubiratan Castro de Araújo (Coleção CUCA) (Biblioteca 199, Q.27).

Octávio Loge (Biblioteca 169, Q.27).

Oliveira Mello (Biblioteca 5, Q.27).

Parte do acervo inicial é proveniente do Museu de Folclore Rossini Tavares de Lima (Biblioteca 36, Q.27)

Pastor Siegmund Wanke, Delton de Matos, Pastor Norberto Berger e Instituto [da cidade] (Biblioteca 108, Q.27).

Pio Lorenço Correa / Dorival Alves (Biblioteca 118, Q.27).

Professor Adelino Brandão (Biblioteca 40, Q.27).

Rodrigues de Abreu (Biblioteca 48, Q.27).

Sr. Jorge da Cunha Pereira (acadêmica) - Prof. Simão da Cunha Pereira (direito e filosofia) e Dorinha Cunha (literatura diversa) (Biblioteca 111, Q.27).

Mesmo com menos da metade das 260 bibliotecas respondentes tendo acervos oriundos de personalidades locais, a grande maioria delas estão dispostas a receber coleções completas com estas características, em um total de 160 (61,54%)

bibliotecas que aceitariam estes acervos com 30 (11,54%) dizendo que não receberiam e 70 (26,92%) informando que talvez admitissem este tipo de coleção. Neste caso, observa-se que mesmo as bibliotecas públicas normalmente tendo restrições quanto ao espaço para crescimento de seus acervos, a grande maioria delas está disposta a receber coleções que sejam relevantes para a comunidade e preservação da memória local.

Inclusive, entre as respondentes, a Biblioteca 196 sinalizou que foi criada com acervo de personalidade local.

Sim. Como a biblioteca está situada na Casa de Cultura do município, seria muito pertinente (Biblioteca 91, Q.28).

Algumas das bibliotecas que responderam “não” à questão apresentaram justificativas para o não recebimento de coleções completas de personalidades locais, como não haver espaço suficiente para abrigar as obras e a biblioteca não ter o perfil para ter esse tipo de coleção.

Hoje devido a Biblioteca não ter uma sede própria e ser em um prédio alugado, e passar por várias mudanças em diversos momentos, e ter um espaço limitado e não ter mobiliário suficiente fica difícil receber doações de livros e ainda mais uma biblioteca completa (Biblioteca 74, Q.28).

Hoje infelizmente a biblioteca não dispõe de espaço físico para receber esses acervos (Biblioteca 177, Q.28).

Não é nosso foco ser uma instituição de memória, mas poderíamos encaminhar para outra biblioteca da rede que tenha esse enfoque (Biblioteca 156, Q.28).

Dispomos em nossa cidade de um Centro de Memória que recebe esse material [...] (Biblioteca 183, Q.28).

Hoje não temos mais condição de aceitar porque não temos espaço físico para isso (Biblioteca 185, Q.28).

Em casos de bibliotecas que responderam “talvez” à questão, 57 bibliotecas responderam que seria necessário a análise sobre a possibilidade em receber estas coleções completas de personalidades locais, considerando o estado de conservação das obras, a temática delas, o perfil da personalidade, dentre outros critérios.

Haveria a necessidade de averiguar se os livros atenderiam aos objetivos da Biblioteca (Biblioteca 224, Q.28).

Depende de análise, quantidade e qualidade do material, condições de recebimento e compromissos a serem assumidos, ou não, para com o acervo doado (Biblioteca 238, Q.28).

Talvez, receberíamos apenas se fosse referente a história do bairro por se tratar de uma demanda local, outras coleções teríamos dificuldades por falta de espaço (Biblioteca 19, Q.28).

Algumas bibliotecas apontaram expressamente as políticas de desenvolvimento de coleções como base dessa análise.

Seria necessário analisar o acervo, muitas vezes um acervo particular tem muita Balsa, livros didáticos escolares e livros danificados com fungos. Antes de aceitar qualquer doação temos uma política, depois que o livro entra na biblioteca fica difícil para fazer um descarte ou uma permuta devido a burocracia de um setor público (Biblioteca 5, Q.28).

Seria feita uma análise pela equipe, verificando o estado físico e o conteúdo das obras se estão de acordo com as políticas de desenvolvimento de coleções do sistema de bibliotecas (Biblioteca 192, Q.28).

Sim, contudo a indissolubilidade da coleção estaria associada a Política de Desenvolvimento de Coleções vigente (Biblioteca 216, Q.28).

Por fim, cinco bibliotecas já sinalizaram que se recebessem as coleções de personalidades locais, as obras não seriam separadas no acervo.

Sim, mas não colocá-la em local separado dos demais. Recebemos mas as obras serão acondicionadas de acordo com o conteúdo e tipo de suporte (Biblioteca 258, Q.28).

Na questão 29, relacionada ao depósito legal, foi esclarecido no questionário em nota que: “Uma biblioteca depositária é aquela que recebe e reúne determinada produção bibliográfica. Nas bibliotecas municipais, a função depositária se dá na salvaguarda da produção e da memória regional, reunindo e guardando a produção da cidade e/ou Estado”.

Com relação ao questionamento das bibliotecas terem o papel de depositárias de obras da região, 46 (17,69%) bibliotecas responderam ter essa função, já 214 (82,31%) bibliotecas responderam não serem depositárias. Contudo, somente 5 destas bibliotecas enviaram legislação que transformam estas instituições em depositárias legais. Das legislações enviadas, duas não foram identificadas como de depósito legal. Todas foram consideradas na análise documental no Capítulo 4.3.

Também foi questionado às bibliotecas públicas se as obras adquiridas a partir do papel de depositária possuem tratamento diferenciado do acervo geral. Nesta questão, 12 bibliotecas que responderam positivamente à questão 29, deixaram a resposta em branco, enquanto 21 disseram que estas obras ficam separadas do acervo geral e 13 as mantêm junto a ele. Quanto àquelas instituições que mantêm as obras oriundas do depósito legal junto ao acervo geral, seguem alguns dos relatos sobre o tratamento que os títulos recebem na biblioteca:

Alguns exemplares são destinados a compor o acervo de materiais do Programa Municipal de Cultura (Biblioteca 27, Q.31).

Há um destaque para os autores locais (estante temática) (Biblioteca 148, Q.31).

Não. O livro será catalogado de acordo com o assunto (Biblioteca 5, Q.31).

Sempre pedimos 02 exemplares, 01 fica na guarda permanente e outro para a circulação dos leitores (Biblioteca 202, Q.31).

Também existem situações em que o livro com origem no depósito legal recebe alguma informação complementar durante o processamento técnico, que, se destaca de outras obras do acervo.

Na lombada incluímos as iniciais do município antes da CDU e a guarda é em local específico (Biblioteca 174, Q.31).

Recebem no Sistema de Automação a nomenclatura de [Sigla do Estado] Reserva, e tarjas verde-vermelha junto à etiqueta de identificação do material (Biblioteca 244, Q.31).

E há também o tratamento diferenciado na salvaguarda do acervo, conforme os exemplos abaixo:

[São] armazenadas em um depósito para redistribuição para outras bibliotecas do estado por meio do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas [do estado] (coordenadoria) (Biblioteca 46, Q.31).

Acervo condicionado à parte dos demais livros (Biblioteca 224, Q.31).

Elas são acondicionadas numa sala específica (Biblioteca 87, Q.31).

Ficam na coleção de memória local (Biblioteca 117, Q.31).

Sim, Estantes separadas, livros esgotados não circulam, são utilizados somente dentro da biblioteca (Biblioteca 115, Q.31).

Sim, ficam na Divisão de Documentação [do Estado] (Biblioteca 184, Q.31).

Ao serem questionadas sobre a documentação relacionada ao desenvolvimento de coleções, a maioria das bibliotecas afirmaram não possuir este documento, totalizando 222 (85,4%) bibliotecas que não possuem um desenvolvimento de coleções formalizado, enquanto apenas 38 (14,61%) bibliotecas responderam possuir tal documentação. Aquelas documentações compartilhadas pelas instituições foram analisadas no Capítulo 4.3.

Esta quantidade apresentada pelas bibliotecas públicas pode ser justificada pelo estudo do desenvolvimento de coleções no país. Embora o campo tenha surgido nos Estados Unidos na década de 1960, no Brasil, a disciplina consta no currículo mínimo de Biblioteconomia de 1982, espaço disciplinar este que preconiza a necessidade de as instituições formalizarem o processo em políticas.

Com relação ao orçamento destinado às bibliotecas públicas, 233 (89,61%) instituições responderam que não existe um orçamento para a biblioteca, demonstrando o descaso do setor público para com a cultura e, em particular, para com as bibliotecas públicas. Mesmo a pergunta tendo sido feita considerando a compra de documentos para as coleções especiais, a maioria das instituições respondeu pelo acervo como um todo. Apenas 25 (9,61%) bibliotecas responderam ter orçamento, e 14 informaram os valores exatos ou aproximados que recebem anualmente. Duas instituições não responderam a questão. Abaixo seguem alguns exemplos de respostas daquelas instituições que alegaram não ter orçamento

Não temos orçamento para aquisição de livros de espécie alguma (Biblioteca 247, Q.34).

Não temos orçamento para esta modalidade (Biblioteca 202, Q.34).

Não temos verba oficial nem regular (Biblioteca 31, Q.34).

Algumas bibliotecas apontaram não ter verba específica, mas conseguir comprar itens por meio de algumas modalidades de arrecadação, como nos exemplos abaixo:

A biblioteca adquire livros com valores arrecadados através de inscrições e renovações de carteirinhas e multas (Biblioteca 38, Q.34).

Não. As compras são feitas quando os projetos culturais e educativos são aprovados. Primeiro realizamos um estudo de usuário, dos livros mais emprestados durante o ano, das temáticas mais procuradas pelos usuários. Também vai depender do tipo de projeto aprovado (alguns contemplam equipamentos tecnológicos, mobiliários e livros) (Biblioteca 161, Q.34).

O recurso provem da feira do livro que tem uma média de 12 mil. Orçamento apenas quando sobre verba do fundo de cultura (Biblioteca 174, Q.34).

Em alguns casos, o processo de compras é centralizado, sendo executado pela instância superior à biblioteca ou pela coordenação da rede de bibliotecas.

Seguem alguns exemplos:

As compras são feitas anualmente pela Secretaria de educação e há compras direcionadas esparsas, como a realizada nas Bienais que temos uma quantia para compra (Biblioteca 192, Q.34).

Entra no orçamento da Secretária de Educação, sem valor estipulado (Biblioteca 166, Q.34).

Fazemos parte de uma rede de bibliotecas municipais onde as aquisições são centralizadas. Os bibliotecários fazem sugestões de aquisições e não temos acesso aos valores de verbas (Biblioteca 191, Q.34).

Não, as compras são realizadas de forma centralizada para todas as unidades da rede e tem orçamento variável a cada ano (Biblioteca 156, Q.34).

Não, as compras são realizadas para toda a rede e o orçamento é variável a cada ano (Biblioteca 155, Q.34).

Não, nós dependemos do orçamento da Secretaria a qual a Biblioteca está vinculada (Biblioteca 258, Q.34).

O orçamento é unificado e atende a toda a Secretaria de Cultura, porém as compras são efetuadas, praticamente, em caráter mensal, em torno de 120 livros são adquiridos em média (Biblioteca 66, Q.34).

Como informações adicionais de situações não contempladas no restante do questionário, algumas bibliotecas relataram uma série de dificuldades com a aquisição de obras e ampliação do acervo, além de situações em que houve perda de obras, conforme os exemplos abaixo:

A biblioteca "forma acervos" a partir de doações de cidadãos comuns. Não recebia até julho de 2021 verba alguma para aquisições. Este mês, começará a receber uma verba mensal de R\$1000,00 para aquisições mais urgentes de livros. Estou bibliotecária aqui há 5 anos. Será feita uma primeira licitação para aquisição de livros (por mim) este ano (Biblioteca 229, Q.35).

A maior dificuldade de nossa biblioteca é a pouca valorização da biblioteca, a não valorização nos deixa com poucos recursos e uma biblioteca com acervo (Biblioteca 112, Q.35).

As nossas coleções (exceto a Infantil e alguns itens dos Audiolivros) foram adquiridas através de doações (Biblioteca 209, Q.35).

Quero registrar que a biblioteca sofreu uma grande perda de acervo devido a entrada de chuvas torrenciais no telhado quebrado há anos e, infelizmente estamos num momento delicado de reforma e reestruturação. Hoje o espaço se encontra sucateado e com sentimento de frustração e saudosismo. Quanto a parte física o poder público se posicionou e a reforma está acontecendo. Caso tenha condições, gostaria de pedir apoio a Universidade nos enviando qualquer tipo de contribuição para retomada dos trabalhos em 2022. Reconheço o valor e a potência que a UNB tem e para nós e seria uma alegria tê-los como parceiros nesse recomeço. Grata por contribuir [...] (Biblioteca 248, Q.35).

Entre outras dificuldades relatadas pelas instituições, enquadra-se a ausência de profissionais capacitados para a gestão de bibliotecas, ou mesmo a brevidade do contato com as coleções:

A Biblioteca [...] ficou por um tempo sem bibliotecário e agora está passando por reestruturação. Responder a este questionário ajudou a clarear ainda mais a importância dada às coleções. Obrigada (Biblioteca 92, Q.35).

Estou a pouco tempo na biblioteca, não possuindo conhecimentos sobre as coleções existentes (Biblioteca 228, Q.35).

Também tiveram instituições que informaram ser o arquivo histórico ou centro de memória da cidade o órgão responsável pela guarda de obras vinculadas à memória local, conforme os relatos abaixo:

A biblioteca está atenta às doações que são triadas além das diretrizes universais (condições físicas, pertinência, etc.), observamos o vínculo com a história da cidade e regional. Quando encontramos documentos desse teor, encaminhamos ao nosso arquivo histórico. Já encaminhamos, dessa forma, muitos documentos para o arquivo. Gostaria de acrescentar que, em relação ao questionário, poderia se perguntar se na cidade em que está a biblioteca, há um arquivo histórico. Pois, como no nosso caso, não somos depositária, mas somos um canal de recolhimento para o arquivo histórico e que é o real depositário. Grato e boa sorte (Biblioteca 64, Q.35).

Estamos num espaço muito pequeno e os acervos históricos, obras raras e particulares ficam sobre a responsabilidade do Centro de Memória da cidade. Esse espaço atende pesquisadores de várias áreas e o público em geral (Biblioteca 182, Q.35).

No mesmo prédio em que a Biblioteca pública está instalada encontra-se, instalado, o Arquivo Histórico Municipal. As obras raras

que recebo encaminhado para o Arquivo Histórico. Assim muitas das Coleções Especiais são encontradas no Arquivo Histórico e no Museu Histórico. Priorizamos o acervo literário que tem uma maior demanda pelo público (Biblioteca 259, Q.35).

As bibliotecas ainda aproveitaram a questão 35 para trazerem informações específicas sobre a história da instituição, do acervo, de coleções específicas, da política de desenvolvimento de coleções, ou de detalhes sobre a rede de bibliotecas na qual está vinculada. Seguem alguns exemplos destes relatos:

A Biblioteca é oriunda da Biblioteca Popular [...], fundada por Joaquim Manuel de Macedo no século XIX. Atualmente, é subordinada a Secretaria de Cultura, porém normalmente é subordinada a Secretaria de Educação. Até 2020, o corpo de funcionários era formado por professores e profissionais readaptados. Sua organização, por muitos anos, teve como objetivo atender as demandas escolares. Desde 2017 que esse perfil vem sendo modificado. O acervo originário da biblioteca ainda está guardado no Centro de Memória (Biblioteca 230, Q.35).

[A cidade] ficou conhecida como a 'cidade do livro', por conta do seu patrono no início dos anos 80, lançar uma campanha para arrecadação de livros onde quem doasse mais viraria nome de avenida, rua ou beco. Desta forma, chegaram muitas coleções particulares muito especiais e num volume muito grande, onde o total de livros da biblioteca ultrapassou o número de habitantes. Com o crescimento acelerado da biblioteca, em meados dos anos 2000, foi adquirido um prédio histórico ao lado da biblioteca e criado o Centro de Documentação Histórica [da cidade]. Neste C.D. enviamos todo o acervo raro da biblioteca, livros, objetos e as bibliotecas particulares; o local também recebeu todas as atas da Câmara Municipal anterior a fundação da cidade; toda a coleção do Jornal [...] com edição ininterrupta desde 1938 e detém a guarda permanente do Arquivo Histórico da Cidade. O C.D. dispõe de cuidados físicos e ambientais para controle de agentes degradantes das obras, mantém a Biblioteca Digital da cidade e um laboratório de conservação e reparos. Então quando eu respondo sobre a existência de materiais especiais, estão todos neste prédio. Mas fazem parte do acervo e catálogo da biblioteca. No ambiente da Biblioteca o que está a disposição do leitor em geral estão a Coleção de Obras de Referência, Museu Literário, Seção de Autografados e Obras em Braille (Biblioteca 202, Q.35).

A biblioteca possui Hemeroteca com temas relacionados ao município, como política, economia, população, meio ambiente, saúde, educação, personalidades, patrimônio, cultura, artes, esportes, etc (Biblioteca 77, Q.35).

Criamos o espaço "Relicário" o qual guarda coletânea de objetos, artesanato, telas e livros gentilmente doados pela comunidade [...] (Biblioteca 8, Q.35).

A Política de Desenvolvimento do Acervo foi criada no momento da minha chegada a Biblioteca que a muito tempo não tinha um profissional graduado/qualificado e ela privilegiou o descarte (Biblioteca 18, Q.35).

Acredito que as Bibliotecas ligadas aos CEUs, como a nossa possuem pouca autonomia para adequação e desenvolvimento de coleções apropriadas, assim vivemos por meio de doações, compras feitas para Salas de Leitura (que não atendem parte de nosso público) e verbas esporádicas (Biblioteca 189, Q.35).

Nossa biblioteca faz parte de uma rede de 22 bibliotecas municipais de acesso público geridas pela Fundação Municipal de Cultura que é vinculada à Secretaria Municipal de Cultura que é um órgão da Prefeitura Municipal [da cidade] (Biblioteca 155, Q.35).

Estes apontamentos permitem que sejam observadas as diversas realidades em que se encontram as bibliotecas públicas brasileiras, demonstrando como se torna complexa a tarefa em identificar padrões de processos de gestão e desenvolvimento de coleções em uma área tão extensa quanto o território brasileiro, em que as bibliotecas apresentam vivências muito diferentes entre si.

O próprio estudo da Biblioteconomia não apresenta a diversidade apresentada nestas respostas. A profusão de estudos sobre formação e desenvolvimento de acervos não parece estar sendo suficientemente clara sobre o que são acervos de memória, coleções especiais, processos e políticas para aquisição de acervos, dentre outros temas relacionados.

4.2 Entrevistas com os gestores

Na entrevista com os gestores foi possível explorar as questões relacionadas à motivação para a criação de coleções de memória em suas bibliotecas, com foco na memória local ou regional, tanto a nível estadual quanto a nível municipal.

Ao se questionar sobre as motivações que os gestores veem nas bibliotecas públicas para formarem coleções de memória, eles pontuaram em consenso, a importância da salvaguarda da memória no sentido de preservar as informações que essas obras que tratam da memória local ou regional contêm. Os gestores pontuaram também como são democráticas as bibliotecas públicas, sendo apoio no processo educacional e cultural do cidadão de sua cidade ou estado, proporcionando fonte de pesquisa para a comunidade, além de representar a comunidade a partir de coleções que abordem sua localidade, cultura e história.

Para mim, guardar a memória é sempre importante, né? E as bibliotecas públicas, eu vejo, como a escolha mais lógica para fazer esse papel. Isso se deve ao fato das bibliotecas serem, pra mim, as públicas seriam o tipo mais democrático que existem e por isso a preocupação na guarda da memória local é importante. [...] Como por exemplo, os arquivos, como aqui tem o arquivo da cidade, eles não são tão democráticos igual uma biblioteca. Então nesse sentido a biblioteca acaba, e a pública, acaba sendo a melhor para esse tipo de coisa [...] (Gestor A, 2022).

Essas considerações do gestor trazem uma realidade já identificada a partir do questionário aplicado às bibliotecas públicas, de se ter nas cidades instituições com a salvaguarda da memória local como arquivos e centros de memória. Porém aponta também o papel da biblioteca em democratizar essa memória, não sendo somente um espaço de guarda, mas também de acesso e disseminação dessas informações.

Basicamente, é uma das fontes principais pra preservação, fontes principais de processo educacional e cultural do cidadão, assim preservar essa memória documental histórico e social, adquire importância para a história do patrimônio público, independente de onde seja preservado. A preservação ela constitui-se como importante recurso didático para professores, alunos e bibliotecários, os quais se envolvem diretamente no ensino-aprendizagem no uso das instituições como os museus, os arquivos e as bibliotecas (Gestora B, 2022).

Bom, a motivação que eu vejo como gestora e por ser bibliotecária é que a obra, coleções de referência, como o nome já diz ela traz referência de muitos autores, de muitas personalidades importantes que já passou, que já se foram e que deixaram seu legado. E isso é muito importante. Como é que a gente vai fazer uma pesquisa de ideias maravilhosas que já passou, da escrita, do pensamento, sem haver essa abordagem do passado pra pesquisar o presente agora e provavelmente o futuro? Então esta motivação que eu vejo, como gestora, de ter uma coleção especial. Porque na minha biblioteca eu tenho os dois, obras raras que é completamente diferente e coleções especiais, né, que posteriormente essa coleção especial também vai para as obras raras. Né? Isso a gente já sabe. Tendo esse cuidado, é uma coleção que vai virar obras raras. Então essa é a motivação, é a guarda da memória de autores, personalidades, de assuntos que a gente precisa (Gestora C, 2022).

[...] a maior motivação, primeiro é preservar a informação que a gente entende que temos materiais bibliográficos que guardam informações preciosíssimas, né? Tanto no nível de itens que são considerados raros e valiosos, né, como coisas do acervo corrente, por exemplo, Jornal a tarde que eu te citei. O primeiro número dele é de 1912 e nós temos a coleção completa, é, duplicada. Nós temos uma coleção leitor e uma [que é da] coleção. É aquela que

notadamente não deveria ser utilizada, não deveria ser mexida, porque você tem um disponível para o leitor. Mas com o passar do tempo, e não havendo uma política forte de preservação que implique não só com a conservação, mas também um processo de restauro quando é necessário, essas obras começam a ter um desgaste físico mecânico muito grande e ela começa a, pela fragilidade da época, até pelas condições climáticas né, o papel começa a se fragilizar então nós começamos a perder, ter uma perda de informação, ou, não perda mas às vezes, o papel ele começa a se degradar e fica ali naquele pacote que a gente, tem um formato de guarda de pacote, no papel neutro, barbante neutro, esperando um momento do projeto de restauro. Então quando a gente pensa na memória, principalmente, eu acho que a principal preocupação na verdade é você preservar informações que notadamente você não encontra num circuito comum, num circuito comercial, na internet. Você tem coisas que somente a biblioteca possui. Nós temos aqui, por exemplo, informações no acervo raro que somente esta biblioteca possui. [...] Então assim, essa coleção de memória é de uma importância, inclusive agora estou na fase de planejamento querendo fazer um trabalho pra que a gente trabalhe em cima desta memória como curiosidade para atrair pessoas para fazer pesquisa, ou novas pesquisas, ou desenvolver pesquisas que estão sendo pensadas mas ainda talvez não tenha um direcionamento por falta de material. Né? Então, nesse sentido, no sentido da preservação da memória da informação, eu acho extremamente importante que as bibliotecas se preocupem com essas coleções (Gestor D, 2022).

Como gestor acho que é fundamental que se constitua essa memória bibliográfica, que ela que reflete mesmo a cultura daquela comunidade. Além de proporcionar essas fontes de informação também pra comunidade. Eles se identificam muito com aquilo que está ali, sabe? Eu, por exemplo, moro [na cidade], nascido e criado aqui. Se eu ver um livro sobre a história da minha cidade, isso vai me agregar muito. Então, acho que isso é fundamental e também para constituir a memória bibliográfica pra que fique pra posteridade, pra que a gente possa garantir a salvaguarda dessas obras (Gestor E, 2022).

É uma situação pra nós que é interessante trabalhar com esse trabalho de memória, principalmente nas personalidades que a gente foca muito pra questão dos pioneiros. E aquelas pessoas são envolvidas naquela questão além da intelectualidade, mas do envolvimento cultural da nossa população local, então em princípio a gente tem essa necessidade de trabalhar essa memória no espaço das bibliotecas, não só a estadual, mas também dos municípios, mas sentimos muitas dificuldades devido o espaço, pra alocar, alojar o material dessas pessoas (Gestor G, 2022).

No entanto, ao defender estas coleções nas bibliotecas públicas o Gestor A informa que é necessário desenhar uma política de desenvolvimento de coleções “[...] já que o espaço vai crescer, o espaço sempre é um problema para as

bibliotecas e as coleções crescem então é sempre importante se atentar pra isso.” (Gestor A, 2022)

O Gestor D compartilha a experiência que teve de modo a elucidar a importância das coleções especiais em bibliotecas públicas:

As motivações. Bom, veja só, primeiro a gente tem que pensar que a memória é algo de extrema importância e eu já posso começar aqui com você, já trazendo uma experiência que eu vivi ontem. A gente, nessa questão de achar que hoje em dia, não digo nós bibliotecários, mas eu digo a sociedade de uma forma geral, tem uma falsa sensação de que biblioteca e internet hoje não convivem mais. A internet hoje tem tudo e resolve tudo e você acha tudo. Ontem eu recebi aqui uma televisão local filiada da rede Globo, que chegou sem solicitar a gravação, né, do que eles gostariam. E aí eu tive que descer pra recebê-los, entender, já que eles vieram sem avisar a gente teve que fazer toda uma entrevista, vamos dizer assim, pra entender, porque você sabe que pra fazer gravações internas, tem que saber qual é o motivo. Na verdade, na verdade era uma pesquisa sobre futebol, eles estavam pesquisando, eles queriam falar sobre futebol em independência, então há uns 150 anos, em junho de 72, teve um jogo aqui [no estado] que foi Argentina e França se eu não me engano. E aí o que acontece, eles precisavam de uma matéria sobre esse jogo, porque teve uma pessoa que pegou uma bola no jogo, essa pessoa é um jogador de um time local [...], e essa pessoa foi localizada pela reportagem e a pessoa tinha a bola guardada. Eles queriam fazer uma entrevista e uma matéria com essa reportagem da época. Era um jornal local que nós temos armazenados desde o primeiro número de 1912, o jornal bem conhecido aqui [no estado], o Jornal [...], e eles precisavam do Jornal de junho de 72, né? E eles disseram que buscaram exaustivamente e olha que a TV [estado] ela tem uma central de documentação de CEDOC, que tem bibliotecários trabalhando inclusive e não conseguiram localizar absolutamente nada. Aí é que eu vi realmente, claro que a gente já sabe, mas eu tive naquele momento a certeza do quanto a gente tem que preservar a memória. O quanto a gente tem que colecionar essa memória e o papel das bibliotecas públicas frente a isso (Gestor D, 2022).

Esta experiência mostra parte de uma memória coletiva relacionada a um evento esportivo de relevância para a cidade, que estava presente nas notícias locais de um jornal local preservado pela biblioteca estadual.

Ao longo da entrevista é reforçado a situação das bibliotecas quanto ao recebimento de doações. As bibliotecas estaduais apresentaram uma realidade de apoio às bibliotecas municipais, em que algumas bibliotecas estaduais buscam enviar kits de acervos às bibliotecas municipais. Mas essa reunião de obras locais pode encontrar dificuldades em estados que existe depósito legal, em que o envio é centralizado na maior biblioteca do estado, sendo enviados exemplares às

bibliotecas municipais apenas quando excede o número obrigatório para guarda na biblioteca central.

Outro fator percebido nas entrevistas com os gestores foi o papel e a importância de projetos e leis de incentivo à cultura no encaminhamento de obras de autores locais para as bibliotecas, geralmente colocando esta condição, do envio de exemplares para bibliotecas, como contrapartida para que haja o apoio dos governos federal, estadual, municipal e distrital, inclusive com casos a partir da Lei Aldir Blanc, que auxiliou a classe cultural em período pandêmico²².

Possuímos obras financiadas pelo FAC, Fundo de Apoio à Cultura, entre os contemplados na categoria de literatura são autores locais. Atualmente, criamos uma coleção especial destinada a esta produção (Gestor A, 2022).

Agora uma outra questão é que esses autores da lei, que participaram do edital da lei Aldir Blanc foram, esse edital foi pensado basicamente porque o pessoal da cultura foi muito prejudicado com a pandemia em 2020. Então vem o edital em 2021 e aí ele destina que só local é que são contemplados, é que podem participar desse edital. E aí o Sistema Estadual que não é a Biblioteca Estadual, o Sistema Estadual recebe todo esse acervo de 86.000 exemplares e aí ele distribui pra 443 bibliotecas municipais e comunitárias. E aí como nós somos bibliotecas na [capital do estado], a gente também é considerada uma biblioteca municipal que faz parte do Sistema Estadual, que aqui a gente é considerado como cabeça do sistema, como se fosse a mãe de todas as outras bibliotecas municipais. Quando ele faz essa distribuição, nós recebemos parte desses que foi 86.000 dividido pra 443 [...]. Então quando a gente recebe essa quantidade de exemplares de autores [do estado] e de editoras [do estado], a gente é contemplado por causa do edital. As bibliotecas municipais são contempladas também por causa do edital [...] (Gestora B, 2022).

Mas o que da biblioteca, por exemplo, daqui dos nossos autores regionais, nós temos o Edital de Literatura [do Estado], que é o que promove uma ajuda aos nossos autores, ajudar a publicar o livro dele, em contrapartida, uma certa quantia, por exemplo, do ano passado foi R\$ 30.000,00, cada autor recebe, não fala todo porque é passado por um critério de seleção, avaliação, aí desses autores são selecionados na área de poesia, prosa, romance, ficção, inclusive contação de história, mediadores de leitura. Então são contempladas essas áreas. Quando ele recebe essa quantia, já é determinado que ele tem que enviar pro Sistema [Estadual de Bibliotecas Públicas] 1.000 exemplares. O Sistema Estadual faz a entrega para outras bibliotecas (Gestora C, 2022).

O que a gente recebe muito aqui hoje são doações via projetos, né, tipo PRONAC onde as pessoas elas têm que fazer doação e

²² Em 11 de março de 2020, a COVID-19, doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

normalmente doar para bibliotecas públicas, então a gente recebe constantemente (Gestor D, 2022).

O que nós temos aqui são os livros que são feitos com recursos das leis de incentivo à cultura, sobretudo da lei estadual de incentivo à cultura daqui [do estado], que obriga aquela pessoa que produz um livro, uma obra com aqueles recursos, que ela doe uma parte desse acervo, uma parte mínima, mas às vezes chega 200 itens (Gestor E, 2022).

[...] o Sistema Estadual [de Bibliotecas Públicas] e a gente encaminha para as bibliotecas municipais, então eles trazem aqui para a gente encaminhar e já deixam aqui também os depósitos tanto das leis de incentivo estaduais, municipais e das Rouanets também. Então tudo é depositado. A gente tem bastante essa preservação da memória na Biblioteca Pública por causa tanto do Sistema quanto do Depósito de Direitos Autorais. [...] a gente encaminha. Até agora nós estamos fazendo um trabalho junto com os prefeitos pra que eles venham a [capital], quando eles vêm pra outros assuntos políticos, que eles venham a Biblioteca Pública buscar essas obras. E a gente está fazendo um bom trabalho, inclusive esse mês já tivemos acho que a visita de 5 municípios, nós temos 482 bibliotecas públicas municipais ligadas ao Sistema [Estadual de Bibliotecas Públicas], coordenada pela Biblioteca Pública. Só esse mês de março a gente já teve 5 bibliotecas que vieram buscar materiais aqui e a gente envia também pelo correio. [...] Aqui [no Estado] acho que está funcionando bem (Gestora F, 2022).

Olha, uma outra situação, antigamente nós recebíamos várias doações de livros [...]. Então o que é que nós estamos trabalhando? Com as doações locais, sensibilizando a população, em vez de comprar um livro novo, lançamento pra fazer doação pra biblioteca. E os autores locais, trabalhamos muito essa questão, de por exemplo ele fazer o lançamento do livro dele aqui, ou ele estar aqui conosco todos os dias, conhecendo os espaços, e também fazendo as rodas de conversa com seus pares e a gente sensibiliza da necessidade deles fazerem doações dos livros deles para a biblioteca, de pelo menos 2 a 5 livros para o nosso acervo. Então, por que? Porque nós não temos recursos pra comprar livros e livros que vinham da Biblioteca Nacional não vem mais. Agora que estão surgindo alguns livros por projeto, com a Lei Aldir Blanc e que há a necessidade da contrapartida. Mas tirando isso você não vê mais, a não ser a doação pelos autores (Gestor G, 2022).

Das sete bibliotecas representadas nesta etapa de pesquisa, três possuem legislação específica para depósito local no estado. Destas três, uma relatou que não há o pleno cumprimento da lei, que existe já há quatro décadas. No que diz respeito ao recebimento homogêneo pelo estado de obras previstas no depósito legal da biblioteca, a Gestora B entende que ele está acontecendo normalmente, cumprindo a obrigatoriedade, não existindo problemas para distribuição dos

exemplares pela biblioteca de base, àquelas que estão localizadas em cidades mais distantes.

A Gestora B relatou que apesar do recebimento homogêneo de obras caracterizando o cumprimento da lei de depósito legal estadual, a distribuição dos exemplares posteriormente para as bibliotecas municipais pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, não tem uma homogeneidade, visto que o acervo distribuído tem obras de todas as áreas do conhecimento, que interessam a algumas bibliotecas e não a outras, ou também pela quantidade de exemplares recebidos, que por vezes, não são suficientes para distribuição a todas as 423 bibliotecas do estado. Já a Gestora F acredita que as instituições governamentais mais próximas à biblioteca cumprem melhor a determinação do depósito legal, visto que só essa categoria tem obrigação de envio das obras que produz para a biblioteca estadual, sendo em sua região um recebimento heterogêneo. Contudo, nesta biblioteca há um escritório que trata das questões de Direitos Autorais onde, em razão disto, conseguem contato com os autores locais, onde são solicitados exemplares de suas obras para a biblioteca.

[...] temos a vantagem que nós temos uma representação do Escritório de Direitos Autorais da Biblioteca Nacional. Então os autores vêm fazer os registros de Direitos Autorais e a gente já deixa claro que nós temos o depósito legal aqui, que eles devem deixar a obra deles, as obras aqui depositadas no acervo da Divisão [...]. Então a gente tem uma boa preservação da memória do [Estado] aqui na Biblioteca Pública. [...] A gente tem muita sorte de ter esse escritório de Direitos Autorais bem do lado da Divisão [...], até que pertence à Divisão [...] então ela tem um bom contato com os escritores e tudo e eles já deixam depositado as suas obras, então é bem interessante. Esse contato com os escritores, eles depositam realmente suas obras na Divisão [...]. A gente tem um bom relacionamento com os escritores [do estado] (Gestora F, 2022).

Ao questionar como os gestores analisavam o depósito de produção local em bibliotecas públicas municipais e estaduais, os gestores se posicionaram dizendo ser importante a guarda da produção local, mas considerando as restrições de pessoal, espaço e orçamento que as instituições possuem, impedindo, por vezes, que este depósito imposto por força de lei.

Eu acho muito válido, desde que não seja imposto por alguma legislação que não considera estrutura e os recursos da biblioteca, né? Porque muitas vezes a legislação quer algo impossível. Um depósito legal como que... Vamos dizer, um depósito legal a nível local como a BN faz a nível nacional, eu acho impossível e nenhuma biblioteca vai ter esse tipo de recurso ainda porque esse espaço não

é infinito pra crescimento. Outro fator é a falta de recursos não só materiais, mas humanos também, né? Que as bibliotecas na maioria das vezes sofrem (Gestor A, 2022).

Assim, pra fazer cumprir a lei de depósito legal, essas publicações elas são remetidas para a biblioteca pública estadual que é a detentora, que é a instituição que é responsável para fazer essa preservação. O acervo das bibliotecas municipais eles já são constituídos basicamente das doações que as bibliotecas, aliás, que o sistema de bibliotecas faz pra essas bibliotecas municipais. E aí você não tem o cumprir da lei de depósito legal, porque essa lei de depósito legal ela se refere basicamente a biblioteca pública estadual. As municipais elas são como se fossem células, né, braços da biblioteca estadual e aí ela não, a lei de depósito legal, ela não é para as bibliotecas municipais, Ela é direcionado, como diz o decreto, que a biblioteca pública estadual vai ficar responsável para receber esses exemplares dessas publicações (Gestora B, 2022).

Olha, o depósito da produção local ele é de fundamental importância, porque além da gente estar valorizando os nossos autores, regional, local, seja do estado ou só do município. Como a biblioteca é pública estadual ela engloba todos os nossos autores, estaduais. Aí veio do próprio município, né? Então, ele é importantíssimo, porque a gente divulga, se torna parceiros desses autores, porque eles têm poucas condições quando eles conseguem divulgar o seu material, aí vem a demanda de você conseguir divulgar esse material. Então, a biblioteca se torna uma parceira. Então, os livros deles ficam à disposição na biblioteca, as pessoas vão passar a conhecer pelo empréstimo, né, e ter acesso a esse livro, esse material deles. Então, pra mim, é fundamental (Gestora C, 2022).

Nosso Sistema [Estadual] de Bibliotecas [Públicas], ele também coordena tecnicamente, supervisiona tecnicamente as bibliotecas municipais, então nós atendemos, fazemos um, inclusive já fui gerente do sistema e nós atendemos o estado com 417 municípios. Notadamente quando a gente faz a capacitação, a gente sempre orienta que se faça essa busca e esse depósito que na verdade não seria um depósito obrigatório, depósito legal, mas que se faça esse colecionismo pela importância que você tem de preservar a memória (Gestor D, 2022).

Então, a questão do depósito legal, a gente não tem aqui na Estadual [...]. Então a gente sempre tenta guardar na nossa biblioteca, se atender aos critérios da coleção também, que nós temos alguns critérios definidos. Pra formação dessas coleções e eventualmente enviamos também para o interior, para as cidades do interior, por meio do Sistema de Bibliotecas, então atende as bibliotecas municipais também. Mas assim a questão do depósito legal mesmo, que é uma lei, né? E é obrigatório, nós não temos não (Gestor E, 2022).

Também nas respostas a essa questão foi apontado o apoio das bibliotecas estaduais às bibliotecas municipais, a partir da coordenação dos Sistemas Estaduais

de Bibliotecas Públicas. Neste apoio, as bibliotecas promovem capacitação aos funcionários das bibliotecas municipais e repassam acervos a elas. E nessa atuação orienta-se a estas instituições sobre a importância das produções locais e da valorização dos escritores da cidade.

Existe uma orientação, dependendo do espaço que cada biblioteca tem. Porque a gente pensa numa biblioteca municipal, geralmente, ela está num prédio, numa sala de um prédio cedido pela prefeitura, ou dentro de uma escola da prefeitura, ou na sala de uma casa alugada pela prefeitura. Então, são bibliotecas que não tem muito espaço para ter uma distribuição específica do acervo. Por exemplo, nós somos um prédio de cinco andares. E aí isso é distribuído em vários setores. Então, a gente tem Setor Coleção [do Estado], a gente tem Setor de Obras Raras, a gente tem o Setor de Periódicos, a gente tem o Setor de Atualidades. A gente consegue pela nossa estrutura, fazer essa divisão. As bibliotecas municipais, na maioria das vezes, não têm como fazer isso. [...] A gente não tem nessas bibliotecas municipais nem comunitárias a obrigação de fazer uma separação do que é obra [do estado] [...], mas eles também recebem de uma forma ou de outra, esse tipo de obra para as suas bibliotecas. Não é uma distribuição que o estado faz para essas bibliotecas. É uma distribuição que é feita através do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas ou pela biblioteca estadual por excesso de exemplares que ela já tem daquela obra [...] (Gestora B, 2022).

Nosso Sistema [Estadual] de Bibliotecas [Públicas], ele também coordena tecnicamente, supervisiona tecnicamente as bibliotecas municipais, então nós atendemos, fazemos um, inclusive já fui gerente do sistema e nós atendemos o estado com 417 municípios. Notadamente quando a gente faz a capacitação, a gente sempre orienta que se faça essa busca e esse depósito que na verdade não seria um depósito obrigatório, depósito legal, mas que se faça esse colecionismo pela importância que você tem de preservar a memória. Então no curso inclusive a gente fala sobre isso, a gente dá exemplos sobre isso, pra que eles entendam que a necessidade da preservação da memória constitui hoje fonte de informação extremamente importantes para o município e que inclusive tenho outro exemplo bacana pra te trazer. Numa dessas visitas, numa dessas atividades que foi no interior, eu estava implantando uma biblioteca num município [...]. Ao chegar no município, eu encontrei no meio do acervo comum livros com características de obras raras. Chamei as pessoas e conversei, olha esse aqui é um livro com critério de raridade, tem informações aqui que são importantes, não diz respeito necessariamente a memória local, mas era um livro raro. Aí expliquei um pouquinho o que era livro raro e falei da responsabilidade da guarda com aquilo ali, porque na verdade num acervo comum ele iria se perder (Gestor D, 2022).

Eventualmente tem alguma capacitação com esse tema, porque as temáticas são muito variadas, mas eventualmente tem sim voltada para o acervo e também quem tiver dúvida lá no interior podem entrar em contato também, ou por telefone ou por e-mail que também

recebe essas orientações. E tem também as doações dos kits que são doados para o interior, para as bibliotecas do interior. Então tem essa intervenção, intervenção entre aspas, porque são autônomos. Estão sobre a responsabilidade do município, então não tem nenhum vínculo, é mais uma ajuda mesmo, uma assessoria que é prestada para esses profissionais [...] os bibliotecários são raros no interior (Gestor E, 2022).

Eu acho que sim. A gente procura sempre, porque a gente tem muito contato com as bibliotecas públicas municipais, o nosso Sistema [Estadual de Bibliotecas Públicas] é muito atuante. Inclusive agora em abril a gente vai ter um encontro de bibliotecas com uma região já. Então a gente procura fazer com que o pessoal foque muito nessa, nas obras locais, nas obras dos escritores locais, inclusive é nesse encontro que vai ser no município [...], a gente já tá convidando uma escritora local [do município] pra participar do encontro pra fazer um bate-papo. Então a gente procura focar nos escritores locais pra incentivar isso, para incentivar que os profissionais que trabalham nas bibliotecas valorizem a produção local também (Gestora F, 2022).

Das considerações sobre o depósito das obras no contexto legal, o Gestor A aponta que nem sempre a legislação é pensada na realidade das bibliotecas, o que é também apresentado por outros gestores com uma das dificuldades da lei se valer.

O recebimento de obras locais não é indiscriminado em algumas das bibliotecas aqui representadas, por exemplo, os gestores A e E ressaltam que as obras recebidas passam por processo de seleção, onde se vê a relevância delas para o acervo da biblioteca, não se caracterizando um recebimento automático, somente devido ao autor ser da cidade ou do estado.

Na questão sobre se as obras locais têm relevância diferenciada na formação dos acervos das bibliotecas públicas, a maioria dos gestores respondeu que sim. Para a Gestora B, a relevância deste tipo de obra é alta para sua biblioteca, visto que para ela existe o papel de salvaguarda de toda a produção do estado. Já a Gestora C ressaltava que este tipo de obra é importante, mesmo com pouco espaço nas bibliotecas, valendo a pena dar destaque aos autores locais, por exemplo. Mas nem sempre há espaço nas bibliotecas para a separação e preservação de obras locais, então essa ação depende dos recursos físicos, humanos e orçamentários disponíveis para a biblioteca.

Eu não posso dizer em relação a outras bibliotecas, eu vou dizer aqui acompanhando o desenvolvimento da minha, onde eu trabalho. Nós temos a nossa sala de coleções [do Estado] [...] Aqui nessa sala nós temos geografia, história, psicologia, sociologia, tudo na área de autores [do estado]. Então, deveria sim, mas isso como eu acabei de falar, não depende só do gestor, depende do espaço da biblioteca.

Você sabe que tem biblioteca que é só uma salinha. Por mais que ela seja, às vezes, estadual ou alguma coisa, as salas são pequenas, então isso vai depender do espaço. A biblioteca aqui [...] está num prédio [...] [que] tem dois andares. Dois andares, o de baixo e o piso superior. Na parte de baixo tem toda a biblioteca e em cima também. Então são várias salas, pelo prédio ser dividido em várias salas. Então nós temos a sala de coleção especial, o nosso tema, né, obras raras, indígenas, coleção afro. Então, dividiu as salas por áreas temáticas, por ter pouco espaço. As salas são pequenas. A sala, por exemplo, indígena e afro, elas são bem pequenas, então a gente colocou dependendo da ocupação do espaço. Dependendo das outras alas que é acervo de assuntos gerais que abrange todas as áreas do conhecimento e a área específica [do estado]. Então depende muito da biblioteca. A gente sabe disso. Mas é importante ter sim, acho que por mais pequena que seja a biblioteca, o gestor tem que saber colocar um pedacinho que vai destacar os nossos autores, sim, regionais e estaduais, dependendo do local (Gestora C, 2022).

Neste entendimento de que as bibliotecas municipais do estado têm autonomia para trabalhar suas coleções a Gestora B defende que o destaque das coleções de autores locais depende do profissional da biblioteca e do seu trabalho com o acervo, destacando também as limitações possíveis em relação aos espaços das bibliotecas.

A gente consegue pela nossa estrutura, fazer essa divisão. As bibliotecas municipais, na maioria das vezes, não têm como fazer isso. E o que que elas consideram, como é que elas podem distribuir esse acervo, deixar que alguma parte de uma estante ou alguma estante seja destinada a obras do [Estado]. É muito difícil porque nem sempre elas recebem esse tipo de obra. Porque essa doação dessas obras quem faz é o Sistema Estadual de Bibliotecas [Públicas], mas aí quando é doado às bibliotecas municipais, vai todo um acervo. Vai literatura brasileira, literatura estrangeira, literatura infantil, não necessariamente livros de autores [do estado]. Então para as bibliotecas municipais não tem essa destinação. Eles não têm esse papel de fazer a separação, essa estante, nesse local, nesse espaço, é só os livros de escritores [do estado]. Agora, cabe muito ao bibliotecário que está nas bibliotecas municipais, coisa que é muito difícil de a gente ter algum bibliotecário nas bibliotecas municipais, fazer esse trabalho de dinamizar o seu acervo, de fazer com que seu acervo seja conhecido pelo seu público, seus usuários. E aí entra o interesse dele de fazer, de divulgar as obras dos autores [do estado], né? Autores [do estado] contemporâneos, autores [do estado] tradicionais, conceituados, mas é um papel de dinamização do acervo fundamentalmente, quem faz é um bibliotecário e raramente nessas bibliotecas públicas municipais a gente tem um profissional para fazer esse serviço (Gestora B, 2022).

O Bibliotecário Gestor D relata a experiência do seu estado, em que existem bibliotecas públicas com a responsabilidade de salvaguarda da memória local,

sendo uma delas a biblioteca estadual, juntamente com o Arquivo Público. Neste sentido, este gestor reforça uma realidade verificada em algumas repostas apresentadas anteriormente, onde, em alguns estados, a guarda da produção local, no sentido de preservação da memória local e regional, se dá de modo compartilhado com outras instituições do estado, como arquivos e centros de memória.

[A biblioteca estadual] é um equipamento do governo que faz esse colecionismo, essa custódia. Então, aqui no caso de acervo bibliográfico, o Arquivo Público que está sobra a égide da mesma fundação que eu atuo. O Arquivo Público guarda a parte documental, né, ele faz a custódia da parte documental. Então é extremamente importante, por exemplo [...] nós temos coleções que estão dentro da Coleção Memória do Mundo da UNESCO²³ e temos coisas aqui por exemplo, diário de viajantes, que hoje são frutos de grandes pesquisas e que facilita encontrar algo que inclusive informações que servem de base para processos legais. Então a importância da preservação da memória ela é tem inúmeras finalidades. Vou citar mais uma de serviço que a gente faz aqui, por exemplo, o setor de jornais correntes, a gente tem pessoas que vem aqui por exemplo buscar informação que você não encontra em nenhum lugar, só no periódico, que vai facilitar, por exemplo, vai funcionar para aposentadoria, informações que vão funcionar para questão de espólio, porque lá atrás, a pessoa sofreu alguma coisa e perdeu alguma, digamos, alguma terra, se tem alguma coisa que publique, que tem lá, falando sobre aquilo. Então para montar processos legais, as pessoas buscam muito várias informações, é, boletim de ocorrência no Arquivo Público, são muito procurados. Então, aqui são matérias, notícias sobre determinados fatos, acontecimentos, para embasar processo, para embasar, digamos, pesquisas, teses e tudo mais. Então, assim, é tem várias funções essa preservação, é um desafio também, porque quando a gente vai falar em custodiar esse tipo de material você tem que também estar atendo à preservação e aí impacta também em ações e investimentos, que

²³ A UNESCO estabeleceu o Programa Memória do Mundo (Memory of the World Programme) em 1992. O ímpeto teve origem no aumento da conscientização sobre a condição lamentável de preservação e acesso ao patrimônio documental em várias partes do mundo. A visão do Programa Memória do Mundo é a de que o patrimônio documental mundial pertence a todos e deve ser completamente preservado e protegido por todos, além disso, com o devido reconhecimento e respeito por hábitos e práticas culturais, ele deve ser permanentemente acessível a todos, sem obstáculos.

A memória do mundo é a memória coletiva e documentada dos povos do mundo, ou seja, seu patrimônio documental, que representa boa parte do patrimônio cultural mundial. Ela traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das realizações da sociedade humana. É o legado do passado para a comunidade mundial presente e futura.

Grande parte da memória do mundo se encontra nas bibliotecas, nos arquivos, nos museus e nos locais de custódia espalhados por todo o planeta e, atualmente, uma grande porcentagem dela corre perigo. O patrimônio documental de numerosos povos tem se dispersado devido aos “estragos da guerra”, ao deslocamento acidental ou deliberado de acervos arquivísticos e coleções ou a outras circunstâncias históricas. Às vezes, obstáculos práticos ou políticos dificultam o acesso a esse patrimônio, enquanto que, em outros casos, as ameaças são a deterioração ou a destruição. (<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/information-preservation-brazil>)

you know that many times they do not occur in a satisfactory way as we would like (Gestor D, 2022).

Gestor A, however, understands that local works are relevant, but they do not have a differentiated relevance from the rest of the collection, since there are important productions that are not necessarily by local authors, considering that libraries have reduced space and the selection of works must be done thinking about the public.

[...] my opinion may be a little controversial. I don't think she has a differentiated relevance, but she is relevant. I think that the public library goes beyond this, this is a need to preserve and to make local works available. It is, but I believe that they have relevance, but that it is not something special, differentiated. Well, I don't, I think that it is not. It is because, differentiated, this term differentiated can be applied, she is a little differentiated, but not in the sense of being special. Well, I don't think that she is more special than other works that are not from that local. [In selection] I think that the local always weighs, if you have an author to preserve, but also the national can be, I don't say only the classics, but let's say a modern author who had a great projection, won an award, recognition, then I think that he overlaps the local (Gestor A, 2022).

Now Gestor E pointed out that these works have a differentiated relevance, but that the professional must think about the destination of these works in the collection and in the development of the collections, avoiding their forgetting. Or, for this manager, it is necessary to create a specific collection to encompass these works.

I think that it has, it has a lot of relevance, but that the library has to direct. It doesn't matter if you take a book from an author [from the state] and disperse it in the collection, then for example, in our library we have the collection [from the state], well, that are only by authors [from the state] or about topics that deal with the state [...]. Then it is a source of research very rich about our state and about the authors [from the state]. Then I believe that it should be done, it is important, but you cannot insert it in the collection in any way, you take that work and pulverize it, inside the collection, you have to have a direction for it to serve as a reference itself. And continue growing, well, and being developed over the years (Gestor E, 2022).

What is reinforced by Gestor G, who points out the importance of giving prominence to local works.

It is very important this. The collection of local production is a production that she was mixed inside the same space, the room of

ensino fundamental, médio e superior, que é um espaço de estudo e pesquisa do acervo. Ou então junto da sala circulante, que nós [adaptamos] também por sala temática. [...] Então nós resolvemos trabalhar, oportunizar mais e valorar mais o autor [do estado], nós criamos uma sala [do estado], só de produções da [região], principalmente as produções locais. Isso deu certo, porque é uma sala que é bastante procurada, essa sala de autores regionais e tanto é isso faz com que eles mesmo tomem a iniciativa, muitas vezes, de fazer a doação do livro (Gestor G, 2022).

Considerando o uso desses acervos de memória foi questionado aos gestores sobre o empréstimo e a consulta de seus itens pelos usuários, buscando verificar se os respondentes percebem que há um aproveitamento dessas obras como fonte de pesquisa ou para a construção de novos conhecimentos. Todos os gestores entendem que sim, mas destacando que muitas vezes esta consulta é feita por pesquisadores, de modo que se torna um acervo menos consultado que o de outras coleções.

Quando eu pensei nessa pergunta, eu pensei mais na Coleção [da cidade], porque as Coleções Especiais são muito recentes. A gente não teve ninguém procurando assim talvez pelo fato de precisar um pouco mais de divulgação desta coleção. Mas sem considerar a questão de números, quantitativo mesmo real, até porque a pandemia mudou muito essa questão do uso da biblioteca. Pensando um pouco antes da pandemia, o que eu percebo é que sim, que as obras são emprestadas e consultadas com certa frequência. E, com certeza, essa frequência aumentou depois que criou uma coleção só para isso. As obras sobre [a cidade] passaram a ser muito mais consultadas (Gestor A, 2022).

Ah, mas isso é sem dúvida! Nosso setor do [Estado], como falei anteriormente, ele tem uma média de 23.000 exemplares. E o setor do [Estado], ele é um dos mais buscados aqui na biblioteca, o seu público, o público que vai para o Setor do [Estado] fazer pesquisa, estudar, é um público basicamente de pesquisadores, orientadores, estudantes de doutorado, pós-doutorado. A média de empréstimo desses livros do setor é de 500 empréstimos. Ah é pouco! Não é pouco, porque a gente leva em consideração toda a questão da reabertura da biblioteca, a renovação do acervo, processamento técnico desses livros para colocar à disposição dos usuários, um acervo que as pessoas também já conhecem e o que é de novo, de publicação, aqui no [Estado], não vai para o Setor do [Estado] de início, logo, ele vai para um setor chamado atualidades e é esse setor de Atualidade que recebe as publicações recentes, o que não tinha no acervo da biblioteca e hoje tem. Então é o setor que recebe assim de cara essas obras. Mas quando o Setor do [Estado] recebe as obras que saem lá do Setor de Atualidades pro Setor do [Estado] você consegue perceber que mesmo ele já tendo sido consultado no Setor de Atualidades, pessoas vão procurar esses livros, esses títulos na sala do Setor do [Estado]. Há de fato uma procura, a gente não pode considerar, ah é uma procura expressiva, maciça, não.

Mas é um setor que de fato a gente ainda tem como sendo um dos mais procurados na biblioteca (Gestora B, 2022).

Olha, na questão já dos nossos autores regionais, que é os locais, né, a gente tenta promover a divulgação desse material para que as pessoas possam vir pegar, né, fazer uso desse material, da nossa literatura, por exemplo, que é o que mais sai. E nos demais, nós temos uma mídia que todo mês eu pego uma sala, essa sala temática que a gente tem, a gente tira a foto, e tenta divulgar o conteúdo que a gente tem. Olha só o que nós temos na nossa sala. Por exemplo, Sala [Estado] tem livros assim, assim, assim, assado. Pra pessoa ter conhecimento desse material, então a gente tenta. É o papel nosso, hábito constante chamando o leitor, o usuário, procurar manter ele informado do que que a biblioteca tem. Agora, referente a sua pergunta se é procurado a coleção de obras de referência, especial no caso, né, ela é procurada? É, mas não tanto igual as outras salas. A gente sabe que a procura dele é mais pelos historiadores. É, a gente tenta apresentar ela também, nas visitas guiadas, sim, a gente divulga, por exemplo, eu recebi ontem aqui 30 alunos. Aí a gente leva nas nossas salas, a gente apresenta, fala o que que é, inclusive a sala de referência e fala que é preservação da memória, né, e que quando eles quiserem fazer uma pesquisa, alguma coisa, eles podem vir a biblioteca que está à disposição. Mas ela em relação às outras ela é bem menos procurada, realmente (Gestora C, 2022).

Parte dos pesquisadores nos dão esse retorno, porque muitas vezes a pessoa vem fazer a pesquisa, mas ela não indica que essa pesquisa é uma pesquisa institucional ou fruto de algum trabalho, né? Então vem pesquisa e a gente não fica sabendo. Mas normalmente como a gente tem pesquisadores que já são habituais na biblioteca, eles nos dão esse retorno, tem materiais inclusive publicados que eles são revertidos para a biblioteca inclusive, né, porque são fontes que trazem, são materiais que trazem fontes pesquisadas e consultadas aqui. Então a gente tem parte das pesquisas nos dão esse retorno, sim. Parte delas, não todas, mas inclusive agora nós temos um pensamento de trabalho com direcionamento do nosso diretor geral da fundação, é, justamente para incentivar os pesquisadores que vem para nosso acervo, desenvolver palestras sobre aquele tema que ele está pesquisando, né, então, ou seja, ele vem fazer a pesquisa e aí poderá ter a oportunidade de palestrar sobre o tema que ele pesquisa e falar da importância da pesquisa e do acervo que ele está consultando e porque que esse acervo deve estar preservado, qual a importância dessa preservação, né? Então a gente está com essa, esse pensamento também de realizar ações também nesse sentido (Gestor D, 2022).

Sim, eu percebo que tem uma grande consulta, né. É um público mais distinto, mais especializado que consultam essas coleções. Qual foi a outra pergunta? Se é emprestado? Não é emprestado, essas coleções são só pra consulta local, sabe, até para garantir a salvaguarda e nós temos o setor de empréstimo também que é o carro chefe da biblioteca. As pessoas podem ir lá e fazer os empréstimos. Só que as obras raras e coleções especiais são só

para consulta local. Aí só aproveitando, a gente tem também a Hemeroteca Histórica que comporta jornais antigos aqui [da cidade], da região, aqui [no Estado]. Temos 853 municípios aqui, então além dessa coleção de livros, né, essas coleções especiais, a gente também tem essas coleções de periódicos que é desenvolvido pela Hemeroteca Histórica. E é sobre consulta local, também (Gestor E, 2022).

Nós temos muitos pesquisadores, porque a Divisão [...], onde fica a memória do [Estado] ela é muito consultada por pesquisadores, inclusive quando a biblioteca ficou fechada durante a pandemia, nós tivemos muitos agendamentos dos pesquisadores pra pesquisa do nosso acervo (Gestora F, 2022).

O Gestor G reforça que a partir da inclusão das obras locais em uma coleção específica e separada das demais, elas tiveram mais acesso.

[...] Então dessa maneira a sala hoje ela tem uma importância muito grande para os artistas, os alunos, e para principalmente os acadêmicos que utilizam muito esse espaço para pesquisas acadêmicas, sobre a história, sobre os trabalhos dos autores, não só os que estão em vida, mas principalmente dos pioneiros, tem muita coisa da nossa primeira geração que começa antes de 1943, com a criação do território federal do [Estado]. Então esse espaço ele atende também não só a literatura local, de autores [do estado], mas também boa parte da produção [da região]. Mas assim tem uma produção muito forte dessa sala que é dos autores [do estado atual e do antigo estado], tem de outros estados também, mas a gente vê a importância da sala que é muito procurada pra pesquisas e estudos e leitura (Gestor G, 2022).

Esta resposta dos gestores remete aos apontamentos de Dupont e Yakel (2013) no que diz respeito à dificuldade em justificar a manutenção das coleções especiais a partir do uso, tendo em vista que não permite uma métrica comparável aos acervos circulantes. Sua utilização é voltada para pesquisa e aprendizado, desta forma, quantitativamente, sua consulta tem um número consideravelmente menor do que outras obras da biblioteca, porém é uma pesquisa mais aprofundada e pontual, o que não a torna menos importante para a instituição.

Considerando o acesso também em meio virtual, a biblioteca do Gestor A está num processo de construir um acervo digital de memória institucional, buscando digitalizar, inclusive, acervos do órgão superior, procurando aumentar a preservação e divulgação dos acervos de memória. Os Gestores D, F e G, na busca pela preservação da informação, também têm projetos para digitalização do acervo. O Gestor E informa que eles possuem uma Hemeroteca que apresenta parte do acervo digitalizada, mas que também encontram dificuldade no aporte tecnológico para disponibilização online das obras.

Foi questionado aos gestores também sobre como as coleções de memória contribuem na interação das atividades da biblioteca com a comunidade? Neste sentido, muitos apontaram o uso em exposições das obras que compõem estes acervos, além da apresentação delas em visitas guiadas, onde a comunidade podem conhecer melhor estes itens.

Eu acho que a interação com a comunidade que ela pode causar é despertar uma curiosidade maior no público que vem, não só turista, mas os próprios [cidadãos locais], especialmente dos não usuários. Foi o que eu pensei, em questão das pessoas que ainda não frequentam mesmo. Vem aqui a primeira vez, talvez. É uma coleção que vai despertar curiosidade e interesse nesse usuário. E aí aumenta, vamos dizer, aumenta a interação com a biblioteca. [...] pode contribuir para atrair novos frequentadores para a biblioteca, esse tipo de coleção. Promove também nas pessoas que tiverem contato com a coleção uma sensação de representatividade que muitas vezes as pessoas não sabem, e eu não digo nem a coleção de memória sobre [a cidade], também, mas mais da produção local vai causar essa, pode gerar essa sensação de representatividade, é, porque elas vão tá vendo a história da produção local, né, com maior visibilidade. É igual acontece na Coleção Geek, muitas vezes a pessoa não sabia que tinha quadrinho aqui, criou um setor só pra isso, aumenta muito mais os empréstimos. Produção local, ah, não sei o que é produzido aqui [na cidade], conheço pouquíssimos nomes daqui, começa a colocar um destaque nisso e as pessoas vão procurar mais e se identificar mais sobre isso. Então acho que nesse sentido gera, tem sim uma maior interação com a comunidade, mas em questão das atividades da biblioteca, eu não percebi muito isso não. [...] Tem o Clube de Leitura, né? O Clube de Leitura geralmente traz essa questão, muitas vezes de um autor local. Então nesse sentido, teve. [...] Teve um Escape Room que foi baseado numa obra local, que foi [cidade] Secreta. Então acaba que tem sim uma certa interação, mas não acho que é uma coisa muito rotineira (Gestor A, 2022).

Sim. Nós temos uma coordenação que chama Coordenação de Pesquisa, Conhecimento e Acervo. Essa coordenação, ela trata basicamente de fazer pesquisa no sistema de gestão da informação da biblioteca e vê o que que temos para que eles possam fazer exposições, por exemplo, vai começar a exposição da Semana de Arte Moderna, então o que essa coordenação faz, a equipe de bibliotecários faz, vai nos acervos e identifica o que nós temos no acervo que trata desse assunto, desse tema dessa exposição. E o Setor do [Estado] também participa dessas exposições, desse planejamento, em cada setor da biblioteca que trata sobre o tema específico da exposição, a gente, é montado nesse setor mesa expositora com essas obras, né. Com os autores, com as obras desses autores que tem relação com o tema da exposição que está sendo pensada para aquele momento. Fora isso, a gente tem com os usuários, quando eles vêm fazer visita guiada na biblioteca, quando eles participam da visita guiada na biblioteca, eles são orientados sobre todos os andares, todos os setores da biblioteca. [...] Então, de uma forma ou de outra o acervo coleção do [Estado] está sendo

dinamizado, está sendo apresentado para os usuários, ou através das exposições ou através das visitas guiadas. É assim que eles conseguem fazer chegar pro usuário, dar visibilidade pro usuário o setor de autores [do estado] e de obras publicadas aqui no [Estado] (Gestora B, 2022).

Vou dar um exemplo pra você, por exemplo, essa semana é a Semana da Arte Moderna, né? A gente tem uma sala de exposição, a gente montou uma sala todinha de livros referente à Semana da Arte Moderna, aí a gente colocou na mídia o texto falando sobre a importância da Semana da Arte Moderna e ainda enfatiza, fala assim ô, a biblioteca tem esse livro assim, assim, assim, assado. E aí referenciando a sala de obras de artes, que seria na Sala de Artes (Gestora C, 2022)

A gente faz a exposição desse material, fazemos exposições temáticas de vários materiais e hoje tive uma reunião, por exemplo, tive uma reunião com o subgerente do setor de obras raras para que a gente, na programação cultural, comece a fazer uma divulgação maior desse acervo. Como eu estou trabalhando no projeto de segurança, eu não posso expor muito o meu acervo raro e valioso então eu disse a ele que a gente poderia fazer, é, buscar informações interessantes, tipo curiosidade, pra colocar no cardzinho da programação nossa online do tipo: você sabia que em 1600 e não sei quando houve isso, assim, assim, quer saber mais venha à biblioteca pública, no setor de obras raras e valiosas tal. Como eu te falei, pra poder a gente também trazer, a gente incentiva, a gente traz aquela vontade, às vezes a pessoa quer fazer uma pesquisa, não sabe pra onde ir. Às vezes aquela coisa que dá um *start*, né? Então a gente também está pensando em fazer esse tipo de ação, pra que a gente não só divulgue, mas também trague interesse nos pesquisadores em acessar esses acervos. Que a gente entende que tem muito conhecimento pra ser construído a partir do conhecimento que está aqui acumulado (Gestor D, 2022).

Agora tem havido mais. Até pelo Instagram, o pessoal tá fazendo um trabalho bacana lá. E lá nas Coleções Especiais que ficam no segundo andar da biblioteca, tem uma sala de exposições conjugada, salão de exposições. Eles estão sempre expondo acervo ali em temáticas direcionadas. Agora mesmo é o centenário da Semana de Arte Moderna, tem uma exposição lá sobre isso e sempre com itens do acervo, então por meio dessas exposições, e das visitas, etc, a gente tenta também estimular que as pessoas pesquisem o que nós temos lá. É uma maneira de divulgar, né, esse trabalho (Gestor E, 2022).

Fazemos exposições das nossas coleções de memória, das nossas obras raras, também fazemos. Fazemos o Bibliotour que nós chamamos que são as visitas guiadas, levamos o nosso pessoal para a Divisão [...], inclusive com um grande destaque nesse Bibliotour para a Divisão [...], porque na verdade é uma coleção importantíssima para a Biblioteca Pública e para o público porque é história do nosso estado, então fazemos assim com uma diferença para a Divisão [...], sim (Gestora F, 2022).

Pelos relatos do Gestor G, é possível ver esforços de sua biblioteca em divulgar as ações, produtos e serviços, envolvendo os acervos de memória.

[...] nós criamos algumas situações para dar visibilidade à biblioteca, principalmente nas ações e nos projetos. Que hoje nós temos um programa radiofônico que é na Rádio Difusora [da capital], é uma rádio do Estado, é uma rádio pública. E onde nós temos um horário nobre em todas as segundas-feiras, das 9 às 10 horas pra falar sobre a biblioteca, das ações e, geralmente, levamos uma pessoa pra ser entrevistada, principalmente um escritor. Então ele fala tudo sobre seu trabalho, sobre sua vida e a gente fala sobre os trabalhos da biblioteca, as ações, o atendimento, os projetos e dá muita visibilidade esse programa que é “Biblioteca no ar”, todas as segundas-feiras. [...] Então nós trabalhamos com todas as ferramentas digitais pra dar visibilidade à biblioteca e também nós temos esse programa e conseguimos agora uma folha exclusiva do Jornal [do Estado], que circula diariamente aqui devido as ações da biblioteca, resolveram criar uma página só para a biblioteca pra falar sobre nossas atividades. [O entrevistado mostra o jornal]. Aqui fala da ação da biblioteca, abaixo falando de um autor muito importante que faleceu e também das datas cívicas. Então tem tudo isso aqui. Mas então nós estamos explorando bastante essas mídias, essa tecnologia de informação pra que, principalmente as mídias digitais e as redes sociais, pra também divulgar a biblioteca. [...] Abrimos as portas para todas as setoriais de cultura²⁴, isso como falei pra você antes, a questão dos parceiros, isso foi fundamental pra também pra dar visibilidade à biblioteca. [...] Encontro com o escritor, uma vez por mês, lotava aqui. O outro projeto é Arte roda viva, com a setorial de artes visuais, principalmente artesões, artista plástico, fotografia e assim por diante. [...] E nós temos nosso grupo de contação de histórias “Mitos e lendas”, trabalha muito essa questão das nossas lendas [da região], então é um projeto muito procurado, principalmente no dia do folclore e dia nacional do estudante e da criança (Gestor G, 2022).

Pelos relatos é possível ver que as bibliotecas trabalham com as suas coleções ao longo do ano, aproveitando momentos específicos e datas comemorativas para divulgar seus acervos de memória.

Questionou-se também aos gestores quais seriam os principais desafios na gestão de acervos de memória para a biblioteca pública, obtendo respostas com percepções variadas, porém com convergências entre elas em alguns pontos.

Os desafios apontados foram relacionados, principalmente, à: política de seleção, de preservação, à estrutura física ou espaço, à falta de profissionais, que por vezes apresentam sobrecarga de trabalho, ao apoio administrativo, seja pela

²⁴ São subsistemas dos sistemas de cultura que se estruturam para atender às demandas e necessidades específicas dos diversos segmentos da cultura. Deve seguir os mesmos princípios e contar com estrutura semelhante ao sistema geral, ao qual deve estar conectado, com assento e participação no conselho de política cultural. Exemplo: sistema de bibliotecas, sistema de museus, entre outros.

necessidade de conscientização dos superiores ou outras instituições, à destinação de verbas e ao cumprimento do depósito legal. Para uma mudança social e política é necessário criar e implementar políticas públicas para cultura e educação, que envolvem o suporte de recursos diversos.

O Gestor A percebe que o maior desafio é equilibrar a questão do recebimento de obras com o espaço físico da biblioteca.

Pra mim, o primeiro desafio é a questão do espaço, é uma coleção que pode crescer muito rápido, mas talvez o maior desafio, e que vai ser o primeiro desafio é você delimitar a política de seleção e fazer com que ela ao mesmo tempo, represente a memória local, se for uma questão da memória, e da produção também é complicado você fazer essa, vamos dizer, curadoria, né? Essa seleção do que é válido ou não ter na biblioteca. Então, a política pra mim, assim o espaço também é difícil se você pensar que nenhuma biblioteca cresce infinitamente, mas a política, você definir quais são os critérios, para ser o mais impessoal possível, representar da melhor forma, acho que o maior desafio é esse. E aí, talvez fosse o caso de quando for fazer a política e não tiver nenhum bibliotecário especialista nesse tipo de coleção, talvez ter uma, eu não vou dizer nem equipe multidisciplinar, mas ter o auxílio talvez de um historiador, mas é só auxílio, uma forma de consultoria, ou talvez alguém da área de literatura, também, é, pra ajudar a definir os critérios, mas sem tirar essa responsabilidade do bibliotecário, porque o bibliotecário que vai ter a noção do quão vai crescer e tal, o acervo. Mas nesse sentido, seria um desafio, ter uma equipe pra isso, pra auxiliar o bibliotecário e chegar uma política mais justa, por assim dizer (Gestor A, 2022).

A Gestora B ressalta a dificuldade em se fazer valer a Lei do Depósito legal no estado:

Fundamentalmente fazer cumprir a lei do depósito legal. Essa é uma questão muito delicada, porque eu entendo que a gente precisa ter, na verdade, pessoas que estejam sempre em contato com as editoras, com as gráficas, com os autores, entende? Porque livros são lançados, inclusive muitos deles são lançados aqui na biblioteca, mas aí quando são lançados aqui na biblioteca, já sabem que dois daqueles exemplares que eles estão lançando, daquela obra que ele está lançando vai ficar aqui na biblioteca sem custo nenhum pra biblioteca. Isso aí eles já têm consciência. Mas quantos outros milhares de livros, de publicações que foram lançadas no estado, mesmo depois da lei em 2003, e a gente não tem aqui no acervo da biblioteca essas publicações? Porque não foi cumprida a lei do depósito legal. Uma outra dificuldade que a gente encontra é porque não há uma destinação de uma verba, hoje não há uma destinação de uma verba para aquisição de determinadas obras, ou dessas obras em grande quantidade. Dessas publicações em grande quantidade. Essa verba ou esse recurso, ele só ocorre como no edital que aconteceu ano passado. E aí a gente consegue ter a quantidade maior, uma grande quantidade de obras, de autores e de editoras [do estado] aqui na nossa biblioteca, mas não porque aquela

verba foi destinada pra suprir a carência do acervo da Coleção [Estado] na Biblioteca Pública. Não, né? Foi destinada porque o público da cultura estava precisando, estava sem recursos e aí houve o edital da lei Aldir Blanc. E aí que se pensou, como a gente vai atender essas pessoas? Essas editoras, esses autores independentes. Como a gente vai fazer pra socorrer essas pessoas? Foi através da Lei Aldir Blanc, né? Mas a nossa maior dificuldade, de fato é fazer com que a lei de depósito legal seja cumprida. Essa, de todas, é calcanhar de Aquiles da biblioteca com relação à preservação da memória. [...] Porque quando você pensa é a gente precisa fazer valer a lei do depósito legal, como é que a gente vai fazer isso. A gente precisa ter recursos humanos que sejam capazes de entrar em contato com essas editoras, com essas gráficas, com esses autores, ou através de e-mail, ou através de telefone. Essa pessoa precisa estar sabendo o que está sendo publicado no estado, o que que foi lançado recentemente, que a gente sabe que não tem no nosso acervo. O que é uma publicação nova e a gente não recebeu. Então se define um período pra receber essa publicação. A partir do momento que aquele período foi cumprido, passou e a gente não recebeu essas doações de acordo com a lei de depósito legal, os dois exemplares. A gente tem que ter uma equipe, ou uma pessoa pra entrar em contato com esse autor, com essa editora, com essa gráfica e dizer: olha, existe uma lei, a biblioteca é mantenedora desse patrimônio, então você precisa destinar, se você não estiver destinando, você está descumprindo a lei estadual. Mas pra isso a gente precisa ter suporte, precisa ter recursos humanos pra poder fazer esse tipo de cobrança, esse tipo de fazer valer cumprir a lei e a gente não tem. [...] Então se a gente tivesse [...] apoio administrativo, recursos humanos e verba, a gente consegue caminhar muito mais na questão de preservar a memória, na questão de ser o detentor que preserva a memória bibliográfica do Estado [...] e fazer com que essas obras sejam destinadas, sejam disponíveis pros nossos usuários, pros nossos leitores (Gestora B, 2022).

A Gestora C, por sua vez, aponta a dificuldade em receber orçamento para as bibliotecas, ou mesmo apoio dos superiores para a gestão delas, que devendo eles serem conscientizados constantemente sobre a importância das bibliotecas além da falta de espaço nelas.

É um constante desafio. É um constante desafio, porque você tentar convencer, começa por aí, o primeiro passo, tentar convencer nossos superiores a importância desse local. Depois, é você conseguir o espaço. Porque pra você chegar neles você tem que ter mais ou menos aquele espaço. Aí vem a necessidade de recursos humanos de manter a utilização dessa sala. Porque eu preciso manter ela higienizada, né? Eu preciso do espaço, eu preciso manter ela higienizada, eu preciso de todo um tratamento especial pra ela. Coisa que a gente não tem. Entendeu? Se eu tiver um usuário ou eu como gestora vê a importância dessa sala, então eu ainda consigo manter ela, meio, assim meios termos, levando com a barriga com diz o outro. Fazendo o possível, das tripas coração, pra poder manter lá firme pra pessoa vir pesquisar. Então o desafio é constante. Aí você sabe que nossos gestores públicos, ainda mais aqui

subordinado à Secretaria de Cultura, todo ano tem um Secretário, aí você imagina. Vai lá todo ano a gente batendo na mesma tecla, conversar, convencer a importância dos determinados locais, determinadas salas e manter aquela sala dentro da biblioteca. São muitos mesmos, não é pouco não. Porque tem [servidor] que tem alergia. [...] Não quer ir para aquela sala. Ele não quer cuidar daquela sala. Ele coloca N empecilhos para não ajudar a cuidar daquela sala. Tem dia que eu saio, eu saio da minha sala aqui da mesa, hoje eu tenho que ir naquela sala, vou lá, chamo quem está disposto a ir comigo, porque eu não posso obrigar a pessoa, porque vai que ele pega alguma coisa e aí depois ainda entra com processo porque eu obriguei ele a ir àquela sala. Entendeu? Aí tem as questões dos EPIs, que nós temos que ter, luvas, máscaras pra poder mexer com esse equipamento porque não pode mexer assim de qualquer jeito. Nós temos que ter constantemente esse material. [...] Mas eles têm que ter esse material porque a gente necessita. Aí solicita adiantamento para comprar esse material, às vezes dependendo do material não pode, aí depende da Secretaria, não usa eles não compram. [...] Às vezes a gente tem que reunir fazer uma cotinha, pra ir ali comprar uma máscara, uma luva pra poder trabalhar. Eu veja assim mais como amor mesmo. A gente que trabalha num espaço desse, a biblioteca, para poder manter principalmente um espaço desse como você está querendo saber da pesquisa, que obras de coleções especiais, que as pessoas veem como livros velhos, sem significância, tem que ter muito amor. E compreensão da importância dele. Se não, vai tudo pro..., chama um caminhão põe aqui dentro e leva embora (Gestora C, 2022).

O Gestor D percebe o maior desafio as ações de preservação dos acervos.

[...] uma das principais preocupações minhas ao chegar já conhecendo a realidade local, é justamente nessa questão da preservação da custódia desses acervos, tanto dos periódicos raros como para obras raras. Aí imediatamente fiz uma visita aos setores, uma avaliação do quadro que eu encontrei, né, e agora estamos solicitando as medidas de reparo. Agora, você sabe que, aquilo que não foi feito, não se recupera. Então o que que nós temos aqui, o que que eu enfrentei e enfrento aqui. Nós temos um prédio construído na década de 70, é um prédio que só tem parede nas extremidades, ele internamente é oco e ele é todo fechado por divisórias. [...] O orçamento, o orçamento hoje é um orçamento que mal consegue dar conta das ações ordinárias de funcionamento desses equipamentos, né? Então essas tarefas assim, a gente acaba tendo que trabalhar por projeto pra conseguir o financiamento interno ou externo. Mas esses pra mim é um dos grandes desafios de manter as condições ideais de guarda, né? Você manter lá a temperatura adequada, a umidade adequada, pra você conseguir fazer uma boa conservação. [...] Livro de pano, livro de seda, papel alcalino, tinta alcalina, então realmente é muito complicado. Aquelas tintas ferrogálicas a gente sabe que é um desastre, né, pro papel. E pra conservação disso daí. Você manter pelos séculos algo que é tão nocivo, e você ter técnicas e equipamentos e produtos que minimiza isso, acredito que possa até acontecer, mas o estrago ao longo do tempo quando isso não pôde ocorrer, esse estrago é muito difícil de

você conseguir reverter. A perda de informação com esse tipo de material, às vezes é grande, você não recupera. Você faz um restauro, mas a informação às vezes não retorna, né? [...] Então assim existe o desconhecimento muito grande da necessidade desse tipo de preservação, né? É cultural, então já tenho 16 anos dessa labuta e já vi coisas assim extremamente felizes, mas também já vi muita coisa ruim. Já tive muitas notícias, já presenciei muitos processos nesse sentido de destruição da memória. A vantagem da Biblioteca Pública do Estado [...], da institucionalização é que é um local, que além de tudo, é gerida por bibliotecário, em cumprimento a lei, e tem profissionais bibliotecários e historiadores trabalhando e atuando, então, além de ter uma linha de trabalho institucionalizada, tem profissionais especializados para esse tipo de preservação e disseminação dessa informação que está ali. Nas bibliotecas municipais isso já não ocorre. A grande maioria não tem a presença de um profissional da área, principalmente o bibliotecário, e aí fica na mão de pessoas que mudam ao vento da mudança de gestão. Então hoje você tem nesses 4 anos um profissional, mudou a gestão, vai e muda todo o quadro, né, a não ser quando tem alguém que é efetivo, e muda todo o quadro, ou seja, vem as pessoas sem treinamento, aliás aqui o treinamento e a capacitação é constante porque eu digo sempre que é um enxugar de gelo que nunca acaba, porque a gente não tem pessoas atuando de forma efetiva. Num dia que eu tive num município que disseram: olha, a prefeitura fez concurso para auxiliar de biblioteca quase pulo de alegria, porque as meninas estavam fazendo aquilo que foram treinadas para fazer no curso. Sabe? Então, como é bom ter alguém que possa, então elas cuidam daquilo como se fosse delas. Elas defendem o acervo. Quando muda a gestão, que o gestor chega que não dá atenção elas vão pra cima da gestão. Aciona o Sistema de Bibliotecas, porque tem o conhecimento daquilo ali. Mas quando você muda a gestão, você muda as pessoas esse conhecimento não existe e aí as pessoas fazem aquilo que elas bem querem bem entendem. Então, esse grande desafio para as bibliotecas municipais nessa questão dessa preservação e colecionismo é justamente isso, a instabilidade advinda da mudança de gestão (Gestor D, 2022).

O Gestor E destaca também a questão da preservação do acervo como um dos desafios, principalmente em relação ao acondicionamento das obras, assim como, para ele também se torna um desafio na gestão de coleções de memória a falta de pessoal e recursos para as bibliotecas públicas.

Olha, eu acho um dos maiores é a questão da conservação, porque os acervos se encontram muito deteriorados, não são climatizados, não tem esse trabalho de restauro mesmo e que é um trabalho muito especializado, né, você sabe disso. E também outra questão que eu acho também muito séria, é a questão do desenvolvimento dessas coleções que chega um ponto que você não tem mais espaço, onde colocar esses livros, sabe? A gente tem sofrido com isso, com esse problema lá nas Coleções Especiais, inclusive temos uma reunião da comissão de formação e desenvolvimento de acervo pra tratar desse tema, na condição do espaço, do acondicionamento nas estantes. Pra só te citar um exemplo aqui, nós aprovamos por uma Lei Federal

de Incentivo à Cultura, a Lei Rouanet, projeto de catalogação do nosso acervo, né, que te falei daquele problema, você doa um livro e ele demora ali dois, três anos pra ser catalogado e ir pra estante. Então nós aprovamos um projeto de 300.000 reais que prevê a contratação de uma empresa pra catalogar tudo o que a gente tem lá no processamento técnico, que é estimado em mais ou menos 20.000 itens. E nós temos só 3 bibliotecários na catalogação. Então você vê que é impossível eles darem conta disso tudo e a catalogação das obras raras, das coleções especiais, ele é mais detalhado, difícil de ser feito, demanda muito mais tempo. Então, assim, esse projeto ele foi uma solução por um lado, mas criou um problema, porque a gente vai começar a implementar agora em abril, então vai descer um caminhão de livros catalogados lá para as Coleções Especiais, sabe? Eles não têm lugar de colocar, então a gente já está tentando comprar as prateleiras, né, e ampliar o espaço, uma realocação dos espaços da biblioteca. Isso vai ser resolvido, é inevitável, né? Mas é um problema que eu percebo que existe. E no interior nem se fala, né? É tudo muito precário, [...] as bibliotecas aqui são muito precarizadas, muito negligenciadas pelo poder público, não tem investimento da prefeitura, não tem bibliotecário, que é uma coisa grave também. Nós temos nosso conselho regional de biblioteconomia que fiscaliza, tá se deparando com essas bibliotecas sem bibliotecários. Eu tive a oportunidade de fazer parte da gestão anterior do conselho regional aqui [do Estado], então também pude vivenciar um pouco dessa realidade aí (Gestor E, 2022).

A Gestora F também destaca a falta de orçamento e de pessoal como os principais desafios.

Falta de orçamento. Falta de pessoal especializado. Falta de bibliotecários aqui na biblioteca pública. A Biblioteca Pública está trabalhando com 11 bibliotecários. Pouquíssimo né? Então, e a falta de orçamento porque a nossa intenção realmente era digitalizar todo esse acervo, principalmente as obras raras que já estão em domínio público, pra disponibilizar para o público. Mas a gente não consegue porque não temos equipamentos, não temos pessoal. Então eu acho que o nosso maior problema é a falta de pessoal e a falta de orçamento, realmente (Gestora F, 2022).

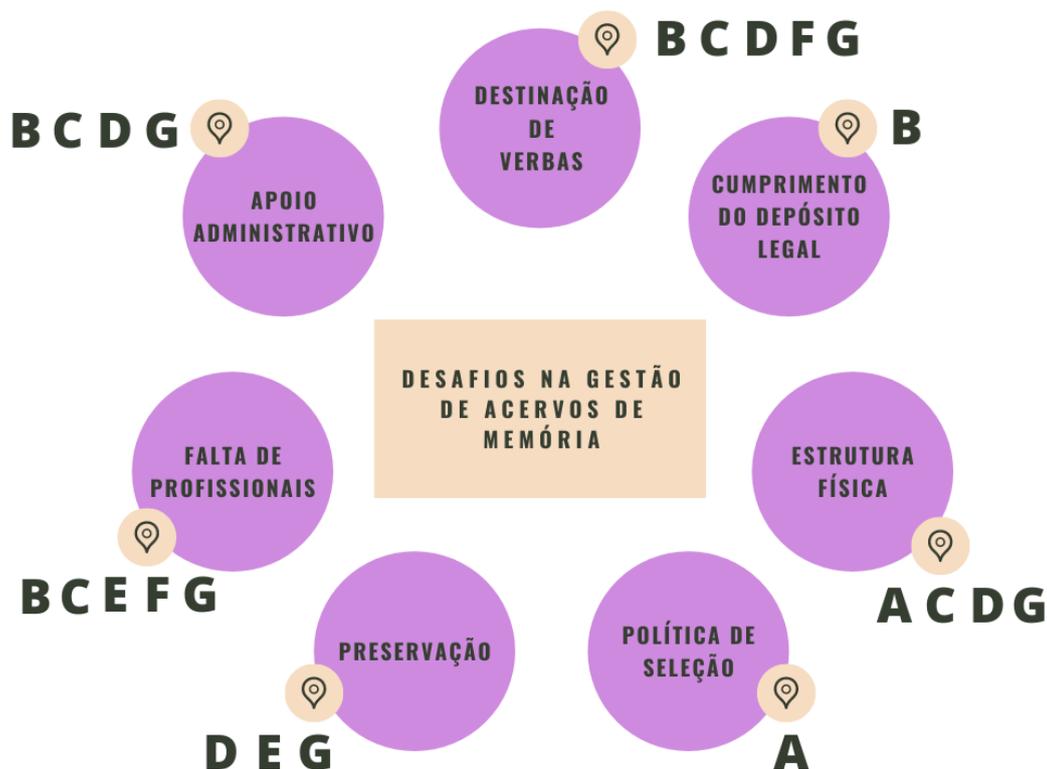
O Gestor G ao longo da entrevista apontou também uma série de desafios da mesma ordem dos outros respondentes, como por exemplo, falta de espaço e de pessoal.

Então pra nós, nós nos sentimos bem quando as pessoas procuram, mas sempre tem essas dependências com relação as dificuldades, de espaço é a primeira dificuldade é isso: espaço. Pra você criar um espaço de memória. Segundo que falei com você, a questão da logística pra você criar esse espaço. Terceiro é a questão da manutenção desse espaço. [...] Eu venho sempre nas minhas participações nos encontros do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, eu bato nessa tecla. Porque a gente não tem esse aporte, essa atenção devida que o Sistema deveria propor esse aporte para

bibliotecas. [...] Então existe toda uma dificuldade quando você trabalha com bibliotecas, você vê que de você abrir mais bibliotecas nas localidades principalmente nos municípios, você vê que elas estão fechando por conta dessa dificuldade de conseguir não só recurso financeiro, mas também pessoas qualificadas para trabalhar, que são os profissionais de biblioteca. Hoje a biblioteca não tem um quadro de pessoal, servidores, um quadro de servidores, mas elas, as pessoas que trabalham aqui são pessoas que são cedidas da Secretaria do Estado da Educação, professores que estão cedidos pra poder a biblioteca funcionar adequadamente. Hoje nós temos dois cargos: a de gerente da biblioteca e chefe da unidade administrativa. E o gerente da biblioteca em muitas bibliotecas estaduais acumulam cargos. São gerentes e coordenadores do Sistema de Bibliotecas Públicas e recebendo o mesmo salário. E a outra dificuldade é com relação o bibliotecário. Então eu acho que seja uma dificuldade não só nossa aqui do estado, mas também de outros estados federativos. Acredito que venha melhorar por conta que estão surgindo os cursos de ensino à distância. [...] nós temos o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, mas fica à deriva, devido a essa necessidade. Por exemplo, nós temos 16 municípios, desses municípios são poucos relativamente a outros estados, nós só temos 5 [bibliotecas] ativas. É uma coisa assim que a gente, eu conversei com as autoridades, com os nossos parlamentares, mas eles encontram dificuldade (Gestor G, 2022).

A Figura 19 apresenta quais desafios foram identificados por cada gestor, mostrando também aqueles que indicaram desafios similares, de modo que se verifica que os desafios indicados por mais gestores foram a destinação de verbas para as bibliotecas e a falta de profissionais, citados por cinco dos sete entrevistados.

Figura 19 - Desafios na gestão de acervos de memória



Fonte: Da autora

Tentando entender a visão dos gestores com relação ao papel da biblioteca pública na preservação da memória regional, foi questionado ao final da entrevista: “em sua opinião, você acha que as bibliotecas públicas têm, dentre suas ações, a função de reunir e preservar a memória local? Por quê?” Em resposta, todos os gestores reconheceram este papel nas bibliotecas públicas.

Eu acho que sim, é uma das funções, igual o que eu falei no começo. É, principalmente por causa da questão da democratização da informação, né? Então, a biblioteca tendo aquela coleção preservada é a população vai ter um acesso melhor. Lógico que as pessoas hoje em dia pensam muito na internet, mas a internet é muito volátil, não dá pra confiar na internet nessa questão de sempre vai estar disponível, várias obras sobre isso. Ainda mais em livro, o que mais tem acesso mais fácil na internet é de artigo. Nem sempre essas informações vão estar em artigo científico. Então o livro é muitas vezes a principal informação, fonte de informação ainda, e a biblioteca é importante para manter essa salvaguarda. Uma coisa que eu ressaltar também é a questão de, que é uma das funções da biblioteca pública, mas que seja uma coisa sempre pensada no contexto da biblioteca, pelo o que eu falei no começo, questão de recursos humanos e de espaço, financeiro, então que não seja uma coisa, uma imposição rígida, ou que venha uma coisa de cima, que a gente faça algo possível. Dá pra fazer uma coisa bem bacana, sem a

necessidade de ser uma coisa megalomaniaca, de querer um controle bibliográfico absoluto, que nenhum lugar vai conseguir um controle bibliográfico absoluto, nenhum, nem a biblioteca do congresso americano consegue, então, acho que sendo uma coisa pensada no contexto da biblioteca, ainda mais das bibliotecas na realidade brasileira, dá pra fazer sim. Mas que seja uma coisa bem pensada e que não seja, é, vamos dizer, tentar ser onipresente, onisciente. Aí dá pra fazer sim (Gestor A, 2022).

Preservar é primordial na vida documental, [Norma Cianflone] Cassares falou o seguinte, ela conceituou dessa forma: “preservação como sendo um conjunto de medidas estratégicas de ordem administrativa, política e operacional que contribui direta ou indiretamente na integralidade dos materiais.” Sendo assim, em vista da importância das instituições como os museus, os arquivos e as bibliotecas, essa preservação, né, preservar essa memória é fundamental para aquisição da informação e do conhecimento, elas sejam, se mantenha relevante nos acervos em condições adequadas para essa utilização. Então, a gente não tem como fugir disso. A gente precisa preservar, mas a gente precisa ter formas, recursos para que essa preservação, ela efetivamente aconteça. Não basta dizer: existe uma lei, existe uma instituição que é a mantenedora de preservar essa memória, responsável em manter essa memória. Precisa que haja recurso, estratégias e frequência, rotina, que faça valer essa lei de preservação da memória no estado. Em qualquer estado. Eu não sei dos outros estados, mas aqui no [Estado], de fato a gente tem uma lei que nos protege, que nos preserva, né, nessa questão de manter essa memória de publicações do estado. Mas basicamente, o que é fundamental é que a gente tenha recursos para que a gente possa fazer valer essa lei de depósito legal aqui no estado [...] (Gestora B, 2022).

A pergunta é muito boa. Eu acredito que sim. Tem esse papel, é o papel de uma verdadeira biblioteca manter esse tipo de coleção sim. Porque como é que a gente vai, pode pensar num futuro sem observar o passado? É complicado. Mas aí depende de todas essas questões que eu te falei senão fica inviável da biblioteca ter um espaço assim, mas ela é necessária sim. Sobre meu ponto de vista tem que ter esse espaço sim. [...] a gente precisa de um olhar, de um olhar bem melhor dos nossos gestores, que a maioria como você sabe depende da máquina pública. Então enquanto não houver uma pessoa que entenda esse papel das bibliotecas de preservar a memória, de manter a memória, e aí além disso, fazer o papel social porque agora, antigamente as bibliotecas elas eram vistas mais como guardiãs, não era isso, guardiãs da memória do seu local, da sua região, né? Não, aí agora mudou, agora temos que ter, além de sermos guardiãs da memória nós temos que promover funções que atraiam o público para a biblioteca. Igual aqui na biblioteca, a gente tenta de tudo, a gente promove colônia de férias, a gente oferta cursos para a comunidade, pra atrair essa comunidade para a biblioteca. Tem projetos que a gente desenvolve como RPG na biblioteca também para atrair para não ser só um espaço de pesquisa e da guarda da memória. É isso que tá precisando, é de um olhar diferenciado dos nossos gestores públicos da máquina pública para esse lugar (Gestora C, 2022).

Extremamente importante. A memória local, como já te falei aqui, te citei até alguns exemplos, né? A gente sabe que essa memória, principalmente, essa memória histórica, se ela não tiver preservada em papel, principalmente em papel, pensando que biblioteca hoje com tantas tipologias, você tem tantos materiais, mas eu falo aqui basicamente da parte bibliográfica e documental. É, esse registro ele deve sim ser preservado, é extremamente importante, como te falei inclusive aqui no Sistema de Bibliotecas, nas nossas capacitações, incentiva as bibliotecas municipais a esse exercício do levantamento, da aquisição ou por compra ou por doação. A gente sabe que compra é muito difícil, mas tem municípios que tem interesse, às vezes tem esse tipo de situação, pra que eles façam um acervo mínimo de autores locais e da memória local, né? Porque essa memória ela serve tanto para pesquisa e estudo, mas notadamente para preservar informações que a gente imagina que no futuro serão ao longo dos anos e dos séculos, serão extremamente importantes. O grande desafio como a gente conversou aqui, apesar de acreditar ser de total importância, esse acervo hoje embora ele possa ser, a gente falando da questão da memória local, podemos ter um acervo histórico, e podemos ter um acervo corrente (Gestor D, 2022).

Acredito que sim, né? É uma das principais funções da biblioteca pública, eu acho que é isso, essa questão de reunir mesmo, essas coleções elas refletem a cultura local, por meio do que se é produzido, por meio da literatura e de outras obras não literárias. Então reflete sim a cultura local, a identidade daquela comunidade que está sendo formada ali. Então daí a importância, né, de se preservar esse conhecimento e deixar pra posteridade, para as gerações vindouras, e que haja investimento público também, na preservação das bibliotecas, na manutenção, né, se não de nada adianta, se tem envolvimento dos responsáveis das autoridades, mas é fundamental dentro de uma biblioteca pública. Na minha opinião (Gestor E, 2022).

Em seus apontamentos, o Gestor E remete Campello (2006). A autora aponta que o conceito da memória auxilia na noção de identidade coletiva.

Inclusive, ontem nós estivemos conversando sobre esses encontros regionais que vamos fazer com as bibliotecas municipais e nós fechamos um ponto importante que é as bibliotecas públicas municipais preservarem as memórias do município, a gente acha importantíssimo isso. Que se as bibliotecas públicas preservarem a memória dos municípios e elas detiverem toda memória dos municípios, a gente acha que elas vão ser fonte importante de informação e elas vão se formar importante pro município e pra população. Porque assim, a gente vê que alguns municípios têm fechado umas bibliotecas e a gente tem brigado bastante com os prefeitos. E a gente acha que isso é uma maneira da população e das bibliotecas se tornarem mais importantes ainda e conseguirem a sua importância junto a população, junto aos políticos, junto ao poder público. Conseguirem seu espaço lá para não serem fechadas. Então eu acho que preservar a memória é importante tanto para as bibliotecas estaduais, quanto para as bibliotecas municipais. Então a

gente vai trabalhar bastante agora esse ano nos encontros regionais que a gente fizer com as bibliotecas públicas a preservação da memória pelas bibliotecas públicas municipais. Que elas preservem e façam a memória dos municípios. Então acho que foi o que a gente discutiu ontem que vai ser esse primeiro encontro agora no final de abril com o município [...] a gente já vai começar a trabalhar isso. Então eu acho que as bibliotecas públicas municipais devem preservar a memória dos municípios e como também as bibliotecas públicas estaduais devem preservar não só a memória do estado, mas também dos municípios do estado. Eu acho importantíssimo. Porque a memória é sempre importante (Gestora F, 2022).

Com certeza, com certeza. Uma das funções da biblioteca. E eu trabalho muito com o pessoal que vem prestar serviço aqui. Eu contrato uma pessoa e digo “olha esse trabalho tem que ser muito bem feito.” Por que? Porque está toda a história do [Estado] aqui dentro, estão a cultura [...]. Porque isso não vai servir somente a você, mas vai servir para os filhos de vocês que vão frequentar essa biblioteca, então está a história de vocês aqui registrada. Então nós temos que preparar a biblioteca também para acondicionar esse acervo de cultura, de história e de registro. Então é como falei pra você, essa emenda, ela vai trazer equipamento pra gente preservar esse material, dessas pessoas que, como falei pra você, família têm interesse de criar esse espaço de memória para o seu ente, mas muitas vezes não tem espaço pra gente fazer isso, que era bem importante. Até falo hoje para os colegas que nós precisamos de uma biblioteca maior pra que a gente possa fazer muito mais para o estado [...], muito mais pela população, muito mais pela nossa história e pela nossa cultura. E nosso espaço, acho, hoje não atende mais essa necessidade que hoje necessitamos na questão do acondicionamento dos livros, na questão do espaço para o usuário, um espaço mais acolhedor, vamos dizer, equipado pra que ele possa atender a necessidade do usuário de uma forma plena e também esse espaço pra você também criar espaço de memória e museologia. [...] Então, nessa área literária, todas as setoriais têm seus ativistas, tem os seus membros, artistas importantes, pioneiros que foram embora e que merece destaque. Quando a gente fala de biblioteca, a gente pensa só em literatura, dos escritores, mas tem todo um arcabouço de envolvimento artístico também. A gente faz questão que todas as setoriais participem dos projetos da biblioteca, das ações da biblioteca e que estejam dentro da biblioteca participando conosco (Gestor G, 2022).

Uma questão pontuada na importância da salvaguarda da memória em bibliotecas é o fato de que a internet pode ser um espaço instável para preservação da informação, existindo uma confiança maior em acervos físicos.

[...] Porque eu penso o seguinte, às vezes as pessoas esquecem por aí. Você já pensou se houver um apagão. Vamos supor por exemplo um apagão que apaga tudo num determinado tempo. Vamos supor que o mundo fica fraco de energia, porque a gente está desgastando, a gente sabe que a gente está consumindo a energia do nosso

mundo, porque isso é mundial. Nós estamos enfraquecendo o nosso mundo. Você já pensou pra parar o nosso mundo, entra em pane e precisa se reerguer. E nesse interim vamos supor que esse apagão geral demore muito tempo, o que será se não tiver essas bibliotecas? O que vai ser? Então esse é um apelo que eu sempre falo, gostaria que os nossos gestores vissem. É isso que eu deixo. A gente precisa de um olhar melhor, de recursos que seja facilitado, que não tenha tanta burocracia pra gente conseguir manter isso aqui, com certeza seria bem melhor, a gente conseguiria atrair mais público pra biblioteca, conseguiria mostrar a importância desse se tornaria visita guiada igual eu recebo muita visita. Nós teríamos muito mais pessoas interessadas a ver esse acervo. É isso (Gestora C, 2022).

O Gestor G apresentou um projeto da biblioteca em estruturar um acervo físico temático de meio ambiente mesmo com as obras já estando digitalizadas.

[...] Então hoje nós estamos trabalhando a criação de uma outra sala de meio ambiente. Então estava pensando muito, aí como a SEMA, que é a Secretaria do Estado de Meio Ambiente, digitalizou todo o acervo dela de meio ambiente, nós conversamos com eles, de eles fazerem a doação dos livros físicos para nós [...] (Gestor G, 2022).

Destaca-se a fala da Gestora F com relação ao diferencial das bibliotecas públicas municipais na salvaguarda da memória de seus municípios. O Gestor E pontua que em alguns municípios a biblioteca é o único equipamento cultural, o que a torna espaço essencial para a comunidade.

[...] Eu acho que essas coleções especiais dentro de bibliotecas, as obras raras, elas refletem muito da comunidade na qual as bibliotecas estão inseridas. Tem muitas cidades que o único equipamento cultural que tem são essas bibliotecas, então além de comportar essas coleções que são de extrema relevância, oferece também outro serviço pra comunidade. [...] Então a gente está nessa luta aí pra trazer essas melhorias pra comunidade. Na nossa biblioteca e isso vai se refletir na nossa comunidade. Então nós estamos tendo essa atenção nas Coleções Especiais, que é o carro chefe da nossa biblioteca e é a maior coleção do Estado [...] enfim, é um patrimônio, um verdadeiro tesouro que nós temos na biblioteca e que a gente quer dar acesso para o máximo de pessoas. [...] Acho que a gente tem que lutar pelas nossas bibliotecas, porque elas realmente fazem a diferença, e elas estão ali compondo aquela memória afetiva das pessoas [...] (Gestor E, 2022).

Os gestores ainda acrescentaram em suas respostas a necessidade da existência das coleções de memória local e como elas ajudam pra que aspectos históricos das cidades e dos estados se mantenham preservados nestes acervos:

Eles não veem essa importância, quer dizer toda a história, toda a nossa cultura, toda uma tradição, quer dizer, quem que vai guardar isso, se não é o seu próprio local, se não é a biblioteca desse local? Me diz? Eu tiro por mim, porque eu sou [da cidade] mesmo, não sei

se vocês sabem de nós [...]. Eu já perdi aquela coisa de falar a nossa própria linguagem. Eu dou um exemplo de mim mesma. E como é que você vai saber passar pro futuro o que foi toda aquela cultura, aquele jeito de falar, a progressão da globalização que foi passando, o segmento, a inclusão de pessoas que vieram de outros estados, vai virando aquela coisa e vai se perdendo aquela linguagem. Aí fica isso aonde? Nos livros que conta toda uma história, o jeito que falava. [Exemplos]. Quer dizer, é uma coisa assim que vai se perdendo e quem que vai guardar isso se não tiver registrado? Quer dizer, alguém escreveu, porque ficou velho você vai jogar fora? Tem que guardar, temos sim, é o papel fundamental de uma verdadeira biblioteca, ser guardiã da memória, porque nós aqui, a documentação que a gente tem da nossa biblioteca aqui é o objetivo dela preservar, ser guardiã da memória, além de ser difusora do conhecimento (Gestora C, 2022).

O relato da Gestora C reforça o que aponta a IFLA (2012): as bibliotecas públicas devem dar suporte às tradições culturais, inclusive no que diz respeito à linguagem.

No relato abaixo, o Gestor D apresenta uma situação em que um município conseguiu resgatar parte de sua memória por meio da recuperação de uma coleção particular com fotografias históricas, que tinha sido descartada pela família do ex-proprietário. Este relato reforça a importância de cuidar da documentação local, seja de documentos textuais, seja de outros materiais, pois eles contribuem na construção da história regional.

Aí numa reunião com a coordenadora de cultura do município [...] ela disse assim, ela pegou um arquivo digital com inúmeras fotos e me apresentou aqui é nossa cidade na década de não sei quando, no século passado, retrasado. E esse acervo fotográfico era um acervo privado, tava sobre a custódia de uma pessoa do município que não aceitou nem proposta de venda desse acervo. Ao falecer, provavelmente a família, né, por não ter interesse ou por desconhecer a importância daquele material, descartou num lixo comum. Pra nossa sorte, pra sorte da memória, pra sorte do município, o lixo rasgou, provavelmente ou algum animal ou reciclador, e alguma foto dessa saiu assim do pacote e alguém passou e viu. Como é bom que existe gente curiosa, né, a pessoa foi olhar aquela foto e percebeu que ali tinha uma informação preciosa. E aí foi olhar e foi observar que existia um saco com inúmeras fotos daquela. Ao perceber do que se tratava, a pessoa buscou a diretora de cultura, que pessoa conhecida na cidade, e ela entrou em êxtase, porque foi um material que a prefeitura quis comprar inclusive no passado porque era um registro que só aquele colecionador tinha pra contar essa história. E a história é uma história interessante que você chega no município hoje tem um lugar lá com a prospecção que já houve um rio, mas é totalmente seco, na entrada da cidade tem uma igreja que ela fica assim, tem uma ladeira e ela foi construída num elevado, ou seja, feita num piso elevado para a construção dessa igreja então ela é cheia de escada pra você chegar na, no nível de

acesso, e aí vim descobrir o por que existia essa construção. O município ele sofria com enchentes, hoje é impossível você conseguir imaginar que um lugar que hoje é seco sofreu com altos volumes de água com enchente. Então esse acervo fotográfico conta essa história, e somente ele contava essa história. Então aí, é por essas e outras que a gente vai vendo como a memória ela é importante a ser preservada (Gestor D, 2022).

[...] hoje a biblioteca ela não é somente um espaço, vamos dizer, de acondicionamento de livros, ou espaço de memória, ou de museologia, mas também ela é um espaço de desenvolvimento de projetos socioculturais e educacionais e também as pessoas que são da terceira idade tiveram uma participação muito grande na construção do estado, principalmente envolvendo educação e cultura, essas pessoas elas procuram a biblioteca pra ter um espaço, vamos dizer um encontro, onde elas podem colocar em dia a sua memória, as suas conversas, entendeu, seus projetos ou mesmo participando dos projetos [...] Então é importante essas pessoas com você, principalmente as pessoas da terceira idade, muitos se aposentam e não tem com quem conversar, não tem o que fazer, né? Então a gente precisa colocar em prática todo esse conhecimento que eles adquiriram ao longo do tempo (Gestor G, 2022).

A partir das respostas enviadas pelas bibliotecas públicas por meio do questionário, juntamente com os relatos apresentados pelos gestores de bibliotecas estaduais e distrital, é possível perceber que as bibliotecas públicas buscam atuar conforme as necessidades de seus usuários e isso reflete em seus acervos, espaços, serviços e produtos. Com isso, os espaços se tornam mais democráticos e convidativos para uso da comunidade.

Esta questão remete à “biblioteca verdadeiramente pública” apontada por Flusser (1980). Uma biblioteca que se afasta do conceito tradicional e se torna um espaço para cultura viva, se voltando para sua própria comunidade, com ações transformadoras e inclusivas. Dando voz àqueles que seriam distanciados em bibliotecas tradicionais.

Não é diferente na atuação das bibliotecas públicas como espaço de memória individual e coletiva, pois é uma atuação voltada ao um papel social. Uma das maneiras de se atuar com a memória individual, por exemplo, é disponibilizando seu espaço físico para a comunidade utilizar em reuniões, rodas de conversas, clubes de leitura, dentre outras atividades que estimulem a troca de experiências dos indivíduos.

Outra forma de atuar com a memória individual e coletiva é estimulando a produção literária local, bem como a divulgação de escritores locais, com

lançamentos de livros ou encontro com o escritor. Essa preocupação se reflete nos acervos ao reunir e destacar obras locais. A formação do acervo pode valorizar a cultura e história local, estruturando uma coleção que reflete a identidade daquela comunidade.

4.3 Análise documental

A análise documental inicia-se com a legislação de remessa ou depósito em bibliotecas públicas. Este estudo se justifica na influência que uma legislação de salvaguarda da produção local tem na formação de acervos locais nas bibliotecas públicas brasileiras.

4.3.1 Legislações sobre depósito legal

As legislações encontradas estão listadas no Quadro 11²⁵ e também estão reunidas nos Anexos B a K.

Quadro 11 - Legislações estaduais

Nº	Estado/Cidade	Legislação	Data
1	Paraná	Decreto Nº 15.645	7 de agosto de 1964
2	Bahia	Decreto Nº 25.713	1 de julho de 1977
3	Santa Catarina	Lei Nº 11.074	11 de janeiro de 1999
4	Pernambuco	Lei Nº 12.435	6 de outubro de 2003
5	Ceará	Lei Nº 13.399	17 de novembro de 2003
6	Espírito Santo	Lei Nº 8.091	05 de setembro de 2005
7	Distrito Federal	Lei Nº 3.828	3 de março de 2006
8	Piauí	Lei Ordinária Nº 5.554	20 de abril de 2006
9	Paraíba (João Pessoa)	Lei Ordinária Nº 11.898	11 de fevereiro de 2010
10	Rio Grande do Norte	Lei Nº 10.265	10 de novembro de 2017

Fonte: Da autora

As questões que serão consideradas na análise da legislação regional de depósito legal têm como referência o estudo de Rodrigues (2017) e Larivière (2000) com as diretrizes para a legislação de depósito legal. Segundo Rodrigues (2017, p. 164), o documento de Larivière (2000):

é o resultado de um estudo iniciado por Jean Lunn, bibliotecária canadense, publicado em 1981. Lunn elaborou a pesquisa a partir de

²⁵ As legislações enviadas pelas bibliotecas respondentes estão entre a listagem apresentada.

um acordo firmado entre a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA) durante o Congresso Internacional sobre Bibliografias Nacionais (International Congress on National Bibliographies), ocorrido em 1977, em Paris. Tal evento propôs uma série de recomendações visando à consolidação do Controle Bibliográfico Universal (CBU), dentre as quais havia recomendações específicas sobre o depósito legal de publicações. O evento mencionado vem ocorrendo regularmente desde então, e origina, em todas as suas edições, novas recomendações, as quais abarcam, em seu escopo, o sistema de depósito legal.

As questões foram adaptadas para a legislação regional, identificando o cumprimento das diretrizes apresentadas por Larivière (2000) e Rodrigues (2017). Todas serão analisadas a seguir comparando as 10 legislações.

1) Sobre a norma que regula o depósito legal no estado, trata-se de lei específica sobre o tema ou esta se encontra incluída em outra lei?

Todas as legislações recuperadas são independentes, 8 na forma de lei e 2 na forma de decreto. Das legislações 8 são assinadas pelos governadores dos estados, 1 pelo prefeito do município e 1 pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

Não sendo uma lei de depósito legal, no Município de São Paulo foi publicada em 1952 a Lei nº 4.333 que isenta imposto sobre impressões de jornais, periódicos e livros trazendo como condição às empresas editoras de livro o fornecimento gratuito de “oito (8) exemplares de cada obra científica ou técnica e dez (10) exemplares de cada obra de ficção, que editarem, quer se trate de obras originais ou de traduções” à Biblioteca Municipal. A lei não traz uma obrigatoriedade de depósito à biblioteca, mas sim um incentivo para aproveitar isenção de imposto, ficando a critério da empresa essa remessa.

Nas orientações de depósito legal, vê-se que a intenção de sua criação é pelo controle bibliográfico nacional. Segundo Larivière (2000) a legislação de um depósito legal é de interesse público, tendo como função garantir a criação de um acervo nacional de material publicado em diferentes formatos. Destaca ainda que quando a legislação é efetiva “garante aos cidadãos e pesquisadores nacionais e estrangeiros

o acesso às coleções de pesquisa de material publicado no país” (LARIVIÈRE, 2000, p. 4, tradução nossa).

Porém, trazendo a perspectiva em âmbito regional, temos o trabalho de Brodbeck (1967) que apresenta a concepção de bibliotecas depositárias regionais. Pautada em outras realidades, como no caso de Portugal, em que, por lei criada em 1931, tem treze bibliotecas como beneficiárias do depósito legal. A justificativa para essa divisão está na efetividade da remessa, visto que, o registro de obras na responsável pelo depósito legal estava abaixo da produção real, o que a autora entende como consequência pelo desconhecimento da lei vigente do depósito legal nacional que era o Decreto Nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907. Segundo Brodbeck (1967, p. 7), “o depósito legal precisa alcançar bibliotecas credenciadas, em várias Regiões ou Estados, quer dizer, ser estendido a bibliotecas que divulguem o livro e conhecimentos, de preferência bibliotecas públicas e universitárias”. Neste sentido, o incentivo dos estados para a criação de leis independentes pode ter inspiração nos pensamentos de Brodbeck (1967), porém as legislações não indicam atuação estadual como a da Biblioteca Nacional do Brasil, sendo leis independentes a este depósito, que não isentam os produtores de livros do envio de obras para esta biblioteca.

2) Qual a entidade responsável pelo tratamento do material oriundo de depósito legal?

Em cada legislação é determinada uma biblioteca pública específica como instituição que receberá o material, sendo que em nove delas é indicada a biblioteca estadual como depositária, enquanto em apenas uma a biblioteca responsável pelo depósito legal é de esfera municipal:

1. Paraná (1964): Biblioteca Pública do Paraná: responsável pela organização e manutenção de bibliografia e documentação, referentes ao Paraná e autores paranaenses, com o Catálogo Bibliográfico Paranaense.

2. Bahia (1977): Biblioteca Central do Estado da Bahia: auxiliará a Fundação de Pesquisas na organização da bibliografia das publicações do estado com o boletim bibliográfico.

3. Santa Catarina (1999): Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina: coordenará, publicará e distribuirá anualmente um boletim bibliográfico com todas as informações das publicações enviadas.

4. Pernambuco (2003): Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco: disponibilizará semestralmente um boletim bibliográfico que registra as aquisições pelo depósito.

5. Ceará (2003): Biblioteca Pública do Estado do Ceará: coordenará, publicará e distribuirá, anualmente, um boletim bibliográfico com as publicações remetidas pelo depósito.

6. Espírito Santo (2005): Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo: elaboração e divulgação da bibliografia capixaba. Nesta legislação traz a possibilidade da Biblioteca Pública do Estado descentralizar o recebimento das obras.

7. Distrito Federal (2006): Biblioteca Pública do Distrito Federal: não apresenta nenhum tratamento. Atualmente não existe no Distrito Federal uma biblioteca com esse nome.

8. Piauí (2006): Biblioteca Pública Estadual do Piauí: coordenará, publicará e disponibilizará, anualmente, um boletim bibliográfico das publicações remetidas pelo depósito.

9. Paraíba (2010): Biblioteca Pública Municipal de João Pessoa: elaboração e divulgação da bibliografia pessoense. A única biblioteca municipal identificada com legislação de depósito legal.

10. Rio Grande do Norte (2017): Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Norte: elaboração e divulgação da bibliografia potiguar.

3) Quem são os responsáveis pelo envio dos exemplares destinados ao depósito legal?

1. Paraná (1964): Órgãos do Poder Executivo do Estado do Paraná

2. Bahia (1977): Órgãos centralizados e entidades descentralizadas, inclusive fundações, da administração pública estadual.

3. Santa Catarina (1999): Administradores de gráficas, editoras, empresas jornalísticas e demais modalidades de oficinas de impressão situadas no Estado. A

lei amplia a possibilidade de recebimento por responsáveis de publicações de escritores catarinenses ou que publicaram sobre o estado.

4. Pernambuco (2003): Administradores de editoras, gravadoras no estado, instituições privadas e públicas.

5. Ceará (2003): Gráficas, editoras, empresas jornalísticas e demais modalidade de oficinas de impressão no estado. A lei amplia a possibilidade de recebimento por responsáveis de publicações de escritores cearenses ou que publicaram sobre o estado.

6. Espírito Santo (2005): Editores, impressores, órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como as das funções criadas, mantidas ou subvencionadas pelo Poder Público.

7. Distrito Federal (2006): Administradores de editoras e gravadoras.

8. Piauí (2006): Gráficas, editoras, empresas jornalísticas e demais modalidade de oficinas de impressão no estado. A lei amplia a possibilidade de recebimento por responsáveis por publicações de escritores piauienses ou que publicaram sobre o estado.

9. Paraíba (2010): Editores, impressores, órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como as das funções criadas, mantidas ou subvencionadas pelo Poder Público

10. Rio Grande do Norte (2017): Editores, impressores, órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como as das funções criadas, mantidas ou subvencionadas pelo Poder Público.

Uma questão relevante quanto aos responsáveis pela emissão de exemplares é que a maioria da listagem abrange a todos os produtores de material bibliográfico do estado, incluindo órgãos públicos, demonstrando a preocupação também com a memória da administração pública no Estado. As legislações do Espírito Santo, João Pessoa e Rio Grande do Norte incluem a definição específica do que seria editor e impressor.

4) O envio é obrigatório ou opcional?

Todas as legislações trazem a obrigatoriedade no depósito legal. Algumas legislações ampliam o recebimento para obras publicadas fora do estado, porém de

escritores locais ou que versem sobre o estado, no entanto, a obrigatoriedade se dá a partir do momento que foi distribuído comercialmente ou gratuitamente no estado.

5) Qual a definição de depósito legal segundo a lei específica?

1. Paraná (1964): A legislação regulamenta o envio de obras à Biblioteca, não sendo incluído o termo “depósito legal”.

2. Bahia (1977): O decreto institui o depósito obrigatório, não sendo incluído também o termo “depósito legal”.

3. Santa Catarina (1999): Primeira legislação que traz o termo “depósito legal”, e acrescenta a seguinte informação: “o mecanismo de depósito legal tem por objetivo assegurar o registro e preservar, através da guarda de publicações, a memória do Estado de Santa Catarina”.

4. Pernambuco (2003): Inclui o termo “depósito legal”, mas não conceitua.

5. Ceará (2003): “O mecanismo de depósito legal tem por objetivo assegurar o registro e preservar, através da guarda de publicações, a memória do Estado do Ceará”.

6. Espírito Santo (2005): Primeira legislação da listagem a trazer a definição explícita do termo depósito legal: “a exigência estabelecida em lei para depositar, em instituições específicas, 01 (um) ou mais exemplares de todas as publicações produzidas por qualquer meio ou processo, para distribuição gratuita ou venda”.

7. Distrito Federal (2006): Não apresenta o termo “depósito legal” na legislação.

8. Piauí (2006): “O mecanismo de Depósito Legal de obras impressas tem por objetivo assegurar o registro e preservar, através da guarda de publicações, a memória do Estado do Piauí”.

9. Paraíba (2010): “Depósito legal: a exigência estabelecida em lei para depositar, em instituições específicas, um ou mais exemplares, de todas as publicações, produzidas por qualquer meio ou processo, para distribuição gratuita ou venda; de editoras comerciais instaladas na cidade, bem como de livros publicados com recursos públicos oriundos de incentivos fiscais e de órgãos, secretarias e autarquias da administração pública municipal direta ou indireta”.

10. Rio Grande do Norte (2017): “Depósito legal: a exigência estabelecida em lei para depositar, em instituições específicas, um ou mais exemplares de todas as

publicações produzidas por qualquer meio ou processo, para distribuição gratuita ou venda”.

6) Que tipo de material (suporte físico) é passível de depósito legal?

1. Paraná (1964): Qualquer material bibliográfico destinado à circulação pública, como livros, folhetos, revistas, mapas, periódicos, obras musicais, etc.

2. Bahia (1977): Livros, periódicos, separatas, folhetos, mapas, estudos, projetos, planos e outras matérias afins que se destinem à venda ou à distribuição gratuita, de circulação livre ou restrita.

3. Santa Catarina (1999): Obras impressas e digitais, como livros, cartilhas, jornais, revistas, catálogos, folhetos, mapas e outras, sobre qualquer suporte físico ou eletrônico, e destinado à comercialização ou distribuição gratuita.

4. Pernambuco (2003): Livros, folhetos, revistas, jornais, mas também obras musicais, partituras, CDs, mapas, estampas, comunicação oficial de todo lançamento, medalhas, gravuras sobre madeira, metal ou outra substância, selos, medalhas e outras espécies numismáticas, quando impressos ou cunhados por conta do Governo Estadual.

5. Ceará (2003): Livros, cartilhas, jornais, revistas, catálogos, folhetos, mapas e outras, sobre qualquer suporte físico, e destinado à comercialização ou distribuição gratuita. Selos, medalhas e outras espécies numismáticas, quando impressos ou cunhados por conta do Governo Estadual.

6. Espírito Santo (2005): Todas as publicações produzidas por qualquer meio ou processo, para distribuição gratuita ou venda. Abrange também as publicações oficiais dos níveis da administração estadual e municipal, compreendendo ainda as dos órgãos e entidades de administração direta e indireta, bem como as das fundações criadas, mantidas ou subvencionadas pelo Poder Público.

7. Distrito Federal (2006): Livros, revistas, jornais, obras musicais, partituras, *compact discs* (CDs) e mapas.

8. PiauÍ (2006): Livros, cartilhas, jornais, revistas, catálogos, folhetos, mapas e outras, sobre qualquer suporte físico, e destinado à comercialização ou distribuição gratuita, selos, medalhas e outras espécies numismáticas, quando impressos ou cunhados por conta do Governo Estadual.

9. Paraíba (2010): Todas as publicações, produzidas por qualquer meio ou processo, para distribuição gratuita ou venda; de editoras comerciais instaladas na cidade, bem como de livros publicados com recursos públicos oriundos de incentivos fiscais e de órgãos, secretarias e autarquias da administração pública municipal direta ou indireta.

10. Rio Grande do Norte (2017): Todas as publicações produzidas por qualquer meio ou processo, para distribuição gratuita ou venda. Abrange as publicações oficiais dos níveis da administração estadual e municipal, compreendendo ainda as dos órgãos e entidades de administração direta e indireta, bem como as das fundações criadas, mantidas ou subvencionadas pelo poder público.

A legislação de Santa Catarina teve uma atualização em 2021 incluindo os materiais digitais, para garantir que as versões digitais sejam remetidas ao acervo da Hemeroteca Digital Catarinense “para fins de preservação e consultas públicas pela Internet”. É a única, dentre as legislações, que consideram a salvaguarda de material digital. A problemática de outros estados pode ser o mecanismo de guarda das obras, visto que nem todos têm suporte tecnológico para utilização de plataformas de gestão de documentos digitais, não se justificaria a remessa deste tipo de documento para estas instituições.

7) Qual o número de exemplares a ser enviado?

1. Paraná (1964): No mínimo dois exemplares.
2. Bahia (1977): Dois exemplares de cada edição.
3. Santa Catarina (1999): Um exemplar de cada publicação.
4. Pernambuco (2003): Três exemplares completos e em perfeito estado de conservação. Com exceção no caso de medalhas, gravuras sobre madeira, metal ou outra substância, selos e outras espécies numismáticas em que a exigência é de um exemplar.
5. Ceará (2003): Dois exemplares de cada publicação.
6. Espírito Santo (2005): Um ou mais exemplares.
7. Distrito Federal (2006): Dois exemplares completos e em perfeito estado de conservação.

8. Piauí (2006): Dois exemplares.
9. Paraíba (2010): Um ou mais exemplares.
10. Rio Grande do Norte (2017): Um ou mais exemplares.

8) Os objetivos do depósito legal estão claramente explicitados?

1. Paraná (1964): Sim, inclusive pontua a importância em várias camadas da sociedade. Estado: “pela preservação de seu patrimônio cultural (literário, artístico, científico, técnico, etc.)”; Autor: “pela garantia da sobrevivência material de sua obra” e Público: “pelo auxílio à formação e informação de estudantes, profissionais e do povo em geral no que se refere às coisas do Paraná” e “pelo resguardo material das fontes de consulta pra quaisquer pesquisadores em todos os tempos da cultura paranaense”.

2. Bahia (1977): Não. A legislação não esclarece o propósito do depósito de obras.

3. Santa Catarina (1999): Sim. “Tem por objetivo assegurar o registro e preservar, através da guarda de publicações, a memória do Estado de Santa Catarina”.

4. Pernambuco (2003): Não. A legislação não esclarece o propósito do depósito de obras.

5. Ceará (2003): Sim. “Tem por objetivo assegurar o registro e preservar, através da guarda de publicações, a memória do Estado do Ceará”.

6. Espírito Santo (2005): Sim. “Objetivando assegurar o registro e a guarda da produção intelectual estadual, além de possibilitar o controle, a elaboração e a divulgação da bibliografia capixaba corrente, bem como a defesa e a preservação da cultura estadual”.

7. Distrito Federal (2006): Não esclarece pontualmente, mas informa na ementa que além da remessa, dispõe também da guarda, conservação e preservação.

8. Piauí (2006): Sim. “Tem por objetivo assegurar o registro e preservar, através da guarda de publicações, a memória do Estado do Piauí”.

9. Paraíba (2010): Sim. “Objetivando assegurar o registro e a guarda da produção intelectual local, além de possibilitar o controle, a elaboração e a

divulgação da bibliografia pessoense corrente, bem como a defesa e a preservação da língua e cultura nacionais e regionais”.

10. Rio Grande do Norte (2017): Sim. “Objetivando assegurar o registro e a guarda da produção intelectual do Estado do Rio Grande do Norte, além de possibilitar o controle, a elaboração e a divulgação da bibliografia potiguar corrente, bem como a defesa e a preservação da cultura estadual”.

A justificativa apresentada na maioria das legislações aponta a preservação e guarda da produção regional como principais objetivos.

9) A norma expõe de forma clara quem é o proprietário da coleção de depósito legal?

Em nenhuma das leis analisadas esclarece o proprietário dessas obras. Entende-se que são as bibliotecas de destino da remessa, mas não há registro explícito que serão guardiãs da coleção.

10) Estão previstas sanções para o caso de ocorrência do não cumprimento da norma? De que tipo?

1. Paraná (1964): Não há sanção.

2. Bahia (1977): Não há sanção.

3. Santa Catarina (1999): Impedimento “de firmar contratos e convênios com a Fundação Catarinense de Cultura, e de concorrer a quaisquer benefícios por ela oferecidos, até a regularização da situação”.

4. Pernambuco (2003): Multa 100 vezes valor unitário da obra (ou o dobro caso os exemplares não sejam protocolados no Setor de Processos Técnicos da biblioteca). A multa recebida será parte da receita da Sociedade Amigos da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco – SABEPE.

5. Ceará (2003): Impedimento de firmar contratos e convênios com o Estado do Ceará, através da Secretaria de Cultura, e de concorrer a quaisquer benefícios por ela oferecidos, até a regularização da situação.

6. Espírito Santo (2005): “Multa correspondente a até 100 (cem) vezes o valor da obra no mercado; e apreensão de exemplares em número suficiente para atender às finalidades do depósito”.

7. Distrito Federal (2006): Multa 100 vezes valor unitário da obra (ou o dobro caso os exemplares não sejam protocolados na Diretoria da Biblioteca Pública do Distrito Federal).

8. Piauí (2006): Impedimento “de firmar contratos e convênios com o estado do Piauí, através da Secretaria da Cultura - SEDUC, e de concorrer a quaisquer benefícios por ela oferecidos, até a regularização da situação”.

9. Paraíba (2010): Multa correspondente a até 100 (cem) vezes o valor da obra no mercado; e apreensão de exemplares em número suficiente para atender às finalidades do depósito.

10. Rio Grande do Norte (2017): Multa correspondente a até 100 (cem) vezes o valor da obra no mercado; e apreensão de exemplares em número suficiente para atender às finalidades do depósito, que será parte da receita da Biblioteca Pública Câmara Cascudo.

Mesmo trazendo sanções, percebe-se que não há previsão legal sobre a fiscalização dessa remessa ou depósito.

11) Existe alguma cláusula específica na norma que oriente sobre a preservação do material depositado?

1. Paraná (1964): Não.

2. Bahia (1977): Não.

3. Santa Catarina (1999): Não.

4. Pernambuco (2003): A Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco fornecerá recibos de depósito de todas as publicações arrecadadas, reservando-se o direito de determinar a substituição de todo e qualquer exemplar que apresente falha de integridade física.

5. Ceará (2003): Não.

6. Espírito Santo (2005): A Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo “Levy Cúrcio da Rocha” fornecerá recibos de depósitos de todas as publicações

arrecadadas, reservando-se o direito de determinar a substituição de todo e qualquer exemplar que apresente falha de integridade física.

7. Distrito Federal (2006): A Biblioteca Pública do Distrito Federal fornecerá recibos de depósito de todas as publicações arrecadadas, reservando-se o direito de determinar a substituição de todo e qualquer exemplar que apresente falha de integridade física.

8. Piauí (2006): Não.

9. Paraíba (2010): A Biblioteca Pública Municipal de João Pessoa fornecerá recibos de depósito de todas as publicações arrecadadas, reservando-se o direito de determinar a substituição de todo e qualquer exemplar que apresente falha de integridade física.

10. Rio Grande do Norte (2017): A Biblioteca Pública Câmara Cascudo (BPCC) fornecerá recibos de depósito de todas as publicações arrecadadas, reservando-se o direito de determinar a substituição de todo e qualquer exemplar que apresente falha de integridade física.

12) Existe alguma cláusula específica na norma que oriente sobre o acesso ao material depositado?

Nenhuma das legislações traz orientações sobre o acesso ao material depositado. Somente na legislação de Santa Catarina no caso de acervo digital: “a versão digital será remetida para compor o acervo da Hemeroteca Digital Catarinense, para fins de preservação e consultas públicas pela Internet”.

Esta questão se relaciona ao questionamento 8 sobre o proprietário da coleção, visto que o não esclarecimento sobre o armazenamento dessas obras traz como consequência a falta de informação sobre seu acesso.

13) Qual o prazo para a realização do depósito?

1. Paraná (1964): Somente esclarece sobre os filmes documentários que serão depositados após 10 anos de lançamento, pela conservação e uso.

2. Bahia (1977): Cinco dias do seu lançamento ou dez dias de sua produção ou edição.

3. Santa Catarina (1999): A remessa deve ser realizada antes da distribuição ou comercialização. São quinze dias úteis a contar da saída do processo de impressão e para periódicos de distribuição diária em até 7 dias de sua circulação.

4. Pernambuco (2003): Prazo máximo de cinco dias contados da data do lançamento.

5. Ceará (2003): A remessa deve ser realizada antes da distribuição ou comercialização. São quinze dias úteis a contar da saída do processo de impressão e para periódicos de distribuição diária em até 7 dias de sua circulação.

6. Espírito Santo (2005): Até trinta dias após a publicação da obra.

7. Distrito Federal (2006): Prazo máximo de cinco dias, contados da data de lançamento da primeira edição.

8. Piauí (2006): Vinte dias úteis a contar de sua saída do processo de impressão e os periódicos de distribuição diária deverão ser remetidos no prazo de sete dias a contar da data de sua criação.

9. Paraíba (2010): Até trinta dias após a publicação da obra.

10. Rio Grande do Norte (2017): Até trinta dias após a publicação da obra.

Neste caso, viu-se que as legislações pesquisadas possuem um padrão de redação, com muitas delas seguindo a publicação do depósito legal nacional como modelo. Mesmo com a redação similar, as legislações não esclarecem a obrigatoriedade de envio das obras tanto para a biblioteca do estado ou da cidade, quanto para a Biblioteca Nacional, visto que o recebimento não é unificado. A legislação do Rio Grande do Norte é a única que menciona a FBN: “Os dispositivos desta Lei não importam em prejuízo ao depósito legal a ser efetuado no âmbito da Biblioteca Nacional, nos termos da Lei Federal nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004”. Este tipo de situação pode confundir editores e autores, apesar de que a obrigatoriedade do depósito não é do autor.

No Quadro 12 é possível ver a síntese das questões analisadas:

Quadro 12 - Síntese das questões sobre a legislação de depósito legal regional

Normas legais	Lei específica	Instituição que recebe	Responsáveis pelo envio	Envio obrigatório	Define depósito legal	Define o material	Nº mínimo de ex.	Objetivos explícitos	Define proprietário da coleção	Sanções	Cláusula sobre preservação	Cláusula sobre acesso	Prazo para depósito
Paraná (1967)	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	2	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Bahia (1977)	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	2	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Santa Catarina (1999)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	1	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
Pernambuco (2003)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	3	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Ceará (2003)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	2	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
Espírito Santo (2005)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	1	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Distrito Federal (2006)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	2	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Piauí (2006)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	2	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
Paraíba (2010)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	1	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Rio Grande do Norte (2017)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	1	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim

Fonte: Da autora

Dentre as finalidades apresentadas por Rodrigues (2016), a finalidade cultural em âmbito regional pode ser identificada em cada legislação, na busca de preservação do patrimônio bibliográfico. A finalidade social também é reconhecida de forma explícita no Decreto do Paraná, em que é apresentado o benefício do depósito para o público. A finalidade política também é identificada nas legislações ao apresentarem a elaboração de bibliografias regionais. A única finalidade não identificada nesta documentação é a finalidade legal, pois não prevê registro ou tombamento de direito autoral, reponsabilidade da Biblioteca Nacional do Brasil.

4.3.2 Políticas de Desenvolvimento de Coleções

Na análise das políticas enviadas pelas bibliotecas respondentes, entende-se que a definição de políticas relacionadas ao desenvolvimento de coleções mostra a preocupação das bibliotecas ou dos sistemas de bibliotecas em auxiliar o processo decisório das bibliotecas formando coleções coerentes e pertinentes à comunidade.

Nas bibliotecas públicas, a constituição do acervo deve ter relação com seu papel na comunidade, visto que sua atuação pode variar, algumas mais ligadas ao papel educacional da comunidade e outras ao papel cultural. No entanto, nas políticas analisadas, não foi identificado mecanismos que auxiliem as bibliotecas no estudo da comunidade para identificar seus usuários reais e potenciais.

No Quadro 13, considerando os modelos de políticas de desenvolvimento de coleções e todas as questões que as influenciam, foi avaliado:

- a) Público da política: se é um documento para uma biblioteca pontual, para uma rede de bibliotecas ou para o sistema de bibliotecas;
- b) Tipo de política: se tem uma abordagem geral ou específica dos processos do desenvolvimento de coleções, conforme propõe Weitzel (2013);
- c) Função: qual o(s) ponto(s) principal(is) para o desenvolvimento de coleções;
- d) Etapas: as etapas trazidas na política, de forma desenvolvida, sendo elas segundo Evans (1979), estudo de comunidade, seleção, aquisição, desbaste, descarte, avaliação. Não é considerada somente a menção, é preciso desenvolver sobre a etapa;

- e) Compreende: são as influências do processo de tomada de decisão segundo Klaes (1991), como: necessidades informacionais dos usuários, uso das coleções, recursos bibliográficos e recursos orçamentários;
- f) Aspectos operacionais: que traz Seleção de material bibliográfico, Alocação de recursos financeiros, Aquisição de material bibliográfico, Duplicação de material bibliográfico, Reposição de material bibliográfico e Descarte de material bibliográfico, conforme estudos de Klaes (1991).

Quadro 13 - Análise geral das políticas

Pol.	Público	Tipo de política	Função	Etapas	Compreende	Aspectos operacionais
1	Sistema	Geral	Público; preservação	Seleção; Aquisição; Avaliação; Desbaste; Descarte	Recursos bibliográficos	Seleção de material bibliográfico; Aquisição de material bibliográfico; Descarte de material bibliográfico
2	Rede	Geral	Público; objetivo	Seleção; Aquisição; Avaliação; Desbaste; Descarte	Uso das coleções; Recursos bibliográficos	Seleção de material bibliográfico; Descarte de material bibliográfico
3	Biblioteca	Geral	Público	Seleção; Aquisição; Avaliação; Descarte	Recursos bibliográficos	Seleção de material bibliográfico; Aquisição de material bibliográfico; Reposição de material bibliográfico; Descarte de material bibliográfico
4	Rede	Geral	Público	Seleção; Aquisição; Avaliação; Desbaste	Uso das coleções; Recursos bibliográficos	Seleção de material bibliográfico; Aquisição de material bibliográfico; Descarte de material bibliográfico
5	Rede	Geral	Público; objetivo	Estudo da comunidade; Seleção; Aquisição; Avaliação; Desbaste; Descarte	Necessidades informacionais dos usuários; Uso das coleções; Recursos bibliográficos; Recursos orçamentários	Seleção de material bibliográfico; Aquisição de material bibliográfico; Descarte de material bibliográfico
6	Biblioteca	Geral	Público; Preservação; objetivo	Seleção; Aquisição; Avaliação; Desbaste; Descarte	Uso das coleções; Recursos bibliográficos	Seleção de material bibliográfico; Aquisição de material bibliográfico; Reposição de material bibliográfico; Descarte de material bibliográfico

7	Biblioteca	Específica	Público; preservação	Seleção; Aquisição	Recursos bibliográficos	Seleção de material bibliográfico; Aquisição de material bibliográfico
8	Biblioteca	Específica	Objetivo	Descarte		Descarte de material bibliográfico
9	Biblioteca	Geral	Público; preservação	Seleção; Aquisição; Avaliação; Desbaste; Descarte	Uso das coleções; Recursos bibliográficos; Recursos orçamentários	Seleção de material bibliográfico; Alocação de recursos financeiros; Aquisição de material bibliográfico; Descarte de material bibliográfico
10	Biblioteca	Geral	Público; preservação; objetivo	Seleção; Aquisição; Avaliação; Desbaste	Recursos bibliográficos	Seleção de material bibliográfico; Aquisição de material bibliográfico; Descarte de material bibliográfico
11	Biblioteca	Geral	Público	Seleção; Aquisição; Desbaste; Descarte	Recursos bibliográficos	Seleção de material bibliográfico; Aquisição de material bibliográfico; Reposição de material bibliográfico; Descarte de material bibliográfico
12	Biblioteca	Específico	Objetivo	Seleção	Uso das coleções	Seleção de material bibliográfico
13	Sistema	Geral	Público	Seleção; Aquisição; Avaliação; Desbaste; Descarte	Uso das coleções; Recursos bibliográficos	Seleção de material bibliográfico; Aquisição de material bibliográfico; Reposição de material bibliográfico; Descarte de material bibliográfico
14	Biblioteca	Geral	Objetivo	Seleção; Aquisição; Desbaste; Descarte	Recursos bibliográficos	Seleção de material bibliográfico; Aquisição de material bibliográfico; Descarte de material bibliográfico
15	Rede	Geral	Público; preservação	Seleção; Aquisição; Desbaste; Descarte	Recursos bibliográficos	Seleção de material bibliográfico; Aquisição de material bibliográfico; Reposição de material bibliográfico; Descarte de material bibliográfico
16	Biblioteca	Específico	Objetivo	Seleção	Uso das coleções	Seleção de material bibliográfico

Fonte: Da autora

Pelo Quadro 13, é possível verificar que apesar de Vergueiro (1989) apontar que a ênfase no processo do desenvolvimento de coleções nas bibliotecas públicas deve ser no estudo da comunidade, avaliação e desbastamento, as políticas analisadas mostram que o foco é na seleção de materiais, seguido da aquisição. O estudo de usuários, por exemplo, aparece em somente uma política, demonstrando que não é uma ação frequente no processo de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas públicas. Essa falta de análise da comunidade pode prejudicar a biblioteca em cumprir sua missão ao não compreender seu público-alvo como aponta Weitzel (2013).

Na **Política 1** foram identificadas algumas questões relacionadas às coleções especiais. A primeira menção foi nos objetivos específicos constando “constituir um acervo de memória em assuntos brasileiros” e “aquisição e tratamento das coleções especiais”. Esta política orienta a gestão das coleções em diversas bibliotecas públicas e as informações que traz vai influenciar o pensamento e a tomada de decisão de outras instituições, sendo uma delas a indicação que um exemplo de coleção especial é uma estante de autores locais.

Ao tratar de multimeios, a política aponta como um material que pode ser recebido na biblioteca, porém fica a critério das instituições. Também traz critérios para seleção de “obras raras ou especiais”, incluindo “obras de conteúdo histórico para determinada localidade”.

Sobre a constituição de uma Coleção Especial, esclarecem:

a Biblioteca poderá criar uma estante sobre a história daquela cidade, incluir Registros Iconográficos, Hemeroteca, Mapoteca, Artistas da Cidade, eventos Históricos realizados, etc. A Biblioteca poderá criar também a Estante do Escritor [local] e dentro desta criar uma Subcoleção dos escritores daquela cidade em específico.

A **Política 2** orienta várias bibliotecas públicas e esclarece que busca a

[...] consolidação de uma política de gestão de acervo das bibliotecas por meio do desenvolvimento, preservação, conservação e tratamento do acervo. Esta política apresenta-se como instrumento norteador do desenvolvimento dos acervos da rede de bibliotecas públicas com acervo circulante.

No documento fica explícito que as orientações são apenas para bibliotecas públicas de acervo circulante, excluindo os acervos de acesso restrito como os de memória. A política também apresenta materiais não-bibliográficos caracterizados

como multimeios e apresenta dentre as fontes bibliográficas a literatura infantil e história em quadrinhos como materiais possível nas bibliotecas.

A **Política 3** é para uma biblioteca específica e define critérios para a composição do seu acervo e traz:

[...] o conjunto de atividades características por um processo decisório que determina a conveniência de se adquirir, manter ou descartar materiais bibliográficos e não bibliográficos, tendo como base critérios previamente estabelecidos, visando a formação ideal do acervo, tornando-se um instrumento para planejamento e avaliação.

Na seleção do material bibliográfico é levado em consideração, dentre outros, os seguintes fatores: “valor histórico para a Instituição/área” e “Obras raras ou especiais”, permitindo a composição de acervos de memória. O documento apresenta, dentre os critérios de obras raras, “a edição de autores locais”.

A **Política 4** também é para uma biblioteca específica, e “se destina a estabelecer critérios e modelos de trabalho a serem utilizados no desenvolvimento dos acervos das Bibliotecas em questão”.

Dentre a cobertura temática, o acervo da biblioteca é composto, dentre outras coleções: DVDs e CDs (multimeios), Coleção acessível com Braille (multimeios), Setor infanto-juvenil (temática), Acervo de escritores da entidade (memória) e Acervo histórico (memória). Para a quantidade de exemplares, o documento considera caso especial, dentre outros, “história e cultura da cidade [...], dos estados [da região] até 1800”.

Outra preocupação quanto a memória se dá no remanejamento de itens com mais de 50 anos, independente do assunto, passarem a compor o Acervo Histórico. Este procedimento é pensando na questão da conservação, visto que a coleção é de consulta local. Nesta ação é possível reconhecer a questão apresentada por Weitzel e Santos (2018) sobre a perda das últimas cópias do século XX, com sugestão de salvaguarda de obras desatualizadas, mas que podem ser fontes de informação descartadas pela maioria das bibliotecas.

A **Política 5** norteia duas bibliotecas que fazem parte do Centro Cultural da cidade. Inicia com uma contextualização do que se espera das bibliotecas integradas a um centro cultural, destacando que a biblioteca deve priorizar a difusão.

Em consoante com políticas culturais, uma política de desenvolvimento de coleções de uma biblioteca pública integrante de um centro cultural deve compreender que direito cultural não significa somente propiciar que o público tenha acesso às imagens e ideias

produzidas por elites ilustradas ou pela indústria cultural, mas, sobretudo, propiciar a produção cultural onde possa se reconhecer e ampliar suas experiências de mundo.

O acervo pode ser composto por multimeios e coleções temáticas. O acervo de memória não fica nas coleções especiais, com exceção da Gibiteca, pois as obras raras ou especiais são encaminhadas a outra biblioteca da cidade, responsável pela salvaguarda de coleções de memória. A biblioteca utiliza o *Conspectus* como metodologia de seleção, definindo níveis para áreas do conhecimento no acervo, conforme apresentado por Caribé (2014) e Brasil (2014).

A **Política 6** determina critérios para a formação e o desenvolvimento de coleções que compõem o acervo de uma biblioteca. O acervo possui obras temáticas, de memória e multimeios. Dos acervos locais, são considerados para compor suas coleções as obras de autores locais e sobre a localidade. Para os acervos de memória também consideram a inclusão de obras raras, históricas e obras institucionais. As obras institucionais também possuem uma coleção digital.

As obras raras possuem uma definição de critérios explicativa justificando a adoção de cada um destes critérios, inclusive contando como critérios de raridade “a primeira edição de autores [locais] consagrados” e “incunábulo regional até a data de 1970”.

A disposição das obras de autores locais utiliza como referência uma legislação local. Ela é uma subcoleção e fica disposta em destaque, mas não constitui uma coleção separada. “É composta por obras literárias produzidas no [local], conforme a Lei [...], que cria a Estante do Escritor [Local] a ser implantada nas bibliotecas públicas, nas escolares e nas localizadas nos prédios da administração direta, indireta ou fundacional do [Local]”.

Os multimeios possuem somente audiolivros no momento e as coleções temáticas são as infantis. No Espaço Geek estão as histórias em quadrinhos, os mangás, os jogos de tabuleiro, os *Role-Playing Games* (RPGs). O acervo também dá destaque para autores afro-brasileiros, com a adoção de um selo incluído no livro chamado Selo Maria Firmina dos Reis. De modo que os usuários possam reconhecer estas obras em meio ao restante do acervo.

A **Política 7** é referente a uma biblioteca específica e traz informações sobre recebimento de obras trazendo a modalidade de doação e os critérios estabelecidos para recebimento de doações de livros. Dentre as obras permitidas para

recebimento, a política traz os acervos temáticos e os de memória local com edições do estado, sobre o estado e de autores do estado.

A **Política 8**, que também orienta somente uma biblioteca, traz a condição de descarte na biblioteca após avaliação do acervo. Não traz informações sobre a formação do acervo ou das coleções.

A **Política 9** que também atende a uma biblioteca específica, se trata de uma política documentada que esclarece e sedimenta, a qualquer tempo, “o crescimento assertivo e atualizado da coleção, tanto em relação à qualidade quanto à quantidade”. A política já apresenta uma diversificação de materiais de interesse da biblioteca, incluindo acervos de memória, temáticos e multimeios. Os materiais especiais para a biblioteca condizem com:

Coleções não-convencionais e/ou destinadas a grupos especiais de usuários tais como as das Seções Infantil, Braille, Multimeios, Gibiteca. Além de materiais como: filmes audiodescritos, livros falados, livros digitalizados para deficientes visuais, audiolivros, jogos de tabuleiros, partituras, mapas, cartões-postais, cartazes, fotos, materiais de filatelia e numismática.

Já as coleções de memória são as que reúnem “obras raras” e “obras históricas e documentais”. As obras históricas correspondem àquelas “Publicações e materiais relativos ao depósito legal e à memória sociocultural e histórico documental local”.

Para o acervo sobre o patrimônio intelectual [do estado], a política acrescenta que:

[...] deve ser garantida a formação contínua mediante doações recebidas a título de depósito legal, a fim de preservar a memória bibliográfica e documental do [estado], sendo: livros [do estado]: 2 exemplares por título para obras de cunho histórico-cultural e edições fac-símiles.

A política esclarece que obras de escritores do estado ou relacionadas ao estado são disponibilizadas no acervo circulante, além de manter exemplares preservados na seção da memória regional. As obras raras possuem critérios de raridade definidos para seleção de obras, sendo a referência tendo sido usado como referência para a criação deles, aqueles apresentados no PLANOR. As obras raras não incluem as obras de memória local, visto que a biblioteca possui setor específico para este acervo, que

[...] fica com a responsabilidade do recolhimento, guarda, preservação e disseminação das informações registradas no patrimônio bibliográfico estadual. Assim, a Divisão garante o depósito

legal de: livros e folhetos de autores [locais] (natos ou radicados), sobre o [Estado] e obras editadas no Estado, publicações oficiais do Estado, periódicos [locais] retrospectivos e correntes, revistas e jornais, tanto da capital como de outros municípios do [Estado], além de materiais especiais, tais como obras raras, mapas, fotografias, cartazes, cartões postais, partituras musicais, microfilmes, arquivo de recortes de periódicos com informações atualizadas sobre assuntos gerais, municípios e biografias [do estado].

Na distribuição de recursos prevista nesta política, atendendo aproximadamente 5% do orçamento para a biblioteca ficam destinados para obras [do estado]. Audiolivros também tem definida a mesma porcentagem. Já para a literatura infanto-juvenil são estimados 20%. Obras de escritores que editam seus livros pela Lei de Incentivo Fiscal, onde existe a obrigação de doação de exemplares, devem dar prioridade de envio para a Biblioteca Estadual.

A responsabilidade pela guarda da memória institucional da biblioteca também está explícita na política, onde a divisão de obras estaduais:

[...] fica também responsável pela Memória Institucional, cujo acervo deve ser constituído por itens que possam resgatar, preservar e disseminar a trajetória histórica da Biblioteca [...]. São eles: relatórios anuais de atividades, publicações institucionais, periódicos (jornais, revistas e boletins informativos), arquivo de recortes das matérias publicadas nos periódicos, documentos (atas, escrituras, panfletos, folhetos, correspondências, livros de abertura de eventos diversos, convites), material iconográfico (fotos, cartazes, cartões-postais), gravações de vídeo (eventos), gravação de som (CD, entrevistas gravadas), artefatos tridimensionais (troféus, máquinas, quadros, objetos para exposição, medalhas) e outros objetos históricos.

A política também aponta a responsabilidade da biblioteca em colaborar com o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas repassando “diretrizes de política de Desenvolvimento de Coleções para nortear as diretrizes locais das bibliotecas dos municípios”.

A **Política 10** também é referente a uma biblioteca específica e “visa guiar a prática da formação do acervo”. Por isso, é um instrumento norteador que reflete as expectativas projetadas para o perfil desta biblioteca, trazendo a preocupação com o controle da proporcionalidade do acervo a partir da distribuição de obras pelas coleções. Das coleções que podem ser enquadradas como temática, a política menciona somente a literatura infantil, sem fazer menção a qualquer outro tipo de acervo que possam ser caracterizados como coleção especial.

A **Política 11**, que também atende a uma única biblioteca, traz “um conjunto de diretrizes para tomada de decisões quanto à formação e desenvolvimento do

acervo” considerando a aquisição, o tratamento e o descarte de materiais bibliográficos e não bibliográficos, mediante critérios previamente estabelecidos.

Na coleção desta biblioteca existem obras de memória, temática e multimeios, sendo as obras de memória a produção dos escritores locais, os multimeios, os CDs e os DVDs e os brinquedos, e os temáticos as obras de literatura infantil, os quadrinhos e os jogos.

Nos critérios de remanejamento estipulados nesta política, estão condicionados os elementos para atribuição de raridade, considerando raros os “livros com data de publicação anterior a 1950 com valor histórico e editorial”. Tal remanejamento remete as condições apontadas por Weitzel e Santos (2018), na necessidade das bibliotecas se preocuparem com a preservação da produção literária do século XX, visto que estas obras não estão entre as obras mais atuais dos acervos, nem têm condições de raridade, sendo descartadas em massa nas instituições.

A **Política 12** trata de uma biblioteca específica e apresenta somente uma tabela quantitativa de acervo “desenvolvida com o objetivo de facilitar o processo de inserção de materiais no acervo da [biblioteca], com base no número ideal de exemplares por grupo de material”. O documento está sendo finalizado e essa tabela é a referência atual das coleções. Neste acervo existe a representação das coleções especiais nos três níveis, a de memória com a memória regional e obras raras, a temática com a coleção infantojuvenil e os multimeios com a coleção Braille.

A **Política 13** orienta o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e “é um instrumento de gestão que contribui com o processo de formação de coleções através da avaliação e seleção de títulos de obras literárias em diversos suportes para a aquisição”. A partir desta política foram definidas questões relacionadas à aquisição de acervos, considerando o crescimento quantitativo e qualitativo e os meios de compra, doação ou permuta.

A Política de Desenvolvimento de Coleções tem por missão promover o desenvolvimento planejado da coleção do [Sistema] para composição do acervo, levando em consideração a singularidade de cada biblioteca integrante do Sistema, permitindo o crescimento racional e equilibrado das coleções, em todas as áreas do conhecimento e em todos os suportes e formatos, de forma a atender às necessidades informacionais de pesquisa dos usuários.

Entende-se a partir da política, que a formação de coleções deve estar de acordo com as missões de cada biblioteca pública, a partir da definição de critérios

para a avaliação, seleção, aquisição e desbaste (livros, periódicos, recursos eletrônicos e coleções especiais). O documento destaca a importância do crescimento racional e equilibrado das coleções em todas as áreas do conhecimento, que deem suporte à formação do leitor, buscando orientar neste sentido.

Nos objetivos desta política as coleções especiais também são consideradas, inclusive sendo mencionadas no objetivo geral. Com um capítulo específico para políticas especiais, este documento traz a explicação das coleções de memória institucional, memória local e obras raras.

A política menciona os multimeios, incluindo também os livros com suportes que permitem acessibilidade como Braille e Audiolivro. A política também destaca a importância de verificar o valor histórico do documento selecionado, bem como a necessidade de “resguardar materiais sobre a história [do Estado], incluindo publicações de autores [do estado] e publicações da [Secretaria]”. Outra situação prevista na política é a possibilidade de solicitação de doações a partir de lançamentos de livros na biblioteca.

Uma das bibliotecas contempladas no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas é uma biblioteca depositária do Estado, sendo assim, o documento apresenta políticas especiais trazendo a função desta biblioteca: “a Biblioteca Depositária tem por finalidade preservar a memória editorial da instituição mantenedora, por meio de armazenamento das publicações editadas pela [Secretaria de Cultura do Estado]”. Também é relacionada com essa política a Documentação [do estado] que contempla as publicações de autores [do estado] e aquelas que versam sobre [o Estado], sempre orientando às bibliotecas municipais que se faça o repasse de exemplares à Biblioteca Estadual.

A política também apresenta as características das obras raras para reconhecimento nas bibliotecas públicas municipais:

- a) Obras incomuns, de alto valor e pouco disponível no mercado, com as seguintes características:
- b) Obras impressas em qualquer local, dos séculos XVI ao XVIII (1800);
- c) Obras editadas no Brasil no século XIX (1900);
- d) Livros que retratam o Brasil nos seus primeiros anos, incluindo relato dos viajantes;
- e) Edições de luxo, impressas e suportes especiais, ilustradas por artistas célebres;
- f) Obras censuradas;

- g) Obras de tiragem reduzida, com dedicatória e anotações manuscritas do autor;
- h) Literatura nacional e estrangeira (as primeiras edições);
- i) Fontes primárias.

A política orienta, no entanto, que as “obras impressas em qualquer local, dos séculos XVI ao XVIII (1800)” devem ser encaminhadas à biblioteca estadual para sua devida guarda.

Além das obras raras, a política conceitua obras valiosas e especiais como “obras que não apresentam características de raridade, mas são fontes relevantes para a pesquisa” considerando “primeiras edições ou a edição mais antiga” e “fac-símiles e reedições de assuntos relevantes sobre o Brasil”.

Os periódicos raros também são previstos nesta política, que traz nela critérios específicos para seleção deste tipo de obra. A política contempla uma coleção de recursos eletrônicos e multimeios que considera os seguintes materiais: CD-ROM, CD, DVD, Blue Ray, Internet e e-books. Também apresentam o “acervo acessível” definindo os materiais relacionados à acessibilidade e orientando a seleção. Também apresenta uma biblioteca digital especializada na história [do Estado].

A **Política 14** atende a uma biblioteca específica e apresenta:

o conjunto de atividades caracterizadas por um processo decisório que determina a conveniência de se adquirir, manter ou descartar materiais bibliográficos e não bibliográficos, tendo como base critérios previamente pré-estabelecidos, visando a formação ideal do acervo, tornando-se um instrumento para planejamento e avaliação.

Nesta política estão contemplados os materiais bibliográficos e não bibliográficos, ou seja, ela também se ocupa dos multimeios. A partir desse documento, verifica-se que existe uma seção de materiais especiais que é “composta por Jornais, Revistas, Obras Raras, Microfilmes e Manuscritos”.

Na seleção do material bibliográfico são levados em consideração vários critérios, entre eles, “obras raras e especiais”, obras com “anotações ou dedicatórias de notáveis” e de “valor histórico para a instituição/área”. Com relação às obras raras são considerados: incunábulos, materiais impressos até 1900, primeiras edições nacionais e regionais, edições especiais, reduzidas e clandestinas e exemplares especiais com marcas de propriedade. É previsto também um acervo de custódia de “obras anteriores à 1970, que estejam em bom estado de conservação e que tratem de assuntos relevantes, mas que dificilmente são consultados”. Tal ação

remete novamente a defesa de Weitzel e Santos (2018) na salvaguarda de publicações do século XX.

A **Política 15**, que também é referente a uma biblioteca específica, define:

[...] os critérios adotados para a composição do acervo e promove o desenvolvimento das coleções de maneira consistente, estabelecendo diretrizes a serem seguidas, no processo de seleção, aquisição e desbastamento dos materiais que compõem seus acervos tanto na biblioteca matriz como os de seus ramais, Espaço Cultural e pontos de leitura.

Na formação do acervo desta biblioteca são previstos materiais de diferentes suportes, como os multimeios. Para o processo de seleção e aquisição, a política orienta que existem vários critérios, dentre eles, “obras raras e especiais”, obras com “anotações ou dedicatórias de notáveis” e obras com “valor histórico”. Tal orientação se assemelha àquela apresentada pela Política 14, porém não acrescenta as características de uma obra rara ou especial, deixando uma lacuna no entendimento desse material para a biblioteca.

No que diz respeito ao que se intitulam materiais especiais na política, verifica-se que esta denominação diz respeito aos multimeios, sendo eles: os documentos cartográficos, a música impressa, as gravações de som, os filmes cinematográficos e gravações de vídeo, os materiais gráficos, os recursos eletrônicos, os artefatos tridimensionais e a realia. O diferencial apresentado nesta política diz respeito às orientações quanto aos materiais especiais, sendo estruturado um quadro com a descrição de cada material, auxiliando a biblioteca no processo de identificação.

Por último, a **Política 16** que também atende a uma biblioteca específica apresenta, no documento, todas as coleções da biblioteca. Dentre as coleções estão acervos de multimeios, temáticos e de memória presentes na: coleções de multimeios, de obras infantis, de história em quadrinhos, de livros brinquedo, de acessibilidade, na mapoteca e nas obras raras.

4.4 Apontamentos dos resultados

A partir dos levantamentos realizados com os questionários, as entrevistas, as legislações sobre depósito legal e as políticas de desenvolvimento de coleções, foi possível analisar a realidade das coleções especiais em boa parte das bibliotecas

públicas brasileiras, principalmente no que diz respeito a existência, guarda e importância dada às coleções de memória.

Entre as dificuldades encontradas em relação à formação de coleções em bibliotecas públicas está o processo de aquisição das obras, visto que são majoritariamente oriundas de processos de doação. Neste caso, verifica-se a impossibilidade de se formar os acervos das bibliotecas públicas conforme as suas necessidades pontuais e específicas de títulos, pois é preciso esperar ou estimular a motivação da comunidade ou de outras instituições para a doação de livros. Estas questões foram levantadas nas respostas tanto dos questionários, quanto das entrevistas. Constatou-se também que muito do desenvolvimento de coleções depende das contrapartidas de leis de incentivo à leitura, em nível nacional e estadual, principalmente. Essa realidade se apresenta tanto em bibliotecas municipais, distritais e estaduais, mas com distinções entre as regiões brasileiras, onde algumas delas possuem ainda mais dependência desses processos como, por exemplo, a Região Nordeste que conta com 90% em doação na formação de seus acervos, segundo aponta o Ministério da Cultura (BRASIL, 2010).

Neste contexto, o processo de seleção se torna ainda mais essencial para o desenvolvimento de uma coleção coerente, que supra as necessidades informacionais das comunidades onde as bibliotecas públicas estão inseridas. Por isso, as políticas relacionadas ao desenvolvimento de coleções se tornam ferramentas indispensáveis no auxílio na tomada de decisão em diversos processos das bibliotecas. Assim como se mostra necessária a capacitação continuada dos profissionais que trabalham nestas instituições. Nas políticas sobre desenvolvimento de coleções apresentados pelas bibliotecas respondentes, vê-se a presença unânime da etapa de seleção, bem como ao aspecto operacional de seleção de material bibliográfico – com exceção da política de descarte apresentada. Esta presença se justifica na importância desta etapa nos trabalhos relacionados ao acervo.

Pelo levantamento realizado neste trabalho, apenas 8,8% do total de bibliotecas respondentes apresentaram suas políticas de desenvolvimento de coleções, em que parte delas representam iniciativas dos Sistemas Estadual de Bibliotecas Públicas, que buscam trazer diretrizes mínimas para serem seguidas pelas bibliotecas de todo o estado, na gestão e desenvolvimento dos seus acervos. As políticas, de tipos gerais, mais complexas no que diz respeito a orientações e

aprofundamento das coleções são aquelas que tratam de bibliotecas estaduais, ou redes de bibliotecas que incluem bibliotecas estaduais. Nestas políticas é possível identificar a estruturação das coleções especiais, bem como a importância das coleções de memória. Desta forma, entende-se que as bibliotecas estaduais percebem melhor seu papel na salvaguarda de coleções de memória do que as bibliotecas municipais.

Outra dificuldade relacionada ao principal método de aquisição de obras por parte das bibliotecas públicas, a doação, é a atualização das coleções, visto que a maioria das obras recebidas não corresponde aos lançamentos, mas possivelmente a títulos desatualizados, que as pessoas não querem mais manter em suas casas. No entanto, essa dinâmica pode proporcionar um cenário privilegiado para a aquisição e reunião de obras de memória, visto que, nas obras doadas podem estar títulos antigos, relevantes historicamente e que tratem da região, geralmente esgotados e difíceis de serem encontrados. Por vezes, essa também é a oportunidade de recebimento de itens de multimeios, em que as obras estão em suportes considerados obsoletos, de modo que, contém, não só a memória da tecnologia empregada na transmissão da informação, mas também, possivelmente podem se tratar de obras que não passaram por migração para um suporte mais atual. Neste contexto, as políticas de formação e desenvolvimento de coleções, mantendo critérios bem definidos para a seleção de materiais, podem auxiliar no resgate de itens com estas características.

A falta de profissional, em número suficiente e capacitado adequadamente para o trabalho nas bibliotecas públicas, também foi um ponto bastante mencionado na pesquisa. Tanto pela rotatividade de funcionários nas bibliotecas municipais, quanto pela falta de servidores públicos nas bibliotecas estaduais. Por um lado, os sistemas se mobilizam na capacitação de profissionais nas bibliotecas públicas municipais, mas com esta rotatividade de funcionários, os esforços nunca são suficientes. No Censo (2010) constatou-se que mais da metade dos dirigentes das bibliotecas públicas municipais não possui capacitação na área de Biblioteconomia. Já os demais funcionários destas bibliotecas, na sua maioria, 76% do total, possuem grau de instrução de nível médio, sendo que a metade das bibliotecas conta com no máximo até dois funcionários.

A problemática em relação a rotatividade de profissionais impacta diretamente na atuação das bibliotecas públicas no que diz respeito à continuidade de serviços,

tanto com relação ao acervo quanto em relação ao atendimento aos usuários. O principal objetivo de se ter documentação sobre as ações, atividades e diretrizes de uma instituição é orientar os procedimentos, permitindo um trabalho coerente ao que já foi feito, auxiliando novos funcionários na continuidade dos serviços. Neste contexto, a falta de normativa nas bibliotecas públicas dificulta o entendimento dos trabalhos realizados na biblioteca a longo prazo. Os critérios para seleção de obras são essenciais na formação das coleções, pois estabelecem um padrão nas coleções e a rotatividade de funcionários somada a falta de manuais e políticas resultam em bibliotecas com coleções inconsistentes ou descontinuadas.

Existe, portanto, uma falta de compreensão do papel dos acervos pelos próprios bibliotecários, dificuldade na compreensão das tipologias documentais, da missão institucional e de como elaborar políticas de desenvolvimento de coleções. Ao mesmo tempo que são os bibliotecários e outros profissionais das bibliotecas que permitem a preservação da memória, visto que a legislação não dá o suporte necessário, não dando garantia do cumprimento e efetividade do depósito legal, por exemplo.

Em relação às coleções especiais como um todo, percebe-se que elas se fazem presentes nas bibliotecas públicas, principalmente a partir das coleções de memória e coleções temáticas. Ao se verificar os critérios de seleção das coleções especiais já existentes nas bibliotecas públicas, observa-se que eles se ocupam, principalmente, de obras que representem uma memória regional e local, uma memória institucional, ou que tragam aspectos de raridade, ou seja oriundos de coleções particulares, ou sejam de determinada temática de alguma coleção, ou sejam multimeios, formando coleções especiais que mantêm tipologias documentais condizentes com aquelas apresentadas por Greenhalgh e Greenhalgh (2021). Mesmo que parte das instituições não nomeiem os acervos com documentação mencionada como coleções especiais, verifica-se que as obras de memória, as coleções temáticas e os multimeios estão presentes na constituição dos acervos de bibliotecas públicas brasileiras.

No caso dos multimeios presentes nas bibliotecas respondentes, percebe-se que este é um acervo que nem sempre está disponibilizado para o usuário, visto o tratamento de catalogação é diferenciado do restante do acervo, necessitando que um profissional capacitado faça sua descrição. O Censo (2010) identificou que não são comuns nas bibliotecas municipais os acervos com documentos audiovisuais e

em braile, estando presentes em 13% e 9% das bibliotecas, respectivamente. No entanto, na presente pesquisa verificou-se que dentre as tipologias mais presentes nas bibliotecas públicas respondentes estão: CDs de áudio (53%), DVDs (61%) e Livros em Braile (61%). Com mais de 10 anos após a realização do Censo (2010), este resultado demonstra uma maior representatividade dos multimeios nas coleções de bibliotecas públicas brasileiras.

Considerando a coleção temática, o Censo (2010) identificou que 52% das bibliotecas possuíam um setor infantil, o mais representativo em relação a este tipo de coleção. Já nos resultados da pesquisa, os livros infantis fazem parte do acervo de 94% das bibliotecas respondentes e 50% dessas possuem coleções separadas deste acervo. Essa expressividade na quantidade de coleções para o público infantil pode ser reflexo da falta de bibliotecas escolares e infantis nos municípios, restando às bibliotecas públicas este papel. Pelas bibliotecas respondentes, a motivação principal para a formação dos acervos temáticos considera os usuários, em sua maioria, principalmente na atuação das bibliotecas com o público infantojuvenil, dando destaque ao acervo específico para estes usuários.

Existe a preocupação da guarda de obras sobre a memória local e regional nas bibliotecas públicas. Considerando as coleções de memória, 153 bibliotecas, das 260 respondentes, possuem coleções de memória, aproximadamente 70% possuem essas coleções. As obras relacionadas à “memória local” e as “obras de autores locais” são as mais presentes nas bibliotecas públicas. Desta forma, constatou-se a valorização na seleção do acervo, em que dois terços das bibliotecas respondentes possuem prioridade alta ou média alta na seleção de obras de autores da cidade e obras sobre a cidade. E em relação a autores do estado e obras sobre o estado, metade das bibliotecas consideram prioridade alta ou média alta. Muitas vezes, mesmo não tendo um espaço separado no acervo, as bibliotecas destacam de alguma forma, comprovando o aspecto de visibilidade, apresentado por Greenhalgh e Greenhalgh (2021)

No âmbito estadual, verificou-se que o depósito legal se torna aliado no registro e recebimento de obras locais nas bibliotecas públicas, não sendo, no entanto, objeto de construção da bibliografia nacional e registro autoral como no caso do depósito legal nacional realizado pela Fundação Biblioteca Nacional. O depósito legal regional é um mecanismo utilizado para cada estado reunir em seu território obras produzidas localmente, sendo um sistema estruturado favorecendo a

localização e disseminação dessas obras. Por mais que a Biblioteca Nacional tenha esse papel de salvaguarda da produção nacional, o acesso é centralizado no Rio de Janeiro, de modo que o depósito legal nas bibliotecas públicas não isenta o responsável pela publicação da necessidade de também se fazer o depósito na FBN, não sendo concorrentes essas duas esferas de depósito. Por isso, observa-se na verdade que o depósito legal regional pode ser ferramenta auxiliar ao depósito na Fundação Biblioteca Nacional em relação à salvaguarda da memória editorial e bibliográfica no Brasil, principalmente considerando a dimensão territorial do país.

Constatou-se, no entanto, que mesmo existindo uma legislação para o depósito legal regional, nem sempre existe o cumprimento nas bibliotecas apontadas como instituição responsável pelo recebimento das obras. A efetividade da ação conta com a consciência dos responsáveis pelo depósito (gráficas, editores, impressores, dentre outros), uma biblioteca com recursos físicos e humanos para a guarda adequada e uma legislação com rigor no atendimento às obrigações, valendo as sanções apresentadas. A principal problemática apontada pelas bibliotecas no cumprimento do depósito legal é a consciência dos depositantes na responsabilidade que lhes cabem neste procedimento. Em uma das bibliotecas, por exemplo, o depósito legal regional não é atendido há décadas, mostrando que não é uma legislação rigorosa no estado, pois os responsáveis pelo depósito não sofrem qualquer sanção na falta de atendimento. A outra problemática apontada é na falta de estrutura física da biblioteca para atender a essa quantidade de exemplares, bem como a necessidade de profissionais para atuar com mais essa responsabilidade da biblioteca pública. O entendimento geral dos gestores é de que é uma atuação importante da biblioteca pública, porém é necessário ter condições para que seja cumprida.

Na análise do depósito legal destaca-se a identificação do papel das bibliotecas públicas neste recebimento e salvaguarda, reforçando a função relacionada à memória da biblioteca pública em sua comunidade. Nas informações que foram apresentadas pelos gestores, por exemplo, percebe-se que o espaço da biblioteca pública é um espaço utilizado para socialização, um espaço convidativo não só na busca por informação, mas também um espaço utilizado para diversas atividades. A construção de uma memória coletiva se manifesta não só nos acervos, mas também na possibilidade de troca de experiências por parte dos frequentadores da biblioteca.

A salvaguarda da memória local se torna uma atuação estratégica das bibliotecas públicas que se tornam relevantes para os estados ou municípios, como parte essencial para a reunião da produção, tanto governamental quanto da sociedade civil, que permite o resgate histórico sobre a região. Pelas experiências apresentadas pelas bibliotecas respondentes ou pelos gestores, é possível perceber várias circunstâncias em que o acervo de memória pôde colaborar na recuperação de informações que foram relevantes para a construção de narrativas coletivas da comunidade. Desta forma, percebe-se que estes acervos são utilizados e tem sua função, não sendo só uma coleção guardada, mas também uma coleção utilizada. Os acervos de memória nas bibliotecas públicas possibilitam o resgate de memórias individuais e coletivas que conversam com o desenvolvimento da comunidade, se consolidando como objetos de estudo da história. Neste sentido, alguns gestores apontaram o incentivo do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas ao orientar às bibliotecas públicas municipais do estado para incluir obras locais em seus acervos, visando agregar importância destas bibliotecas em seus municípios.

A percepção de que as coleções de memória possuem consulta em menor quantidade e específica para pesquisa, pode influenciar a decisão das bibliotecas em criar esse tipo de coleção, visto que, em razão da falta de estrutura, principalmente física, nas bibliotecas públicas, podem fazer com que seus gestores optem por obras que componham o acervo circulante, diante do maior uso delas. As bibliotecas públicas nem sempre são vistas como instituições de apoio a pesquisa científica, ao contrário do que acontece com as bibliotecas universitárias, por exemplo. Como também pode ser observado nas quatro funções da biblioteca pública, educativa, cultural, informativa e recreativa, onde a pesquisa científica perpassa todas elas, mas não se enquadra em uma específica.

Ao se considerar as bibliotecas públicas como bibliotecas democráticas, com atuação direta nas comunidades em que estão inseridas, percebe-se que as coleções de memória se tornam acervos de pesquisa com potencial para reconhecimento de uma identidade social a partir de uma memória coletiva que as transpõem. A reunião dessas obras permite que seja centralizado o acesso às memórias registradas, sem trazer uma narrativa única, mas permitindo a construção de narrativas diversas, se tornando, portanto, referência local. Por unanimidade, os gestores defenderam que a principal motivação vista por eles para que as bibliotecas públicas formem coleções de memória está na preservação das obras,

democratizando e dando acesso desta memória à comunidade. Também é pontuado pelos gestores que as obras de memória podem ajudar no resgate da história de personalidades importantes para a comunidade.

Mesmo constando o interesse na salvaguarda da memória nas bibliotecas públicas, a efetividade dessa guarda está condicionada aos recursos físicos, humanos e orçamentários, principalmente ligados às bibliotecas municipais. Talvez, por isso, observa-se uma divisão clara nas responsabilidades de preservação da memória local, visto que as bibliotecas municipais tendem a privilegiar as obras relacionadas ao seu município, enquanto a estadual tende a se preocupar com as obras sobre o estado e o município em que se encontra.

O trabalho com a memória nas bibliotecas públicas perpassa todo o funcionamento da biblioteca. É possível identificar a memória na formação de acervos, e não só considerando o nível local. É possível identificar a memória na atuação direta com o usuário, na divulgação de conteúdos de memória, exposições, visitas técnicas, desenvolvimento de pesquisas, dentre outras situações. Parte das bibliotecas públicas criadas possuem nomes de personalidades regionais e nacionais, se tornando espaços representativos da memória. É possível perceber a memória atuando em consonância com as outras funções, informativa, educativa, cultural e recreativa, mas sempre tendo singularidades que não é possível estabelecer a memória como parte de uma dessas. Após todos os apontamentos, entende-se a necessidade de se incluir a função de memória entre as funções da biblioteca pública, se tornando parte integrante da atuação bibliotecária nas comunidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos levantamentos realizados, buscando identificar as diversas facetas relacionadas ao desenvolvimento de coleções especiais no contexto das bibliotecas públicas brasileiras e o seu papel na salvaguarda da memória nos níveis nacional, regional, local e institucional, verificou-se que os objetivos, geral e específicos, que nortearam este trabalho permitiram o entendimento da complexidade que permeia estes processos.

Em relação ao objetivo específico que visava **identificar os diferentes tipos de acervos, bem como a tipologia documental, nas coleções especiais em bibliotecas brasileiras**, pode-se afirmar que ele foi cumprido integralmente, pois com o levantamento bibliográfico foi possível identificar a formação das coleções especiais em diversas instituições brasileiras, percebendo assim os tipos de acervos, bem como a tipologia documental que é possível identificar em coleções especiais. Com o cumprimento deste objetivo foi possível identificar as nunces destas coleções em bibliotecas públicas brasileiras.

No cumprimento do objetivo específico que buscava **mapear e analisar a formação de acervo nas bibliotecas públicas brasileiras**, surgiram algumas limitações com relação ao recebimento das respostas. A primeira diz respeito à quantidade de e-mails institucionais cadastrados na listagem disponibilizada pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, correspondendo a apenas 39,3% do total de bibliotecas cadastradas. Além do número reduzido das bibliotecas, a listagem se mostrou com dados desatualizados, visto que foi disponibilizada em 2015.

A segunda limitação diz respeito ao e-mail institucional fornecido, tendo em vista que vários eram das secretarias ou prefeituras a qual as bibliotecas estavam vinculadas. Com esse intermediário nem sempre o questionário chegava às bibliotecas. A terceira limitação de pesquisa foi em relação ao período pandêmico que se iniciou no Brasil em 2020, com o novo Coronavírus, impactando o funcionamento de todas as áreas da sociedade, inclusive bibliotecas. Muitas bibliotecas públicas permaneceram fechadas por bastante tempo, impactando diretamente nas respostas recebidas do questionário.

Pode-se afirmar que este objetivo específico foi cumprido integralmente, visto que, mesmo com as limitações da pesquisa já apresentadas, foi possível receber uma quantidade considerável de respostas em que é possível ver as características

dos acervos que compõem as coleções no geral. Também foi possível identificar as coleções especiais das bibliotecas públicas, que se formam, principalmente, a partir de coleções de memória, de multimeios e temáticas.

As tipologias documentais identificadas como as mais presentes nas bibliotecas públicas, estando em mais da metade das respondentes foram: CDs de áudio, DVDs, Livros em Braille, Livros Infantis, Obras de Referência e Quadrinhos, além os livros em geral. Ou seja, os acervos de coleções especiais também refletem esta realidade, sendo possível também verificar que as compõem ainda, mesmo que em menor número, itens bibliográficos raros, fitas de vídeo, CDs-rom, entre outros. Apenas os livros para leitores com baixa visão, das 26 tipologias apresentadas no questionário, estão presentes em somente uma única biblioteca, sendo que os demais itens são encontrados em no mínimo oito instituições diferentes.

No objetivo específico relacionado a **analisar as políticas e normativas legais das bibliotecas públicas relacionadas ao desenvolvimento de coleções** identificou-se que poucas bibliotecas seguem alguma normativa documentada, sendo apresentadas por somente 8,8% das 260 bibliotecas respondentes. O objetivo foi cumprido integralmente, visto que todas as políticas apresentadas foram analisadas, podendo identificar o nível de orientação para a atuação com o desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas. Com este objetivo foi possível perceber que a documentação relacionada ao desenvolvimento de coleções nas bibliotecas públicas se apresenta como norteadoras para as instituições, visto que algumas são formadas para uma rede ou um sistema de bibliotecas, sem especificar coleções, pois cada biblioteca num sistema tem a liberdade de organizar seus acervos.

O objetivo específico que buscava **identificar nas bibliotecas públicas brasileiras a atuação como depositárias regionais de acervo bibliográfico** foi cumprido integralmente, pois toda legislação vigente de depósitos legais regionais foi identificada e analisada, comparando suas diretrizes com teorias relacionadas ao depósito legal. Majoritariamente em bibliotecas estaduais, o estudo do depósito legal regional permitiu o entendimento da premissa relacionada à preocupação quanto à preservação e reunião das obras locais nos estados, permitindo um acesso mais direto à comunidade, sendo a biblioteca pública a instituição percebida como responsável por esta salvaguarda. Dentre as bibliotecas pesquisadas foi possível

verificar o cumprimento ou não destas legislações a partir das respostas obtidas pelas entrevistas e questionário.

Com o objetivo específico que visava **analisar a relevância da memória, em todos os seus níveis, no desenvolvimento de coleções especiais nas bibliotecas públicas brasileiras** foi cumprido integralmente a partir da análise dos dados obtidos no questionário bem como na análise documental. A entrevista com os gestores permitiu esclarecer questões relacionadas à motivação da criação de coleções de memória, principalmente regional. Além desse esclarecimento, foi possível verificar a percepção destes gestores no tratamento de coleções de memória, bem como na atuação da biblioteca integrando as atividades realizadas com os usuários com esta coleção, percebendo o papel da biblioteca pública na salvaguarda da memória em diversos níveis.

Por fim, é possível constatar que a pesquisa alcançou o objetivo geral ao **identificar e analisar o desenvolvimento de coleções especiais em bibliotecas públicas brasileiras na perspectiva da salvaguarda da memória regional**, constatando o papel da biblioteca pública como espaço de memória coletiva, indentificando uma função relacionada à memória nas atividades e acervos das bibliotecas públicas.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *Biblioteca pública: avaliação de serviços*. Londrina, PR: Universidade Estadual de Maringá, 2013. 288 p.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Profissional bibliotecário: um pacto com o excludente. In: BAPTISTA, Sofia Galvão, MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). *Profissional da informação: o espaço de trabalho*. Brasília: Thesaurus Editora, 2004. p.70-86.

ALVES, A. P. M. História e memória por meio de coleções especiais: o caso da Biblioteca da Unesp/FCLAr. In: VIEIRA, Bruno V. G.; ALVES, Ana P. M. (Org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 45-70.

ALVES, M. A. M.; MANAGAZ, R. Depósito legal: esperança ou realidade. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, n. 1, v. 15, 1987, p. 35-44. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/120624>. Acesso em: 08 mar. 2022.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. *Special Collections*. 2018. Disponível em: <https://www.ala.org/tools/challengesupport/selectionpolicytoolkit/special>. Acesso em: 21 mar. 2022.

ANDRADE, A. M. C.; MAGALHÃES, M. H. A. Objetivos e funções da biblioteca pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, 1979.

ANDRADE, L. V. de. Depósito legal no Piauí: histórico, finalidades e importância. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, v. 28, n. 2, p. 47-57, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/56421>. Acesso em: 24 fev. 2022.

ANTUNES, C. Biblioteca brasileira Guita e José Mindlin - BBM – USP. In: VIEIRA, Bruno V. G.; ALVES, Ana P. M. (Org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 101-114.

ARARIPE, F. M. A. Do patrimônio cultural e seus significados. *Transinformação*, v. 16, n. 2, p. 111-122, 2004. DOI: 10.1590/S0103-37862004000200001 Acesso em: 21 abr. 2022.

ARAÚJO, André Vieira de Freitas. Gestão de coleções raras e especiais no séc. XXI: conceitos, problemas, ações. In: VIEIRA, Bruno V. G.; ALVES, Ana P. M. (Org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 15-32.

ARAÚJO, J. M. G. A coleção especial como patrimônio bibliográfico no Brasil. *Memória e Informação*, v. 4, n. 2, p. 75-97, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/153082>. Acesso em: 03 abr. 2022.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. *Guidelines for the security of rare books, manuscripts and other special collections*. Chicago: American Library Association, 2009. Disponível em: https://www.ala.org/acrl/standards/security_theft#collections. Acesso em: 5 jan. 2021.

ASSOCIATION OF RESEARCH LIBRARIES. The Unique role of special collections; Special collections: statement of Principles; *Research Libraries and the commitment to special Collections*. Washington, DC, 2003. Disponível em: <http://www.arl.org/storage/documents/publications/special-collections-statementofprinciples-2003.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2021.

BAHIA. Decreto Nº 25.7131 de julho de 1977. Institui o depósito obrigatório de publicações do Estado da Bahia e dá outras providências. *Diário Oficial*, 2 e 3 de julho de 1977.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARROS, Maria Helena T. C. de. Atividades culturais e a inclusão na biblioteca pública. In: SILVA, José Fernando Modesto da Silva (org.). *A biblioteca pública em contexto: cultural, econômico, social e tecnológico*. Brasília: Thesaurus, 2015. p. 67-100.

BAUGHMAN, James C. Toward a structural approach to collection development. *College & Research Libraries*, v. 38, n. 3, p. 241, p. 242, 1979.

BENJAMIN, Walter. O colecionador. In: *Passagens*. Trad. de Cleonice Paes Barreto Mourão e Irene Aron. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial, 2009, p. 237-246.

BERGER, S. E. *Rare books and special collections*. Chicago: Neal-Schuman, 2014.

BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN. *História*. 2020. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/hist%C3%B3ria/>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BIBLIOTECA CENTRAL IRMÃO JOSÉ OTÃO. PUCRS. *Sobre a Biblioteca*. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.pucrs.br/conheca-a-biblioteca/sobre-a-biblioteca/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. *Biblioteca pública: princípios e diretrizes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. 160 p. (Documentos técnicos ; 6).

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Divisão de Obras Raras. Planor. *Critérios de raridade [e] Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional - CPBN: séculos XV e XVI*. Rio de Janeiro: FBN, 2000. Disponível em: <http://arquivo.bn.br/planor/documentos/criterioraridadedioraplanor.pdf>. Acesso em:

12 dez. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei N.10.994, de 14 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 15 dezembro, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10994.htm. Acesso em: 21 mar. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Coordenação de Biblioteca. *Política de desenvolvimento de coleções*: instituída pela Portaria nº 394/2013 para a Biblioteca Pedro Aleixo, da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 80 p. (Série gestão institucional. Documentos; n. 2).

BRASIL. Decreto nº 51.223 de 22 de agosto de 1961. Cria no Ministério da Educação e Cultura, o Serviço Nacional de Bibliotecas. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de agosto, 1961.

BRASIL. Decreto nº 62.239 de 8 de fevereiro de 1968. Dispõe sobre transferência de acervos, a unificação do Instituto Nacional do Livro e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 de fevereiro, 1968.

BRASIL. Decreto nº 520 de 13 de maio de 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 de maio, 1992.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais*. 2010. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20100716100212/http://www.cultura.gov.br/site/2010/04/30/primeiro-censo-nacional-das-bibliotecas-publicas-municipais/>. Acesso em 10 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Cultura. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. *Informações das bibliotecas públicas*. 2015. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/>. Acesso em: 17 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Sobre*. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-dacultura/assuntos/sistema-nacional-de-bibliotecas-publicas-snbp/sobre-1/sobre>. Acesso em: 21 abr. 2022.

BRODBECK, Sully. Bibliotecas Depositárias Regionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 5, 1967, São Paulo.

Anais... Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/730>. Acesso: 10 mar. 2022.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 173-185, abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n44/v16n44a10.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

CAMPELLO, Bernadette. *Introdução ao controle bibliográfico*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 94 p.

CANDAU, J. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2021.

CARIBÉ, R. C. V. Conspectus: um método para o gerenciamento de coleções em bibliotecas. *Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação*, v. 12, n. 1, p. 39-60, 2014. DOI: 10.20396/rdbci.v12i1.1617 Acesso em: 02 abr. 2022.

CARVALHO, Cláudia Pereira de Jesus; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Coleções de multimeios: reflexões sobre o tratamento temático da informação a partir do conceito de tradução intersemiótica. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 183-207, set. 2019. ISSN 1980-6949. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1269>. Acesso em: 22 maio 2020.

CASTANO MUÑOZ, Wilson; RESTREPO, María Camila. Los repositorios como herramienta para la recuperación del patrimonio bibliográfico: el caso de seis bibliotecas públicas municipales del departamento de Antioquia. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, Medellín, v. 39, n. 1, p. 57-65, apr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-09762016000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2022.

CEARÁ. Lei Nº 13.399 de 17 de novembro de 2003. Institui no âmbito da Administração Pública Estadual, o depósito legal de obras impressas... *Diário Oficial do Estado*, série 2, ano VI, Nº 222, Caderno Único, Fortaleza, 19 de novembro de 2003.

CENSO Nacional de Bibliotecas Públicas: estudo quantitativo: principais resultados. Brasília: FGV, 2010. Disponível em: https://issuu.com/sbpdf/docs/censo_bibliotecas_p_blicas_2010. Acesso em: 10 mar. 2022.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. *Convite à filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005. 424 p.

CHOO, Chun Wei. *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo, SP: SENAC, 2003. 425p.

COGSWELL, James A. The organization of collection management functions in academic research libraries. *Journal of Academic Librarianship*, v. 13, n. 5, p. 269-271, 1987.

CÓSCIA, Vera Lúcia. UFSCAR: Coleções especiais em uma biblioteca comunitária. In: VIEIRA, Bruno V. G.; ALVES, Ana P. M. (Org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 71-87.

CRESWELL, John. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos*. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p.

CURLEY, Arthur; BRODERICK, Dorothy. *Building library collections*. 6. ed. Metuchen: Scarecrow, 1985. 339 p.

DANTAS, Emily Mendonça. Formação das coleções de livro de artista no Brasil: um breve histórico. 2018. *EREBD*. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/download/16880/13639/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. *Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação*. São Carlos: EdUFSCar, 2003. 71 p. (Série apontamentos Série apontamentos).

DISTRITO FEDERAL. Lei Nº 3.828 de 3 de março de 2006. Dispõe sobre a remessa à Biblioteca Pública do Distrito Federal de obras literárias e culturais, bem como sobre a sua guarda, conservação e preservação, e dá outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 08 de março de 2006.

DOYLE, Jackie M.; LUCE, Katherine. *Taking Our Pulse: The OCLC Research Survey of Special Collections and Archives*. Ohio: OCLC Research, 2010. Disponível em: <https://www.webjunction.org/content/dam/research/publications/library/2010/2010-11.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

DUPONT, C.; YAKEL, E. What's So Special about Special Collections? Or, Assessing the Value Special Collections Bring to Academic Libraries. *Evidence Based Library and Information Practice*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 9–21, 2013. Disponível em: <https://journals.library.ualberta.ca/ebliip/index.php/EBLIP/article/view/19615>. Acesso em: 21 jun. 2021.

ESPÍRITO SANTO. Lei Nº 8.091 de 05 de setembro de 2005. Dispõe sobre o depósito legal de publicações na Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo “Levy Cúrcio da Rocha” e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, de 06 de setembro de 2005.

EVANS, G Edward. *Developing library collections*. Littleton: Libr Unlimited, 1979. 340 p.

FAILLA, Zoara (org.). *Retratos da Leitura no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: EdUsp, 2008.

FELIPE, C. B. M.; PINHO, F. A. Fotografia como dispositivo da memória institucional. *Logeion: filosofia da informação*, v. 5, n. 1, p. 89-101, 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4339>. Acesso em: 23 jul. 2021.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução de: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FLUSSER, V. Uma biblioteca verdadeiramente pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, v. 9, n. 2, 1980. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/75955>. Acesso em: 16 mar. 2022.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, 2020, online. Disponível em: <http://www.fundacaoculturaldecuritiba.com.br/espacos-culturais/gibiteca-de-curitiba/>. Acesso em: 01 jun. 2021.

GALBRAITH, Steven K.; SMITH, Geoffrey D. *Rare book librarianship: na introduction and guide*. Santa Barbara, California: Libraries unlimited, 2012. 185 p.

GAUZ, V. O Livro Raro e Antigo como Patrimônio Bibliográfico: aportes históricos e interdisciplinares. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 71–87, 2015. DOI: 10.26512/museologia.v4i8.16905. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16905>. Acesso em: 2 abr. 2022.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GRECCO, Vera Regina Luz. *Colecionismo: o desejo de guardar*. MARGS, n. 83, Porto Alegre, junho de 2003.

GREENHALGH, R. D. Digitalização de obras raras: algumas considerações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p.159-167, jul/set. 2011. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/866/898>. Acesso em: 12 ago. 2021.

GREENHALGH, R. D.; GREENHALGH, M. G. G. Coleções especiais: uma análise da formação dos acervos nas bibliotecas brasileiras. *Biblos: Revista do Instituto de*

Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 35, n. 2, 2021. DOI: 10.14295/biblos.v35i2.13340. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/13340>. Acesso em: 21 jan. 2022.

GUINCHAT, C.; MENO, M. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. 2.ed. rev. aum. Brasília: Ibict; CNPq, 1994. 540 p.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2015. 222 p.

IFLA. *Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2012. 162 p.

KLAES, Rejane Raffo. *Dados e informações usados na tomada de decisão em bibliotecas universitárias brasileiras: o contexto da atividade de desenvolvimento de coleções*. Brasília, 1991. 271 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília.

KOHLER, Relinda. Controle bibliográfico no Brasil; algumas reflexões. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9, Porto Alegre, 1977. *Anais...* Porto Alegre, 1977. v. 1, p. 71-80.

LARIVIÈRE, Jules. *Legislación sobre depósito legal: directrices*. Paris: UNESCO, 2000. Disponível em: <<http://goo.gl/dYZeRw>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed., rev. Campinas: UNICAMP, 2013. 499 p.

LEIPNITZ, Fernando. *Política de avaliação e seleção de doações em acervos particulares a serem incorporados às Bibliotecas da Universidade Federal de Santa Maria, RS*. Santa Maria, 2017. 202 p. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Santa Maria.

MACEDO, Neusa Dias de; MODESTO, Fernando. Equivalências: do serviço de referência convencional a novos ambientes de redes digitais em bibliotecas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação: Nova Série*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 38-54, 1999.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. *Bibliotecas como organizações*. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2000.

MILANESI, Luís. *A casa da invenção: Biblioteca Centro de Cultura*. 4. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003. 270 p.

MIRANDA, Antônio. A missão da biblioteca pública no Brasil. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v.6, n.1, p.69-75, jan./jun. 1978.

MIRANDA, Antônio. Considerações sobre o desenvolvimento de redes e sistemas de bibliotecas públicas no Brasil. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 7, n. 2, 1979. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77268>. Acesso em: 01 jun. 2022.

MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz: prosa de um velho colecionador*. 2. ed., rev. et aum. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1975. 187 p., [6] p. de lâms.

MURGUIA, Eduardo Ismael. O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação. *Encontros Bibli*, 2009, p. 87-104. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9202/1/2011_FernandoSilva.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

NASCIMENTO, Denise Morado. A abordagem sócio-cultural da informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.16, n.2, p.25-35, jul./dez. 2006.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: revista do Programa de Estudos pós-Graduados em História e do Departamento de História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <http://bit.ly/1c8w8Mn>. Acesso em: 12 out. 2013.

PARAÍBA (João Pessoa). Lei Ordinária Nº 11.898, de 11 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre o depósito legal de publicações na Biblioteca Pública Municipal de João Pessoa e dá outras providências.

PARANÁ. Decreto Nº 15.645, de 7 de agosto de 1964. Regulamenta o envio à Biblioteca Pública do Paraná de obras editadas ou de edição subvencionada por órgãos do Poder Executivo de Estado do Paraná.

PARANÁ. Leis, decretos, etc. Decreto nº 15.645, de 7 de agosto de 1964. Regulamenta o envio a Biblioteca Pública do Paraná de obras editadas ou de edição subvencionada - por órgão do Poder Executivo do Estado do Paraná. 2f.

PERNAMBUCO. Lei Nº 12.435, de 6 de outubro de 2003. Dispõe sobre a remessa, o depósito legal e a guarda de obras culturais à Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco. *Diário Oficial do Estado*.

PIAUI. Lei Ordinária Nº 5.554, de 20 de abril de 2006. Institui, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Depósito Legal de Obras Impressas junto à Biblioteca Pública Estadual “Desembargador Cromwel de Carvalho”, do Estado do Piauí, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, N. 75, de 24 de abril de 2006.

PINHEIRO, Ana Virginia. História, Memória e Patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais. In: VIEIRA, Bruno V. G.; ALVES, Ana P. M. (Org.).

Acervos especiais: memórias e diálogos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 33-44.

PRADO, S.; SOUZA, L.; COSTA, L. S. F. O papel da memória institucional para a gestão universitária: contribuições para a consolidação da UMMA na UFSCAR. *Informação & Informação*, v. 24, n. 3, p. 409-432, 2019. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/35410>. Acesso em: 23 jul. 2021.

RANGANATHAN, S. R. *As cinco leis da biblioteconomia*. Brasília: Briquet De Lemos, 2009. 336 p.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei Nº 10.265 de 10 de novembro de 2017. Dispõe sobre o depósito legal de publicações na Biblioteca Pública Câmara Cascudo (BPCC) e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, N. 14.048, de 11 de novembro de 2017.

RODRIGUES, M. Análise da lei de depósito legal brasileira sob a ótica de Larivière (2000). *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, Rio Grande, v. 31, n. 1, p. 163-183, 2017. DOI: 10.14295/biblos.v31i1.6992 Acesso em: 21 abr. 2022.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. *Bibliotecas nacionais e a preservação do patrimônio documental bibliográfico no âmbito dos países do MERCOSUL: estudos sobre o depósito legal no Brasil e na Argentina*. 2016. 173 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 1, 2006. DOI: 10.18225/ci.inf.v35i1.1158. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1158>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SAUNDERS, M. N. K.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. Understanding research philosophy and approaches to theory development. In: SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. (org.). *Research methods for business students*. 8. ed. Harlow, United Kingdom: Pearson Education Limited, 2019. 833 p.

SANT'ANA, R. B. Critérios para a definição de obras raras. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1–18, 2009. DOI: 10.20396/etd.v2i3.577. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/577>. Acesso em: 21 jan. 2022.

SANTA ANNA, Jorge et al. A importância do planejamento, tratamento informacional e divulgação de acervos especiais: o caso da seção coleções especiais da biblioteca central da UFES. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, Rio Grande, v. 28, n. 1, p. 47-70, jan./jun. 2014.

SANTA CATARINA. Lei Nº 11.074 de 11 de janeiro de 1999. Institui o Depósito Legal de Obras Impressas, junto à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. *Diário Oficial*, n.16.082 de 11 de janeiro de 1999.

SANTOS, Renata Ferreira dos; REIS, Alcenir Soares dos. O Patrimônio bibliográfico no Brasil: trajetória de leis, políticas e instrumentos de proteção legal. *Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información*, [s.l.], v. 32, n. 75, p. 223-259, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2018.75.57970>. Acesso em: 26 set. 2019.

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. DOI: 10.1590/S1678-51771993000100013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481>. Acesso em: 21 jan. 2022.

SILVA JUNIOR, J. E.; TAVARES, A. L. O. Patrimônio cultural, identidade e memória social: suas interfaces com a sociedade. *Ciência da Informação em Revista*, v. 5, n. 1, p. 3-10, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36200>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SILVA, Chirley Cristiane Mineiro da; CONCEIÇÃO, Márcia Regina da; BRAGA, Roberto Carlos. Serviço de coleções especiais da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina: estágio curricular. *Revista ACB*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 134-142, ago. 2005. ISSN 1414-0594. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/403>. Acesso em: 21 maio. 2021.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. REIS, Alcenir Soares dos. Biblioteca pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica. *Informação e Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 37-54, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/3740/5597>. Acesso em: 17 ago. 2020.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. *Mapa das bibliotecas*. 2020. Disponível em: www.bibliotecas.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jul. 2020.

SOUZA, W. E. R.; CRIPPA, G. O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na ciência da informação. *Transinformação*, v. 21, n. 3, p. 207-223, 2009. DOI: 10.1590/S0103-37862009000300004 Acesso em: 21 abr. 2022.

SUAIDEN, Emir José. *Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas*. São Paulo, SP: Lisa, 1980. 81 p.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. *Espaço Direitos Humanos*. 2022. Disponível em: <https://bce.unb.br/espaco-de-direitos-humanos/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. *Obras raras*. 2020. Disponível em: <https://bce.unb.br/sobre-a-bce/colecoes/obras-raras/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Instrução da Biblioteca Central Nº 004/2018*. Regulamenta as normas do Espaço de Pesquisa e Oficina Pagu no âmbito da Biblioteca Central da UnB - BCE/UNB. 2018.

UNIVERSIDADE DO VALE DOS SINOS (UNISINOS). *A Unisinos*. [2015?]. Disponível em: <http://www.unisinos.br/institucional>. Acesso em: 31 maio 2020.

UNIVERSIDADE DO VALE DOS SINOS (UNISINOS). Biblioteca Unisinos. *Memorial Jesuíta*. [2019?]. Disponível em: <http://www.unisinos.br/biblioteca/memorialjesuita#colecoes>. Acesso em: 31 maio 2020.

UNIVERSITY OF GLASGOW. *What are Special Collections*. Glasgow, UK: University of Glasgow, Special Collections, [2019]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20190521171905/https://www.gla.ac.uk/myglasgow/specialcollections/whatarespecialcollections/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

VERGUEIRO, Waldemiro C. S. *Desenvolvimento de Coleções*. São Paulo: Polis, 1989.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. *Ciência da Informação*, [S.l.], v. 22, n. 1, apr. 1993. ISSN 1518-8353. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/512/512>. Acesso em: 14 fev. 2019.

VERGUEIRO, W. C. S. Histórias em quadrinhos e serviços de informação: um relacionamento em fase de definição. *DataGramaZero*, v. 6, n. 2, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5643>. Acesso em: 21 jun. 2021.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. O futuro das bibliotecas e o desenvolvimento de coleções: perspectivas de atuação para uma realidade em efervescência. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [S.l.], v. 2, n. 1, nov. 2007. ISSN 19815344. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/629>. Acesso em: 14 fev. 2019.

WEITZEL, S. R.; SANTOS, A. R. Coleções especiais em bibliotecas universitárias: desafios para a nossa geração. In: CAMPOS, M. L., et al. (Org.). *Produção, tratamento, disseminação e uso recursos informacionais heterogêneos* [recurso

eletrônico] : diálogos interdisciplinares. Niterói : IACS/UFF. 2018. 241p. – (Série Estudos da Informação, 5).

WEITZEL, Simone da Rocha. *Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos*. Transinformação, v. 24, n. 3, 2012.

WEITZEL, Simone da Rocha. *Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias*. 2. ed. Niterói: Intertexto, 2013. 109 p.

WEITZEL, Simone da Rocha. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.7, n.1, p.61-67, 2002.

WYNNE, M. G. The nature and importance of rare books. In: ARCHER, Horace Richard. *Rare book collections: some theoretical and practical suggestions for use by librarians and students*. Chicago: American Library Association, 1965. p. 4-10.

ANEXO A – Manifesto da IFLA/UNESCO

MANIFESTO DA IFLA/UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS 1994

Um portal para o conhecimento

Liberdade, prosperidade e desenvolvimento da sociedade e dos cidadãos são valores humanos fundamentais. Somente serão alcançados por meio da capacidade de cidadãos bem informados exercerem seus direitos democráticos e desempenharem papel ativo na sociedade. A participação construtiva e desenvolvimento da democracia dependem de uma educação de qualidade e também do acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.

A biblioteca pública - portal local de acesso ao conhecimento – proporciona as condições básicas para a educação permanente, a tomada de decisões independentes e o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais.

Este manifesto proclama a confiança que a UNESCO deposita na biblioteca pública, como força viva para a educação, a cultura e a informação, e como agente essencial para a promoção da paz e bem-estar espiritual nas mentes de homens e mulheres.

Assim, a UNESCO convoca as autoridades nacionais e locais a apoiarem ativamente e se empenharem no desenvolvimento das bibliotecas públicas.

A Biblioteca Pública

A biblioteca pública é o centro local de informação, que torna prontamente disponíveis aos seus usuários conhecimentos e informações de todos os tipos.

Os serviços da biblioteca pública devem ser obedecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos usuários que, por algum motivo, não possam usar os serviços e materiais correntes, como, por exemplo, minorias linguísticas, pessoas com necessidades especiais ou que estejam hospitalizadas ou reclusas.

Todos os grupos etários devem encontrar materiais adequados às suas necessidades. As coleções e serviços devem incluir todos os tipos de mídias e tecnologias modernas que forem apropriadas, bem como materiais tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequação às necessidades e

condições locais. As coleções devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da criação e da imaginação humanas.

As coleções e serviços não devem ser submetidos a qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa, nem de pressões comerciais.

Missões da Biblioteca Pública

No centro dos serviços da biblioteca pública devem estar as seguintes missões principais que dizem respeito à informação, alfabetização, educação e cultura:

1. criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
2. apoiar tanto a educação individual e de iniciativa própria quanto a educação formal em todos os níveis;
3. proporcionar oportunidades para o desenvolvimento da criatividade individual;
4. estimular a imaginação e criatividade de crianças e de jovens;
5. contribuir para o conhecimento do patrimônio cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
6. possibilitar o acesso às expressões culturais de todas as artes cênicas;
7. fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural;
8. apoiar a tradição oral;
9. assegurar o acesso aos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
10. oferecer serviços de informação adequados às empresas, associações e grupos de interesse locais;
11. facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
12. apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para todos os diferentes grupos etários.

Financiamento, Legislação e Redes

Os serviços da biblioteca pública devem, em princípio, ser gratuitos. A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e nacionais. Deve estar baseada em legislação específica e ser financiada pelos governos nacionais e

locais. Tem de ser um componente indispensável de qualquer estratégia de longo prazo para a cultura, o acesso à informação, a alfabetização e a educação.

Para assegurar a coordenação e cooperação das bibliotecas, em âmbito nacional, a legislação e os planos estratégicos devem ainda definir e promover uma rede nacional de bibliotecas, baseada em normas de serviço previamente acordadas.

A rede de bibliotecas públicas deve ser projetada levando-se em conta as bibliotecas nacionais, regionais, de pesquisa e especializadas, assim como as bibliotecas escolares e universitárias.

Funcionamento e gestão

Deve ser formulada uma política clara, definindo objetivos, prioridades e serviços, relacionados com as necessidades da comunidade local. A biblioteca pública deve ser organizada de modo eficiente e adotar normas profissionais em seu funcionamento.

Deve ser assegurada a cooperação com parceiros relevantes, por exemplo, grupos de usuários e outros profissionais em âmbito local, regional, nacional e internacional.

Os serviços têm de ser fisicamente acessíveis a todos os membros da comunidade. Isso exige que os edifícios sejam bem localizados, com boas instalações para a leitura e o estudo, assim como o acesso às tecnologias apropriadas e horários de convenientes para os usuários. Isso também implica serviços externos destinados aos que não podem frequentar a biblioteca.

Os serviços da biblioteca devem ser adaptados às diferentes necessidades das comunidades das zonas urbanas e rurais.

O bibliotecário é um intermediário ativo entre os usuários e os recursos. A formação profissional e a educação continuada do bibliotecário são indispensáveis para garantir serviços adequados.

Programas de extensão e de educação de usuários devem ser oferecidos para ajudá-los a se beneficiarem de todos os recursos.

Implementação do Manifesto

Todos os que em todo o mundo, em nível nacional e local, têm poder de decisão e a comunidade de bibliotecários em geral são instados a implementar os princípios expressos neste manifesto.

ANEXO B – Decreto do Estado do Paraná

Diário Oficial do Estado n.º 131, de 10-03-64



Estado do Paraná

DECRETO Nº 15.645

Regulamenta o envio à Biblioteca Pública do Paraná de obras editadas ou de edição subreacionada por órgãos do Poder Executivo do Estado do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e considerando que:

1º - A Biblioteca Pública do Paraná é o órgão central do Estado que planeja e executa, tanto para o setor público como para o privado, os serviços de informações bibliográficas;

2º - Há necessidade de preservar o patrimônio cultural do Estado fazendo-se portanto exigível a organização e manutenção de Bibliografia e Documentação, referentes ao Paraná e autores paranaenses;

3º - Da organização e acervo bibliográfico paranaense - livros e periódicos, jornais, revistas e folhetos de autores paranaenses, editados no Paraná, cu sobre o mesmo, advirão benefícios para:

→ O ESTADO - pela preservação de seu patrimônio cultural (literário, artístico, científico, técnico, etc.);

→ O AUTOR - pela garantia da sobrevivência material de sua obra;

→ O PÚBLICO - a) pelo auxílio à formação e informação de estudantes, profissionais e do povo em geral no que se refere às coisas do Paraná;

b) pelo resguardo material das fontes de consulta pra quaisquer pesquisadores em todos os tempos da cultura paranaense;

4º - A ampliação e atualização de Bibliografia e Documentação referentes ao Paraná e autores paranaenses possibilitam, facilitam, incentivam e preservam o necessário desenvolvimento de nítida consciência paranaense, no que se refere à assuntos de cultura e história do Estado;

5º - É necessária a divulgação de assuntos culturais referentes ao Paraná, através da organização e sistemática atualização de um Catálogo Bibliográfico Paranaense,

DECRETA:

Art. 1º - Todos os órgãos do Poder Executivo Estadual e as Sociedades de Economia Mista em que o Estado figure

Estado do Paraná

Dec. nº 15.645- fls. 2.

...como acionista majoritário ficam, pelo presente, obrigados a remeter à Biblioteca Pública do Paraná, no mínimo 2 (dois) exemplares de quaisquer obras que editarem ou cuja edição subvencionarem.

§ 1º - Nesta disposição está compreendido qualquer material bibliográfico, como livros - folhetos - revistas - mapas periódicos - obras musicais, etc., destinados à circulação pública.

§ 2º - Ficam incluídas nesta obrigação como obras - diferentes, as reimpressões, novas edições, ensaios e variantes de qualquer espécie.

§ 3º - Os filmes documentários sobre o Paraná depois do prazo de 10 (dez) anos de lançamento, também deverão ser enviados à Biblioteca Pública do Paraná, para devida conservação e uso.

Art. 2º - O cumprimento desta obrigação pelos órgãos supramencionados independe de solicitação por parte da Biblioteca Pública do Paraná.

Art. 3º - Quando nas obras não estiver declarada a sua finalidade, o seu preço de venda e o número de exemplares de que consta a edição, todas estas indicações deverão acompanhá-las por ocasião da remessa das mesmas.

Art. 4º - As disposições deste Decreto abrangem as obras editadas anteriormente à publicação do mesmo, inclusive - aquelas que para o público são dadas como esgotadas, desde que, no órgão responsável pela edição, se conservem pelo menos igual número de exemplares que serão enviados à Biblioteca Pública do Paraná.

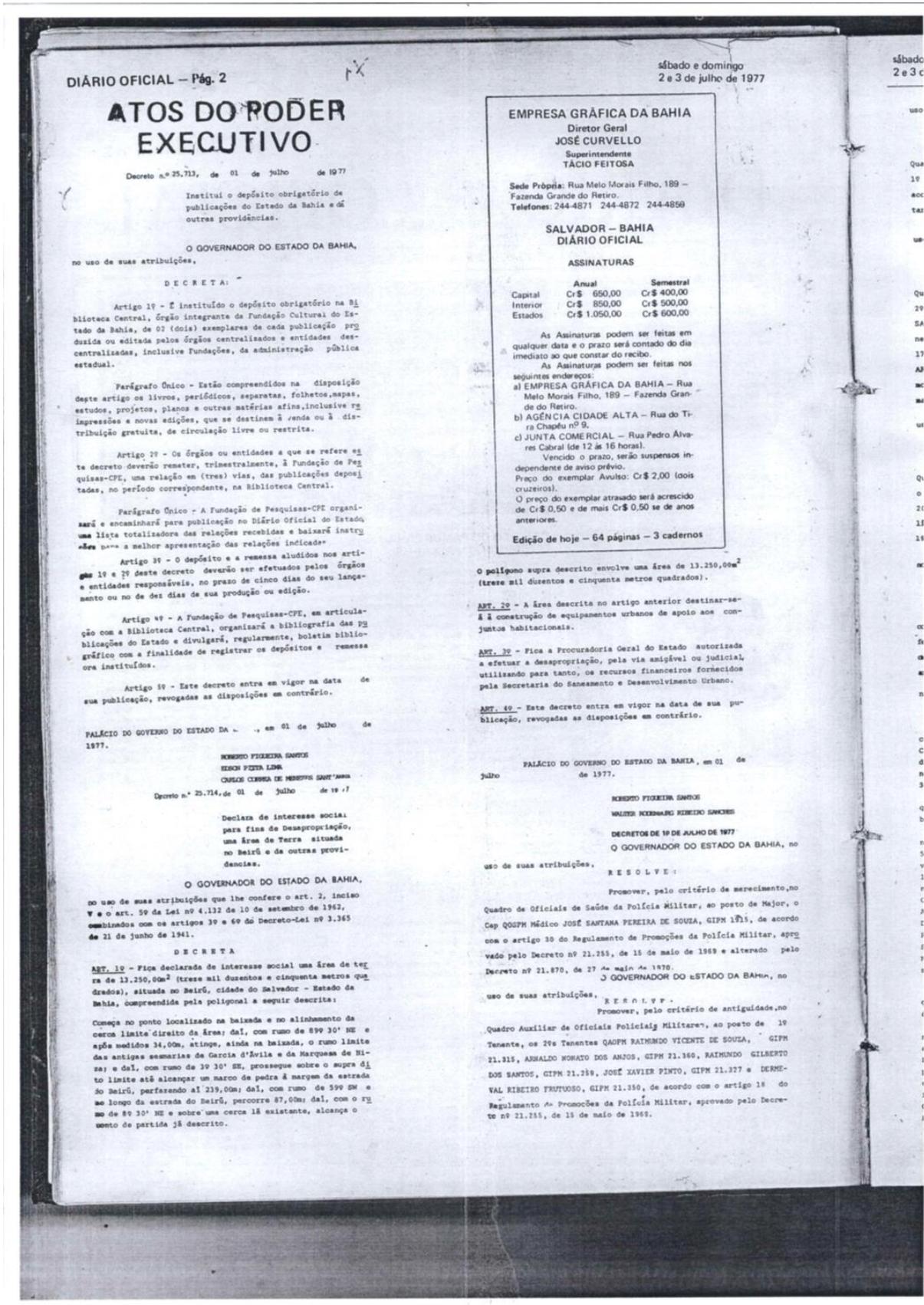
§ Único - No caso de impossibilidade da remessa prevista neste artigo deverá o órgão responsável encaminhar à Biblioteca Pública do Paraná todos os elementos para identificação do respectivo material bibliográfico, inclusive os previstos no artigo 3º deste Decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 07 de agosto de 1964, 143ª da Independência e 73ª da República.

(ss) NEY BRAGA
Vespere Mendes
Felipe Aristides Simão.

ANEXO C – Decreto do Estado da Bahia



ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto n.º 25.713, de 01 de julho de 1977

Institui o depósito obrigatório de publicações do Estado da Bahia e de outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Artigo 1º - É instituído o depósito obrigatório na Biblioteca Central, órgão integrante da Fundação Cultural do Estado da Bahia, de 02 (dois) exemplares de cada publicação produzida ou editada pelos órgãos centralizados e entidades descentralizadas, inclusive Fundações, da administração pública estadual.

Parágrafo Único - Estão compreendidos na disposição deste artigo os livros, periódicos, separatas, folhetos, mapas, estudos, projetos, planos e outras matérias arquivadas, inclusive reimpresões e novas edições, que se destinam à venda ou à distribuição gratuita, de circulação livre ou restrita.

Artigo 2º - Os órgãos ou entidades a que se refere este decreto deverão remeter, trimestralmente, à Fundação de Pesquisas-CPE, uma relação em (três) vias, das publicações depositadas, no período correspondente, na Biblioteca Central.

Parágrafo Único - A Fundação de Pesquisas-CPE organizará e encaminhará para publicação no Diário Oficial do Estado uma lista totalizadora das relações recebidas e baixará instrução para a melhor apresentação das relações indicadas.

Artigo 3º - O depósito e a remessa aludidos nos artigos 1º e 2º deste decreto deverão ser efetuados pelos órgãos e entidades responsáveis, no prazo de cinco dias do seu lançamento ou no de dez dias de sua produção ou edição.

Artigo 4º - A Fundação de Pesquisas-CPE, em articulação com a Biblioteca Central, organizará a bibliografia das publicações do Estado e divulgará, regularmente, boletim bibliográfico com a finalidade de registrar os depósitos e remessas ora instituídos.

Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 01 de julho de 1977.

RENATO FERREIRA SANTOS
HELEN PETER LIMA
CARLOS CLEBER DE MENEZES SANT'ANNA

Decreto n.º 25.714, de 01 de julho de 1977

Declara de interesse social para fins de desapropriação, uma área de Terra situada no Beirú e de outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA,

no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 2.º, inciso V e o art. 59 da Lei nº 4.132 de 10 de setembro de 1962, combinados com os artigos 3º e 6º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941.

DECRETA

ART. 1º - Fica declarada de interesse social uma área de terra de 13.250,00m² (treze mil duzentos e cinquenta metros quadrados), situada no Beirú, cidade do Salvador - Estado da Bahia, compreendida pela poligonal a seguir descrita:

Começa no ponto localizado na balizada e no alinhamento da cerca limite direita da área; daí, com rumo de 89º 30' NE e após medidos 34,00m, atingindo, ainda na balizada, o rumo limite das antigas sesmarias de Garcia d'Ávila e da Marquesa de Minas; e daí, com rumo de 39º 30' SE, prossegue sobre o supra ditto limite até alcançar um marco de pedra à margem da estrada do Beirú, percorrendo 219,00m; daí, com rumo de 59º SW e ao longo da estrada do Beirú, percorre 87,00m; daí, com o rumo de 89º 30' NE e sobre uma cerca já existente, alcança o ponto de partida já descrito.

EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA

Diretor Geral
JOSÉ CURVELLO
Superintendente
TÁCIO FEITOSA

Sede Própria: Rua Melo Moraes Filho, 189 -
Fazenda Grande do Retiro.
Telefones: 244-4871 244-4872 244-4859

SALVADOR - BAHIA DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURAS

	Anual	Semestral
Capital	Cr\$ 650,00	Cr\$ 400,00
Interior	Cr\$ 850,00	Cr\$ 500,00
Estados	Cr\$ 1.050,00	Cr\$ 600,00

As Assinaturas podem ser feitas em qualquer data e o prazo será contado do dia imediato ao que constar do recibo.

As Assinaturas podem ser feitas nos seguintes endereços:

a) EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA - Rua Melo Moraes Filho, 189 - Fazenda Grande do Retiro.

b) AGÊNCIA CIDADE ALTA - Rua do Tra Chapéu nº 9.

c) JUNTA COMERCIAL - Rua Pedro Álvares Cabral Ide 12 às 16 horas.

Vencido o prazo, serão suspensos independentemente de aviso prévio.

Preço do exemplar Avulso: Cr\$ 2,00 (dois cruzeiros).

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,50 e de mais Cr\$ 0,50 se de anos anteriores.

Edição de hoje - 64 páginas - 3 cadernos

O polígono supra descrito envolve uma área de 13.250,00m² (treze mil duzentos e cinquenta metros quadrados).

ART. 2º - A área descrita no artigo anterior destinar-se-á à construção de equipamentos urbanos de apoio aos conjuntos habitacionais.

ART. 3º - Fica a Procuradoria Geral do Estado autorizada a efetuar a desapropriação, pela via amigável ou judicial, utilizando para tanto, os recursos financeiros fornecidos pela Secretaria do Saneamento e Desenvolvimento Urbano.

ART. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 01 de julho de 1977.

RENATO FERREIRA SANTOS
WALTER ROSENBERG REBEIRO SANTOS

DECRETOS DE 1º DE JULHO DE 1977

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no

uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Promover, pelo critério de merecimento, no

Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar, ao posto de Major, o Cap QOUPM Médico JOSÉ SANTANA FERREIRA DE SOUZA, GIPM 1.215, de acordo com o artigo 10 do Regulamento de Promoções da Polícia Militar, aprovado pelo Decreto nº 21.255, de 15 de maio de 1969 e alterado pelo Decreto nº 21.870, de 27 de maio de 1970.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no

uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Promover, pelo critério de antiguidade, no

Quadro Auxiliar de Oficiais Policiais Militares, ao posto de 1º Tenente, os 2ºs Tenentes QAOFM RAIMUNDO VICENTE DE SOUZA, GIPM 21.315, ARNALDO NORATO DOS ANJOS, GIPM 21.360, RAIMUNDO GILBERTO DOS SANTOS, GIPM 21.258, JOSÉ XAVIER PINTO, GIPM 21.327 e DERNEVAL REBEIRO FRUTUOSO, GIPM 21.350, de acordo com o artigo 18 do Regulamento de Promoções da Polícia Militar, aprovado pelo Decreto nº 21.255, de 15 de maio de 1969.

ANEXO D – Lei do Estado de Santa Catarina

LEI Nº 11.074, DE 11 DE JANEIRO DE 1999

Procedência: Dep. Lício M. da Silveira

Natureza: PL 341/98

DOE. 16.082 de 11/01/99

Alterada pela Lei: 14.372/2008; 18.313/2021

Fonte: ALESC/GCAN

Institui o Depósito Legal de Obras Impressas, junto à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina,

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

~~Art. 1º Fica instituído, junto à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, o mecanismo de Depósito Legal de Obras Impressas:~~

Art. 1º Fica instituído, junto à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, o mecanismo de Depósito Legal de Obras Impressas e Digitais. (Redação dada pela Lei 18.313, de 2021)

Parágrafo único. O mecanismo de Depósito Legal tem por objetivo assegurar o registro e preservar, através da guarda de publicações, a memória do Estado de Santa Catarina,

~~Art. 2º Os administradores de gráficas, editoras, empresas jornalísticas e demais modalidades de oficinas de impressão situadas no Estado de Santa Catarina, deverão remeter à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, um exemplar de cada publicação que executarem:~~

~~§ 1º Para efeito deste artigo, são consideradas publicações, todas as obras impressas, como livros, cartilhas, jornais, revistas, catálogos, folhetos, mapas e outras, executadas sobre qualquer suporte físico, e destinadas à comercialização ou distribuição gratuita.~~

Art. 2º Os administradores de gráficas, editoras, empresas jornalísticas e demais modalidades de oficinas de impressão situadas no Estado de Santa Catarina, deverão remeter à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, um exemplar de cada publicação que executarem, em suas versões impressas e digitais.

§ 1º Para efeito deste artigo, são consideradas publicações, todas as obras impressas e digitais, como livros, cartilhas, jornais, revistas, catálogos, folhetos, mapas e outras, executadas sobre qualquer suporte físico ou eletrônico, e destinadas à comercialização ou distribuição gratuita. (Redação dada pela Lei 18.313, de 2021)

§ 2º O disposto no presente artigo não se aplica a materiais promocionais de publicidade e propaganda, de qualquer espécie.

§ 3º São consideradas obras diferentes as reimpressões e novas edições de qualquer modalidade de publicação.

§ 4º A remessa de que trata o *caput* deverá ser efetuada, também, a todas as bibliotecas públicas situadas no Estado. (NR) (Redação incluída pela Lei 14.372, de 2008)

§ 5º A versão digital será remetida para compor o acervo da Hemeroteca Digital Catarinense, para fins de preservação e consultas públicas pela Internet. (NR) (Redação incluída pela Lei 18.313, de 2021)

Art. 3º Publicações de autoria de escritores catarinenses, bem como as relacionadas aos diferentes aspectos do Estado de Santa Catarina, impressas em outros estados ou países, poderão, a critério de seus responsáveis, ser encaminhadas à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O disposto no presente artigo torna-se indispensável no caso de comercialização ou distribuição gratuita da publicação no território do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º A remessa de que trata o artigo 2º deverá ser efetuada antes da distribuição ou comercialização da obra impressa.

§ 1º As obras deverão ser encaminhadas em mãos ou através dos correios, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar de sua saída do processo de impressão.

§ 2º Os periódicos de distribuição diária deverão ser remetidos em até 07 (sete) dias de sua circulação.

Art. 5º Para fins de registro, as publicações remetidas à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, deverão vir acompanhadas de declaração constando forma de distribuição, sinopse do conteúdo, tiragem, preço de venda e contato para aquisição das mesmas.

Parágrafo único. A Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina emitirá cartão de cadastro de registro do Depósito Legal, que deverá ser encaminhado ao editor ou responsável pela publicação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis do recebimento da mesma.

Art. 6º A Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina coordenará, publicará e distribuirá, anualmente, um boletim bibliográfico com todas as informações referentes às publicações remetidas pelo mecanismo de Depósito Legal.

§ 1º A publicação do boletim deverá ser efetuada pela Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.

§ 2º O boletim deverá ser distribuído gratuitamente a todas as bibliotecas públicas municipais, universidades, instituições escolares, biblioteca nacional, bibliotecas públicas dos estados da federação e bibliotecas nacionais dos países do MERCOSUL e outros que tenham a língua portuguesa como idioma oficial, além de disponibilizá-lo através da rede mundial de computadores – Internet.

Art. 7º Para efeito do disposto na Lei nº 8.759, de 27 de julho de 1992, regulamentada através do Decreto nº 842, de 7 de maio de 1996, que dispõe sobre a aquisição, por parte do Estado, de livros de autores catarinenses, para distribuição às bibliotecas públicas municipais, fica instituída a obrigatoriedade de apresentação, ao dar entrada ao pedido de análise junto à Comissão Catarinense do Livro – COCALI, de cópia do cartão de cadastro de registro do Depósito Legal da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º Na hipótese de inobservância às disposições desta Lei, e constatada a distribuição ou comercialização de publicações sem a devida remessa à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, os

editores e responsáveis estarão impedidos de firmar contratos e convênios com a Fundação Catarinense de Cultura, e de concorrer a quaisquer benefícios por ela oferecidos, até a regularização da situação.

Art. 9º Esta Lei deverá ser regulamentada no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 11 de janeiro de 1999

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO
Governador do Estado

ANEXO E – Lei do Estado de Pernambuco

LEI Nº 12.435, DE 6 DE OUTUBRO DE 2003.

Dispõe sobre a remessa, o depósito legal e a guarda de obras culturais à Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do art. 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os administradores de editoras, gravadoras, situadas no Estado de Pernambuco são obrigados a remeter à Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, 03 (três) exemplares completos e em perfeito estado de conservação, de cada obra que executarem, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data do lançamento da 1ª (primeira) publicação da referida obra, cabendo ao seu editor e ao(s) autor (es) verificar a efetivação desta medida.

§ 1º Estão compreendidos na disposição legal não só livros, folhetos, revistas, jornais, mas também obras musicais, partituras, CDs, mapas, estampas.

§ 2º A obrigatoriedade de que trata este artigo compreende, também, a comunicação oficial de todo (s) o (s) lançamento (s) e publicação (ões) executada (s) pelo (s) autor (es) e editor (es) à Biblioteca Pública do Estado.

§ 3º A Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco fornecerá recibos de depósito de todas as publicações arrecadadas, reservando-se o direito de determinar a substituição de todo e qualquer exemplar que apresente falha de integridade física.

Art. 2º As instituições públicas e privadas, sediadas no Estado de Pernambuco são obrigadas a remeter à Biblioteca Pública do Estado, 01 (um) exemplar de medalhas, gravuras sobre madeira, metal ou outra substância.

Parágrafo único. Aplicar-se-á a mesma disposição aos selos, medalhas e outras espécies numismáticas, quando impressos ou cunhados por conta do Governo Estadual ou nos casos em que seu lançamento ocorra no Estado de Pernambuco.

Art. 3º No caso de inobservância dos artigos precedentes, incorrerão os administradores das editoras, gravadoras, e instituições públicas e privadas, na pena de multa de 100 (cem) vezes o valor unitário da obra, que poderá ser dobrada caso os exemplares mencionados no *caput* dos arts. 1º e 2º não sejam protocolizados no

Setor de Processos Técnicos da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco em até 05 (cinco) dias após o recebimento da Notificação Administrativa, expedida pela mesma.

§ 1º A aplicação das multas de que trata este artigo, caberá à Procuradoria Geral do Estado (PGE), após receber notificação administrativa do Diretor Executivo da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, para que se torne efetiva a cobrança.

§ 2º Em se tratando de publicação oficial, a autoridade responsável por sua edição responderá, pessoalmente, pelo descumprimento do disposto neste artigo.

Art. 4º Constituirá parte da receita da Sociedade Amigos da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco SABEPE, o valor da multa a ser cobrada por infração ao disposto na presente lei.

Art. 5º A Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco disponibilizará semestralmente um boletim bibliográfico, que terá por fim principal registrar as aquisições efetuadas em virtude desta lei.

Art. 6º As obras elencadas na presente lei, serão preservadas e guardadas pela Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, para fins de dar-lhes divulgação e garantia de acesso ao público.

Art. 7º São equiparadas às obras estaduais, para efeito da contribuição e do recolhimento, as obras editadas no país e no estrangeiro que sejam provenientes de autores pernambucanos e verse sobre a história de Pernambuco.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 11.022 de 4 de janeiro de 1994.

Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, em 6 de outubro de 2003.

ROMÁRIO DIAS
Presidente

ANEXO F – Lei do Estado do Ceará



Fortaleza, 18 de novembro de 2003

SÉRIE 2 ANO VI N° 222

Caderno Único

Preço: R\$ 2,50

PODER EXECUTIVO

LEI Nº13.398, de 17 de novembro de 2003.

INSTITUI, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, O DIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO ESTADO DO CEARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica instituído, no âmbito do Estado do Ceará, o "Dia do Patrimônio Cultural", a ser comemorado, anualmente, no dia 30 de julho.

Art.2º. A data instituída nos termos do artigo anterior constará do Calendário Oficial de Eventos do Estado do Ceará.

Art.3º. O Poder Executivo enviará esforços para a realização de palestras e seminários na comemoração do Dia do Patrimônio Cultural.

Art.4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 17 de novembro de 2003.

Lúcio Gonçalves de Alcântara
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** **

LEI Nº13.399, de 17 de novembro de 2003.

INSTITUI, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, O DEPOSITO LEGAL DE OBRAS IMPRESSAS JUNTO À BIBLIOTECA PÚBLICA "GOVERNADOR MENEZES PIMENTEL" DO ESTADO DO CEARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º. Fica instituído no âmbito da Administração Pública Estadual, junto à Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, do Estado do Ceará, o mecanismo de Depósito Legal de Obras Impressas.

Parágrafo único. O mecanismo de Depósito Legal de obras impressas tem por objetivo assegurar o registro e preservar, através da guarda de publicações, a memória do Estado do Ceará.

Art.2º. As gráficas, editoras, empresas jornalísticas e demais modalidades de oficinas de impressão situadas no Estado do Ceará, deverão remeter à Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel do Estado do Ceará, 02 (dois) exemplares de cada publicação que executarem.

§1º. Para efeito deste artigo, são consideradas publicações todas as obras impressas, como livros, cartilhas, jornais, revistas, catálogos, folhetos, mapas e outras, executadas sobre qualquer suporte físico, e destinadas à comercialização ou distribuição gratuita.

§2º. Aplicar-se-á a mesma disposição prevista no "caput" deste artigo, aos selos, medalhas e outras espécies numismáticas, quando cunhadas por conta do Governo Estadual.

§3º. O disposto no presente artigo não se aplica a materiais promocionais de publicidade e propaganda, de qualquer espécie.

§4º. São consideradas obras diferentes, as reimpressões e novas edições de qualquer modalidade de publicação.

Art.3º. Publicações de autoria de escritores cearenses, bem como as relacionadas aos diferentes aspectos do Estado do Ceará, impressas em outros ou países, poderão, a critério de seus responsáveis, ser encaminhadas à Biblioteca Pública "Governador Menezes Pimentel" do Estado do Ceará.

Parágrafo único. O disposto no presente artigo torna-se indispensável no caso de comercialização ou distribuição gratuita da publicação no território do Estado do Ceará.

Art.4º. A remessa de que trata o art.2º desta Lei, deverá ser efetuada antes da distribuição ou comercialização da obra impressa.

§1º. As obras deverão ser encaminhadas em mãos ou por via postal, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar de sua saída do processo de impressão.

§2º. Os periódicos de distribuição diária deverão ser remetidos em até 07 (sete) dias de sua circulação.

Art.5º. Para fins de registro as publicações remetidas à Biblioteca Pública "Governador Menezes Pimentel" do Estado do Ceará deverão vir acompanhadas de declaração constando forma de distribuição, sinopse do conteúdo, tiragem, preço de venda e contato para aquisição das mesmas.

Parágrafo único. A Biblioteca "Governador Menezes Pimentel" do Estado do Ceará emitirá cartão de cadastro de registro do Depósito Legal, que deverá ser encaminhado ao editor ou responsável pela publicação da obra, no prazo de 15 (quinze) dias úteis do recebimento da mesma.

Art.6º. A Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel do Estado do Ceará coordenará, publicará e distribuirá, anualmente, um boletim bibliográfico com todas as informações referentes às publicações remetidas pelo mecanismo de Depósito Legal.

§1º. A publicação do boletim deverá ser efetuada pela Imprensa Oficial do Estado do Ceará.

§2º. O boletim deverá ser distribuído gratuitamente a todas as bibliotecas públicas municipais, universidades, instituições escolares, biblioteca nacional, bibliotecas públicas dos Estados da Federação e bibliotecas nacionais dos países do MERCOSUL e outros que tenham a língua portuguesa como idioma oficial, além de disponibilizá-lo através da rede mundial de computadores - Internet.

Art.7º. Na hipótese de inobservância às disposições desta Lei, e constatada a distribuição ou comercialização de publicações sem a devida remessa à Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, do Estado do Ceará, os editores e responsáveis estarão impedidos de firmar contratos e convênios com o Estado do Ceará, através da Secretaria da Cultura, e de concorrer a quaisquer benefícios por ela oferecidos, até a regularização da situação.

Art.8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 17 de novembro de 2003.

Lúcio Gonçalves de Alcântara
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** **

DECRETO Nº27.256, de 18 de novembro de 2003.

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº27.008, DE 15 DE ABRIL DE 2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, uso das atribuições que lhe confere o art 88, incisos IV e VI da Constituição Estadual, e CONSIDERANDO a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará - CONSEA, nos termos do Decreto nº27.008, de 15 de abril de 2003 e a necessidade de correções em sua composição e de outros equívocos. DECRETA:

Art.1º. Os artigos 3º, 4º e 7º do Decreto nº27.008, de 15 de abril de 2003 passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art.3º - O CONSEA-CE será composto por 34 (trinta e quatro) membros, designados pelo Governador do Estado, sendo 14 (quatorze) representantes de órgãos da Administração Estadual e 20 (vinte) representantes de outras organizações dentre organismos federais, da sociedade civil e de cooperação internacional.

Parágrafo Único: Integração o CONSEA-CE:
- ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL:

Secretaria da Ação Social
Secretaria da Agricultura e Pecuária
Secretaria da Educação Básica
Secretaria da Saúde

ANEXO G – Lei do Estado do Espírito Santo

15/08/2019

LEI Nº 8.091



LEI Nº 8.091

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Dispõe sobre o depósito legal de publicações na Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo “Levy Cúrcio da Rocha” e dá outras providências.

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o depósito legal de publicações, na Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo “Levy Cúrcio da Rocha”, objetivando assegurar o registro e a guarda da produção intelectual estadual, além de possibilitar o controle, a elaboração e a divulgação da bibliografia capixaba corrente, bem como a defesa e a preservação da cultura estadual.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - depósito legal: a exigência estabelecida em lei para depositar, em instituições específicas, 01 (um) ou mais exemplares de todas as publicações produzidas por qualquer meio ou processo, para distribuição gratuita ou venda;

II - distribuição ou divulgação: a obra comunicada ao público em geral ou a segmentos da sociedade, como membros de associações, de grupos profissionais ou de entidades culturais, pela primeira vez e a qualquer título;

III - editor: a pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução gráfica da obra;

IV - impressor: pessoa física ou jurídica que imprime obras, por meios mecânicos, utilizando suportes vários.

Art. 3º Esta Lei abrange também as publicações oficiais dos níveis da administração estadual e municipal, compreendendo ainda as dos órgãos e entidades de administração direta e indireta, bem como as das fundações criadas, mantidas ou subvencionadas pelo Poder Público.

Art. 4º São equiparadas às obras estaduais, para efeito de depósito legal, as provenientes dos outros Estados e do estrangeiro que trouxerem indicações do editor ou vendedor domiciliado no Espírito Santo.

Art. 5º O depósito legal será efetuado pelos impressores, devendo ser efetivado até 30 (trinta) dias após a publicação da obra, cabendo ao seu editor e ao autor verificar a efetivação desta medida.

§ 1º O não cumprimento do depósito, nos termos e prazos deste artigo, acarretará:

I - multa correspondente a até 100 (cem) vezes o valor da obra no mercado;

II - apreensão de exemplares em número suficiente para atender às finalidades do depósito.

§ 2º Em se tratando de publicação oficial, a autoridade responsável por sua edição responderá pessoalmente pelo descumprimento do disposto neste artigo.

§ 3º Constituirá receita da Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo “Levy Cúrcio da Rocha” o valor da multa a ser cobrada por infração ao disposto nesta Lei.

§ 4º O não cumprimento do disposto nesta Lei será comunicado pela Coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Espírito Santo à autoridade competente, para os fins do disposto neste artigo.

Art. 6º As despesas de porte decorrentes do depósito legal são de responsabilidade exclusiva dos respectivos depositantes.

15/08/2019

LEI Nº 8.091

Parágrafo único. A Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo “Levy Cúrcio da Rocha” fornecerá recibos de depósitos de todas as publicações arrecadadas, reservando-se o direito de determinar a substituição de todo e qualquer exemplar que apresente falha de integridade física.

Art. 7º Para facilitar e agilizar o recebimento dos exemplares, em qualquer parte do território estadual, a Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo “Levy Cúrcio da Rocha” poderá descentralizar a coleta do depósito legal, através de convênios com outras instituições, sendo-lhe permitido repassar a essas entidades 01 (um) dos exemplares escolhidos.

Art. 8º O depósito legal regulamentado nesta Lei não se confunde com o registro de obras intelectuais pelos autores ou cessionários.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a partir de sua publicação.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Fonte Grande, em Vitória, em 05 de setembro de 2005.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

(publicado no DOE – 06.09.2005)
Este texto não substitui publicado DOE.

ANEXO H – Lei do Distrito Federal



LEI Nº 3.828, DE 03 DE MARÇO DE 2006
DODF DE 08.03.2006

Dispõe sobre a remessa à Biblioteca Pública do Distrito Federal de obras literárias e culturais, bem como sobre a sua guarda, conservação e preservação, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Os administradores de editoras e gravadoras, com sede no Distrito Federal, são obrigados a remeter à Biblioteca Pública do Distrito Federal dois exemplares, completos e em perfeito estado de conservação, de cada obra que executarem, no prazo máximo de cinco dias, contados da data de lançamento da primeira edição da referida obra, cabendo ao seu editor e aos seus autores verificar a efetivação desta medida.

§ 1º Estão compreendidos na disposição legal não apenas livros, revistas e jornais, mas também obras musicais, partituras, compact discs e mapas.

§ 2º A Biblioteca Pública do Distrito Federal fornecerá recibos de depósito de todas as publicações arrecadadas, reservando-se o direito de determinar a substituição de todo e qualquer exemplar que apresente falha de integridade física.

Art. 2º Se alguma das obras a que se refere o art. 1º da presente Lei for posta à venda ou lançada sem que haja sido realizada a sua remessa à Biblioteca Pública do Distrito Federal, o seu diretorexecutivo deverá emitir ofício solicitando a qualquer estabelecimento onde for encontrada a obra à venda o recolhimento de dois exemplares, que serão repostos pelos administradores das editoras e gravadoras mencionadas no caput do art. 1º.

Art. 3º No caso de inobservância desta Lei, aplicar-se-á aos administradores das editoras e gravadoras multa de cem vezes o valor unitário da obra, a qual poderá ser cobrada em dobro, caso os exemplares mencionados no art. 1º não sejam protocolizados na Diretoria da Biblioteca Pública do Distrito Federal no prazo de até cinco dias após o recebimento da notificação administrativa expedida pela mesma.

§ 1º Caberá à Procuradoria-Geral do Distrito Federal a aplicação da multa de que trata o caput, após o recebimento de notificação administrativa da Diretoria da Biblioteca Pública do Distrito Federal para que se efetive a cobrança.

§ 2º Os valores arrecadados com a aplicação de multas serão aplicados de acordo com a regulamentação desta Lei.

§ 3º Em se tratando de publicação oficial, a autoridade responsável por sua edição responderá, pessoalmente, pela penalidade prevista no caput.

Art. 4º As obras elencadas na presente Lei serão preservadas e guardadas pela Biblioteca Pública do Distrito Federal, a fim de dar-lhes divulgação e garantia de acesso público.

Art. 5º Equiparam-se às obras do Distrito Federal, para efeito da contribuição e do recolhimento, as obras de autores brasileiros, editadas no País, que versem sobre a história de Brasília.

Art. 6º Compete à Secretaria de Cultura do Distrito Federal, como coordenadora das bibliotecas públicas do Distrito Federal, fornecer os meios necessários à fiscalização e ao cumprimento desta Lei.

Art. 7º O Governo do Distrito Federal constituirá um Conselho Gestor das Bibliotecas e dos Serviços Bibliotecários Públicos do Distrito Federal, com o objetivo de estabelecer uma política de guarda, conservação, preservação e difusão das obras literárias e culturais do Distrito Federal.

Parágrafo único. O Conselho Gestor das Bibliotecas e dos Serviços Bibliotecários Públicos do Distrito Federal será

composto por representantes das seguintes entidades:

I – Secretaria de Cultura do Distrito Federal;

II – Secretaria de Educação do Distrito Federal;

III – Procuradoria-Geral do Distrito Federal;

IV – Conselho Federal de Biblioteconomia;

V – Conselho Regional de Biblioteconomia – 1ª Região;

VI – Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal;

VII – Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília - UnB;

VIII – Associações de Pais e Alunos das escolas públicas do Distrito Federal.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 03 de março de 2006.
118º da República e 46º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I – Lei Ordinária do Estado do Piauí



Lei Ordinária Nº 5.554 de 20/04/2006

Institui, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Depósito Legal de Obras Impressas junto à Biblioteca Pública Estadual "Desembargador Cromwel de Carvalho", do Estado do Piauí, e dá outras providências. (*)

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Pública Estadual, junto à Biblioteca Pública Desembargador Cromwel de Carvalho, do Estado do Piauí, o mecanismo de Depósito Legal de Obras Impressas.

Parágrafo Único O mecanismo de Depósito Legal de obras impressas tem por objetivo assegurar o registro e preservar, através da guarda de publicações, a memória do Estado do Piauí.

Art. 2º As gráficas, editoras, empresas jornalísticas e demais modalidades de oficinas de impressão, situadas no Estado do Piauí, deverão remeter à Biblioteca Pública Desembargador Cromwel de Carvalho, do Estado do Piauí, 02 (dois) exemplares de cada publicação editada.

§ 1º Para efeito deste artigo, são consideradas publicações todas as obras impressas, como livros, cartilhas, jornais, revistas, catálogos, folhetos, mapas e outras executadas sobre qualquer suporte físico e destinadas à comercialização ou distribuição gratuita.

§ 2º Aplicar-se-á a mesma disposição prevista no *caput* deste artigo aos selos, medalhas e outras espécies numismáticas, quando cunhadas por conta do Governo Estadual.

§ 3º O disposto no presente artigo não se aplica a materiais promocionais de publicidade e propaganda, de qualquer espécie.

§ 4º São consideradas obras diferentes as novas, reimpressões e edições de qualquer modalidade de publicação.

Art. 3º Publicações de auditoria de escritores Piauienses, bem como as relacionadas aos diferentes aspectos do Estado do Piauí, impressas em outros estados ou países, poderão, a critério de seus responsáveis, serem encaminhadas à Biblioteca Pública "Desembargador Cromwel de Carvalho" do Estado do Piauí.

Parágrafo Único O disposto no presente artigo torna-se indispensável no caso de comercialização ou distribuição gratuita da publicação no território do Estado do Piauí.

Art. 4º A remessa, de que trata o art. 2º desta Lei, deverá ser efetuada antes da distribuição ou comercialização da obra impressa.

§ 1º As obras deverão ser encaminhadas em mãos ou por via postal, no prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar de sua saída do processo de impressão.

§ 2º Os periódicos de distribuição diária deverão ser remetidos no prazo de 07 (sete) dias a contar da data de sua criação.

Art. 5º Para fins de registro, as publicações remetidas à Biblioteca Pública "Desembargador Cromwel de Carvalho" do Estado do Piauí deverão vir acompanhadas de declaração, constando forma de distribuição, sinopse do conteúdo, tiragem, preço de vendas e contato para aquisição das mesmas.

Parágrafo Único A Biblioteca "Desembargador Cromwel de Carvalho", do Estado do Piauí, emitirá cartão de cadastro de registro de Depósito Legal, que deverá ser encaminhado ao editor ou responsável pela publicação da obra, no prazo de 20 (vinte) dias úteis do recebimento da mesma.

Art. 6º A Biblioteca Desembargador Cromwel de Carvalho do Estado do Piauí coordenará, publicará e disponibilizará, anualmente, um boletim bibliográfico com todas as informações referentes às publicações remetidas pelo mecanismo de Depósito Legal.

§ 1º A impressão da publicação do boletim bibliográfico ficará a cargo da Imprensa Oficial do Estado do Piauí.

§ 2º O boletim deverá ser distribuído gratuitamente a todas as bibliotecas públicas municipais e instituições escolares do estado, assim como deverá ser atualizado sempre que necessário o catálogo de obras da Biblioteca a ser consultado pela Internet.

Art. 7º Na hipótese de inobservância às disposições desta Lei, e constatada a distribuição ou comercialização de publicações sem a devida remessa à Biblioteca Pública Desembargador Cromwel de Carvalho, do Estado do Piauí, os editores e responsáveis estarão impedidos de firmar contratos e convênios com o estado do Piauí, através da Secretaria da Cultura - SEDUC, e de concorrer a quaisquer benefícios por ela oferecidos, até a regularização da situação.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 20 de abril de 2006.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

(*) Lei de autoria do Deputado Flávio Nogueira (informação determinada pela Lei nº 5.138, de 07-06-2000).

Este texto não substitui o Publicado no DOE Nº 75 de 24/04/2006

ANEXO J – Lei Ordinária do Município de João Pessoa

15/08/2019

Lei Ordinária 11898 2010 de João Pessoa PB

LEI Nº 11.898, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010

DISPÕE SOBRE O DEPÓSITO LEGAL DE PUBLICAÇÕES NA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica regulamentado na forma desta lei o depósito legal de publicações, na Biblioteca Pública Municipal de João Pessoa, objetivando assegurar o registro e a guarda da produção intelectual local, além de possibilitar o controle, a elaboração e a divulgação da bibliografia pessoense corrente, bem como a defesa e a preservação da língua e cultura nacionais e regionais.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - depósito legal: a exigência estabelecida em lei para depositar, em instituições específicas, um ou mais exemplares, de todas as publicações, produzidas por qualquer meio ou processo, para distribuição gratuita ou venda; de editoras comerciais instaladas na cidade, bem como de livros publicados com recursos públicos oriundos de incentivos fiscais e de órgãos, secretarias e autarquias da administração pública municipal direta ou indireta;

II - distribuição ou divulgação: a obra comunicada ao público em geral ou a segmentos da sociedade, como membros de associações, de grupos profissionais ou de entidades culturais, pela primeira vez e a qualquer título;

III - editor: a pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução gráfica da obra; e

IV - impressor: a pessoa física ou jurídica que imprime obras, por meios mecânicos, utilizando suportes vários.

Art. 3º Esta lei abrange as publicações oficiais dos níveis da administração municipal, compreendendo ainda as dos órgãos e entidades de administração direta e indiretas, bem como

15/08/2019

Lei Ordinária 11898 2010 de João Pessoa PB

as das fundações criadas, mantidas ou subvencionadas pelo poder público.

Art. 4º São equiparadas às obras regionais, para efeito do depósito legal, as provenientes do estrangeiro que trouxerem indicações do editor ou vendedor domiciliado em João Pessoa.

Art. 5º O depósito legal será efetuado pelos impressores, devendo ser efetivado até 30 (trinta) dias após a publicação da obra, cabendo ao seu editor e ao autor verificar a efetivação desta medida.

§ 1º O não-cumprimento do depósito, nos termos e prazo deste artigo, acarretará:

I - multa correspondente a até 100 (cem) vezes o valor da obra no mercado; e

II - apreensão de exemplares em número suficiente para atender às finalidades do depósito.

§ 2º Em se tratando de publicação oficial, a autoridade responsável por sua edição responderá pessoalmente pelo descumprimento do disposto neste artigo.

§ 3º Constituirá receita da Biblioteca Pública Municipal de João Pessoa o valor da multa a ser cobrada por infração ao disposto nesta lei.

§ 4º O não-cumprimento do disposto nesta lei será comunicado pelo Gestor da Biblioteca Pública Municipal de João Pessoa à autoridade competente, para os fins do disposto neste artigo.

Art. 6º As despesas de porte decorrentes do depósito legal são de responsabilidade exclusiva dos respectivos depositantes.

Parágrafo Único - A Biblioteca Pública Municipal de João Pessoa fornecerá recibos de depósito de todas as publicações arrecadadas, reservando-se o direito de determinar a substituição de todo e qualquer exemplar que apresente falha de integridade física.

Art. 7º Caberá à Fundação Cultural de João Pessoa baixar as demais normas visando à implantação e ao cumprimento da presente lei.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2010.

15/08/2019

Lei Ordinária 11898 2010 de João Pessoa PB

RICARDO VIEIRA COUTINHO

Prefeito

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 12/01/2011

Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.

ANEXO K – Lei do Estado do Rio Grande do Norte



RIO GRANDE DO NORTE

LEI Nº 10.265, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o depósito legal de publicações na Biblioteca Pública Câmara Cascudo (BPCC) e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,
FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o depósito legal de publicações na Biblioteca Pública Câmara Cascudo (BPCC), objetivando assegurar o registro e a guarda da produção intelectual do Estado do Rio Grande do Norte, além de possibilitar o controle, a elaboração e a divulgação da bibliografia potiguar corrente, bem como a defesa e a preservação da cultura estadual.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - depósito legal: a exigência estabelecida em lei para depositar, em instituições específicas, um ou mais exemplares de todas as publicações produzidas por qualquer meio ou processo, para distribuição gratuita ou venda;

II - distribuição ou divulgação: a obra comunicada ao público em geral ou a segmentos da sociedade, como membros de associações, de grupos profissionais ou de entidades culturais, pela primeira vez e a qualquer título;

III - editor: a pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução gráfica da obra;

IV - impressor: a pessoa física ou jurídica que imprime obras, por meios mecânicos, utilizando suportes vários.

Art. 3º Esta Lei abrange as publicações oficiais dos níveis da administração estadual e municipal, compreendendo ainda as dos órgãos e entidades de administração direta e indireta, bem como as das fundações criadas, mantidas ou subvencionadas pelo poder público.

Art. 4º O depósito legal será efetuado pelos impressores, devendo ser efetivado até 30 (trinta) dias após a publicação da obra, cabendo ao seu editor e ao autor verificar a efetivação desta medida.

§ 1º O não cumprimento do depósito, nos termos e prazo deste artigo, acarretará:

I - multa correspondente a até 100 (cem) vezes o valor da obra no mercado;

II - apreensão de exemplares em número suficiente para atender às finalidades do depósito.

§ 2º Em se tratando de publicação oficial, a autoridade responsável por sua edição responderá pessoalmente pelo descumprimento do disposto neste artigo.

§ 3º Constituirá receita da Biblioteca Pública Câmara Cascudo (BPCC), o valor da multa a ser cobrada por infração ao disposto nesta Lei.

§ 4º O não cumprimento do disposto nesta Lei será comunicado pelo Diretor-Geral da Biblioteca Pública Câmara Cascudo (BPCC) à autoridade competente, para os fins do disposto neste artigo.

Art. 5º As despesas de porte decorrentes do depósito legal são de responsabilidade exclusiva dos respectivos depositantes.

Parágrafo único. A Biblioteca Pública Câmara Cascudo (BPCC) fornecerá recibos de depósito de todas as publicações arrecadadas, reservando-se o direito de determinar a substituição de todo e qualquer exemplar que apresente falha de integridade física.

Art. 6º Para facilitar e agilizar o recebimento dos exemplares em qualquer parte do território do Estado do Rio Grande do Norte, a Biblioteca Pública Câmara Cascudo (BPCC) poderá descentralizar a coleta do depósito legal, por meio de convênios com outras instituições, sendo-lhe permitido repassar a essas entidades um dos exemplares recolhidos.

Art. 7º O depósito legal regulamentado nesta Lei não se confunde com o registro de obras intelectuais pelos autores ou cessionários.

Art. 8º Os dispositivos desta Lei não importam em prejuízo ao depósito legal a ser efetuado no âmbito da Biblioteca Nacional (BN), nos termos da Lei Federal nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a partir de sua publicação

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 10 de novembro de 2017, 196º da Independência e 129º da República.

DOE Nº. 14.048
Data: 11.11.2017
Pág. 01

ROBINSON FARIA
Cláudia Sueli Rodrigues Santa Rosa

APÊNDICE A – Questionário pré-teste

I – Identificação: tem como objetivo identificar a biblioteca, seu tipo, seu local e sobre o respondente. Possui as perguntas:

1. Nome da Biblioteca
2. Cidade/Estado da Biblioteca
3. Tipologia da biblioteca
4. Função do respondente na biblioteca
5. E-mail para contato

II - Coleções especiais: tem como objetivo identificar os tipos de coleções existentes na biblioteca e a existência de Coleções Especiais. Possui as perguntas:

6. Qual o tamanho do acervo da sua biblioteca, aproximadamente?
7. Quais são os materiais que compõe o acervo da biblioteca?
8. Considerando a organização do acervo, sua biblioteca possui mais de uma coleção?
9. Caso tenha mais de uma coleção, por qual motivo sua biblioteca criou coleções diferentes?
10. Sua biblioteca possui materiais que se enquadrem na definição proposta de Coleções Especiais?
11. Sua biblioteca possui alguma coleção denominada "Coleção Especial" ou "Coleções Especiais"?
12. Se sim, quais são os critérios para fazer parte dessa coleção?

III – Multimeios: tem como objetivo identificar a existência e tratamento dos multimeios nas bibliotecas públicas. Possui as perguntas:

13. Sua biblioteca possui multimeios?
14. Caso tenha multimeios, o que é considerado na seleção desses materiais?
15. O acervo de multimeios tem espaço separado do restante do acervo?
16. Qual é a prioridade de inclusão de um material de multimeios na biblioteca?

IV – Coleções temáticas: tem como objetivo a identificação dessas coleções e a motivação de criação. Possui as perguntas:

17. Sua biblioteca possui alguma coleção temática?
18. Se sim, esta coleção é separada do restante do acervo?
19. Qual é a temática da coleção?
 1. Se tiver mais de uma temática, informe todas.
20. Por qual motivo sua biblioteca criou uma coleção temática?

V – Coleção de memória: tem como objetivo identificação dessas coleções e a motivação de criação e a prioridade de aquisição. Possui as perguntas:

21. Sua biblioteca possui coleções de memória?
22. Se sim, esta coleção é composta por quais acervos?
23. Qual a prioridade na seleção de obras de autores da cidade em que a biblioteca se encontra?
24. Qual a prioridade na seleção de obras de autores do Estado em que a biblioteca se encontra?
25. Qual a prioridade na seleção de obras sobre a cidade em que a biblioteca se encontra?
26. Qual a prioridade na seleção de obras sobre o Estado em que a biblioteca se encontra?
27. Qual a prioridade na seleção de obras publicadas na cidade em que a biblioteca se encontra?
28. Qual a prioridade na seleção de obras publicadas no Estado em que a biblioteca se encontra?
29. Qual a prioridade na seleção de obras pertencentes a uma personalidade local?
30. Qual a prioridade na seleção de obras sobre a biblioteca?
31. Qual a prioridade na seleção de obras de autoria de profissionais da biblioteca?
32. Qual a prioridade na seleção de obras publicadas pelo órgão superior vinculado à biblioteca?
33. A biblioteca possui obras que faziam parte de uma biblioteca particular?
34. Se sim, essas obras foram reunidas em coleção a parte do acervo?

35. Caso tenha separado a coleção, informe o nome do antigo proprietário e o nome da coleção.
36. Se surgisse a oportunidade de receber uma biblioteca completa de uma personalidade local, a biblioteca aceitaria?
37. Sua biblioteca tem a função de biblioteca depositária das obras da região?
38. A biblioteca é depositaria legal, ou seja, existe alguma normativa legal? Qual?
39. As obras adquiridas a partir do papel de biblioteca depositária tem tratamento diferenciado do acervo circulante? Se sim, especifique.
40. Caso atue como biblioteca depositária, quais os critérios para selecionar as obras?

VI - Considerações adicionais: Tem como objetivo trazer informações adicionais que não foram contempladas em outras questões. Possui as perguntas:

41. Sua biblioteca possui uma política documentada relacionada ao Desenvolvimento de Coleção?
42. Caso queira adicionar alguma informação relacionada as coleções citadas acima e que ache necessário incluir no formulário, inclua nessa questão.

APÊNDICE B – Questionário

Questionário - Bibliotecas públicas

Prezada Senhora, Prezado Senhor,

Meu nome é Mariana Giuberti Guedes Greenhalgh, bibliotecária e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, sob orientação da Profa. Dra. Lillian Alvares.

Este questionário é o instrumento de coleta de dados da minha tese intitulada "Desenvolvimento de Coleções Especiais em Bibliotecas Públicas: seu papel na salvaguarda da memória regional", que verificará a presença de coleções especiais nas bibliotecas públicas brasileiras, tendo como objetivo: identificar e analisar a atuação das coleções especiais em bibliotecas públicas brasileiras na salvaguarda da memória em múltiplos níveis. Os dados coletados serão tratados pensando na totalidade das informações. O nome da biblioteca ou do respondente não será exposto.

Reiteramos nosso agradecimento por você se dispor a dar essa contribuição tão importante para a continuidade da pesquisa.

*Obrigatório

Parte I - Identificação

1. Nome da Biblioteca *

2. Cidade da Biblioteca *

3. 3. Estado da Biblioteca *

Marcar apenas uma oval.

- Acre (AC)
- Alagoas (AL)
- Amapá (AP)
- Amazonas (AM)
- Bahia (BA)
- Ceará (CE)
- Distrito Federal (DF)
- Espírito Santo (ES)
- Goiás (GO)
- Maranhão (MA)
- Mato Grosso (MT)
- Mato Grosso do Sul (MS)
- Minas Gerais (MG)
- Pará (PA)
- Paraíba (PB)
- Paraná (PR)
- Pernambuco (PE)
- Piauí (PI)
- Rio de Janeiro (RJ)
- Rio Grande do Norte (RN)
- Rio Grande do Sul (RS)
- Rondônia (RO)
- Roraima (RR)
- Santa Catarina (SC)
- São Paulo (SP)
- Sergipe (SE)
- Tocantins (TO)

4. 4. Tipologia da biblioteca *

Marcar apenas uma oval.

- Biblioteca pública municipal
- Biblioteca pública estadual
- Biblioteca pública comunitária
- Biblioteca pública distrital
- Outro: _____

5. 5. Função do respondente na biblioteca *

6. 6. E-mail para contato *

Parte II - Coleções especiais

Segundo Dooley e Luce (2010), "coleções especiais são materiais de biblioteca e arquivo em qualquer formato (por exemplo, livros raros, manuscritos, fotografias, arquivos institucionais) que geralmente são caracterizados por seu valor artefato ou monetário, formato físico, singularidade ou raridade e/ou compromisso institucional de preservação e acesso a longo prazo".

A partir desta definição, o presente estudo considera Coleções Especiais: multimeios, coleções temáticas e coleções de memória.

7. 7. Qual o tamanho do acervo da sua biblioteca, aproximadamente? *

Marcar apenas uma oval.

- Até 2.000 volumes
- De 2.001 a 5.000 volumes
- De 5.001 a 10.000 volumes
- Mais de 10.000 volumes

8. 8. Quais são os materiais que compõe o acervo da biblioteca? *

Marque todas que se aplicam.

- Livros em geral
- Obras de referência
- Livros infantis
- Livros raros
- Livros em braile
- Periódicos/Hemeroteca
- Mapas
- Partituras
- Fitas de vídeo
- DVDs
- CDs de áudio
- Disquetes
- Fita cassete
- Disco de Vinil
- CDs-Rom
- Slides
- Microfilmes
- Jogos educativos
- Quadrinhos
- Iconografia (repertório de imagens)
- Literatura de cordel
- E-books
- Assinatura de base de dados
- Repositório Institucional
- Material numismático (cédulas, moedas, selos)

Outro: _____

9. 9. Considerando a organização do acervo, sua biblioteca possui mais de uma coleção? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

10. 10. Caso tenha mais de uma coleção, por qual motivo sua biblioteca criou coleções diferentes?

Exemplos de motivos: material diferenciado, preservação, temática, acesso restrito, etc.

11. 11. Sua biblioteca possui materiais que se enquadrem na definição proposta de Coleções Especiais? *

A definição de Coleções Especiais está indicada na Parte II, depois da Questão 5.

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

12. 12. Sua biblioteca possui alguma coleção denominada "Coleção Especial" ou "Coleções Especiais"? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

13. 13. Se sim, quais são os critérios para fazer parte dessa coleção?

Parte III – Multimeios

Contempla arquivos de computador, artefatos tridimensionais e realia, filmes cartográficos e gravações de vídeos, gravações de som, materiais cartográficos, materiais iconográficos, microformas ou música impressa.

Os artefatos tridimensionais são objetos fabricados a mão ou industrialmente pelo homem, tais como: jogos, modelos, esculturas, objetos para exposições, máquinas, medalhas, moedas e armas. Já realia são objetos que se encontram na natureza, objetos reais e autênticos, como por exemplo, espécimes botânicas ou zoológicas.

Nos multimeios também encontramos os materiais numismáticos com selos, moedas, medalhas e cédulas.

14. 14. Sua biblioteca possui multimeios? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

15. 15. Caso tenha multimeios, o que é considerado na seleção desses materiais?

Marque todas que se aplicam.

Conteúdo

Data

Local de produção

Autoria

Outro: _____

16. 16. O acervo de multimeios tem espaço separado do restante do acervo?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

17. 17. Qual é a prioridade de inclusão de um material de multimeios na biblioteca? *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	4	
Nenhuma	<input type="radio"/>	Alta				

Parte IV – Coleções temáticas

Coleção com obras de uma mesma temática. Pode ser considerada coleção temática: Coleção Infantil, Coleção de Artes, Coleção de História, e assim por diante.

18. 18. Sua biblioteca possui alguma coleção temática? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

19. 19. Se sim, esta coleção é separada do restante do acervo?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

20. 20. Qual é a temática da coleção?

Se tiver mais de uma temática, informe todas.

21. 21. Por qual motivo sua biblioteca criou uma coleção temática?

Parte V – Coleção de memória

Toda coleção que busca a preservação da memória histórica, cultural e bibliográfica. Incluem obras raras, coleções a partir de bibliotecas particulares de personalidades consagradas, memória institucional, memória local e produção local.

A memória local diz respeito aos livros que tem como conteúdo a localidade sendo cidade ou Estado, sua história e cultura. A produção local diz respeito às obras publicadas na região, bem como as obras de autores locais.

22. 22. Sua biblioteca possui coleções de memória? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

23. 23. Se sim, esta coleção é composta por quais acervos?

Marque todas que se aplicam.

- Obras Raras
- Coleção de bibliotecas particulares
- Memória institucional
- Memória local
- Obras publicadas na região
- Obras de autores locais

Outro: _____

24. 24. Considerando o acervo da biblioteca como um todo, informe a prioridade na seleção das obras abaixo. Considere a escala de 0 a 4, em que 0 é prioridade nenhuma e 4 é prioridade alta. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	0	1	2	3	4
Obras de autores da cidade em que a biblioteca se encontra	<input type="radio"/>				
Obras de autores do Estado em que a biblioteca se encontra	<input type="radio"/>				
Obras sobre a cidade em que a biblioteca se encontra	<input type="radio"/>				
Obras sobre o Estado em que a biblioteca se encontra	<input type="radio"/>				
Obras publicadas na cidade em que a biblioteca se encontra	<input type="radio"/>				
Obras publicadas no Estado em que a biblioteca se encontra	<input type="radio"/>				
Obras pertencentes a uma personalidade local	<input type="radio"/>				
Obras sobre a biblioteca	<input type="radio"/>				
Obras de autoria de profissionais da biblioteca	<input type="radio"/>				
Obras publicadas pelo órgão superior vinculado à biblioteca	<input type="radio"/>				

25. 25. A biblioteca possui obras que faziam parte de uma biblioteca particular? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

26. 26. Se sim, essas obras foram reunidas em coleção à parte do acervo?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

27. 27. Caso tenha separado a coleção, informe o nome do antigo proprietário e o nome da coleção.

28. 28. Se surgisse a oportunidade de receber a biblioteca completa de uma personalidade local, a biblioteca aceitaria? *

29. 29. Sua biblioteca tem a função de biblioteca depositária das obras da região? *

Uma biblioteca depositária é aquela que recebe e reúne determinada produção bibliográfica. Nas bibliotecas municipais, a função depositária se dá na salvaguarda da produção e memória regional, reunindo e guardando a produção da cidade e/ou Estado.

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Se a resposta da questão 29 for "sim", responda as questões 30 a 32

30. 30. A biblioteca é depositária legal, ou seja, existe alguma normativa legal? Qual? (Caso tenha essa normativa em arquivo, por favor, envie para o e-mail marigggreenhalgh@gmail.com) *

31. 31. As obras adquiridas a partir do papel de biblioteca depositária tem tratamento diferenciado do acervo geral? Se sim, especifique.

32. 32. Caso atue como biblioteca depositária, quais os critérios para selecionar as obras?

Parte VI - Considerações adicionais

33. 33. Sua biblioteca possui uma política documentada relacionada ao Desenvolvimento de Coleção? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Se sim, por favor, envie o documento para o e-mail marigggreenhalgh@gmail.com.

34. 34. A sua biblioteca possui orçamento para compra de obras para as coleções especiais? Se sim, qual valor em média por ano? *

35. 35. Caso queira adicionar alguma informação relacionada as coleções citadas acima e que ache necessário incluir no formulário, inclua nessa questão.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE C - Roteiro da entrevista

A entrevista a ser realizada faz parte da pesquisa “**Desenvolvimento de Coleções Especiais em bibliotecas públicas: seu papel na salvaguarda da memória regional**”, com o objetivo de analisar o desenvolvimento de coleções especiais em bibliotecas públicas brasileiras no âmbito da salvaguarda da memória histórica, cultural e bibliográfica.

Para a presente pesquisa, as **coleções de memória** são consideradas toda coleção que busca a preservação da memória histórica, cultural e bibliográfica. Incluem obras raras, coleções a partir de bibliotecas particulares de personalidades consagradas, memória institucional, memória local e produção local.

A **memória local** diz respeito aos livros que tem como conteúdo a localidade sendo cidade ou Estado, sua história e cultura. A **produção local** diz respeito às obras publicadas na região, bem como as obras de autores locais.

- 1) Como gestor, quais motivações você vê para que as bibliotecas públicas formem coleções de memória?
- 2) Como você analisa o depósito de produção local em bibliotecas públicas municipais e estaduais?
- 3) As obras locais têm relevância diferenciada na formação dos acervos das bibliotecas públicas?
- 4) Caso sua biblioteca receba depósito legal da produção local, a doação dessas obras é uniforme por todo o estado?
- 5) Você avalia que as obras das coleções de memória têm sido consultadas ou emprestadas? São fontes de pesquisa e de novos conhecimentos para os usuários?
- 6) Como as coleções de memória contribuem na interação das atividades da biblioteca com a comunidade?
- 7) Quais são os principais desafios na gestão de acervos de memória para a biblioteca pública?
- 8) Em sua opinião, você acha que as bibliotecas públicas têm, dentre suas ações, a função de reunir e preservar a memória local? Por quê?